

# INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

BOLETIM



VOL. XXXIX

1981

# INSTITUTO HISTORICO DA ILHA TERCEIRA

PATROCINADO E SUBSIDIADO PELA SECRETARIA REGIONAL  
DA EDUCACAO E CULTURA

---

## S É D E

Museu de Angra do Heroísmo

---

### DIRECÇÃO (1980 - 1981):

Presidente — Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima

Secretário — Dr. José Guilherme Reis Leite

Tesoureiro — Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz

TODA A CORRESPONDENCIA DEVE SER DIRIGIDA  
A DIRECÇÃO DO INSTITUTO

---

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância  
do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas,  
que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art.º 17.º do Regulamento do Instituto)

---

União Gráfica Angrense  
Angra do Heroísmo  
1981

**BOLETIM**

**DO**

**INSTITUTO HISTÓRICO**

**DA**

**ILHA TERCEIRA**

# INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1981)

## **SÓCIOS EFECTIVOS:**

Dr. Alvaro Pereira da Silva Leal Monjardino  
Prof. Dr. António Manuel Bettencourt Machado Pires  
Dr. António Maria Ourique Mendes  
Prof. Dr. Artur Teodoro de Matos  
Dr. Cândido Pamplona Forjaz  
Directora da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (Dr.<sup>a</sup> Mariana F. J. Miranda de Mesquita)  
Prof. Emanuel Félix Borges da Silva  
Arq. Fernando de Sousa  
Francisco Coelho Maduro Dias  
Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias  
Governador do Castelo de S. João Baptista  
Dr. Helder Parreira Fernando de Sousa Lima  
Mons. Inocêncio Enes  
João Dias Afonso, **Vice-Presidente**  
Dr. Jorge Forjaz, **Tesoureiro**  
Dr. José Guilherme Reis Leite, **Secretário**  
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, **Presidente**  
Dr.<sup>a</sup> D. Maria Olímpia da Rocha Gil  
Dr. Rafael Valadão dos Santos  
Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles  
Dr. Teotónio Machado Pires

## **SÓCIOS HONORARIOS:**

Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> o Sr. D. José Pedro da Silva, Bispo de Viseu  
Presidente Honorário da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Soares de Medeiros  
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, Escritor e Etnógrafo  
Prof. Dr. Wilhelm Giese, Catedrático da Universidade de Hamburgo  
Prof. Dr. Aurélio Quintanilha  
Prof. Artur Alvaro dos Santos Correia de Sousa, Professor do Conservatório de Lisboa  
Dr. Walter F. M. Piazza, Presidente da Sub-Comissão Catarinense de Folclore  
Prof. Dr. Dante Laytano, Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul  
Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Prof. do Liceu de Ponta Delgada  
Mons. José Machado Lourenço  
Prof. Dr. Fritz Krüger, Director do Instituto de Linguística da Faculdade de Filosofia e Letras de Cuyo, Argentina  
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral  
Dr. José Enes Pereira Cardoso, Reitor do Instituto Universitário dos Açores  
Dr.<sup>a</sup> D. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça  
Prof. Dr. Carlos Renato Gonçalves Pereira  
Prof. Dr. Joaquim Veríssimo Serrão  
Prof. Dr. Francis Millet Rogers

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. XXXIX

1981

ANGRA DO HEROÍSMO

União Gráfica Angrense



RAFAEL ÁVILA DE AZEVEDO

O CONDE DE SUBSERRA

ANGRA DO HEROÍSMO  
1981



## NOTA INTRODUTÓRIA

*Entre os nomes das figuras notáveis do liberalismo português, Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real é certamente uma das menos conhecidas. Só foram publicados alguns trabalhos parcelares sobre o eminente homem de Estado e o seu espólio tem-se conservado inédito. Existe, pois, uma lacuna na biografia dos construtores do sistema liberal que esta obra pretende preencher. Bem o merece Subserra, quer pelos aspectos variados da sua personalidade, quer pela sua acção como estadista no triénio 1823-1825.*

*É possível que a relativa obscuridade em que tem sido colocado o conde de Subserra provenha da própria ambiguidade da sua carreira política: embora sempre liberal pela sua formação e pelas suas ideias, não conseguiu o aplauso unânime dos correlegionários*

que viam nele — e até certo ponto justamente — um factor da contra-revolução; por outro lado, comportando-se como um moderado e mesmo um conservador não obteve o apoio dos realistas, dos absolutistas, numa palavra dos miguelistas, que o consideraram como um traidor à sua causa. Suspeito, portanto, aos liberais, como suspeito aos realistas. Todavia, o final trágico da sua vida nas mãos implacáveis dos miguelistas dá-lhe o direito de ser glorificado no martirologio do liberalismo em Portugal.

Nesta obra desejamos apresentar a personalidade do conde de Suberra nas diferentes aptidões e actividades com que encheu exuberantemente a sua vida: militar de carreira que não se limitou a combater no exército português mas também nos mais diversos teatros das lutas europeias, na França, na Turquia, na Rússia; político activo, hábil e esclarecido que desempenhou um papel relevante na administração pública, como chefe de um governo e ministro do rei D. João VI de quem foi um dos mais leais servidores num dos momentos mais críticos da história do constitucionalismo português; como diplomata num dos postos mais difíceis, o de embaixador de Portugal na Espanha; homem de letras e publicista a quem se deve uma série de obras sobre os acontecimentos em que interveio escritas num estilo claro e vigoroso.

Contudo não se poderia compreender perfeitamente a figura de Suberra sem o enquadrar no contexto histórico em que ela se inseriu. Por isso, nesta monografia procurámos reconstruir as tendências ideológicas, as lutas, os episódios, as intrigas e tanto outros aspectos factuais ligados à vida de Suberra. As três primeiras décadas do século XIX decorrem em Portugal num ambiente sempre agitado em que Suberra intervém, umas vezes como motor dos acontecimentos, outras vezes como vítima deles.

Dos numerosos textos manuscritos que nos legou e ainda inéditos tivemos apenas a preocupação de reproduzir as suas memórias autobiográficas pelo interesse que nos oferecem, não só pelos relatos vividos de uma época de extraordinárias mudanças, mas ainda porque nos reflectem traços curiosos do seu carácter e da sua carreira militar e política. Estas memórias constituem igualmente depoimentos valiosos de um oficial português nas campanhas em que participou e dos meios que frequentou. Só é pena

*que nem sempre as tivéssemos podido interpretar fielmente porque alguns dos manuscritos se tornaram completamente ilegíveis.*

*Num outro trabalho já publicado, «Cartas Inéditas do Conde de Subserra (1818-1825)», em separata do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira» (N.º 29 a 33) não só transcrevemos as cartas dirigidas por Subserra ao seu antigo discípulo, Francisco José Maria de Brito (1759-1825), então ministro de Portugal em Paris, mas ainda as antecedemos da sua biografia, se bem que esboçada nos seus traços essenciais.*





*Retrato do Conde de Suberra*



## 1.º CAPÍTULO

### OS PAMPLONAS — MORGADOS NA ILHA TERCEIRA

Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, que contava então apenas dez anos de idade, desembarcara em Lisboa de um veleiro, em viagem da cidade de Angra, nos Açores. Seu pai destinava-o a frequentar o Colégio dos Nobres, estabelecimento onde se educava a nobreza do Reino e fundado pelo marquês de Pombal (1772). Mas, como nesse momento o colégio tinha encerrado as suas portas para uma reforma dos estatutos, Manuel Inácio, por conselho de um seu tio, D. Caetano de N. S. da Porta, cónego regente da Ordem de Santo Agostinho, foi internado no Colégio de Mafra, que pertencia à mesma ordem. D. Caetano era irmão da sua avó paterna, D. Rosa Isabel Pereira de Lacerda.

Pela primeira vez um membro da família Pamplona saía do

seu torrão insular para seguir estudos no Continente. No entanto, tratava-se de uma progénie que descendia dos mais antigos povoadores da Ilha Terceira. De facto, os Pamplonas eram originários de um vínculo morgânico que remontava do século XV. Fora instituído por Gonçalo Álvares Pamplona, abastado proprietário de terras ao Norte da Ilha, fundador de uma ermida, sob a evocação da «Bem aventurada Santa Catarina», onde se encontra sepultado. Segundo o Pe. António Cordeiro esta ermida «era a cabeça do grande morgado dos Pamplonas». (1).

Os pais de Gonçalo Álvares Pamplona descendiam de um fidalgo de Navarra refugiado em Portugal. As terras do morgadio alongavam-se pelo concelho de S. Sebastião, o terceiro dos concelhos criados na parte leste da Ilha Terceira mas cuja área abrangia a parte do Norte (2). Estava separado do concelho de Angra por uma ribeira que ainda hoje conserva o nome de Ribeira dos Pamplonas. Neste vasto domínio territorial estava incluída a quinta denominada Casa da Salga, que se estendia desde a costa até à serra e «ainda mais o que se pudesse haver tanto pelo mar como pela terra» —, prova evidente que as convulsões vulcânicas ainda não tinham deixado estabilizar o solo da Ilha Terceira (3).

Durante o século XVII os Pamplonas tinham-se cruzado com a notável família dos Cortes Reais, navegadores, escritores e altos funcionários da Monarquia, de que descendia João Vaz Corte Real, primeiro capitão donatário de Angra (1474). Ainda hoje se ergue em Angra o solar dos Corte Reais, uma das mais vetustas residências senhoriais da Terceira.

Os Pamplonas constituíam, portanto, uma das famílias com mais velhas raízes na Ilha Terceira. Pertencia-lhes igualmente um solar, na parte nascente da cidade de Angra, mas as suas propriedades situavam-se especialmente entre a lava basáltica dos Biscoitos e a linha de montanhas que se distanciava para Oeste. É uma faixa de terra muito seca, batida pelas ondas alterosas das

---

(1) *Historia das Ilhas de Portugal sujeytas no Oceano Occidental*, Lv. VI, cap. V, pág. 253.

(2) Por carta de D. Manuel I, datada de 23-III-1503.

(3) Testamento de Gonçalo Álvares Pamplona, datado de 19-VIII-1537. Dados fornecidos pelo Senhor Marino Pamplona Corte Real, descendente e actual representante do ramo primitivo dos Pamplonas na Ilha Terceira.

tempestades atlânticas, onde em minúsculos quadrados de pedra, crescem as cepas de uma videira que produz um dos mais reputados vinhos dos Açores — o vinho dos Biscoitos.

Os Pamplonas dedicavam-se quase somente à cultura das suas terras que nesta época produziam essencialmente cereais. Era uma família com assento territorial bem estabelecido, como a maior parte dos lavradores da Ilha. O seu enobrecimento resulta de sucessivos alvarás régios pelos quais foram ascendendo aos primeiros graus da hierarquia social da época. André Diogo Martins Pamplona Corte Real, o pai do futuro conde de Subsera, tal como seu pai e seu avô, tinha sido registado «fidalgo e cavaleiro da Casa Real» (1760), primeiro e modesto grau de nobreza (4). Todavia, a importância e o prestígio da família só se acentuam com a ascensão de Manuel Inácio às altas patentes militares e cargos políticos que veio a exercer. Até então só era conhecida nas fronteiras bem limitadas do meio insular.

O primogénito de André Diogo, Manuel Inácio, nasceu na Ilha Terceira em 1762 (5). Logo na infância revelou uma inteligência precoce cultivada com esmero pelo próprio pai que o deleitava na leitura dos clássicos portugueses (6). Decerto, por esta razão, foi decidido que o pequeno Manuel viesse continuar estudos secundários e superiores no Continente, o que nesta época era um privilégio concedido a raros adolescentes nascidos na Ilha.

No Real Colégio de Mafra, como teremos ocasião de ver adiante (7), conheceu ele o príncipe D. José, filho primogénito de D. Maria I, que estava preparado para lhe suceder como herdeiro da coroa. Teve aí também como condiscípulo, o sobrinho do Dr. Manuel do Cenáculo, arcebispo de Évora, Francisco José Maria de Brito, futuro ministro de Portugal em Paris (8).

Como seria de esperar, ministrava-se em Mafra uma formação caracteristicamente humanista em que o latim era o principal veí-

---

(4) Eduardo de Campos de Castro Azevedo Soares (Carcavelos). *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. I, título XXIII, págs. 335-345 e vol. II, título LXXI, págs. 241-245.

(5) A. D. A. H., Livro 21 de Termos de Baptismo da Sé de Angra, fl. 295.

(6) *Memórias Particulares*, fls. 6-7.

(7) Fls. 5.

(8) V. Rafael Avila de Azevedo, *Cartas Inéditas do Conde de Subsera* (1818-1825).

culo do ensino. Por isso Manuel Inácio cita constantemente autores latinos e adquiriu um estilo de clareza e de elegância que manifesta em todos os seus escritos.

Cinco anos depois da sua entrada no colégio, Manuel Inácio concluía o seu curso com a defesa de uma tese na disciplina de «Lógica, Metafísica e Ética» (9). O autor que discorre sobre temas baseados na sua cultura teológica e filosófica, preferiu já o uso da língua portuguesa em substituição da língua latina neste texto que é igualmente o seu primeiro trabalho literário.

Apesar do apertado regime censorial em que então se vivia já se citavam na dissertação Voltaire e Diderot, mas como historiadores... As ideias dos enciclopedistas começavam a abrir brechas no sólido edifício da tradição e nas instituições que pareciam imunes às novas doutrinas políticas. E com esta sólida cultura de humanidades que Pamplona é admitido à frequência da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, que havia sido recentemente instituída pela reforma pombalina (1772).

Entretanto, na ilha Terceira, onde residia toda a família Pamplona Corte-Real, tinha-se operado uma grande transformação no governo e na administração. O marquês de Pombal estendera às ilhas a sua actividade de reformador. Cria um novo sistema de governos ou capitánias-gerais (1766), com sede exactamente na cidade de Angra, mas com jurisdição sobre todas as ilhas do arquipélago. Por um lado, apertara mais os laços que prendiam os Açores à sua metrópole, através do poder, por delegação de uma espécie de procônsul; por outro lado, tornava mais efectivas as medidas que interessavam ao progresso das populações. Foi primeiro capitão-general, D. Antão de Almada (1766-1774) que governou os Açores com grande autoridade. A cidade de Angra de pacato burgo provincial, transformou-se numa pequena corte, «uma capital muito rica» em que nem faltava uma nobreza que o Governador obrigava a um estilo de vida para que ela não fora preparada. Sucediám-se no palácio dos capitães-generais, o antigo Colégio dos Jesuítas, os bailes, as recepções e as assembleias. Ao

---

(9) **Conclusões de Logica, Metaphysica e Ethica.** Defendente: Manuel Ignacio Martins Pamplona Corte-Real. Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno MDCCCLXXIX.

mesmo tempo, a administração recebia um impulso renovador sob a acção de D. Antão de Almada.

Como já notámos os Pamplonas não tinham nesta época uma posição proeminente na sociedade terceirense. Só um deles, André da Fonseca Corte-Real, fora eleito juiz ordinário de Angra, no primeiro quartel do século XVIII. É com a revolução liberal que ascendem aos mais altos cargos, já por influência de Manuel Inácio.

De facto, Alexandre Martins Pamplona Corte Real, irmão de Manuel Inácio, fidalgo da Casa Real (1824), do conselho de S. M. Fidelíssima, vai desempenhar um papel de certo relevo nos movimentos liberais que se desenrolaram na Terceira, depois da Revolução de 1820. O seu nome começa logo por aparecer na revolta constitucional que eclodiu na cidade de Angra em 1 e 2 de Abril de 1821, promovida pelo antigo capitão-general, brigadeiro Francisco Pinto de Araújo (1817-1820). Governava então a capitania dos Açores o famoso Francisco de Borja Garção Stockler (1820-21 e 1823-24). A sedição tivera a sua origem ideológica em uma «Sociedade Patriótica» a que pertenciam os homiziados da «Setembrizada» (1810) na ilha Terceira, a primeira das conspirações liberais contra o regime absoluto. Nesse momento formou-se a «Junta Provisória do Governo dos Açores» que teve duração efémera, porque dois dias depois o governador Stockler conseguiu aglutinar os descontentes — Araújo não era uma personagem simpática — chefiando a contra-revolução que saiu triunfante, com o assassinio no Castelo de S. João Baptista do brigadeiro Pinto de Araújo. Alexandre Martins Pamplona já se revela como simpatizante dos liberais, juntando-se a outros manifestantes no largo do Palácio do Governo apoiando o antigo capitão-general Araújo <sup>(10)</sup>. Mas já nesta ocasião se mostrava como um homem moderado, opondo-se numa sessão municipal a que se considerasse «fausto» o dia da revolução liberal pelas vítimas que havia causado entre a população civil <sup>(11)</sup>. É, porém, mais tarde, no pronunciamento militar de Angra do Regimento de Caçadores 5 (2 de Junho de 1828), ponto de partida da marcha vitoriosa do liberalismo na Ilha, que

---

(10) Francisco Lourenço Valadão, *Dois Capitães-Generais e a 1.ª Revolução Constitucional na Ilha Terceira*, pág. 79.

(11) Id. id. pág. 82.

se afirma mais vigorosamente a personalidade do irmão de Manuel Inácio.

Alexandre surge como um dos Terceirenses que assinou o auto de aclamação de D. Pedro em Angra <sup>(12)</sup>. Depois, logo o vemos vereador da Câmara Municipal <sup>(13)</sup>. Finalmente é incluído entre os membros da Junta Provisória do Governo (5-X-1828) como responsável pela Secretaria dos Negócios Internos e Justiça, uma das três secretarias que tinham passado a funcionar como adjuvantes do governo <sup>(14)</sup>. As deliberações da Junta não só preconizavam obediência aos artigos da Carta Constitucional, mas envolviam também medidas de emergência na situação em que então se encontrava a Ilha Terceira.

Entretanto, contra os membros da Junta desencadeou-se uma campanha de maledicência que tinha como principais instigadores os militares, sobretudo os militares recém-chegados à Ilha. No ano seguinte (28-V-1829), por motivo destas maquinações, Alexandre Pamplona foi vítima de um atentado. Quando ele e um outro membro da Junta, o Dr. João José da Cunha Ferraz, tesoureiro-mór da Sé Catedral, se recolhiam a suas casas numa noite muito escura foram espancados por alguns homens embuçados. O último ainda conseguiu escapar-se, mas o primeiro foi atingido por uma estocada da qual se salvou por auxílio de um criado, que no entanto ficou em estado grave <sup>(15)</sup>.

O então Secretário dos Negócios Internos deixou assim de comparecer às reuniões da Junta, durante um mês, sendo substituído por Teotónio d'Ornelas Bruges de Ávila, o futuro conde da Praia da Vitória e uma das notabilidades da revolução liberal nos Açores. A intervenção de Alexandre Pamplona no governo dos Açores terminaria com a posse do conde de Vila Flor como comandante em chefe dos exércitos liberais no Arquipélago (22-VI-1829).

O conde de Subserra, quando ocupou pastas ministeriais em 1823-1825, foi acusado pelos miguelistas de aplanar o caminho à

(12) *Archivo dos Açores*, vol. VI, pág. 227.

(13) *Auto da Vereação* de 15-VII-1828, id. id. págs. 228-230.

(14) *Resoluções do Governo*, Drummond, *Annaes*, t. IV, pág. 174.

(15) *Acta n.º 176 das Resoluções do Governo*, datada de 29-V-1829, in *Archivo dos Açores*, vol., cit. págs. 250-251.



*Praça Velha*  
*Hoje Praça da Restauração, na Ilha Terceira*



introdução das ideias liberais na Ilha Terceira mandando para ali funcionários e agentes da sua confiança (16).

Verifica-se, porém, que a aura de Alexandre Pamplona não teve longa duração, quer como vereador municipal, quer como membro do governo provisório. Há mesmo provas que caiu em desgraça com a chegada de D. Pedro à Terceira (3-III-1831). De facto, o seu irmão, o conde de Subserra, já encerrado nas masmorras miguelistas, se foi objecto da sanha de D. Miguel, também não mereceu a simpatia de D. Pedro. Premiados generosamente foram outros dois membros da Junta Provisória: Teotónio d'Ornelas Bruges de Ávila é elevado à dignidade de visconde de Bruges «por afrontar todos os perigos e vencer todas dificuldades durante o exercício do governo»; a outro membro da Junta, Pedro Homem da Costa Noronha, é concedido o título de barão de Noronha. E nem uma palavra a favor de Alexandre Pamplona, que além da sua intervenção no governo dos Açores e da sua adesão aos princípios do liberalismo, tinha saído mal ferido do atentado contra a sua vida...

Todavia, outro irmão de Manuel Inácio, Jerónimo Martins Pamplona Corte Real, militava no partido oposto. Era um realista convicto. Foi vice-presidente da veração municipal de Angra (1822), em uma câmara apenas composta por partidários de D. Miguel. Procurou sempre criar dificuldades às autoridades constitucionais, aliando-se contra elas com os cabecilhas das reivindicações populares. Por isso, quando do pronunciamento militar de 1828, Jerónimo Pamplona foi preso, condenado e os seus bens confiscados. Mais tarde, beneficiou de uma amnistia (17).

---

(16) Joaquim d'Almeida Tavares do Canto e João Moniz Barreto Corte Real, *Fatalidades do Povo da Ilha Terceira*, in *Archivo dos Açores*, vol. X, págs. 155.

(17) *Archivo dos Açores*, vol. VI, pág. 227.



## 2.º CAPÍTULO

### O VOLUNTÁRIO DAS CAMPANHAS DA EUROPA

Formado em Matemática pela Universidade de Coimbra, Manuel Inácio alistou-se no Exército e, seguindo a escala dos postos militares, é colocado em diferentes guarnições do país. Primeiramente cadete, logo promovido a alferes, encontramos-lo nesta patente no regimento de cavalaria de Castelo Branco (1788). Neste mesmo ano, contava apenas vinte e seis anos, uma das circunstâncias fortuitas da sua vida, que soube habilmente aproveitar, promete-lhe uma carreira brilhante. Ele próprio a narra nas suas «Memória Autobiográficas» (18).

---

(18) B. N. L. Reservados, Cx. 149, Docs. n.ºs 280-287. V. nesta obra «Memórias particulares» fls. 8-11.

Algumas influências se devem ter movido para que fosse destacado para as Caldas da Rainha com um esquadrão de cavalaria destinado ao serviço da rainha D. Maria I e da família real. É então indigitado para comandar o piquete de cavaleiros que acompanhava diariamente o príncipe herdeiro, D. José, desde as Caldas à Foz do Arelho, onde este tomava banhos de mar. D. José e o nóvel alferes eram quase da mesma idade, pois aquele tinha nascido em 1761. Restabeleceram as suas relações, pois se tinham conhecido no Colégio dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, em Mafra (19).

D. José convidou-o então a alistar-se como voluntário no exército russo, em guerra desde 1768 com o exército turco. Manuel Inácio é logo promovido a tenente. Partiu sozinho, sem criado, com os reduzidos meios que lhe podia fornecer o seu pai, em direcção ao Havre, para depois atravessar a França, a Alemanha e a Polónia a fim de se juntar ao exército russo da Moldávia.

Que intenções teriam levado o príncipe a tomar esta decisão? Provavelmente ainda se mantinha no seu espírito a missão de cruzada contra o Islão que provocara a participação de Portugal na batalha de Lepanto (1571) e mais proximamente, no reinado de D. João V, na batalha de Matapão (1716-1717).

Mas agora a situação era diferente. A Sublime Porta tornara-se um dos objectivos expansionistas de Catarina II, czarina da Rússia (1762-1796) que procurava exercer o seu domínio desde o Mar Negro ao Mediterrâneo.

A luta desenrola-se na Crimeia de que os Russos empreendem a conquista (1771). O «kan» tártaro põe-se em fuga e o seu sucessor reconhece o protectorado russo. Todavia, a Turquia recusa-se a ceder a Crimeia e as hostilidades recomeçam com vários combates favoráveis à Rússia. Finalmente a paz é restabelecida entre as duas potências por um tratado assinado na aldeia de Koutchouk-Kainardji (1774). A Rússia obtem as margens do mar de Azov, a foz dos rios Dniepr e do Boug e os seus navios poderão navegar livremente no Mar Negro e nas passagens dos Estreitos. Ainda mais — era um dos objectivos do proselitismo dos Russos — a Turquia reconhece o direito à Rússia de intervir a favor das

---

(19) Ver cap. I, fl. 2.

populações cristãs ortodoxas fixadas no seu território. Entretanto, Catarina II, imperatriz da Rússia, acompanhada de um séquito brilhante e numeroso, visita a convite do seu favorito Gregório Potemkin (1739-1791) as terras novamente conquistadas pelo seu exército. A viagem de Catarina provoca uma viva reacção por parte da Turquia que exige a restituição da Crimeia. Os Turcos prendem o embaixador russo, criando um *casus belli*. É a segunda fase do conflito russo-turco (1787-1792). A Rússia declara guerra à Turquia, com a aliança da Áustria. O exército russo é comandado pelo marechal Alexandre Souvarov (1730-1801), o mais célebre general de Catarina II e um dos mais hábeis capitães de todos os tempos. Depois de tomar Otchakov, atravessa o Danúbio, bate os Turcos em Fokchary e no rio Rymnik, apoderando-se finalmente de Ismail, cidade da Bessarábia, sobre o Danúbio. Terminada a campanha pelo tratado de Jassi (1791) é reconhecida à Rússia a posse da região compreendida entre o Dniestr e o Bourg e a suzerania da Crimeia. É, por consequência nesta segunda fase da conflagração entre os Russos e os Turcos que Pamplona vai intervir.

Pamplona foi alistado (4-VIII-1788) no Regimento de Carabineiros de Kiev, depois transferido como capitão para o Regimento de Cavalaria dos Granadeiros da Pequena Rússia onde foi promovido a major. Foi nesta unidade que combateu na campanha da Moldávia contra os Turcos. Capitaneando as tropas de desembarque numa flotilha russa foi o primeiro a desembarcar para tomar os navios ancorados em frente da ilha de Sammia, na foz do Danúbio. Em Isaccea apoderou-se das bandeiras dos navios turcos. Participou também no assalto de Ismail, atacando a cidade à frente de uma coluna de infantaria. Esta acção foi-lhe premiada com a cruz de S. Vladimiro. Pôde então glorificar-se de ser o primeiro português a combater na foz do Danúbio, depois da legião lusitana recrutada pelo imperador Trajano (20).

As impressões que Pamplona nos legou sobre a campanha manifestam a sua extrema dureza. As províncias da Moldávia e da Bessarábia eram regiões planas e abertas que se poderiam designar de desertos por serem quase despovoadas, embora figuras-

---

(20) Roger Kann, *Un Açoréen Français: le Général Pamplona*, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 21-22.

sem nas cartas nomes de cidades e de aldeias inexistentes. As condições atmosféricas ainda tornavam mais penosa a situação do exército que tinha de combater, ora em planícies cobertas de neve, ora sob a canícula de um verão ardente <sup>(21)</sup>.

Tódavia, nesta primeira fase da sua carreira militar, uma notícia triste viera frustrar todas as esperanças de Pamplona sobre a protecção de um príncipe que era um apoio valoroso e insubstituível. O príncipe D. José, que o tinha indigitado para a campanha da Turquia, morreu prematuramente de um ataque de varíola (1788). Este acontecimento provocou em Portugal uma tal emoção que o médico da câmara real foi acusado de culpabilidade. Pamplona, por sua vez, experimentou um desgosto tão intenso que pensou ter perdido num só momento o que tinha ganho em longa convivência. «Minha dor foi inexplicável» — confessa ele. Se o príncipe tivesse subido os degraus do trono não teria ele sofrido dos contratempos, das contrariedades e mesmo das desgraças que assinalaram toda a sua vida <sup>(22)</sup>.

No entanto, Manuel Inácio aproveita do termo da conflagração para empreender uma viagem pela Rússia. Visita Moscovo que lhe merece palavras de admiração «pela extensão e pelos edifícios pomposos que sobressaem, pelo grande número de torres e de zimbórios quase todos dourados». De Moscovo passou a S. Petersburgo viajando de trenó e a uma extraordinária velocidade. Foi hóspede do ministro de Portugal e teve o mais benévolo acolhimento em toda a parte onde passou. Catarina II produziu-lhe uma impressão extraordinária <sup>(23)</sup>. De facto, esta soberana, uma das figuras mais originais e mais personalizadas de mulher reinante, desempenhou um notável papel na história dos tempos modernos. De pequena nobreza alemã, Sofia d'Anhalt-Zerbst — era o seu nome — tornou-se noiva aos catorze anos do futuro czar da Rússia, Pedro III, que, mais tarde, a desejava repudiar. Mas Catarina singularmente inteligente, enérgica, ambiciosa e decidida, por todos os meios, a reinar, fez-se proclamar imperatriz pela guarnição de S. Petersburgo, depois de descobrir as intenções de seu marido,

---

(21) **Memórias Particulares**, fls. 18 v., 19 e 33.

(22) **Id.** fls. 22-23.

(23) **Memórias Particulares**, fls. 35-40.

que abdicou. Tinha então trinta e três anos e reinou por outros trinta e três anos (1763-1796). Embora autocrata em todos os sentidos da palavra conseguiu inspirar a simpatia dos filósofos franceses do século XVIII que a celebraram como um modelo de rainha liberal... Alemã pelo nascimento soube conquistar a afeição do povo russo e perfeitamente encarnar os seus ideais de nacionalismo.

Depois da campanha da Turquia, Pamplona encontrava-se desocupado. O seu espírito irrequieto procura novas emoções fortes. Vai combater num teatro de guerra completamente diferente. E desta sua intervenção não nos legou as suas habituais impressões que se extraviaram como tantas outras (24). É assim que o oficial português paradoxalmente enfrentará os exércitos da Revolução Francesa de que, mais tarde, será defensor. Na verdade, e sempre como voluntário, toma parte na primeira coligação que se forma na Europa contra a França, inspirada pela Grã-Bretanha, mas com a participação da Prússia, Áustria, Nápoles, Espanha, Rússia e Portugal. Era a consequência de uma reacção ao espírito revolucionário que lavrara em França, agravado com a execução de Luís XVI que provocou grande emoção nas costas europeias.

As nações aliadas tentavam então desmembrar a França, reduzi-la a um «nada político». Nesta campanha distinguem-se duas fases: 1793-1795 e 1795-1797. Na primeira fase, em que participa Pamplona, a França sofre derrotas contínuas. Ingleses e Austríacos procuram romper a tripla linha de cidadelas construída por Vauban para defender Paris. A Inglaterra não podia consentir que os Franceses ocupassem a Bélgica. Um princípio basilar da política de insularidade era que o porto de Antuérpia não devia ficar em poder de qualquer nação continental. Assim nos meses de Julho a Setembro de 1792, a cidade de Valenciennes sobre o Escaut, que era tenazmente defendida pelos Franceses, capitulou ao cabo de quarenta dias de um anel de ferro e de fogo. As tropas aliadas eram comandadas pelo duque de York, sobrinho do rei de Inglaterra Jorge III (1760-1820). Ora Pamplona encontrava-se entre os sitiantes.

---

(24) Id. fls. 4 v. e 5.



### 3.º CAPÍTULO

#### PAMPLONA NAS GUERRAS DE ESPANHA

Foi ainda no quinquénio da primeira coligação europeia contra a França (1793-1797), em que Pamplona participou integrado nas tropas inglesas e austríacas, que deflagrou a guerra do Rossilhão entre a França e a Espanha e Portugal (1792-1795). O oficial português ainda não tinha regressado ao seu país. Foi já a aproximar-se o fim do conflito, que, o então tenente-coronel de cavalaria, partiu para a Espanha (27-III-1794) a juntar-se às tropas portuguesas comandadas por João Forbes Skellater, oficial escocês, que ostentava a patente de tenente-general graduado.

A denominada campanha do Rossilhão insere-se, portanto, na reacção provocada pela Revolução Francesa. Torna-se, porém, ne-

cessário esboçar o quadro em que se desenrolou o conflito para se compreender a intervenção de Pamplona.

A diplomacia portuguesa, então dirigida pelo ministro de D. Maria I, Luís Pinto de Sousa Coutinho, visconde de Balsemão (1788-1803), procurou manter uma neutralidade vigilante nas primeiras convulsões revolucionárias. Mas, por um lado, as íntimas relações entre a corte portuguesa e a corte espanhola e, por outro lado, os tradicionais laços que uniam Portugal à Grã-Bretanha, incitavam o nosso governo a tomar uma atitude beligerante contra a França. Era intenção do ministro português firmar uma tríplice aliança que unisse a Grã-Bretanha, a Espanha e Portugal, ainda que o nosso país tivesse sido excluído das negociações preliminares entre aquelas duas potências. No entanto, a guerra que Portugal ia mover contra a França assentava apenas em motivações ideológicas, ou seja na profunda aversão da corte portuguesa contra os actos extremistas da República Francesa. Não havia contencioso de interesses feridos neste momento. De facto, Portugal interveio sem razões verdadeiramente justificadas na primeira coligação contra a França. Desta decisão irreflectida de hostilidade resultariam as mais graves consequências na nossa política interna e na nossa política externa <sup>(25)</sup>.

A guerra do Rossilhão tem como teatro a região dos Pirinéus Orientais, na fronteira espanhola, que se estende desde Gerona até Collioure. Não se notabilizou por lances de batalhas espectaculares. Foi antes uma campanha de desgaste, primeiramente das tropas francesas e depois das tropas luso-espanholas. No entanto, a divisão portuguesa, que contava pouco mais de cinco mil homens, tomou uma parte activa na conflagração.

A guerra do Rossilhão compreende três fases: na primeira fase, no ano de 1793, que se desenrola no território francês ao sul de Perpilhão, o exército luso-espanhol leva decidida vantagem sobre os exércitos da Revolução tomando as cidades de Port - Vendre, Saint - Elne e Banyuls - les - Aspres. Na segunda face, sob um inverno rude e com as serranias cobertas de neve, são os Franceses que triunfam nos desfiladeiros dos

---

(25) José Maria Latino Coelho, *História Militar e Política de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, t. II, págs. 299-306.

Pirinéus Orientais. Na terceira fase a sorte das armas começa a inclinar-se favoravelmente para o exército espanhol, então sob o comando do general Urrutia (26). Os acontecimentos da Revolução Francesa, que levam ao fim a ditadura de Robespierre, influíram na mudança dos comandos nos Pirinéus enfraquecendo o ímpeto das tropas da Revolução. Em Setembro de 1795 realizaram-se negociações para a paz.

A colaboração da divisão auxiliar portuguesa, em especial nos dois primeiros anos da campanha, não desmereceu das qualidades que sempre foram atribuídas ao soldado lusitano. De uma maneira geral, suportou corajosamente os rigores de uma luta num terreno extremamente penoso.

Todavia, ao aproximar-se o fim da campanha surgiu um conflito grave entre os oficiais, por um lado o coronel Gomes Freire de Andrade e o tenente-coronel Manuel Ignacio Martins Pamplona e por outro lado o comandante do exército português, tenente-general João Forbes Skellater. Um e outro daqueles oficiais tinham-se mostrado ofendidos com uma relação publicada na *Gazeta de Lisboa* (27) por Skellater que não punha devidamente em destaque os seus actos militares. Gomes Freire era considerado um «génio revoltoso, insultante e inquieto». Além de tudo o mais, travou-se de razões com um coronel espanhol, sendo convidado Pamplona para padrinho do duelo... Pelo seu lado, este impugnara igualmente uma decisão do comandante do exército, que lhe atribuía apenas as funções de adido ao estado-maior, em vez de ajudante general, para que havia sido nomeado por ele. Perguntava então Pamplona por que razão só na Catalunha havia de ser reconhecido como ajudante general e em Lisboa era apenas apresentado como simples adido do estado-maior. Não era indiferente, como tinha provado várias vezes na sua carreira, a estas distinções. O seu orgulho de militar e de homem sentia-se ferido com as ofensas à sua dignidade. Neste sentido dirigiu uma carta ao tenente-general Skellater em que com toda a habilidade não menosprezava a sua posição hierárquica, mas se queixava amargamente das suas decisões. Na verdade, não se compreendia — alegava ele — que tivesse um tí-

---

(26) Citado por Subserra a fls. 21 das «Memórias Particulares».

(27) Números de 17 e 20 de Novembro de 1795.

tulo no exército e outro diferente em face do público português que lia os relatos da *Gazeta de Lisboa*. Era um oficial bem conhecido no seu país por ter ido aprender a arte da guerra a mil léguas dele. Não era depois de cinco campanhas no estrangeiro que um oficial da sua patente não dispunha no exército de um posto bem determinado. Esta atitude de Skellater fizera-lhe beber um «cálice de amargura»... Provocou-lhe um ataque de icterícia. As suas forças físicas diminuíram e sofreu também de «dores de estômago, de vômitos e de espasmos» e mal podia endireitar o seu corpo. Precisava de uma licença para tratamento e solicitava o seu regresso ao Reino por se tornar inútil a sua presença no exército da Catalunha (28).

Entretanto o tenente-general Skellater adoeceu gravemente e o exército da Catalunha sofreu de uma crise de comando. E nestas circunstâncias que se evidencia a personalidade de Pamplona, bem como a do coronel Gomes Freire de Andrade. Incumbiram-se da condução das tropas, procuraram assegurar-lhes a disciplina; esforçaram-se por lhes serem fornecidos os armamentos e as munições de que careciam. Mas, antes de terminar a campanha, o tenente-general Skellater pediu um inquérito à sua conduta, em face das acusações que choveram sobre ele. Em consequência das averiguações, que se procederam, o ministro dos estrangeiros e da guerra, Luís Pinto de Sousa, mandou retirar para o Reino a Gomes Freire e a Manuel Inácio Martins Pamplona (29).

Apesar de todos estes incidentes a divisão portuguesa, quando desembarcou em Lisboa (11-XII-1795), foi recebida em triunfo. Os oficiais que mais se distinguiram, incluindo Pamplona e Gomes Freire, foram promovidos ao posto imediato.

Finalmente o dissídio entre a França e a Espanha terminou com o tratado de Basileia (22-VII-1795) em que Portugal nem sequer foi ouvido. Havia, porém, no texto duas referências a Portugal: uma sobre a troca de prisioneiros portugueses e franceses, outra em que «a República Francesa desejando dar um testemunho de amizade a Sua Magestade Católica», aceitava «a sua me-

---

(28) V. Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do Regime Parlamentar em Portugal*, 1.ª época, t. III, Docs. n.º 41, 41 A, 41 B, 41 C, 41 D e 41 E, págs. 182-201.

(29) Latino Coelho, *Op. cit.*, t. III, págs. 441-442 e 493-499.

dição a favor do reino de Portugal, do rei de Nápoles, do rei da Sardenha, do infante duque de Parma e dos mais estados da Itália para o restabelecimento da paz entre a mesma República e cada um dos ditos príncipes e estados» (30). Isto é, Portugal ficava numa posição absolutamente secundária...

Depois das suas andanças pela Europa e da campanha do Rossilhão, que lhe acarretou alguns dissabores, Pamplona teve certamente o ensejo de meditar sobre o espírito bélico das tropas francesas e da sua manifesta superioridade sobre os seus adversários. Ia-se formando no seu pensamento a convicção que as ideias da Revolução eram irreversíveis e que se marchava para uma nova ordem social na Europa. Ainda que conservador por instinto e por educação, não podia ser insensível ao ambiente que o cercava. A sua lúcida inteligência começava a compreender que as doutrinas revolucionárias não eram um fenómeno efémero. Que, em breve, abalariam os alicerces das monarquias absolutas e o poder dos tronos sem limitações na ordem temporal.

Mal ainda não estavam extintas as cinzas da campanha do Rossilhão a guerra vai, mais uma vez, reacender-se em Portugal. O país continua a sofrer do reflexo das convulsões europeias. Napoleão já primeiro cônsul (1801) não se esquece dos Portugueses. Considerava-os como uma nação satélite dos Ingleses. Portanto, atacá-los e diminuí-los era atacar e diminuir o prestígio britânico. Mas, a Grã-Bretanha, então ocupada com os negócios do Oriente, não podia prestar auxílio valioso à sua antiga aliada.

Entretanto Pamplona tinha sido definitivamente promovido a coronel. Encontrava-se então colocado no Regimento de Cavalaria de Chaves (31). É neste posto que o surpreende um novo conflito, agora entre Portugal e a Espanha, mas provocado pela rivalidade entre a França e a Grã-Bretanha. É a denominada «Guerra das Laranjas» que se desenrola no período compreendido entre Fevereiro e Junho de 1801.

Esta conflagração entre os dois países, tão intimamente uni-

---

(30) V. o texto do tratado em Luz Soriano, Op. e vol. atrás citado, doc. n.º 44, págs. 220-223.

(31) Coronel H. Madureira dos Santos, *Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo Coronel Chaby*, VI Vol. pág. 459.

dos por laços familiares e por interesses comuns, não é mais do que um outro episódio da interferência da República Francesa nos negócios peninsulares. A Espanha, depois de lutar contra a França, como vimos atrás, (1793-1795), experimentou uma reviravolta na sua política externa: o tratado de S.to Ildefonso (1796) consagra a inteligência do Directório que então governava a França, com o príncipe da Paz, Manuel de Godoy, valido todo o poderoso de Carlos IV. E nestas circunstâncias políticas e por instigação de Napoleão Bonaparte, então primeiro cônsul, que a Espanha declara inopinadamente guerra a Portugal (26-II-1801). Entretanto o governo português confiava cegamente no auxílio da Grã-Bretanha que se alheou completamente do conflito. E assim o nosso exército teve de suportar sozinho o embate do exército espanhol, muito mais forte.

O exército português só conseguira uma organização, uma disciplina e uma eficiência combativa com a intervenção do conde prussiano Guilherme de Shaumburg Lippe (1762-1764 e 1767-1768), nomeado marechal-general do exército e encarregado do governo de armas de todas as tropas e director geral de todas as armas. Apesar dos esforços de Lippe, que colocou o exército português ao nível dos exércitos europeus da época, a sua decadência voltou a acentuar-se nos anos seguintes. Só, a partir de 1809, com a nomeação de Beresford para seu generalíssimo, o nosso exército readquiriu as qualidades que tinha perdido, como o prova a sua brilhante acção nas campanhas napoleónicas <sup>(32)</sup>. Naquele período intermédio do último quartel do século XVIII e primeira década do século XIX, tanto na guerra do Rossilhão como na guerra luso-espanhola de 1801, as forças armadas portuguesas não se encontravam convenientemente preparadas para as missões de que foram incumbidas.

Todavia, os Portugueses ainda conseguiram três corpos de exército: um em Trás-os-Montes sob o comando de Gomes Freire, em que vai participar Pamplona; o da Beira Baixa dirigido por Dordez e, finalmente, o do Alentejo comandado por um general com 82 anos de idade, o duque de Lafões, também marechal-general de todo o exército português. Foi principalmente nesta pro-

---

(32) General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, pág. 181.

víncia, teatro clássico das guerras luso-espanholas, que se desenvolveram as acções militares mais espectaculares. Enquanto as forças portuguesas não excediam 40.000 homens, as espanholas contavam mais de 54.000. Como as tropas invasoras penetrassem facilmente na fronteira alentejana, o próprio Carlos IV, rei de Espanha, acompanhado de sua mulher, a rainha Maria Luísa, saiu de Madrid a caminho de Badajoz. E conta-se que Manuel Godoy, amante da rainha, arrancou já em território português um galho de laranjeira que lhe enviou de presente como símbolo da conquista. Donde a designação de *guerra das laranjas*, por que é conhecido o conflito luso-espanhol.

Mas o exército de Trás-os-Montes não foi tão mal sucedido. Os regimentos de cavalaria de Chaves e de Bragança avançaram sobre a povoação fortificada de Monterey numa região montanhosa. Penetraram no território espanhol divididos em duas colunas: uma sob o comando de Gomes Freire de Andrade, outra sob o comando de Pamplona: a primeira subiu até às eminências da margem esquerda do rio Tâmega, obrigando os Espanhóis a recuar; a de Pamplona, porém, não conseguiu o mesmo êxito tendo dispersado antes de conseguir os seus objectivos. Fracassou assim a conquista de Monterey, ainda que a acção militar portuguesa tivesse colocado o exército espanhol numa posição defensiva. Contudo as relativas vantagens, que se obtiveram na fronteira norte, não podiam contrabalançar os desastres do Alentejo.

Mais uma vez, Pamplona retirou-se das operações militares desiludido com a desorganização do exército português, ainda que sempre reconhecendo o valor combativo dos nossos soldados.

Foi o próprio duque de Lafões que encetou as negociações de paz conseguindo um armistício geral (7-VII-1801). Era um chefe cético que não acreditava nas razões da guerra. Dizia ele ao seu adversário, o ministro espanhol, D. Francisco Solano: «Somos duas bestas que os outros picam; agitemos as campainhas, mas não nos façamos mal que seria ridículo».

Portugal saiu muito mal ferido desta luta desigual. Pelo tratado de Badajoz (6-VI-1801), firmado pela parte de Portugal por Luís Pinto de Sousa Coutinho e, por parte da Espanha, pelo príncipe da Paz, Portugal obrigava-se a fechar os portos dos seus do-

minios aos navios de guerra da Grã-Bretanha (Art.º 2.º) e a Espanha conservava «em qualidade de conquista» a praça de Olivença e o território confinante desde a margem esquerda do Guadiana que nos pertencia desde os alvares da nacionalidade. (Art.º 3.º). Além disso Portugal e a Espanha renovavam os seus tratados de aliança defensiva, mas condicionados pelas «cláusulas e modificações» que então uniam a Espanha à República Francesa (Art.º 10.º). Ao mesmo tempo, estabelecia-se um outro «tratado de paz» entre Portugal e a República Francesa, na mesma data, que não foi ratificado pelo então primeiro cônsul, Napoleão Bonaparte. Sucedeu-lhe o tratado de Madrid (29-IX-1801) ainda com condições muito mais rigorosas para Portugal. De acordo com a exigência napoleónica do bloqueio continental «todos os portos e enseadas de Portugal na Europa» eram imediatamente fechados «a todos os navios ingleses de guerra e mercantes» (Art.º 2.º). Seria ainda negociado entre as duas potências um «tratado de comércio e de navegação» pelo qual os panos franceses poderiam ser imediatamente introduzidos em Portugal como mercadorias mais favorecidas. Por um artigo adicional o erário português obrigava-se a pagar à República Francesa a soma de «vinte milhões de libras tornesas» a título de indemnização.

Todavia, ainda que estes tratados fossem declarados nulos por decisão do príncipe regente, D. João (1-V-1808), a verdade é que Olivença e o seu território confinante nunca mais foram restituídos a Portugal pela Espanha, apesar de todas as diligências subsequentes dos diplomatas portugueses. É um direito que assiste iniludivelmente a Portugal e uma dívida em aberto que até agora não foi reconhecida pela Espanha (33).

---

(33) O texto dos tratados está publicado em Luz Soriano, op. cit., 1.ª época, t. III, Coleção de documentos oficiais, docs. n.º 98 B, 98, C, págs. 465-471, e doc. n.º 104, págs. 499-502.



*Napoleão*



#### 4.º CAPÍTULO

### O PAPEL DE PAMPLONA NA GUERRA PENINSULAR

É como comandante do regimento de cavalaria de Chaves, em anos relativamente calmos neste recanto da Península, mas de intensa agitação nos países da Europa Central, que o coronel Pamplona conhece a senhora com quem vai consorciar-se em 19 de Maio de 1806: D. Isabel Antónia do Carmo Roxas e Lemos de Carvalho de Meneses, de seu nome completo. Era um casamento morganático com a viúva de um seu primo, Manuel de Roxas e Lemos Pequeno Chaves Teixeira Vahia que tinha falecido em Lisboa no ano anterior. Fora moço fidalgo, coronel de um dos regimentos da milícia de Lisboa e 14.º senhor da Casa de Trofa cuja fundação ascendia ao século XV. Os Lemos de Trofa, que provinham de uma ascendência galega — e este ponto interessa para o conhe-

cimento da genealogia de D. Isabel Antónia — ainda hoje são lembrados numa espécie de pequeno panteão, na localidade do mesmo nome, nas proximidades de Aveiro, onde se podem admirar alguns túmulos da família como obras primas da escultura renascentista em Portugal. O seu mais ilustre representante foi D. Duarte de Lemos, guerreiro da Índia, que no primeiro quartel do século XVI mandou erguer a capela onde se encontra sepultado e reproduzido orando numa bela escultura de mármore <sup>(34)</sup>.

D. Isabel Antónia ficara herdeira de um avultado património de bens de raiz, não só nas imediações de Chaves, mas ainda em vários pontos do país. O arrolamento a que se procedeu pela confiscação dos bens de Pamplona e sua Mulher, quando da sua condenação, é formado por dezenas de processos. Só os rendimentos anuais da Casa de Bostelo, no termo de Chaves, somavam 1.569.415 réis que correspondem na moeda de hoje a cerca de dois mil contos, se tomarmos como base o salário médio diário de 200 réis no princípio do século XIX e o salário médio de trezentos escudos (300.000 réis) na época actual (1978). Mas havia ainda outras propriedades no Couto de Ervededo, em Montalegre, na comarca de Bragança. Além da Casa de Subserra os domínios da Casa de Trofa estendiam-se por Vila Franca, Santarém, e pelo termo de Lisboa, nomeadamente em Telheiras, S. João da Mata, Frielas, Sacavém e Benfica. Na Beira possuíam a Quinta de Gondim no termo de Lamego e outras terras de Vouzela, na comarca de Vizeu. Detinham ainda em Coimbra o morgadio de Lamosa e no Minho várias terras da freguesia de Sande, em Vieira. Finalmente na Calçada da Graça em Lisboa erguia-se também o palácio da Trofa e na Rocha de Conde de Óbidos, da cerca do convento das Albertas, recebiam rendimentos importantes <sup>(35)</sup>. Da parte do seu morgadio na Terceira, de que Pamplona era o 14.º senhor, os proventos representavam também um recurso substancial na avultada fortuna do casal.

Neste ano do seu casamento e na morosidade de uma guarnição da Província, Pamplona vai empreender, em companhia de sua

---

(34) V. Aarão de Lacerda, *o Panteon dos Lemos na Trofa de Vouga*.

(35) A.N.T.T. Juízo da Inconfidência, Casa Pamplona, Maço 1, P.º n.º 2, fls. 38.

Mulher e da enteada, de que falaremos adiante, uma viagem à Ilha Terceira onde havia nascido e onde não voltara havia muitos anos. Além das saudades que o atormentavam da fragância do seus verdejantes campos de cereais e dos vinhedos no basalto dos Biscoitos, por onde se alargavam os domínios do morgadio, desejava revelar à sua Mulher, que nunca se furtará às aventuras e aos incómodos das suas viagens, os encantos da paisagem silvestre dessas ilhas então completamente isoladas no meio do Atlântico.

Apesar da jornada se ter efectuado em pleno verão, Pamplona ficou retido por alguns meses na Ilha Terceira «porquanto nenhuma embarcação tem havido na qual pudesse seguramente e decentemente transportar-se com a sua família» — escreve o capitão-general dos Açores, Miguel António de Melo (1806-1810) <sup>(36)</sup>.

Mas nestas circunstâncias, e durante o ano de 1806, o brigadeiro Pamplona não perde o ensejo de demonstrar as suas capacidades militares e até de prestar um auxílio ao capitão-general. Foi encarregado por ele de passar revista ao batalhão que guarnecia o Castelo de S. João Baptista e a outras fortalezas da Ilha. E desempenha-se desta missão com o escrúpulo e a minúcia que punha em todas as suas acções. Alojara-se com a Mulher e enteada na Quinta da Estrela, propriedade ainda hoje existente com o mesmo nome, situada no Caminho de Baixo, arrabalde da cidade de Angra. E daí relata ao capitão-general os resultados da inspecção a que procedeu no Castelo e até no Hospital Militar da Boa Nova que lhe era anexo. Preocupa-se ali com a administração militar propriamente dita e aqui com as necessidades das enfermarias, o vestuário e o salário dos doentes <sup>(37)</sup>. Pelos documentos, em que se relata a sua missão, verifica-se que D. Miguel António de Melo confiou a um oficial com patente superior no exército e estranho à guarnição uma tarefa que tanto importava à eficácia do seu governo.

Ao mesmo tempo, e como era natural, Pamplona demorou durante os meses estivais na freguesia dos Biscoitos para «acompanhar a demarcação e tombo das terras de que era administrador

---

(36) Ofício dirigido a António de Araújo Azevedo, datado de 18-VII-1806. A. H. M. M. I. M. P., Cx. 437.

(37) A. D. A. H., Maço n.º 41, *Corrêspôndência de Diversos*, officios datados respectivamente de 5, 8 e 10 de Agosto de 1806.

vinculado». Observou os trabalhos de demarcação e conversou e ajustou contas com os rendeiros e foreiros. As suas propriedades tinham como um dos limites a Canada dos Frades onde começavam as de outro grande senhor da Ilha, Francisco do Canto e Castro <sup>(38)</sup>.

É, pois na quietude do comando de Chaves, e depois do regresso dos Açores, que Pamplona é convidado pela Regência do Reino a participar na formação da Legião Portuguesa, corpo de exército recrutado por Junot, sob as ordens de Napoleão, para combater na Europa contra os inimigos da França. Pode dizer-se, que no ponto de vista financeiro e no ponto de vista militar, nada o impelia a abandonar o país. Mas, mais uma vez, o espírito de aventura de que era dotado o arrastava para novas lides guerreiras. Acreditava, depois de tantas experiências a que se sujeitara, que os exércitos napoleónicos eram invencíveis e acabariam por impor a toda a Europa os ideais da Revolução Francesa.

A formação da Legião Portuguesa obedecia a duas intenções fundamentais da política de Napoleão: primeiramente, desarmar a nação, reduzir o exército que tinha sido reorganizado por Beresford, pouco tempo antes; em segundo lugar, aproveitar nas lutas europeias de soldados recrutados em todos os países em que se exercia a dominação francesa. De facto, Napoleão escrevia a Junot uma extensa carta (12-XI-1807) em que lhe dava minuciosas instruções relativas à marcha em direcção a Portugal e lhe prescrevia de desarmar e licenciar o exército português. Alguns dias mais tarde Napoleão voltava a insistir (20-XII-1807): «Não perca um momento em desembaraçar-se do exército português. O que é fácil no primeiro mês, torna-se muito difícil depois» <sup>(39)</sup>. Oficiais portugueses simpatizantes com a França e, dentro da política colaboracionista, aliás preconizada pelo próprio D. João VI, procederam aos preparativos desta vasta operação. Assim o tenente-general D. Pedro de Almeida Portugal marquês de Alorna, graças ao seu prestígio e ao ascendente que podia exercer sobre outros oficiais, foi nomeado por Junot (22-XII-1807) inspector geral e coman-

---

(38) Francisco Lourenço Valadão Júnior, *O último capitão-general do regime absoluto na Ilha Terceira*, págs. 4-5.

(39) P. Boppe, *La Légion Portugaise, 1807-1813*, págs. 4-5.

dante de todas as armas estacionadas nas províncias de Trás-os-Montes, Beira e Estremadura e encarregado da sua redução. Por sua vez, ao brigadeiro Manuel Inácio Pamplona foi cometida a redução dos regimentos de cavalaria nas mesmas províncias (40). Esta redução tinha como finalidade licenciar ou reformar os oficiais desnecessários e, ao mesmo tempo, formar um corpo de exército fiel aos Franceses. As reduções, que tinham começado pelos meados do mês de Fevereiro de 1808, não estavam ainda concluídas, quando Junot pôs em marcha a Legião nos princípios de Abril.

Neste momento a Legião já dispunha de um efectivo de nove mil homens. Pamplona assumiu as funções de chefe do Estado Maior General, graduado em marechal de campo. Este contingente saiu de Portugal a caminho de Salamanca, Valadolid e Burgos, numa Espanha em que já se iniciara a revolta popular contra os Franceses invasores.

Em Burgos as deserções já haviam atingido cerca de um terço da totalidade do exército. Aqui, como o marquês de Alorna adoecesse com uma febre aguda, Pamplona substituiu-o no comando. Encontrando-se em Baiona a corte imperial, a Legião Portuguesa dirigiu-se para esta cidade francesa. No entanto, Junot tinha ocultado o verdadeiro destino das tropas portuguesas. Quando muito, havia deixado correr o boato que elas se concentrariam em Baiona, onde então residia Napoleão, para restabelecerem no trono português, considerado vago depois da partida da família real para o Brasil, um príncipe da família imperial (41).

A Legião formou em ordem de batalha numa planície por detrás do palácio de Marracq, onde Napoleão recebeu Carlos IV de Espanha, a rainha Maria Luísa e o seu filho Fernando VII (20-30-IV-1808). Era uma bela residência estival situada numa eminência na margem esquerda do Nive, infelizmente incendiada mais tarde (1825). Apareceu então o imperador, a cavalo, acompanhado por um grupo numeroso de oficiais. Com muito vagar passou revista à coluna portuguesa. No dia seguinte a força formou em linha na parada do acampamento onde Napoleão procedeu a no-

(40) Simão José da Luz Soriano, Op. cit. 2.ª época, t. I, pág. 53.

(41) Roger Kann, Op. cit. pág. 178.

va inspecção. Ladeado pelo general Pamplona, que ia traduzindo em português as suas ordens, o imperador ordenou que se fizessem manobras. Notou com muita satisfação que os cavaleiros evolucionavam segundo a ordenança francesa que tinha sido adoptada em Portugal desde 1804 (42).

À noite, depois do jantar, os soldados portugueses dançaram e cantaram modas regionais. De uma vez, com grande aplauso da imperatriz Josefina, executaram figuras de lundum. O sangue crioulo de Josefina ferveu ao ponto de oferecer garrafas de Bordéus aos nossos bisonhos montanhesees que então se envolveram em desordem com os soldados franceses. Por decreto (12-VI-1808) Napoleão consagrou a criação da Legião Portuguesa (43).

Se as manobras e o aspecto físico dos soldados agradaram ao imperador, o mesmo não aconteceu com os fardamentos e o equipamento. Passando em revista um dos regimentos de cavalaria disse ao major-general Berthier: «Este corpo está despido; seria tão belo como é bom se estivesse fardado». Todavia, mostrou-se muito mais indisposto com a ausência de Alorna. Era melhor que ficasse na sua pátria onde os ares eram mais saudáveis — observou o imperador (44).

Napoleão tinha instalado a sua corte em Baiona exactamente para resolver os assuntos referentes à situação da monarquia espanhola e apoderar-se da Península como reduto militar contra a hegemonia britânica.

Depois da sua passagem por Baiona a Legião Portuguesa dispersou-se. A segunda divisão foi mandada retrogradar de Hernani para Vitória. E o próprio general Pamplona recebeu ordem de seguir imediatamente para a Espanha (4-VI-1808), a fim de assumir o comando destas tropas, depois de iniciado o grande cerco de Saragoça (1808-1809), em que ainda o general participou e só foi conquistada pelos Franceses à custa de pesadas perdas de vidas. Era escolhido não só pelo respeito da sua patente militar, mas porque com os seus conhecimentos de língua francesa se podia

---

(42) Ten. Theotonio Banha, *Apontamentos para a História da Legião Portuguesa* pág. 115. V. também Bento da França, *A Legião Portuguesa ao Serviço do Império Francês*, pág. 25.

(43) Luz Soriano, *Op. cit.* 2.<sup>a</sup> época, t. I, pág. 61 n.º 1.

(44) Roger Kann, *Op. cit.* pág. 181.



*Junot*



corresponder directamente com o general Verdier, a quem ficou subordinado. Em certo momento, Pamplona assumiu o comando militar da cidade de Vitória. Entretanto, chegaram ali novas tropas providas da França e com elas a notícia que Pamplona devia regressar a Baiona, à frente de um regimento português, que se aquartelou provisoriamente em Pau. Bonaparte passou nesta cidade e não só foi saudado pelas autoridades locais, mas ainda pelos oficiais da Legião, entre os quais Alorna e Pamplona bem como outros titulares portugueses. Conhecedor da vergonhosa derrota do general francês Dupont em Baylen (22-VI-1808) e de uma deserção das tropas espanholas que combatiam na Dinamarca, Napoleão procurou afastar a Legião Portuguesa das vizinhanças dos Piri-néus. Os regimentos, que receberam novos fardamentos, foram espalhados pelas povoações de Valence, Romans e Grenoble. A cavalaria, comandada por Pamplona, ficou aquartelada em Gray, na província de Franhe-Comté, onde os soldados portugueses foram acolhidos hospitaleiramente (45).

Em Gray, Pamplona nomeado administrador dos fundos da Legião — encargo que Alorna não quis aceitar — gosou de uma certa tranquilidade, desde 1808 até fins de Outubro de 1809. Acompanhavam-no sua Mulher e sua enteada Maria Mância, então ainda criança. Solicitou às autoridades francesas para que lhe fosse entregue o comando da sua brigada de cavalaria na guerra contra a Austria mas não lhe foi deferida esta pretensão. Nas suas horas vagas ocupou-se em traduzir para português o regulamento da manobra de cavalaria francesa. Na missão, que então desempenhava, os seus companheiros de armas não se cansaram de fazer elogios à sua conduta.

No entanto, nos princípios de 1809, em que Napoleão preparava uma campanha contra a Áustria, uma parte das guarnições portuguesas foi juntar-se ao Grande Exército, na Alemanha. Mas nem Pamplona, nem Alorna mereceram ser convocados para participar nas tropas portuguesas. Era uma tática de Napoleão para dividir as forças da Legião (46).

Em treze de Abril daquele ano, o imperador partiu de Paris

---

(45) Theotonio Banha, Op. cit., págs., 21-25.

(46) Roger Kann, Op. cit. pág. 182.

para Estrasburgo, onde anunciou aos seus atónitos cortesãos: «Em dois meses obrigarei a Áustria a desarmar». Foi assim que os exércitos napoleónicos se bateram duas vezes com os Austríacos: primeiramente, no Alto Danúbio, na Baviera; depois ao Norte de Viena, na planície de Wagram — em que se opuseram 187.000 Franceses e aliados contra 136.000 Austríacos e aliados. Foi uma das mais sangrentas batalhas da história. Os Austríacos lutaram denodadamente sob o comando do arquiduque Carlos da Áustria. Estiveram, por vezes perto da vitória; mas a superioridade de Napoleão em poder e em estratégia mudou a maré e, após dois dias de combate (5 a 6 de Junho de 1809) o arquiduque tinha perdido 50.000 homens ordenando a retirada <sup>(47)</sup>.

Só uma parte da Legião combateu em Wagram. Na véspera da batalha uma divisão do corpo do marechal Oudinot, de que participavam dois batalhões portugueses, tentou, em vão, ocupar uma eminência de terreno cujo domínio era muito necessário para o desfecho da batalha. Ao cair da noite e com a atmosfera adensada pelos vapores do Danúbio mal se divisava o inimigo que começou a desencadear um fogo nutrido sobre os Franceses que fugiram em debandada. Apenas se sustentaram firmemente na posição os dois batalhões portugueses. Com esta atitude corajosa a divisão francesa veio a reunir-se de novo com eles <sup>(48)</sup>. Napoleão — como vários testemunhos o confirmam — prestou homenagem ao valor combativo do soldado português. Ainda em Baiona arrependera-se de não ter recrutado todo o nosso exército. E no regresso de Viena confessa ao conde de Ega que os Portugueses lutavam com galhardia em todos os teatros da guerra e não havia decerto na Europa melhores soldados do que eles <sup>(49)</sup>.

De facto, só em Wagram os Portugueses obtiveram pelos feitos em batalha cinquenta condecorações da Legião de Honra para a infantaria e doze para a cavalaria. Foi no regresso de Wagram, durante uma parada realizada em Paris, nas Tulherias, que Napoleão ao passar junto aos soldados portugueses perguntou-lhes se queriam ir combater os Ingleses em Portugal. A esta interro-

---

(47) Will and Ariel Durant, *The Age of Napoleon*, pág. 282.

(48) Theotonio Banha, *Op. cit.* pág. 29.

(49) Theotonio Banha, *Op. cit.* pág. 30.

gação capciosa responderam afirmativamente ao Imperador. Tão satisfeito ficou ele com a resposta que lhes deu a honra de guardarem a capital pelo espaço de um mês <sup>(50)</sup>.

Foi de Gray que Napoleão mandou chamar Pamplona nos primeiros dias de Novembro de 1809, dois anos depois de tomar o primeiro contacto com ele em Baiona. O imperador preparava então — dizia — a derrota decisiva dos Ingleses na Península Ibérica. Segundo escreve Pamplona, tinha mesmo a intenção de dirigir pessoalmente a campanha se outros acontecimentos da sua vida privada — o divórcio e o seu casamento com a arquiduquesa Maria Luisa — não tivessem gorado este projecto (1809-1810). Bonaparte pensou logo em incluir os officiaes portuguezes mais conhecidos na expedição à Espanha. Serviriam como medianeiros, como informadores, como elementos de ligação entre as tropas portuguezas e as tropas francesas. A sua confiança na vitória — confiança que se tinha certamente incutido no próprio espirito de Pamplona — daria uma situação privilegiada aos antigos comandantes da Legião Portuguesa. Napoleão de resto acrescentara, com uma fina e oportuna observação, que «nunca armava irmãos contra irmãos» <sup>(51)</sup>.

No entanto, um escrúpulo de consciência patriótica iluminou a intelligência clara de Pamplona: era uma missão que lhe não agradava. De qualquer maneira, ainda que o êxito da empresa parecesse absolutamente assegurado, ia participar de um exército destinado à invasão de Portugal e teria inevitavelmente de combater contra os seus compatriotas. De nada lhe valeram estes protestos: «Estais em França já há dois anos — advertiu-lhe o duque de Feltre, ministro da guerra — e deveis saber que se não resiste às ordens do imperador». <sup>(52)</sup>.

O príncipe de Essling, o marechal Massena, «filho querido da vitória», como lhe chamava Napoleão, a quem foi confiado o commando supremo do exército peninsular, esclareceu ainda Alorna e Pamplona, que o seu fito principal era o de expulsar os Ingleses

---

(50) Id., id. pág. 40.

(51) Pamplona, *Memória justificada de Manoel Ignacio Martins Pamplona e sua Mulher D. Isabel de Roxas e Lemos*, Imprensa Nacional, Anno de 1821.

(52) Id. id. pág. 29C.

da Península. Só depois de vencidos esses implacáveis inimigos da França, os oficiais portugueses seriam chamados a intervir, redigindo proclamações e tomando contactos com o partido francês que logo surgiria com o aniquilamento do partido favorável à Grã-Bretanha <sup>(53)</sup>.

Além disso, Massena pediu a Pamplona um itinerário da marcha da expedição militar que este já havia estabelecido e facultara ao imperador, em Paris, por sua ordem <sup>(54)</sup>.

Havia ainda outras razões que militavam no espírito de Napoleão a favor de uma campanha em que ele punha um interesse apaixonado na luta contra os Ingleses, objectivo principal da sua estratégia política. Primeiramente, teria mesmo pensado em enviar para a Península, integrado no exército francês, um corpo da própria Legião Portuguesa. Pôs de parte esta iniciativa por motivos óbvios: quem lhe garantia que os soldados não desertassem logo à chegada ao território português? Decidiu então que apenas um certo número de oficiais, aqueles que oferecessem maior confiança pela sua completa adesão ao partido francês, fossem designados para se juntarem ao estado-maior do seu exército. Não declarara o comandante em chefe da Legião, o marquês de Alorna «que o maior serviço que se pode prestar a Portugal é de lhe fazer compreender que este país não pode existir sem o apoio da França <sup>(55)</sup>».

Dado o desconhecimento da geografia de Portugal, da inexistência de cartas rigorosas e actualizadas do país, Napoleão supunha que os oficiais portugueses pudessem dar esclarecimentos preciosos nos itinerários seguidos pelas hostes de Massena: ora este objectivo falhou completamente. Nem Alorna, nem Pamplona puderam fornecer indicações úteis. Não conheciam o próprio país, ou pelo menos, as regiões da Beira em que penetrou Massena. Os Franceses andaram sempre às cegas na sua marcha em Portugal, apesar de alguns oficiais terem já participado na expedição de Junot. Pelo contrário, os Ingleses tinham percorrido o rectângulo português em todos os sentidos, havia já dois anos, e tinham bem

---

(53) Episódios da Terceira Invasão, *Diário do General Manuel Ignacio Martins Pamplona*, pág. 25.

(54) *Id.* pág. 1.

(55) P. Boppe, *La Légion Portugaise (1807-1813)*, pág. 140.

a noção da sua configuração interior — o que lhes proporcionou uma imensa vantagem sobre o exército invasor <sup>(56)</sup>.

A ordem que mandou partir Pamplona era datada de 3 de Maio de 1810. O general saiu da França no dia oito pelas seis horas da tarde <sup>(57)</sup>. Iniciava-se assim uma das campanhas que mais contribuíram para o enfraquecimento da hegemonia napoleónica na Europa e um dos episódios mais controversos da carreira militar do general Pamplona.

Outros oficiais portugueses acompanharam Alorna e Pamplona na expedição a Portugal. De facto, embora as responsabilidades da sua adesão aos Franceses, tivessem sido especialmente assacadas a estes como traidores à Nação, foram também condenados pelo mesmo delito o 1.º marquês de Loulé, D. Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim Barreto, o 6.º conde de S. Miguel, Álvaro Xavier Botelho, o 3.º conde de Sabugal, D. Manuel de Assis Mascarenhas e D. José Manuel de Noronha, além de outros cidadãos e oficiais <sup>(58)</sup>.

Antes de partir para a Espanha Pamplona recebeu de Napoleão um subsídio de dez mil francos, como reembolso das duas despesas em Paris, onde residiu com a família, na rua de Helder, no bairro então elegante da época. Salientou os seus serviços ao ministro da guerra da França e solicitou não só a Legião de Honra, mas ainda a promoção à patente de general de divisão, benesses que, porém, não lhe foram concedidas.

Pôs-se a caminho, sempre acompanhado por sua Mulher e dois ajudantes de campo, os capitães Francisco Cardoso e Domingos Bernardino de Sousa. A campanha iniciou-se pelo cerco de Ciudad Rodrigo que capitulou (10-VII-1810). Daí o exército francês veio pôr cerco à praça forte de Almeida, já em território português. A praça começou a ser bombardeada às seis horas da manhã do dia 26 de Agosto de 1810. Mas na tarde desse dia ouviu-se uma formidável explosão no interior da fortaleza. No dia seguinte já não se avistava em Almeida, nem o castelo, nem a igreja, nem uma parte considerável da vila. Este acidente abalou profundamente

---

(56) Id. id. pág. 151.

(57) **Episódios da Terceira Invasão, Diário do General Manuel Ignacio Martins Pamplona, pág. 1.**

(58) Luz Soriano, *Op. cit.*, 2.ª época, t. III, págs. 99-101.

a povoação que teve de se render, «quinhentas pessoas morreram, muitas outras ficaram feridas, não ficando mais do que seis casas de pé» (59). Nestas circunstâncias Alorna e Pamplona desempenharam um papel muito importante em relação aos sitiados que os acolheram com *vivas*. Perguntaram-lhes se queriam servir no exército francês ao que quase todos responderam afirmativamente à excepção de dois oficiais. Mas quando se procedeu à chamada dos alistados a maior parte dos oficiais e dos soldados tinha desertado... (60).

Pamplona pôde então presenciar a batalha do Buçaco (27-IX-1810), reduto em que as tropas anglo-portuguesas se colocaram numa posição estratégica, contra a qual se defrontaram em vão os exércitos de Massena. Todavia, a tática adoptada por Artur Wellesley, o futuro lord Wellington, não surtiu todas as consequências como o provou a retirada em ordem do exército francês pelo flanco esquerdo das posições ocupadas no Buçaco pelos Ingleses. De facto, um dos generais franceses, Montbrun, reconheceu, por informações de um camponês que tinha sido aprisionado, um caminho praticável por Mortágua, Boialvo e Sardão por onde seguiu o exército francês até Coimbra. Apesar da perspicácia militar de Wellesley, escapou-lhe uma ocasião propícia de cortar a retirada dos Franceses, confiando a passagem do Boialvo ao Sardão ao general Trant que comandava um escasso contingente de tropas milicianas sem valor combativo. A batalha do Buçaco, ainda que sem deter a terceira invasão em Portugal dos Franceses, foi sobretudo um êxito político porque pôs à prova a organização e a bravura das unidades portuguesas que participaram no combate (61).

Pamplona acompanhou naturalmente até a Coimbra a marcha do exército de Massena. Conhecem-se, pelo testemunho do próprio general, as circunstâncias em que assumiu o governo da cidade de Coimbra durante a ocupação francesa (1-X-1810). Segundo o que expôs ao marechal Massena não podia ficar indiferente ao

---

(59) Luz Soriano, Op. cit, 2.<sup>a</sup> época, t. III, pág. 72.

(60) Manuel Ignacio Martins Pamplona, *Episódios da Terceira Invasão*, págs. 35-37.

(61) J. J. Teixeira Botelho, *História Popular da Guerra da Península*, págs. 405-409.



*Duque de Wellington*



destino a que ia ser votada Coimbra onde não somente fora aluno da Universidade, mas ainda servira no regimento de cavalaria ali aquartelado. Lembrava-se com o maior affecto dos mestres universitários, que o tinham honrado com a sua estima, e das preciosidades que se guardavam na velha Universidade.

Contudo a occupação de Coimbra pelos Franceses é um dos aspectos dramáticos da invasão das hostes napoleónicas no território português. Da tática adoptada por Wellington contra eles existe um testemunho apreendido a um general do exército francês: «Nós não marchamos senão através de desertos; nem uma só pessoa se encontra; tudo se acha abandonado: os Ingleses levam a barbaridade até mandar espingardear os desgraçados que ficassem em suas casas: mulheres, crianças, velhos, tudo foge, enfim não se pode achar em parte alguma um guia...» (62). Em Coimbra repetiu-se a mesma determinação de Wellington da «terra queimada». Ordenou ele que todos os habitantes abandonassem a cidade sob a ameaça da pena de morte.

Quando os Franceses chegaram a Coimbra respeitaram durante algum tempo as directivas de Massena, a quem Pamplona tinha solicitado em nome da ciência e da cultura que não fossem danificadas as instituições universitárias, como o Museu, a Livraria e o Observatório. Massena esperava também encontrar em Coimbra os víveres necessários ao abastecimento do seu exército, cujos soldados havia quatro dias que não dispunham de uma côdea de pão para se alimentarem.

Nomeado governador da cidade, Pamplona dispôs às suas ordens de um general francês, Taupin, encarregado do policiamento. Colocaram-se guardas em todas as entradas de Coimbra e as sentinelas receberam instruções para não permitirem a admissão de militares nos estabelecimentos universitários. Com todas estas precauções parecia que nada haveria a recear da soldadesca que já dizimara outras povoações em Portugal.

Infelizmente foi sol de pouca dura. Quando tudo decorria em sossêgo surgiu um acontecimento inesperado. Ao cair da noite o general Junot, acompanhado pelo seu estado-maior, irrompeu pela rua da Sofia, provocando a insubordinação da tropa, tanto por se

---

(62) *Gazeta de Lisboa*, n.º 240, de 6-X-1810.

tratar de um oficial superior, tanto porque a guarda de Taupin pertencia ao oitavo corpo do comando de Junot. Pamplona não conseguiu então evitar o saque, embora tivesse redobrado as sentinelas. Os soldados desenfreados espalharam-se pelas ruas da cidade com uma sanha infernal. As casas foram assaltadas, despojadas de mobiliário, de todos os objectos domésticos e depois incendiadas. Muitos dos habitantes de Coimbra, quando voltaram às suas residências, só encontraram delas o solo em que assentavam. Cidadãos foram maltratados e mesmo assassinados.

Os lentes conhecidos pelas suas atitudes anti-francesas tornaram-se especialmente visados como os doutores Barjona e Bézerra de Lima. O Dr. Tomé Rodrigues Sobral, que se notabilizara nas campanhas contra os Franceses, famoso como o Mestre da Pólvora, que fabricou nos laboratórios da Universidade, viu a sua casa reduzida a cinzas, bem como a sua preciosa livraria, avaliada então em quinze mil cruzados e os seus manuscritos. Apesar de todas as diligências de Pamplona e dos oficiais portugueses que o coadjuvaram a própria Universidade sofreu de danos incalculáveis. Apenas conseguiram escapar o Museu e a Livraria. Ao governador de Coimbra, nesta emergência, deveu-se também a extinção do incêndio da Casa da Câmara à qual os Franceses tinham lançado fogo. Nem sequer Massena, mau grado as suas intenções iniciais, deixou de colaborar no saque apoderando-se de alguns objectos roubados. Ofereceu ao marechal Ney um óculo de grande alcance que pertencera ao património da Universidade. Foi só ao terceiro dia de devastação que os Franceses saíram de Coimbra deixando um rastro de sangue, de ruínas e de miséria (63).

---

(63) Luz Soriano, Op. e vol. citados, págs. 196-199 e Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*, vol. I, págs. 290-295.



*Coimbra*



## 5.º CAPÍTULO

### A CONDENAÇÃO DE PAMPLONA

A condenação de Pamplona e de outros oficiais que participaram na Legião Portuguesa não se baseou apenas em motivos de lesa pátria mas também nas esferas de influência estrangeiras que então dominavam no nosso país. A história portuguesa, sobretudo a partir da época liberal, ficou assinalada por súbitas mutações partidárias e por viragens de opinião, consoante a cor política dos governantes. O exercício do poder tem entre nós uma extraordinária força de persuasão na mentalidade dos cidadãos. De um momento para o outro a cena da vida pública transforma-se de tal maneira que os estadistas e os influentes, que até então gosavam de uma grande reputação, caem no esquecimento, quando não são atingidos pela perseguição. Nesta fase

conturbada e crítica do liberalismo os Portugueses ainda estavam muito distantes da formação de uma consciência cívica que lhes permitisse tolerar ideologias antagónicas àquelas que professavam.

De facto, na segunda década do século XIX, depois da primeira invasão francesa de Junot e do movimento da *Setembrizada* (10/11-IX-1810), os liberais ou *pedreiros-livres*, isto é os simpatizantes do partido francês, começaram a ser vítimas de uma repressão e a verem-se obrigados a escolherem entre a prisão ou o exílio. Corresponhia esta nova fase da vida política portuguesa à crescente preponderância da Grã-Bretanha e à sua manifesta interferência nos negócios do Estado e do Conselho da Regência que então governava em Portugal.

Nestas circunstâncias, quando o país se viu novamente ameaçado e invadido pelos exércitos franceses, compreende-se que os militares portugueses, ainda que constrangidos a alistarem-se ao lado daqueles exércitos, fossem condenados como traidores à pátria e como tal punidos.

Naturalmente a primeira vítima do Conselho da Regência foi o general e terceiro marquês de Alorna, D. Pedro José de Almeida Portugal, comandante de todas as armas das tropas portuguesas, cujos bens foram sequestrados e exautorado de todos os seus cargos e honras (Portarias de 25-VI-1810 e 6-IX-1810) <sup>(64)</sup>.

Não tardou, porém, que a devassa judicial se estendesse aos restantes legionários. Três deles, Alorna, Pamplona e Fortunato José Barreiros, suspeito da capitulação da praça de Almeida, eram não só condenados à morte, mas ainda supliciados. Da sentença publicada contra o réu Pamplona consta que seria levado «com baraço e pregão até à praça do Cais do Sodré, e que nela em cada-falso alto, que será levantado de sorte que o seu castigo seja visto de todo o povo... depois de lhe serem cortadas as mãos em vida, morra de morte natural de garrote para sempre e depois de decapada a cabeça seja reduzido o mesmo cadafalso com o seu corpo pelo fogo a cinzas que serão lançadas ao mar...» <sup>(65)</sup>. Como se vê a sentença tinha ainda o ressaibo de uma crueldade setecentista...

(64) Luz Soriano, Op. cit. Segunda Época, t. V, parte II, págs. 137-139.

(65) Sentença datada de 20-III-1811. A. N. T. T. Juízo da Inconfidência. Casa Pamplona.

Pela mesma sentença D. Isabel de Roxas e Lemos, «sócia dos delitos e horrorosos crimes do mesmo réu seu marido», era condenada nas mesmas penas corporais e de confisco «à excepção de lhe serem cortadas as mãos».

As acusações que pesavam sobre Pamplona vinham minuciosamente discriminadas no texto da sentença:

Em primeiro lugar, na patente de brigadeiro dos Reais Exércitos e exercendo as funções de comandante do Regimento de Cavalaria n.º 9, em Coimbra, entrou ao serviço do exército francês, «esquecido da sua qualidade e das altas mercês que de sua alteza real tinha recebido, elevando-o em tão pequeno curso de anos a tão grande posto». Em colaboração com o general Kelermann fora encarregado da redução da cavalaria portuguesa nas regiões do Norte e do Centro e organizou os 1.º e 2.º regimentos de cavalaria adstritos ao exército francês.

Em segundo lugar, tomara parte activa nas expedições de Junot como na de Massena. Fora nomeado por Junot marechal de campo e chefe do Estado Maior das tropas portuguesas que tinham sido enviadas para a Espanha e França. Na Espanha havia comandado o cerco de Sargoça e fora encarregado do governo da cidade de Vitória, procedendo não só contra os Espanhóis, que se não queriam submeter ao governo francês, mas ainda contra os Portugueses que tinham começado a desertar. Além disso entrou em Portugal adstrito ao exército de Massena, participando no ataque à praça de Almeida. Acompanhou o mesmo exército na batalha do Buçaco e na sua marcha até Coimbra, cidade de que foi governador (66).

Quanto a sua Mulher, D. Isabel de Roxas e Lemos, não só o acompanhara em todas as marchas e batalhas mas ainda demonstrava tal satisfação neste papel de amazona que os soldados a tinham apelidado de «Rainha Pamplona».

Além do processo crime propriamente dito, o Real Fisco da Intendência, que funciona junto do Juízo da Inconfidência, promoveu o sequestro de todos os bens da Casa Pamplona. Esta operação judicial, que contribuiu largamente para os proventos de juizes, escrivães e outros oficiais de justiça, prolongou-se durante cin-

---

(66) V. nesta obra fls. 17-18.

co anos, pelo menos, e traduziu-se em dezenas de processos, de petições, de agravos e de arrolamentos (67). Os bens patrimoniais da família Pamplona eram de tal monta que um dos juizes intervinientes na confiscação lembrou-se de propor a Maria Mância, a enteada de Pamplona e sua herdeira universal, que ela casasse com um seu filho (68). Como vimos as penas últimas, que condenaram Pamplona, recaíram também sobre outros titulares e oficiais. Mais tarde, foram ainda condenados José Soares de Albergaria, que foi ajudante de campo de Pamplona, João Mascarenhas Neto, filho do desembargador Diogo de Mascarenhas Neto, um dos exilados em França, por motivo da *Setembrizada* e Cândido José Xávier, redactor de «O Contemporâneo» (69) e, mais tarde, ministro de D. Pedro IV.

Posteriormente os membros da nobreza tiveram as suas penas atenuadas ou foram mesmo perdoados ainda durante o período da Regência. Os restantes foram amnistiados pelas Cortes Constituintes (70).

Somente subiu ao patíbulo, já nas vésperas da entrada das tropas liberais em Lisboa e executado a garrote no Cais do Sodré, João Mascarenhas Neto, apesar da intervenção a seu favor do ministro inglês em Lisboa, Carlos Stuart.

---

(67) V. nesta obra cap. IV, pág. 20.

(68) Branca de Gonta Colaço, *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, Notas, pág. 18.

(69) V. nesta obra cap. VII, pág. 51.

(70) V. nesta obra, cap. VIII, pág. 54.

## 6.º CAPÍTULO

### PAMPLONA NAS ÚLTIMAS CAMPANHAS DE NAPOLEÃO

Depois da malograda expedição de Massena, o general Pamplona conduziu sua Mulher para Burgos. E junta-se ao exército francês que combatia contra os Ingleses na fronteira hispano-portuguesa. Todavia, como a situação não se definisse, solicitou o seu regresso a Paris no ano de 1811. Mas voltou ainda a Bordéus onde o esperava D. Isabel Roxas. Requerê então ao Imperador a sua promoção a general de divisão que lhe não é concedida, apesar das recomendações favoráveis do marechal Marmont com quem tinha servido. Soldado de profissão antevê que se prepara uma nova conflagração e não descansa, ainda que com os seus cinquenta anos bem contados, tivesse direito a merecida aposentadoria.

Vai participar na campanha da Rússia, último episódio da sua movimentada carreira militar.

De facto, o czar Alexandre, que reinava na Rússia depois de 1801, tinha estabelecido um tratado com Napoleão em Tilsit (1808) pelo qual cada um dos soberanos podia exercer a sua influência sobre a metade da Europa... Por uma cláusula secreta desse tratado a Rússia podia anexar a Finlândia e a França ficava com as mãos livres em Portugal que considerava como um posto avançado da Inglaterra. Os dois soberanos separaram-se em 9 de Julho e nesse mesmo ano Junot chegava a Lisboa (30-XI-1808).

Alexandre obrigava-se também a fechar os seus portos às mercadorias inglesas dentro do princípio instituído por Napoleão do bloqueio continental (21-XI-1806). Foi esta medida que se tornou impopular na Rússia. A venda dos produtos russos na Inglaterra e a importação dos produtos britânicos na Rússia eram elementos vitais da prosperidade desta nação. Assim o governo russo estava à beira da bancarrota em 1810. Em breve, começaram a ser mistificadas as condições do acordo: as mercadorias entravam na Rússia como se fossem americanas. Até que por um decreto (31-XI-1810) o czar permitiu a entrada das mercadorias inglesas no seu território com uma tarifa mais baixa: e aumentou as tarifas dos produtos franceses.

Foi esta a causa directa da guerra franco-russa em 1812. O fervor patriótico na Rússia, que tinha condenado o tratado de Tilsit, transformou-se numa espécie de devoção religiosa pelo czar. Assim em Fevereiro desse ano estava completa a mobilização dos dois exércitos que se iam defrontar. O de Napoleão contava 680.000 homens incluindo 100.000 cavaleiros. Mas só menos de metade eram Franceses: a maior parte provinha da Itália, Ibéria, Áustria, Alemanha e Polónia <sup>(71)</sup>. Entre os estrangeiros contava-se a modesta Legião Portuguesa. A coligação que se formou contra Napoleão incluía além da Rússia a Inglaterra e a Suécia.

Pamplona recebe então ordem de partir para Mogúncia, a fim de alcançar o Corpo de Observação do Elba, forças do exército que se iam concentrar para invadir a Rússia. Obteve o comando da 3.<sup>a</sup> brigada da infantaria da divisão de Legrand do 2.<sup>o</sup> corpo do

---

(71) Will and Ariel Durant, op. e vol. citados, págs. 212-213 e 698-699.

exército às ordens do general Oudinot, duque de Reggio, que compreendia o 3.º regimento da infantaria da Legião. Pareciam realizadas as suas maiores ambições — não só comandava uma unidade da Legião, mas ainda um regimento francês. Napoleão passou revista às tropas em Insterbourg na Prússia Oriental. Exaltou, mais uma vez, a conduta dos soldados portugueses e exprimiu as esperanças que neles depositava (72).

Mas o grosso da Legião Portuguesa estava sob o comando do marquês de Alorna, a quem o ministro da guerra da França mandou inspeccionar todas as unidades dispersas em Tours, Valence, Dijon, Auxonne e Épinal.

A maioria dos regimentos portugueses internou-se nas esteves russas segundo o itinerário dos exércitos napoleónicos. Interveio na conquista de Smolensk com cerca de dois mil homens (18-VI-1812) e de tal maneira se comportou que foi galardoada com oitenta comendas da Legião de Honra. Marchou então sobre Borodino, por campinas que apresentavam um aspecto desolador, antes da sua entrada em Moscovo, já incendiada pelos Russos. Todas as cidades e aldeias tinham sido igualmente devoradas pelas chamas, as searas completamente arrasadas, não medrava na paisagem nua e agreste uma planta, nem se via um abrigo onde se pudessem acolher os soldados. A batalha de Borodino foi tão sanguinolenta que só à sua parte a Legião perdeu quinhentos e sessenta homens (73).

Já nesta altura a ração diária de cada soldado era constituída apenas por uma bolacha. Mas foi na retirada dos exércitos franceses que a Legião sofreu das maiores privações e das mais aviltantes misérias. Escreveu um cronista da época: «Os nossos soldados pálidos, desfigurados, morrendo de fome e de frio, não tendo para se perseverarem dos horrores da situação mais do que alguns farrapos de peliças, meios queimados, confundiam-se gemendo ao longo desta medonha praia (74).

Palmilhando um roteiro de esteves geladas e sofrendo dos rigores da invernia os destroços da Legião tomaram o caminho de

---

(72) Roger Kann, *Op. cit.*, págs. 187-188.

(73) Banha, *Op. cit.* pág. 62.

(74) *Id.* pág. 77.

Molodetchno, Smorghonie, Wilno, hoje Vilnius, e Koyno, hoje Kaunas, até que depois da travessia do Niemen chegaram à antiga cidade de Koenisberg, na Lituânia, hoje Kalinigrado, onde veio a falecer o marquês de Alorna.

Para se avaliar das circunstâncias dramáticas em que decorreu a retirada da Rússia, basta referir que dos cinco mil homens da Legião Portuguesa apenas cem regressaram à França, incluindo os oficiais <sup>(75)</sup>. Assim os nossos soldados não foram poupados às inclemências que sofreu o exército francês na malograda campanha da Rússia.

Nestas operações Pamplona não acompanhou os regimentos que lutaram em Smolensk e em Borodino. À frente das suas tropas marchou em direcção à cidade de Riga, internando-se então na Rússia, passou o rio Dvina e entrou na cidade de Polotsk quando dali saíam os Russos. Defendeu fortemente esta posição e aventurou-se em campo raso sobre os Russos: no entanto, o fogo deles foi tão vivo que a Legião teve de recolher novamente aos muros da fortaleza. Embora combatendo energicamente, a cidade teve de ser abandonada depois de Pamplona ter feito evacuar os depósitos de munições, a artilharia e os carros e de ter derrubado as pontes. Enviando algumas semanas depois a reconhecer a posição de Borisov ficou ferido num joelho <sup>(76)</sup>. O terceiro regimento português voltou a passar sobre o Dvina, em sentido contrário, e veio reunir-se ao exército que em Berizina retirava de Moscovo.

Pamplona em todas estas operações revelou, mais uma vez, os seus profundos conhecimentos militares. O general francês Sherer não lhe regateou elogios, nem a ele nem aos seus homens. Na travessia do Dvina Pamplona esteve na eminência de ser arrastado pelas águas do rio, pois os Russos cortaram as amarras da jangada em que ele e os seus homens haviam embarcado.

Pamplona narra-os nas suas memórias <sup>(77)</sup> um encontro com Napoleão Bonaparte já no regresso da campanha da Rússia. Avisou-se com ele face a face porque ambos caminhavam em direcções opostas. O imperador envergava então um traje muito diverso

---

(75) Id. pág. 94.

(76) Roger Kann. Op. cit. pág. 189.

(77) Memória fls. VI e VII.

daquele com que estavam habituados a admirá-lo: uma farda de simples coronel, na cabeça uma carapuça agaloada e embrulhava-se numa peliça de marta dobrada de bandas de veludo e enfeitada de grandes alamares dourados. A sua fisionomia tinha um ar bronzeado e mostrava-se impassível. Nela não transparecia sinal das calamidades que acabava de sofrer. Reconheceu e pronunciou o nome de Pamplona e com o maior sangue frio perguntou-lhe como passava. Além disso, pediu que o acompanhasse para identificar a posição do inimigo em Borisov. Manteve igualmente conversação com outros oficiais que acompanhavam Pamplona e, como se estivesse num salão, indagou da saúde da mulher de um deles. Nesta ocasião lúgubre a pergunta irritou todos os circunstantes que julgaram que Napoleão zombava deles ou havia endoidecido. Pamplona desde este momento decidiu não tornar a ver o imperador e procurar por todos os meios deixar de o servir.

Apesar de todas as inclemências da campanha Pamplona ainda se considerava feliz de escapar dela sem uma alienação completa. Todavia, tinha sido tão fortemente impressionado pelos lamentáveis sucessos a tinha assistido, que durante muito tempo não conseguiu um sono natural. Surgia em noites de insónia no seu espírito o espectáculo das longas colunas do exército marchando nas estepes geladas, não como fileiras de militares mas como bandos de mendigos <sup>(78)</sup>.

De resto Pamplona encontrava-se agora numa situação material difícil. Tinha de recorrer à manutenção da sua mulher e enteada as quais o tinham esperado em Berlim.

Assim com a campanha da Rússia, em que como notámos Manuel Inácio teve ainda uma intervenção activa e desempenhou um papel que não deslustrou nos seus brios militares, terminou a sua carreira propriamente castrense. Embora destrugada, reduzida a um número insignificante de oficiais e soldados, a Legião Portuguesa ainda participou da sétima e última coligação das potências aliadas contra Napoleão, primeiramente vitorioso em Lutzen e em Bautzen, perto de Leipzig, no Saxe (Maio de 1813) e, por fim, já derrotado em Leipzig (Outubro do mesmo ano). No ano seguinte regressam ao nosso país os últimos legionários que narram aos

---

(78) Id. fls. I a III.

seus compatriotas maravilhados uma das mais extraordinárias campanhas da gesta napoleónica. Por exemplo, Teodoro Xavier de Oliveira Banha, um dos autores que citámos, natural de Setúbal, percorreu durante seis anos a maior parte da Europa, sempre combatendo, e numa extensão de mais de três mil léguas. Outros nomes ainda se podem citar como sobreviventes da campanha da Rússia como o major Joaquim Henrique Moreira, o coronel José Ribeiro de Almeida e mais alguns outros. Evidentemente que Pamplona era daqueles que não podia usufruir dos ares pátrios em face da cruel sentença que pesava sobre ele e sua Mulher.

Desta vez, porém, viu os seus serviços recompensados com a ambicionada cruz de cavaleiro da Legião de Honra. Nas circunstâncias em que se encontrava de forçosamente exilado do seu país, deseja restabelecer-se da sua saúde deveras abalada. Narra-nos o biografo francês <sup>(79)</sup> que ele escreve a um dos seus amigos, o general Paris d'Illins, inspector da Legião, pedindo autorização para se deslocar a Paris, por se encontrar num estado físico lamentável: sofrendo do peito, com os pés gelados e despojado de tudo quanto possuía. Só lhe restava uma camisa sobre o corpo que conservava por mais de vinte dias! A sua petição foi deferida pelo próprio imperador que lhe concedeu uma licença de mês e meio com vencimentos certos. Logo a seguir, e prevendo a continuação da guerra, solicitou que lhe dessem o comando militar de um departamento de França a fim de poder retemperar-se e reconstruir as suas finanças não menos depauperadas. Desta vez o imperador escreve no requerimento de seu próprio punho: «Réfusé! On ne peut faire commander un département français par un Portugais».

Com a queda de Napoleão abre-se uma nova crise na carreira de Pamplona. O general Dupont, o vencido de Baylen, na Espanha, assumiu a pasta da guerra. Uma das medidas que premeditava consistia em reenviar para os países donde eram naturais as tropas estrangeiras que tinham combatido sob a bandeira napoleónica. A Legião Portuguesa estaria irremediavelmente condenada pelo ambiente que se havia criado contra ela em Portugal. Mas ante o protesto de outros generais do exército ex-imperial a medida foi

---

(79) Roger Kann, Op. cit. págs. 190-191.

adiada e os antigos combatentes que o desejassem podiam permanecer em França, ainda que a meio soldo.

Entretanto, Pamplona volta os seus olhos para Portugal onde aguarda uma mudança de atitude da Junta Governativa que o havia condenado. Com o regresso de Napoleão nos «Cem Dias» pede a demissão de general do exército francês que lhe é concedida nos seguintes termos pouco honrosos: «O general parece muito velho e impróprio para o serviço activo; exprime-se difficilmente em francês». Pamplona contava então apenas 52 anos mas parecia muito idoso em relação aos jovens generais de Napoleão. Como ele tinha previsto, a estrela do imperador ia novamente ofuscar-se em Waterloo. Nesta ocasião encontrava-se Pamplona na Inglaterra de onde tencionava embarcar para Portugal com sua Mulher e Maria Mância. Lembrando-se, porém, que oferecera a sua espada aos Bourbons, foi do pequeno número de oficiais que se veio juntar com Luís XVIII em Gand, quando ele viera ocupar, pela primeira vez, o trono de França (20-III-1814). Esta atitude calculada valeu-lhe naturalmente uma recompensa da munificência real. É então investido, apesar de estrangeiro, no comando do departamento do Loire e Cher, uma sua antiga ambição. Assim, no fim do mês de Agosto de 1814, Pamplona galopa pelas belas estradas do vale do Loire, a caminho de Blois, sede do seu comando. As suas funções revestem-se da maior importância. É encarregado de licenciar as tropas, o chamado exército do Loire, que tinha combatido ao lado de Napoleão em Waterloo. Soube acalmar a atitude de revolta que se manifestara entre os antigos soldados imperiais, com a promessa de lhes pagar o soldo devido (80).

De tal modo se assinalou nos serviços prestados que foi, em seguida, nomeado para comandante militar de outro departamento, um dos mais difíceis de administrar pela sua posição estratégica e pelo seu valor económico: a Côte d'Or. Aí na sua capital, Dijon, conservou-se pelo longo espaço de quinze meses, até um de Julho de 1817. Foi na antiga capital da Borgonha, Dijon, que Pamplona teve de sustentar uma luta tenaz com os partidos desfavoráveis à restauração dos Bourbons que dirigiam as suas conspirações das

---

(80) Roger Kann, Op. cit. pág. 195.

fronteiras próximas da Suíça. Eram os que ele chama os «Regicidas», os affectos a Napoleão, em que se notabiliza a figura do duque de Basano (1763-1839), ligado a outras famílias representativas que, por conveniência política, se mancomunavam com os republicanos. Pamplona, em colaboração com o prefeito da Côte d'Or, conde de Tocqueville, conseguiu malograr todas as tentativas da conjuração e grangeou a estima e consideração das pessoas cordatas que lamentaram a sua partida <sup>(81)</sup>. Embora ainda não conseguisse a patente de tenente-general recebeu a cruz da ordem militar de S. Luís e foi também agraciado com o título de barão.

Por fim retirado das funções propriamente militares e, durante o triénio de 1817-1820, enquanto dominava em Portugal o partido inglês, Pamplona viveu com a sua família em Pantin, a leste de Paris, que era então uma aldeia de fisionomia absolutamente rural. Entretanto pediu a sua naturalização como cidadão francês. É em Pantin que reúne alguns dos seus antigos amigos portugueses e mantém estreita convivência com o seu antigo condiscipulo de Mafra, Francisco José Maria de Brito, então adido da Legação de Portugal em Paris. Pamplona procura reabilitar-se junto da Corte de D. João VI, ainda no Rio de Janeiro, da terrível acusação que pesava sobre ele e sua Mulher, alegando os seus bons serviços à causa nacional com a publicação das obras em que defendia a intervenção do exército português nas campanhas napoleónicas, o que provocara contra ele a animosidade dos generais franceses nelas visados <sup>(82)</sup>. Pamplona sabia que de Portugal, onde dominava Beresford, seu inimigo pessoal, nada podia vir de favorável — Beresford que tinha sido responsável pela execução do seu antigo companheiro de armas, Gomes Freire de Andrade. Era, portanto, do Brasil que supplicava ao soberano a revisão do seu processo. Por outro lado, alegava a sua triste penúria em França, na situação de reformado, depois de ter prestado os mais relevantes serviços à Monarquia, na pessoa de Luís XVIII. Mas, naquele momento, os bonapartistas tinham voltado a exercer funções públicas ao ponto de poder afirmar: «agora é preciso ter ido a Wa-

---

(81) Lembranças desde 1820, fls. 4-5.

(82) V. nesta obra cap. VII, págs. 43-48.



27.º Rei de Portugal.

*D. João VI*



terloo contra El-Rei para ser bem visto» (83). E assim Pamplona nem obtinha o beneplácito da França, nem o beneplácito de Portugal.

---

(83) Avila de Azevedo, op. cit., Carta I, págs. 193-196.



## 7.º CAPITULO

### O ESCRITOR MILITAR E POLITICO

Neste periodo de repouso das suas actividades, Pamplona, tanto por um assomo de patriotismo, como para minorar a condenação de que fora vítima, procura com os seus conhecimentos militares reabilitar a intervenção do exército portuguez nas campanhas peninsulares, esquecida ou malsinada pelos cronistas das campanhas em França e Inglaterra.

Escreve então em francês um livro, *Aperçu Nouveau des Campagnes des François au Portugal* (84), sem indicação de autor, mas logo attribuído à sua pena. Era principalmente uma réplica às Me-

---

(84) A Paris, chez Delaunay, Librairie, Palais Royal, Galeries du Bois, n.º 243, 1818.

mórias do general francês Thiébault <sup>(85)</sup> que desmereceu e mesmo caluniou a acção das tropas portuguesas nas campanhas napoleónicas. Na sua opinião os Portugueses eram «os Mouros da Europa, preguiçosos, sujos, falsos, dissimulados, desleixados, pobres, fanáticos e crédulos». E só com restrições admitia a sua valentia em combate <sup>(86)</sup>.

A intenção da obra era claramente exposta por Pamplona: «Julgámos que era necessário ressaltar os erros que acabavam de fazer fé na opinião geral em detrimento da nação portuguesa e do seu governo» <sup>(87)</sup>.

Nesta obra Pamplona faculta-nos uma interpretação original sobre as intenções das expedições de Napoleão contra o nosso país. As tentativas infrutíferas dos três exércitos invasores constituem o episódio mais interessante da guerra peninsular. A primeira usou mais de perfídia do que de força; as duas últimas comandadas pelos mais notáveis generais franceses fracassaram completamente nos seus objectivos.

Pamplona tivera, como se sabe, uma acção preponderante de colaboração no exército francês. Demonstra que as hostes de Junot, na primeira invasão, entraram no território português como «amigas e aliadas» para libertarem Portugal do jugo dos Ingleses. Os Franceses tinham sido acolhidos, na verdade, com uma benevolência recomendada pelo próprio rei, antes da sua partida para o Brasil.

Esta expedição — afirma ainda Pamplona — não tinha sido tanto preparada como uma operação militar, mas antes como uma manobra política concebida pelo génio maquiavélico de Napoleão. E, na verdade, teve de começo um êxito que depressa se desvaneceu. Mas o exército francês só chegara realmente a combater no solo nacional quando as tropas inglesas desembarcaram tranquilamente na praia de Lavos, na Figueira da Foz dos seus duzentos veleiros, alvoraçadamente recebidos pelos Portugueses que tinham começado a revoltar-se.

Foi só neste momento que o exército francês se encontrou,

---

(85) *Mémoires du Général B. or Thiébault*, 5 vols., IV vol., 1806-1813, 9.ª ed. Librairie Plon, Paris, 1908-1910.

(86) *Cit. in Aperçu*, pág. 111.

(87) *Id.* pág. 2.

pela primeira vez, em presença de inimigos numerosos e envolvido por perigos reais <sup>(88)</sup>. Os Portugueses tinham começado a organizar a sua defesa sob o comando do general Bernardino Freire de Andrade (1759-1809).

Junot apresentara-se em Portugal como um libertador; mas, em breve os povos da Península, como mais tarde aconteceu com os Russos, recusaram-se a reconhecer os benefícios que os exércitos napoleónicos não cessavam de reclamar. O ideal da Revolução — ainda encarnado pelas hostes de Napoleão — inspirava-se numa doutrina que só conquistava prosélitos em certo número de intelectuais que não tinham sido insensíveis à ideologia dos filósofos enciclopedistas e às conjurações maçónicas. Estas doutrinas não penetravam, nem eram compreendidas pelas massas populares, verdadeiras depositárias do sentimento nacional, que se recusavam a aceitar nos atropelos dos exércitos invasores aqueles conceitos de liberdade. Pelo contrário, nelas reacendia-se a repulsa contra o domínio estrangeiro e a chama do patriotismo.

Quando Junot entrou em Portugal teve de se defrontar com as condições adversas de um terreno acidentado, sem caminhos apropriados e ainda flagelado por chuvas torrenciais. As suas tropas podiam ser facilmente dispersas e aniquiladas, se o governo português tivesse preparado a defesa do país. Desde Alcântara na Espanha até Abrantes, o exército francês — segundo as impressões do general Thiébault que o acompanhou — teve de suportar «uma marcha de fome, de esgotamento e de dilúvio, sem caminhos e sem árvores, no meio de rochedos escarpados» <sup>(89)</sup>. Os soldados do pequeno contingente, que alcançou o termo de Lisboa, eram na frase de Pamplona «infelizes espectros militares que se assemelhavam mais a mendigos do que a soldados» <sup>(90)</sup>. Ora as Memórias do general Triébault procuravam, por um lado, exaltar a acção militar de Junot, como se ele tivesse conquistado um país e, por outro lado, diminuir a defesa dos Portugueses. O livro, que Pamplona rebate, era, pois, uma obra mal intencionada com aspectos de «pangéirico, de elegia e de libelo» <sup>(91)</sup>.

---

(88) *Aperçu*, Op. cit., págs. 1, 22, 92.

(89) Op. cit. e vol. cit. pág. 139.

(90) Op. cit. pág. 38.

(91) Id. pág. 120.

Mais tarde, a expedição de Massena não dispunha de força suficiente para conquistar uma nação tão solidamente defendida pelo exército anglo-luso, reforçado — diz Pamplona — «pela sublime dedicação de um povo que se levantou inteiramente, sem exceptuar um só indivíduo de um e outro sexo, tanto para defender a pátria pelas armas como abandonando todos os seus bens a fim de prejudicar a subsistência do inimigo» (92).

Pamplona contrapõe a posição dos dois exércitos, o exército anglo-luso e o exército francês, à luz dos seus conhecimentos estratégicos e da observação dos factos. É um comentário e uma crítica não só às já citadas Memórias do general Thiébault, mas ainda à de outras narrativas publicadas sobre a guerra peninsular.

A invasão de Portugal pelos exércitos de Soult e de Massena ofereceu dificuldades quase irremovíveis (93). Tanto uma como outra tiveram de lutar — o que não acontecera à expedição de Junot — contra a vontade colectiva de eliminar o inimigo por todos os meios. É certo que os Portugueses foram acusados de crueldade por aqueles escritores, mas só assim teriam procedido em actos isolados e como represália dos excessos praticados pelos Franceses.

Todos os comentadores são unânimes em pintar com as tintas mais negras a destruição, as misérias, as sevícias com que as hostes napoleónicas dilaceraram o país, principalmente na expedição de Massena. Foi um verdadeiro cataclismo que assolou, em especial, as províncias da Estremadura e das Beiras. Durante muitos anos conservaram-se abertas as feridas causadas por esta guerra exterminadora.

Pamplona pudera observar «in-loco» a táctica da «terra queimada» preconizada por Wellington que constituiu uma das causas essenciais da derrota do exército francês na terceira tentativa da invasão de Portugal. Não foi propriamente nos campos de batalha que Massena perdeu a esperança de uma vitória fulminante, mas na manifesta incapacidade da Intendência em poder alimentar homens e animais. A organização dos exércitos napoleónicos, sempre modelar, não previu a carência de subsistências essenciais, apesar da violência dos saques cometidos pelos soldados franceses.

---

(92) Id. id. págs. 200-201.

(93) Pamplona, Op. cit. pág. 126.

Foi sobretudo a fome que levou Massena a abandonar o país antes de travar o combate final.

Pamplona declara, mais uma vez, e não temos razões para duvidar da veracidade das suas afirmações, que foi com repugnância, com protestos veementes e doloroso sacrifício que alguns oficiais portugueses foram obrigados a incorporar-se no exército de Massena. Tinha sido «um cruel pensamento de Napoleão» que já explicámos e justificámos no seu devido lugar (94).

A versão militar das campanhas, dos sucessos e sobretudo da derrota dos Franceses não obscureceu em Pamplona a visão política dos acontecimentos. Precedendo uma corrente de revisão histórica, não entrevê a partida de D. João VI como uma fuga, mas encara-o como a única solução para evitar a queda da Monarquia. Foi com profundo desgosto que o rei se separou de um povo que se podia considerar o mais fiel da Europa quanto às instituições monárquicas e quanto à pessoa do Rei. Foi, portanto, sem consciência que se expremiu com a palavra «abandonar» a partida forçada do príncipe para o Brasil (95).

Tanto o marquês de Palmela, como o próprio duque de Wellington, tinham reconhecido a oportunidade e o mérito da obra de Pamplona que emprestava um novo valor à resistência portuguesa e à sua brilhante cooperação com os soldados britânicos. Todavia, como a obra fosse publicada em França e fosse escrita em francês, teve uma larga repercussão e mereceu críticas severas dos generais franceses que se julgaram atingidos (96).

Pamplona sempre preocupado com o papel desempenhado pelo exército português nas guerras peninsulares traduz ainda para francês um opúsculo publicado em italiano pelo marquês de Funchal, D. Domingos António de Sousa Coutinho, embaixador de Portugal em Londres e em Roma, um dos mais eminentes diplomatas portugueses do seu tempo, conhecido e admirado em todas as cortes da Europa (1760-1833). O escrito do marquês de Funchal, que saíu sem indicação de autor (97), esforçava-se como na obra

(94) Cap. IV, pág. 28.

(95) Pamplona, *Aperçu*, págs. 52-55.

(96) Avila de Azevedo, *Op. cit.* Carta I (1.XII.1818).

(97) *La Guerre de la Péninsule sous son véritable point de vue ou Lettre à Mr. l'Abbé F... sur l'histoire de la dernière guerre*, publié dernièrement à Florence. Traduite de l'original italien et imprimé en 1816, à Bruxelles, chez Weissenbruck, 1819, págs. V, VII, XLV, LXIV-LXVII.

precedente, de colocar no seu justo plano a acção das tropas de Napoleão em Portugal, reduzindo ao seu real valor as glórias com que se tinham enfeitado os generais franceses. Napoleão, ainda em 1808, tinha considerado muito fácil a conquista de Portugal. Não antevira que a Inglaterra podia fazer neste reino o que ela teria podido fazer em Espanha, isto é, criar um exército numeroso e formidável (98).

No prefácio da obra, Pamplona declara que deseja revelar no seu verdadeiro ponto de vista os acontecimentos daquele período de guerras fornecendo aos escritores das gerações vindouras os materiais para a história. A guerra da Península tinha merecido uma grande atenção dos escritores franceses, mas como foi aquela em que fracassaram primeiramente os exércitos de Napoleão tinha havido mais a preocupação de a exaltar em panegíricos parciais do que a relatar na história exacta de vencedores e de vencidos. Por outro lado, no aspecto psicológico, notava-se mais ciúme do que ingratidão em não mencionar os feitos do exército português que contribuíram substancialmente para a vitória de Wellington, que tivera palavras encomiásticas para as tropas de Portugal, depois da batalha do Buçaco: «Vê-se, disse ele, que o tempo empregado em as disciplinar não foi perdido, porque elas são para sempre a base mais sólida das esperanças que nos restam de sustentar a Península» (99).

Como já acontecera na obra propriamente da pena de Pamplona, vinca-se a diferença entre a atitude de Junot e a dos seus sucessores: aquele tinha-se preocupado em executar em Portugal um vasto plano de obras públicas e administrar o país segundo o modelo da administração francesa. Ora Soult e Massena tinham-se apenas apresentado como conquistadores... Além disso, o autor, apesar dos seus sentimentos bem patentes e constantes de anglofilia, soube pôr em relevo a cooperação dos soldados portugueses e do povo na luta contra o invasor, ainda que sob a orientação estratégica dos oficiais britânicos.

A obra tinha assim um carácter nitidamente polémico como resposta directa a dois relatos aparecidos naquele momento sobre

---

(98) Id. id. pág. 24.

(99) Id. id. pág. 72.

a guerra peninsular: o primeiro, *Histoire de la dernière guerre entre les Puissances Alliés et la France* <sup>(100)</sup>; o segundo *Mémoires historiques sur la Révolution de l'Espagne* <sup>(101)</sup>. O último memorialista perfilhava a tese que os Espanhóis tinham um fundo étnico africano, que lhes provocava a indisciplina, sem pensar que os Portugueses tinham recebido as mesmas influências e, no entanto, as nossas tropas tinham revelado na luta «um modelo de firmeza, de regularidade e de rapidez de movimentos, por toda a parte onde elas se tinham oposto às tropas francesas» <sup>(102)</sup>. Foram as vitórias conseguidas em Portugal pelo exército anglo-português que abriram o caminho à futura liberdade em Espanha — obtida mais pela resistência enérgica do seu povo do que pela intervenção dos exércitos, só muito mais tarde operada — e ainda foi este exemplo que deu aos soberanos e às nações do Norte a sacudidela eléctrica que devia salvar o Continente.

Um outro fragmento do «Diário de Pamplona» cujo original se perdeu, em grande parte, pouco adianta aos elementos já conhecidos. Foi descoberto no espólio do Dr. Luís da Costa e Almeida, que era lente da Faculdade de Leis de Coimbra em 1810. O general conservava o hábito de registar diariamente as suas impressões, mas os acidentes da sua vida de político e de soldado não permitiram que chegassem todas ao nosso tempo. Aí se precisa que a ordem de Napoleão para ele se juntar ao exército de Portugal foi recebida no dia três de Maio de 1810, à noite, e que na tarde de seis o general se encontrava preparado para lhe dar execução. De acordo com um dos objectivos do imperador, Massena pediu-lhe o itinerário da marcha do exército francês em Portugal, limitando-se Pamplona a copiar o que já oferecera a Napoleão em Paris. Como sabemos pelo desenrolar das operações, estes elementos não conduziram o exército francês a um percurso fácil pelas serranias da Beira, aventando-se que não eram nitidamente esclarecedoras ou então, como se afirmou, mais tarde, já tinham sido indicados com o propósito de o distrair de um terreno que tinha sido bem conhecido e explorado pelos oficiais britânicos. Massena acrescentava ainda

---

(100) Da autoria de Abbé Florence, chez le libraire Joachim Paganl.

(101) Da autoria de M. de Pradt, archevêque de Malines, à Paris chez Roza et chez M.me V. Perronneau, 1816.

(102) Op. cit. pág. 4.

que o seu principal objectivo era de expulsar os Ingleses de Portugal. Só então solicitaria a Alorna e a Pamplona a sua mediação para restabelecer as relações com o povo português, então comprometido com a presença dos Ingleses e do seu partido, substituído pelo partido francês, que logo se afirmaria com o triunfo do exército de Massena <sup>(103)</sup>.

Foi nesta fase da sua actividade literária em Paris, então capital da intelligência europeia, que Pamplona, a exemplo de outros publicistas portugueses, promoveu a publicação de uma revista em fascículos denominada *Contemporâneo Político e Litterario*. <sup>(104)</sup> Esta revista encetava-se, porém, com uma finalidade muito diferente dos periódicos, em língua portuguesa, impressos no Estrangeiro: ao contrário dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* <sup>(105)</sup> que apenas se interessavam pela divulgação científica e literária, o *Contemporâneo* lançava mão da «parte política». Os redactores pretendiam revelar aos seus compatriotas os «sucessos do tempo», ou sejam os acontecimentos que se desenrolavam nos países da Europa, desconhecidos dos Portugueses, mas com possível incidência nos nossos negócios internos. Até à revolução liberal de 1820 a censura tornara-se rigorosa e extremamente vigilante em Portugal. E era somente por intermédio destas publicações que se conseguiam abrir janelas no muro espesso da ignorância e do immobilismo nacional.

Elucidar, esclarecer e instruir os súbditos de D. João VI tornara-se um dever imperioso para todos os exilados, residentes principalmente na França e na Inglaterra. De «O Contemporaneo» saíram três tomos, desde Novembro de 1819 até Setembro de 1820. Terminou naturalmente com a eclosão do movimento revolucionário do Porto e com o regresso dos seus principais redactores ao nosso País.

Além de Pamplona, que anonimamente inseriu na revista lon-

---

(103) Episódios da 3.ª Invasão. Diário do general M. I. Martins Pamplona (Maio a Outubro de 1810). Publicado por A. Fernandes Thomaz, Filgueira da Foz. Imprensa Lusitana, 1906, págs. 16 e 25.

(104) *O Contemporaneo Político, e Litterario*. Pariz. Na officina de P. N. Rougeron, rue de l'Écluse, n.º 22. 1820.

(105) V. Institut Français au Portugal. *Bulletin des Etudes Portugaises*, nouvelle série, tome trente-deux, 1971, Avila de Azevedo, Um capítulo las relações culturais entre a França e Portugal (1815-1822).

gos artigos, colaboraram igualmente na sua redacção, Cândido José Xavier (1769-1833), o futuro ajudante de campo de D. Pedro IV, também condenado à morte por traição à pátria e pelos mesmos motivos que teriam levado ao cadafalso os oficiais da Legião Portuguesa, e um literato menos conhecido, José da Fonseca, que se ausentara de Portugal em 1817.

«O Contemporaneo» é então aproveitado como uma tribuna em que Pamplona expõe as suas ideias políticas, essas ideias que nortearão a acção do estadista nos períodos de governo em 1821 e em 1823-1825. **Comentando os factos e as opiniões que observava nos dois países mais evoluídos da Europa** «pelas ciências que nelles florescem, pela extensão do seu comércio pela comunicação mais frequente com as outras nações» (106) procurava dar conhecimento delas aos leitores de língua portuguesa, quer em Portugal, quer no Brasil. Como tantos outros esperava uma mudança das instituições portuguesas, mas com um sentido e um equilíbrio que foram desmentidos pela explosão revolucionária. Como teremos ocasião de salientar na sua actuação como governante, Pamplona, ainda que liberal pela sua formação e pelos seus contactos no Estrangeiro, era um homem do meio termo, um moderado que só aceitava do liberalismo alguns princípios fundamentais. Repugnavam-lhe todos os excessos demagógicos, todas as reivindicações populares **que afectariam o prestígio da monarquia e a dignidade real**. Após a restauração dos Bourbons em França encontrava-se perfeitamente integrado no clima contra-revolucionário que passou a dominar na Europa. Em todos os actos da sua carreira, em todas as atitudes que veio a tomar, demonstrou sempre a sua repulsa pelas tendências extremistas — quer estas fossem de cariz republicano, quer de regresso ao absolutismo. Para ele a legitimidade, isto é, a conservação das dinastias da Europa representava o valor de «um dogma tão útil à estabilidade dos governantes como à tranquilidade dos povos» (107).

Na França, apesar das crises que começavam a perturbar a restauração da monarquia, a «dignidade real» tinha sido respei-

---

(106) O Contemporâneo, t. I, pág. 50 «Do estado das opiniões em Novembro de 1819».

(107) Id. id. pág. 1.

tada. Nem mesmo com a liberdade de imprensa, nenhum jornalista de reputação ousava atingir o trono <sup>(108)</sup>.

Esta fidelidade à pessoa do rei constituía a essência do pensamento político de Pamplona. As outras reflexões da sua ideologia gravitam em volta deste ponto fundamental.

As liberdades, tal como elas eram definidas pela Revolução Francesa, não cabiam no pensamento doutrinário de Pamplona. Embora todas as nações pretendessem ser dotadas de constituições, importava antes que os procuradores do povo se limitassem a pedir o restabelecimento das antigas instituições que restringiam o poder real, sem lhe diminuir a autoridade. O autor tinha na sua mente o caso português e já adiantava normas de procedimento que adoptaria mais tarde <sup>(109)</sup>.

Os extremismos revolucionários eram então abertamente condenados. Considerava-os como manifestações de perversão social. Não podia conceber que um povo abandonasse a sua crença religiosa. Era o caminho não só para a revolução, mas para a sua completa dissolução <sup>(110)</sup>. Nem todas as congregações religiosas podiam ser aceites na ordem social do estado. Os Jesuítas não lhe mereciam a menor simpatia. Bem tinha andado o marquês de Pombal em expulsá-los do nosso país <sup>(111)</sup>.

Dentro da linha de moderação, sempre seguida e praticada por Pamplona, não vê com simpatia a rebelião militar de Cádiz, comandada pelo general Rafael Riego (1784-1823), no primeiro de Janeiro de 1820, que alastrou por toda a Espanha e obrigou Fernando VII a aceitar a constituição proclamada naquela cidade em 1812.

Depois dos primeiros ímpetos revolucionários a atmosfera política da Europa tinha-se transformado com a criação da *Santa Aliança* (20-XI-1815), espécie de pacto de fraternidade cristã e de auxílio mútuo entre as monarquias europeias, mas que sob a influência do príncipe de Metternich (1773-1850), o chanceler da Áustria, tomara o rumo de um instrumento de luta contra os princípios e movimentos liberais. A propósito da revolução espanhola

---

(108) Id. id. pág. 81.

(109) *O Contemporâneo*, t. I, pág. 212.

(110) Id. id. pág. 202.

(111) Id. id., págs. 306-307.

o governante austríaco condenara-a como «o círculo fatal da revolução, uma revolução que homens cegos e malévolos tinham apresentado como um benefício e mesmo como o triunfo de um século esclarecido» (112).

Demais os acontecimentos de Espanha merecem palavras severas a Pamplona, a propósito das suas implicações na política portuguesa. «Nada de bom vem para o Reino com o vento de Castela» (113) — lembrava ele. E demonstra, por experiência própria e recente, que entre 1795 e 1807 os Espanhóis tinham traído por três vezes os Portugueses: na campanha do Rossilhão excluindo-os do tratado de paz após a brilhante participação das tropas lusitanas nos desfiladeiros dos Pirinéus; no ataque de 1801, a «Guerra das Laranjas» que nos amputou da cidade de Olivença e do seu termo e, finalmente, na expedição de Junot, em que os Espanhóis colaboraram com os Franceses na ocupação do território português.

---

(112) Metternich, *Mémoires, documents et écrits divers laissés par le prince Metternich*, vol. III, págs. 616-617.

(113) *O Contemporâneo*, t. I, pág. 205.



## 8.º CAPITULO

### O REGRESSO DE PAMPLONA A PORTUGAL

É a revolução no Porto em 24 de Agosto de 1820, a que Pamplona ainda alude em «O Contemporaneo», que vai permitir o seu regresso a Portugal, bem como o de Cândido José Xavier e de todos os outros oficiais comprometidos na Legião Portuguesa. O general, embora sem grande simpatia pelos movimentos revolucionários, como aquele que deflagrou no nosso País, exprime a opinião num artigo da revista citada que os Portugueses seguiam a tendência dos povos europeus em adoptar o sistema representativo <sup>(114)</sup>. Na verdade, um dos aspectos ideológicos mais significativos da revolta iniciada no Porto era a sua manifesta anglofobia e a

---

(114) O Contemporaneo, 3.º t. págs. 89-108.

sua decidida adesão ao «partido francês» e os ideais da Revolução Francesa. Ora, os exilados no Estrangeiro, como Pamplona, tinham sido acusados e condenados por serviço e obediência aos exércitos de Napoleão que espalhavam nos países invadidos aqueles ideais. Era, portanto, uma reviravolta política que ia aproveitar a Pamplona e permitir-lhe exercer uma notável acção no seu país de origem.

Nesta ordem de ideias um dos primeiros actos das Cortes Constituintes, reunidas a partir de 24 de Janeiro de 1821, foi o de amnistiar todos os oficiais e cidadãos perseguidos por motivos políticos. Como se diz no preâmbulo do decreto das Cortes «tendo feito as mais profundas considerações sobre os imprevistos e extraordinários acontecimentos que desde o ano de 1807 impeliram alguns cidadãos portugueses a destinos forçados, a opiniões ditas pelas circunstâncias ocorrentes e a darem passos ordenados pela coacção» — Ficavam amnistiados. Além disso, os seus bens deviam ser restituídos como se tal condenação não tivesse existido... (115).

Este acto legislativo foi votado na Câmara por unanimidade de todos os deputados presentes. Corresponhia, portanto, a um sentimento generalizado de reabilitação moral e a uma viragem decisiva na orientação política da Nação.

Todavia, Pamplona não se deu por satisfeito com a medida legislativa emanada das Cortes. Processou, ainda por via judicial, a anulação da sentença que o tinha condenado, bem como promoveu a restituição de todos os seus bens. Os seus elementos de defesa foram reunidos numa «memoria justificativa» (116).

Era completamente revogada a sentença de 20 de Março de 1811 a que acima aludimos (117). Pamplona aduz a seu favor todos os argumentos que já conhecemos: a sua intervenção forçada nos exércitos de Junot e de Massena; a sua atitude na defesa da cidade de Coimbra e a sua campanha de reabilitação do exército português que tinha merecido a aprovação do próprio rei: «saiba

---

(115) *Diário das Cortes Gerais e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.º 11, 10-II-1821, pág. 69.

(116) *Op. cit.* pág. 28.

(117) *Cap. V* págs. 33-34.

a nação portuguesa que sem a primeira destas obras (*L'Aperçu*) ainda hoje se ignoraria na Europa a parte que as nossas armas tomaram na defesa da pátria...» Como se compreende perfeitamente a «Memoria Justificativa» dirigia-se a todos aqueles que ignoravam a acção de Pamplona no seu longo exílio de Portugal: «Depois de treze anos de banido um decreto de amnistia me abre as portas da Pátria» (118). Neste momento já a revolução de 1820 era entrevista por Pamplona por um prisma muito mais favorável. Referia-se ele à «regeneração da Pátria, que havia prosseguido de um modo tão admirável de que não havia exemplo na nossa história» (119).

Mas Pamplona não esquece a França, a sua segunda pátria adoptiva, «ilustre França, pátria das Ciências e das Artes, centro da civilização europeia, modelo de polidez e de urbanidade, asilo certo dos infelizes em todas as épocas da sua história». Aí os Portugueses exilados só puderam achar lenitivo às suas desditas na generosa hospitalidade com que foram recebidos (120).

Escreve ainda uma longa carta ao conde de la Tour de Maubourg, então ministro da guerra, na qual depois de narrar os acontecimentos mais relevantes da sua biografia, acrescenta: «Tal é, meu Senhor, a minha posição: ela restabeleceu-me na minha pátria à qual não posso recusar os meus serviços». E dava a conhecer a sua homenagem à França tal como ela era expressa na «Memoria Justificativa» acima citada. Pedia finalmente a sua demissão na patente a que sempre se julgou com direito de tenente-general. De facto, Luís XVIII concedeu-lhe o grau honorífico de tenente-general do exército francês (24-IV-1822). Estavam assim, ainda que tardiamente satisfeitas, as antigas pretensões de Pamplona e manifesto o seu grande reconhecimento pela hospitalidade e pela generosidade com que a França premiava os seus serviços (121).

Com o regresso de Manuel Inácio Martins Pamplona e sua Mulher a Portugal encerrava-se um processo, constituído, como vimos, por muitas dezenas de volumes e levantado pelo Juizo da Inconfidência, um tribunal especial criado em 1808 que se volveu

(118) Op. cit. pág. 3.

(119) Id., págs. 162.

(120) Id. id. págs. 70-71.

(121) Roger Kann, Op. cit. págs. 198-200.

com as suas arbitrariedades numa espécie de inquisição civil <sup>(122)</sup>.

Já de si a sentença que condenava Pamplona, bem como os outros réus acusados de traição à pátria, recordava os rigores e a crueldade dos actos judiciais anteriores à Revolução Francesa.

Um dos fundamentos da pesada condenação que recafu sobre o casal Pamplona e a severidade com que foi julgado pelo Juízo da Inconfidência era a avidez do Real Fisco deste Tribunal sobre os seus avultados bens.

Se foi relativamente fácil inventariar no território continental os bens do casal Pamplona <sup>(123)</sup>, na ilha Terceira, onde vigorava ainda o vínculo morganático, levantaram-se óbices irremovíveis à confiscação decretada pelo Juízo da Inconfidência. Dois anos depois da decisão judicial ainda não se obtivera qualquer notícia ou «conta» das diligências que se tinham mandado efectuar naquela ilha <sup>(124)</sup>. Perante este silêncio os juízes e os escrivães do Tribunal não se mostravam satisfeitos com as delongas. Exigiram que se elaborasse um inventário circunstanciado das propriedades e dos seus rendimentos — rendimentos que na própria confissão de Pamplona se elevavam a uma soma de 18.000 a 20.000 cruzados <sup>(125)</sup>. Porém, o corregedor da Ilha Terceira desculpava-se perante os seus colegas de Lisboa, com dificuldades provenientes da dispersão das propriedades do morgadio, da distância a que se encontravam umas das outras e até da insignificância dos proventos: nalguns casos, uma galinha e uns alqueires de trigo. Embora não constassem do processo, podem inferir-se outras circunstâncias: os Pamplonas eram pessoas não somente afazendadas mas com uma certa influência social no pequeno meio insular. Dispunham de instrumentos de resistência passiva para contrariar ou demorar a execução confiscatória de um tribunal tão distante. Até ao ano de 1815, apenas tinham entrado no celeiro real alguns alqueires de trigo. Os dinheiros cobrados a rendeiros, foreiros e outros usufrutuários não constavam do Cofre da Junta Real de Fazenda. E

---

(122) Ver nesta obra cap. V, pág. 34.

(123) Ver nesta obra, cap. IV, pág. 20.

(124) A. N. T. T. Juízo da Inconfidência P.º «Sobre o provento e arrecadamento dos bens na ilha 3.ª».

(125) *La Légion Portugaise* par le Commandant P. Boppe, Nancy, 1897, pág. 400.

só em 1821, quando se passou ordem ao corregedor da comarca de Angra para levantar o sequestro, o processo se reanimou do esquecimento a que tinha sido propositadamente votado.

Finalmente, como decisão da Casa da Suplicação foi decidido que «se lhes entreguem (ao casal Pamplona) todos os bens que lhes foram confiscados para que livremente os possa gosar» (126).

Terminava, finalmente por este acórdão a primeira fase da longa década de temores e de ameaças a que ficam sujeitos Manuel Inácio Martins Pamplona e sua mulher. A reabilitação em Portugal era definitiva e Pamplona podia esperar, com o favor e a estima de D. João VI, uma situação no seu país completamente diferente da que ensombrava os seus dias no exílio. É assim que ele irá desempenhar um papel relevante na vida política nacional num rápido quinquénio da sua agitada carreira sempre votada a um destino incerto. Depois de analisarmos as acções do general e as produções do escritor, especialmente castrense, trataremos agora na vasta documentação existente, das opiniões e das decisões do estadista. Pamplona despia a farda do general para se revestir da toga do homem político.

Uma e outra tinham sido objecto de uma cuidada preparação e de uma experiência não muito frequente em figuras do seu nível intelectual e social. Por muito discutíveis que fossem as suas atitudes — é sempre difícil encontrar num político uma inquebrantável linha de coerência — não há dúvida que Pamplona vai exercer funções ministeriais, nos últimos anos do reinado de D. João VI, que o colocam entre os estadistas mais notáveis na história do liberalismo português.

---

(126) A. N. T. T. P.º citado, fls. 131-132.



## 9.º CAPÍTULO

### PAMPLONA DEPUTADO

Libado de todas as culpas, envolvido por um clima político que lhe era favorável, Pamplona participa na governação nacional depois do regresso do Brasil de D. João VI (3-VII-1821). Exerce então por breve período as funções de ministro da guerra (24-IX-1821 a 25-X-1821). Mas tem de ser exonerado por ter sido um dos deputados eleitos para as Constituintes. As eleições para deputados do Soberano Congresso, que se tinham realizado na cidade de Angra, elegeram Manuel Inácio Martins Pamplona, já considerado como um filho da terra que se notabilizara, e o tenente engenheiro Roberto Luís de Mesquita, bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra, lente da Academia Militar de Angra. Estes deputados representavam além da ilha Terceira, S. Jorge,

Graciosa, Flores e Corvo. Antevendo a futura divisão administrativa dos Açores, as ilhas do Faial e S. Miguel elegeram representantes próprios.

Pamplona expressou aos seus patrícios «o seu eterno reconhecimento» pela distinção que lhe conferiram. Com a seriedade e o escrúpulo que imprimia em todos os cargos que desempenhara, lamenta que os negócios de Angra não pudessem desfrutar da atenção contínua da Câmara, assoberbada subitamente com a resolução de todos os interesses nacionais. Levanta-se a questão da divisão administrativa do Arquipélago, em face das aspirações de autonomia das ilhas de S. Miguel e do Faial, que já não aceitavam o governo centralizador emanado de Angra. Levado o estudo do assunto à Comissão Constitucional este opina pela instauração de dois governos: o da Terceira e o de S. Miguel. De resto o deputado pela última ilha, Pe. João Bento de Medeiros Mântua, defende com calor e mesmo com violência o critério divisionista, abocanhando a honra dos Terceirenses. Pamplona toma partido pela integridade da representação insular, e pela unidade administrativa dos Açores embora sem resultados positivos <sup>(127)</sup>.

No Soberano Congresso as suas opiniões moderadas em oposição às dos partidários extremistas «não lhe tardaram a fazer perder a pouca influência momentânea» de que desfrutou <sup>(128)</sup>. No entanto, o seu nome figura entre os deputados que assinaram a Constituição promulgada em 1822 (30-IX).

A deputação dos Açores só deu entrada nas Cortes já depois da sua abertura (18-VII-1821). Pamplona como o seu elemento mais representativo pronunciou um discurso hábil. Saliu os sentimentos patrióticos dos Açorianos sempre manifestados nas crises mais graves da Mãe-Pátria. Mas o orador aproveitou ainda o ensejo para exaltar o princípio monárquico e a fidelidade ao rei que tinha regressado do Brasil, dias antes. Atribuiu ao próprio monarca — e não às Cortes — a conquista das liberdades fundamentais: a liberdade individual, liberdade da propriedade, a liberdade de imprensa. Eram, segundo ele, benefícios que se deviam exclusivamente ao soberano. E dirigindo-se a D. João VI suplicava-

---

(127) Francisco Lourenço Valadão, op. cit., págs. 160-161.

(128) Avila de Azevedo, op. cit., Carta III, 18-II-1823.

-lhe que aceitasse a abnegação de todos os habitantes das ilhas açorianas (129). Não admira, pois, que o monarca o considerasse desde logo como um dos servidores da sua confiança.

Quando reabrem as Cortes Ordinárias da Nação Portuguesa (15-XI-1822) o nome de Pamplona desapareceu dos representantes do arquipélago açoriano. Naturalmente os promotores das eleições julgaram-no demasiadamente conservador e, portanto, pouco sintonizado com o espírito revolucionário que reinava então no aerópago das Necessidades onde se reunia a assembleia parlamentar. Pamplona desiludido com os excessos demagógicos dos vintistas resolveu afastar-se momentaneamente da actividade política e recolher-se à sua residência senhorial de Suberra. Segundo a opinião de historiadores contemporâneos, aliás pouco generosos para com a personalidade de Pamplona, o motivo por que se tinha ausentado e se tornara inimigo das Cortes, teria sido o desgosto de não o proporem como deputado para a nova legislatura (130). Como teremos ocasião de ver adiante, os negócios insulares mereceram-lhe sempre a maior atenção, exercendo notável influência política nas suas ilhas distantes e, particularmente, na Terceira, donde era natural.

Não oferece, porém, dúvida que tanto pelas suas posições doutrinárias como pelo evidente divórcio entre os princípios revolucionários e as instituições tradicionais, Pamplona se teria convencido da duração efémera do vintismo. Ainda na opinião de Luz Soriano, na quinta de Suberra ligavam-se as teias de uma vasta e activa intriga movida por Carlota Joaquina e o seu filho, o infante D. Miguel, para derrubar o regime nascente e o Soberano Congresso em que os Portugueses tinham acalentado tantas esperanças de regeneração nacional. É natural que o general, já tão experimentado pelas adversidades e com um agudo senso das realidades, tenha aderido nos fins de 1822 à conspiração que se pre-

---

(129) Barão de S. Clemente, *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, t. I, págs. 234-236.

(130) Luz Soriano, *op. cit.*, 3.ª época, t. II, p. e 1.ª, pág. 152 e n. 1 à pág. 168 e José Maria de Sousa Monteiro, *Historia de Portugal desde o Reinado da Senhora D. Maria Primeira até à Convenção d'Evora Monte*, nota à pág. 100 do t. III.

parava; todavia, só muito mais tarde, no decorrer do ano seguinte, possuímos provas concludentes de que se apresentava como um dos promotores da contra-revolução.



*D. Carlota Joaquina*



## 10.º CAPÍTULO

### A INTERVENÇÃO DE PAMPLONA NA VILAFRANCADA

O movimento sedicioso da *Vilafrancada* (30-V-1823), que culmina a primeira experiência liberal portuguesa, explica-se por três causas fundamentais: a independência do Brasil (1822) que veio afectar profundamente as estruturas económicas da nação portuguesa; em segundo lugar, as pressões externas movidas pela Santa Aliança e, sobretudo, a ocupação da Espanha pelo exército francês comandado pelo duque de Angoulême; em terceiro lugar, o descontentamento geral do país provocado pela ineficiência do regime parlamentarista do Soberano Congresso.

O movimento era portanto dirigido especialmente contra o Congresso onde já se fazia sentir o eco dos acontecimentos que se tinham desenrolado em Espanha. Mas, como vinha acontecendo

desde a revolução liberal de 1820, a sublevação partia do próprio exército. Foi o regimento de infantaria n.º 23 então aquartelado no Castelo de S. Jorge, que tomou o caminho de Vila Franca soltando vivas ao «rei absoluto». (27-V-1823). Juntaram-se-lhe outros militares da guarnição de Lisboa no total de dois mil e quinhentos homens. Entretanto, D. Miguel nessa mesma noite saía do palácio, também em direcção a Vila Franca, deixando uma carta escrita para seu pai, D. João VI, prevenindo-o «que não podia tolerar por mais tempo o aviltamento do trono o que toda a nação altamente desaprovava». O infante, que então frequentes vezes ia conferenciar no Ramalhão com sua mãe, D. Carlota Joaquina, tinha planeado com ela uma conspiração pela qual o rei era destronado pelo motivo alegado do enfraquecimento das suas faculdades mentais e nomeada uma regência em que seria investida a rainha.

Por sua vez, o Regimento de Infantaria n.º 18, em vez de voltar aos quartéis, rebelou-se e vai postar-se junto do paço de Bemposta proclamando D. João VI «rei absoluto». Ao que o monarca responde: — Pois se assim o quereis e quere a Nação viva o rei absoluto (131).

D. João VI, apesar do seu temperamento indeciso e inconstante, consegue astuciosamente encarnar a sedição realista que era dirigida contra ele. Foi esta atitude que lhe valeu a segurança do trono e o domínio sobre os seus poderosos inimigos. Esta súbita viragem do rei no processo contra-revolucionário não tem sido devidamente posta em relevo como um dos episódios mais significativos no desenvolvimento da *Vilafrancada*.

Aconselhado pelo seu camarista, o Marquês de Loulé, o rei até então hesitante, decide optar pelo partido da revolução. Toma uma carruagem e acompanhado pelas infantas dirige-se a Vila Franca. Neste momento já D. Miguel tinha partido para Santarém. O rei então ordena, por intermédio do Marquês de Loulé, que o infante viesse à sua presença. Este, porém, não obedeceu. Quando soube que o pai se dirigira a Vila Franca sentiu ruir todas as suas esperanças de cingir a coroa de Portugal.

É neste contexto que se coloca a intervenção de Pamplona e se afirmam os seus dotes de diplomata. Embora sem documentos

---

(131) José Maria de Sousa Monteiro, op. cit. t. III, págs. 95-114.

que nos elucidem com precisão podemos realmente presumir — presumir apenas — que ele participava na conspiração que se preparava. Recolhido no seu «pacífico esconderijo» de Subserra, «em que se tinha subtraído à inquieta desconfiança do expirante partido chamado liberal» (132) e com licença de três meses concedida pelo rei, Pamplona teria recebido dois avisos sobre a conspiração que se encontrava em marcha: um pessoalmente do infante D. Miguel, que se dirigira na madrugada do dia 27 de Maio para Vila Franca com o esquadrão de Cavalaria n.º 4, outro do próprio monarca, que então ainda se encontrava no Paço da Bemposta, por intermédio de um mensageiro.

Se formos, porém, a acreditar nas declarações várias vezes expostas por Pamplona ele não estaria ao facto da conspiração e teria sido colhido de surpresa, enquanto cultivava as flores do seu jardim como Numa Pomílio em Roma. Fora com dificuldade que se rendera ao chamamento do infante, percorrendo a cavalo a distância de quase uma légua que separava a povoação de Subserra de Vila Franca. E nem teve tempo de mudar de indumentária: apresentou-se a D. Miguel como fato de camponês, que nesse momento envergava, e o chapéu redondo de braguês. Entretanto, justificava-se logo, junto de D. João VI, do seu encontro com o infante: «Julguei de meu dever — escrevia ele — por muito que deva a V. M. não abandonar um príncipe de tenra idade» (133). D. Miguel contava apenas dezanove primaveras... Confessava que só queria servir o infante como filho e súbdito de D. João VI... De facto, tanto o general como outros oficiais, rodearam em Vila Franca D. Miguel, constituindo uma espécie de Conselho de Estado. D. João VI, pelo seu lado, inquieto e atemorizado com os acontecimentos que se estavam desenrolando e ciente da rebelião do filho, avisava o seu fiel servidor que se lhe juntasse «para que tudo isto não acabe em me destronarem» (134).

Logo de início Pamplona encontrava-se em face de um dilema: partidário da contra-revolução, mas consciente que a conspiração tinha outros fins ocultos, desejava a todo o custo, conservar-se fiel

---

(132) Avila de Azevedo, op. cit. Carta VIII, datada de 6-XI-1824, pág. 206.

(133) Barão de S. Clemente, op. cit., tomo I, pág. 699.

(134) Marques Gomes, *Lutas Casceiras*, pág. XLIII.

ao monarca a quem já devia muitas benesses.

De facto, a *Vilafrancada* é o transe em que melhor se define o carácter de Subserra. Ainda que os seus detractores o tenham malsinado acusando-o de versatilidade, os princípios de legitimidade que sempre advogou no campo ideológico e a sua fidelidade à pessoa do rei no campo dos seus sentimentos explicam-nos, até certo ponto, a sua atitude neste momento crucial, bem como os sucessos contraditórios dos últimos anos da sua vida. Na própria confissão só aderiu ao convite de D. Miguel para participar no movimento perante a condição de ser restituída a autoridade soberana de D. João VI. Que numa empresa tão arriscada fosse ele a única pessoa investida do mando <sup>(135)</sup>. Segundo este relato, de que não podemos duvidar em face das suas posteriores acções, Subserra tinha sido movido pelo respeito e pela dedicação que lhe merecia a pessoa real; da conspiração chefiada por D. Miguel só aproveitaria aqueles lances favoráveis à consolidação do poder, ameaçado pela demagogia do Soberano Congresso. Se havia nele a renúncia ao liberalismo revolucionário, mantinha-se fiel às doutrinas que sempre havia proclamado. Do liberalismo não aceitava a perversão da autoridade, mas somente o mecanismo das instituições que anunciavam a nova era política e social. Não se pode dizer, em abono da sua personalidade, que traíra os ideais, tal como ele sempre os concebera. Subserra podia então exclamar de consciência tranquila:

«Graças sejam dadas à Divina Providência, que me havia destinado para serviço de tanta monta e o maior que um vassalo pode fazer a seu Rei, um cidadão à sua Pátria, um realista à legitimidade, um homem a seus semelhantes: quando não tivesse na minha carreira outra circunstância estimável, esta basta para me considerar merecedor de Deus e dos homens» <sup>(136)</sup>.

Não há dúvida que Subserra era dotado de uma viva inteligência, de uma grande confiança em si próprio e de uma arte especial em saber aproveitar das oportunidades e das amizades que

---

(135) B. N. L. «Reservados». Apontamentos e notas do conde de Subserra sobre os negócios do Brasil e outros assuntos políticos e históricos. Doc. n.º 120.

(136) B. N. L. «Reservados», Cx. 149, Doc.º n.º 120. V. «Fragmentos de um Diário» pág. VI.

faltava esse senso e essa acuidade política que são as qualidades características dos homens públicos. Foi várias vezes apodado, com ou sem razão, de ser um agente da França em Portugal; mas, de facto a sua permanência de treze anos em França, as relações que aí tinha adquirido, o domínio tantas vezes revelado da língua francesa influíram de forma decisiva na formação do seu carácter e do seu espírito. Assim, como em muito jovem já se tinha insinuado no ânimo do príncipe D. José, o primogénito de D. Maria I, que teria sido o herdeiro da coroa, soube naturalmente captar também as graças de D. João VI, ao ponto de se tornar, enquanto governou, um autêntico valido do monarca, quase nas mesmas circunstâncias que o marquês de Pombal fora «o homem forte» no reinado de D. José I. Enobrecido de recente data a-velha nobreza do reino não lhe perdoava — como acontecera também com Pombal — de se ver afastada da corte por sua influência, acusando-o igualmente de ter sido favorecido pelas benesses reais e de se ter locupletado à custa do erário do Estado (137).

Segundo o conceito do «espírito público» ele era o único nobre que marchava pela estrada franca do bem público e mantinha a firmeza do trono. De uma maneira geral, a nobreza limitava-se a alimentar a intriga da corte e procurar diminuir o crédito dos estadistas a quem cabia a responsabilidade dos negócios do Estado (138). Por todas estas razões Subserra criara uma legião de inimigos que nunca lhe perdoariam a sua rápida ascensão e o vasto exercício do poder de que desfrutava.

Em volta do rei e em volta do infante formaram-se então dois partidos: o primeiro, o dos liberais moderados, que pretendia a reforma das instituições mas com o respeito dos valores tradicionais; o segundo, o dos exaltados, que poderíamos hoje designar como da extrema-direita, que queria manter a todo o transe a monarquia absoluta.

D. Miguel acabou, contudo, por acatar a autoridade paterna, aparecendo junto do rei no dia um de Junho. Ao que parece, por

---

(137) V. a este respeito as lúcidas observações de Artur Herchen, in *Dom Miguel Infante*, versão portuguesa de D. João de Almeida, págs. 144-145, 201 e 209.

(138) *Polícia secreta nos últimos tempos do reinado de D. João VI*, obra atribuída a João Cândido Baptista de Gouvêa, Lisboa, 1835, pág. 283.

soube conquistar em toda a sua movimentada carreira. Não lhe sugestão de Pamplona, foi nomeado comandante-em-chefe do exército. Sob certos aspectos começavam a dominar os absolutistas que vão não somente perturbar os últimos anos do reinado de D. João VI, mas ainda abrir umacisão definitiva entre o Portugal renovado e o Portugal histórico.

Pelo seu lado, Pamplona, pôs o soberano ao facto do «trama urdido pelo filho e pela rainha sua esposa» (139). Daí proveio a confiança e a dedicação com que D. João VI passou a distingui-lo. Pamplona, no entanto, apesar da sua admiração pelo rei reconhecia-lhe defeitos como homem. Era de uma incomparável bondade e nutria uma repugnância natural pela severidade. Mas esta bondade não era acompanhada de firmeza de carácter o que se tornava nocivo tanto ao príncipe, por vezes indeciso, como aos seus vassallos, os quais se compraziam na desobediência, na intriga e na oposição (140).

Logo em Vila Franca Pamplona advertiu D. Miguel que o fim exclusivo do movimento seria «a restauração da autoridade real na pessoa de El-Rei». Que todas as suas ordens seriam plenamente executadas sem observação alguma. Pamplona considerava que o movimento era bom na essência mas revolucionário na forma (141). Exigiu ainda que D. João VI reentrasse em Lisboa triunfalmente sem ser precedido pelo infante com as suas guardas-avanzadas. Como escreve: «a minha exclusiva ingerência nos negócios daquela época crítica remediou tudo, graças à sua inexperiência e à decisão que tomei de não admitir conselho dos que o seguiam» (142). Se é certo que estas exigências descontentaram o infante e provocaram um princípio de animosidade contra Pamplona na «Ordem do Dia» do exército, de que o infante passou a ser o generalíssimo, Pamplona é ainda louvado pela prontidão com que se apresentou, pela sua obediência e «assíduos e judiciosos serviços que prestou a bem da causa da restauração da realza» (143).

Em breve, porém, esta atitude se ia modificar. Decerto sua

---

(139) Luz Soriano, Op. cit., parte 1.ª, t. II, págs. 168-169.

(140) B. N. L. Reservados, Cx. 149, doc.º n.º 116.

(141) Id. id., id., doc.º n.º 152.

(142) Avila de Azevedo, Op. cit., Carta VIII, 6-XI-1824, pág. 206.

(143) Barão de S. Clemente, Op. cit., t. I, pág. 754.

mãe, a rainha D. Carlota Joaquina, a eminência negra do partido da reacção, advertiu o filho que tanto Pamplona como o Marquês de Loulé, teriam sido os principais motores do insucesso da *Vilafrancada*. Um, aconselhando o rei a tomar sobre si o comando do movimento; outro, revelando-lhe as intenções dos conspiradores e as traições que ameaçavam D. João VI.

É ainda em Vila Franca e sob a pressão dos acontecimentos que D. João VI toma as medidas necessárias para garantir o exercício dos seus «inauferíveis direitos», frase que depois se celebrou na sua proclamação dirigida aos Portugueses.

Pamplona ascende então por decreto de 1 de Junho de 1823 a Ministro Assistente do Despacho, Encarregado dos Negócios da Marinha <sup>(144)</sup>. Por sua vez, o então conde de Palmela, participava do mesmo ministério como Secretário dos Negócios Estrangeiros. Mas quem realmente dirigia o novo governo, quem despachava directamente com o soberano, quem se tornara o seu confidente e o executor das suas ordens era o general Pamplona. Durante quase dois anos pode dizer-se que exerceu por delegação do rei todo o poder executivo em Portugal. Foi um verdadeiro ministro de estado. Na frase de um dos seus inimigos foi «aquele que governou El-Rei e os Portugueses como nunca soberano ou homem algum tem governado Portugal» <sup>(145)</sup>.

Segundo a confissão do próprio Pamplona, os congressistas, os deputados vintistas, desanimaram completamente, quando tiveram conhecimento que ele estava à testa dos negócios do Estado. Julgaram que o general com as suas relações europeias, era o autor de um vasto plano que abrangia todo o Reino e se combinava com a interferência da Santa Aliança nos negócios portugueses <sup>(146)</sup>.

O reconhecimento de D. João VI pela atitude assumida por Pamplona na crise da *Vilafrancada* não se limitara a nomeá-lo ministro da sua plena confiança. Ele que só conservava o título de «baron», concedido em França pelo decreto de Luís XVIII (2-II-1817) <sup>(147)</sup> e de o descendente primogénito do morgadio da Ilha

(144) Barão de S. Clemente, op. cit., I, pág. 746.

(145) Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, *Exposição Resumida*, pág. 38.

(146) Carta de Subsera ao Conde de Porto Santo, B. N. L. Reservados, Cx. 149, doc.º 152.

(147) B. Boppe, *La Légion Portugaise, Etat des Services de Pamplona*, págs. 397-400.

Terceira, ascende à nobreza agora com o título pela qual vai ser conhecido na história do constitucionalismo português: Conde de Subserra.

O despacho de nomeação coincide com o aniversário da filha predilecta de D. João VI, a futura regente da monarquia portuguesa, a Sereníssima Senhora D. Isabel Maria (4-VII-1823). Como outras titulações nobiliárquicas o condado de Subserra abrangia «duas vidas» (148). Pamplona que não tinha descendentes directos pensava na sua filha adoptiva, D. Maria Mância, que, de facto, passou a designar-se como Condessa de Subserra. Por despacho da mesma data Pamplona era também nomeado Conselheiro de Estado.

Subserra era a designação do palácio e da quinta «que é um ermo completo», situados na aldeia do mesmo nome, a pouca distância da povoação de Alhandra. Pertencia aos vínculos de D. Isabel Roxas e Lemos, mulher de Pamplona.

A propriedade era formada por uma grande casa de varandas corridas, rodeada por um jardim onde murmurava uma fonte de água e por terras de vinha. Do palácio desfrutava-se uma bela vista sobre o Tejo, e sobre os mouchões que limitam a sua margem esquerda (149).

---

(148) *Gazeta de Lisboa*, n.º 157, 5-VII-1823, pág. 1185.

(149) V. nesta obra, pág. 102.





## 11.º CAPÍTULO

### O MINISTÉRIO DE SUBSERRA

Depois da *Vilafrancada* inicia-se uma nova fase na vida política nacional. Não era ainda o triunfo definitivo da contra-revolução porque o rei considerava-se o fiel entre os dois partidos em que se dividia a nação: os liberais, os democratas, os constituintes agora afastados da cena e quando não perseguidos ou exilados; os absolutistas, ou apostólicos, chefiados por D. Miguel, manejados pela rainha D. Carlota Joaquina, preparando-se por todos os meios, mesmo os mais ilícitos, para a conquista do poder.

O ministério que D. João VI nomeara, implicitamente presidido por Subserra, com o concurso activo do mais hábil diplomata do liberalismo, o conde de Palmela, então elevado a marquês, representava o encontro entre as duas tendências extremas. Por isso

mesmo o seu ponto de equilíbrio encontrava-as constantemente ameaçado pelos dois partidos. Mas, o mais perigoso, o que contava com mais influências, aquele que agia no próprio seio do governo e da monarquia, era o absolutista. D. Miguel, como comandante supremo do exército, permitia-se fazer uma depuração nas suas fileiras, afastando todos aqueles oficiais suspeitos de liberalismo e nomeando para os postos de comando oficiais da sua confiança.

Subserra, tanto pela sua estratégia política como pelo seu temperamento moderado, oscilava igualmente entre estes dois termos: se havia ajudado a reprimir os excessos da demagogia não lhe agradava que Portugal voltasse ao regime absoluto destruído pela revolução vintista. Se não acreditava no livre jogo das instituições democráticas e na soberania popular das assembleias revolucionárias, era um estadista consciente da evolução das sociedades europeias, um *estrangeirado* que não compreendia a intolerância e os ódios das posições extremas. O dogma essencial da sua filosofia política residia no princípio da legitimidade, tal como ela foi restabelecida em França, após a restauração dos Bourbons. E toda a sua actuação de estadista é uma luta constante para defender e respeitar a soberania de D. João VI que tinha sido seriamente contestada pelos deputados das Constituintes. Soberania também atacada pelo partido absolutista, não como linha doutrinária, mas por uma maquinação urdida e alimentada na própria intimidade da família real por instigação de D. Carlota Joaquina.

Um dos pontos mais delicados de que tinha sido incumbido o ministério de Subserra era o cumprimento de uma promessa de D. João VI, inserida na proclamação que se afixou em Lisboa (3-VI-1824): «O vosso rei colocado em liberdade no trono dos seus predecessores, vai fazer a vossa felicidade: *vai dar-nos uma constituição* em que se proscavam os princípios que a experiência vos tem mostrado incompatíveis com a duração pacífica do estado»... <sup>(150)</sup>

Esta medida do monarca, depois do restabelecimento de todas as suas prerrogativas reais, obedecia a três propósitos fundamentais: em primeiro lugar, era uma transigência com um estado de espírito que se havia criado em Portugal e nos países da Europa Ocidental, de que somente as constituições garantiam o exercício

---

(150) Luz Soriano, Op. cit., 3.ª época, t. II, parte I, pág. 169.

das liberdades individuais; em segundo lugar, D. João VI, tanto pelo seu temperamento moderado, como pela compreensão das novas tendências que se observavam na sociedade do seu tempo, não se queria colocar numa posição irredutível de soberano absoluto; em terceiro lugar, acompanhava uma corrente doutrinária que se havia afirmado em Portugal, preconizado o regresso à tradição da convocação das Cortes, obliterada durante o século XVIII com o surto do despotismo esclarecido de Pombal.

Subserra evidentemente desejava fazer cumprir a vontade real. Todavia, a Constituição, após a experiência malograda das Constituintes, às quais se atribuíam todos os males de que sofrera o país, tornava-se desde logo um pomo de discórdia. Concitava contra ela a sanha do partido absolutista que não desarmava nas suas tentativas para desvanecer os últimos vestígios da revolução liberal e dos seus fautores «os pedreiros-livres».

Palmela, uma das personalidades mais influentes do Ministério, pelo menos no início do seu governo, acalentava igualmente a esperança de ser promulgada a constituição. Desde 1812, quando ministro de Portugal em Espanha, assistiria ao desabrochar das ideias liberais. Em Cádiz, travou relações com os liberais espanhóis. Segundo um publicista contemporâneo, aliás suspeito pelo seu inquebrantável miguelismo, Palmela possuía desde aquela data um esboço de constituição. Encontrando-se em Paris, seis anos mais tarde, remetera-o à apreciação de Benjamim Constant que juntara aos três poderes prescritos por Montesquieu — legislativo, executivo e judiciário — um quarto poder, «o poder moderador», exercido pela autoridade real <sup>(151)</sup>.

Era o marquês, portanto, o estadista mais indicado para presidir à Comissão nomeada por um decreto ministerial (18-VI-1823) a fim de proceder à elaboração de um texto constitucional. D. João VI não esquecera a sua promessa e poucos dias depois da *Vila-francada* procurou dar-lhe execução. O decreto exarava as linhas essenciais do futuro estatuto: nem as antigas cortes, sempre lembradas neste momento, nem a constituição de 1822, correspondiam às necessidades político-administrativas do país. Pretendia-se ela-

---

(151) António Ribeiro Saraiva, *Traduction d'une lettre d'un individu à son ami sur les affaires actuelles du Portugal*, Paris, 1826, págs. VII-VIII.

borar um código fundamentado nos melhores princípios do direito público mas sem contrariar as prerrogativas da coroa <sup>(152)</sup>.

Da comissão participavam catorze membros, representando as várias facções doutrinárias. Não existe documentação que prove a asserção de António Ribeiro Saraiva. Muito pelo contrário: a redução do projecto de constituição, ou pelo menos aquele que foi discutido, coube ao antigo reitor do Colégio dos Nobres, o Dr. Ricardo Raimundo Nogueira. O rascunho foi descoberto pelo Prof. Magalhães Colaço e publicado pelo Prof. Paulo Merea <sup>(153)</sup>. Este projecto obedecia pragmaticamente ao programa que tinha sido consignado à comissão. Fundamentalmente apresentava-se como um compromisso entre as cortes tradicionais restabelecidas numa câmara nomeada vitaliciamente pelo soberano e uma câmara de deputados eleita por sufrágio directo. A pessoa do rei era «sagrada e inviolável» e definiam-se com precisão as suas atribuições que compreendiam uma grande parte do poder legislativo, do poder executivo e até do poder judiciário. Ainda que com todas as restrições às conquistas da soberania popular, o projecto não logrou a aprovação final.

Quer pelas dissidências que se levantaram entre os membros da comissão, quer pelo clima emocional e pelas constantes ameaças de subversão que se manifestavam no país, quer ainda pela rejeição provinda da Santa Aliança, então dominante na Europa, que contrariava as novas constituições, os trabalhos da comissão ou junta arrastavam-se penosamente. Subserra, pelos conselhos e pelas advertências que chegavam ao seu conhecimento de emoção pública. E Palmela, que pusera inicialmente como condição à sua entrada no Ministério a vigência de uma constituição, mudara de ideias como hábil político que era.

Até ao desabrochar do ano seguinte (1824) nada se tinha realizado neste sentido. Cinco dos membros da junta — prova de que ela estava muito dividida — solicitaram ao monarca que, ou lhes facultasse novas bases para prosseguirem na elaboração do projecto ou se deviam suspender os seus trabalhos, esperando circunstâncias mais convenientes para prosseguirem <sup>(154)</sup>.

(152) Luz Soriano, Op. e vol. cit., pág. 196.

(153) *Projecto da Constituição de 1823*. Coimbra, 1967.

(154) Luz Soriano, Op. e vol. cit. pág. 284.

De facto, D. João VI só se dignou responder à consulta da junta seis meses mais tarde (4-VI-1824). E promulgava uma carta de lei que declarava instaurada «a antiga, verdadeira e única constituição da monarquia». Isto é: deviam ser convocados os três estados ou os três braços do reino à maneira tradicional. As cortes, assim convocadas, não seriam mais do que um conselho de estado alargado...

No entanto, mesmo esta medida conservadora de D. João VI, tão cautelosa e já tão distante da promessa de Vila Franca, provocou objecções e resistências invencíveis dos estados da Santa Aliança. Os diplomatas estrangeiros intervinham nos negócios de Portugal como se fossem causa própria...

Os documentos que nos foram legados por Subserra oferecem-nos elementos muito valiosos sobre esta atitude <sup>(155)</sup>.

O embaixador francês Hyde de Neuville, amigo íntimo do conde de Subserra e, mais tarde, ligado com ele por laços familiares, após o casamento de um sobrinho com Maria Mância enteada de Subserra, manifesta a sua opinião sobre este momentoso assunto numa carta que lhe dirige:

«Li com muita atenção — escreve ele em francês — o decreto (de D. João VI). Está redigido no melhor espírito e parece oferecer-me todas as garantias desejáveis para o trono e seus vassallos».

Considera o embaixador, que, na verdade, retomar as instituições antigas era ainda o melhor partido nas circunstâncias presentes. Importava fortalecer o poder real e evitar as desordens partidárias. Competia, sim, ao soberano determinar o modo da formação das cortes, a sua convocação e a sua eleição. Devia não somente nomear os membros do primeiro e segundo estado, mas ainda não devia recear nomear os membros do terceiro estado, ou seja o braço popular.

Todavia, e ainda depois destas considerações sobre as cautelas a tomar na convocação das cortes, Hyde de Neuville apelava para que o ministro salvasse a legitimidade do trono e guardasse cuidadosamente o seu rei e senhor...

Palmela, por sua vez, escrevendo ao conde de Porto Santo,

---

(155) *Cartas do Embaixador de França em Lisboa para o Conde de Subserra*. B. N. L. Reservados, Cx. 149. Docs. 259-279, Carta de 30.V.1824.

ministro de Portugal em Madrid, afirmava «que se tomaram todas as precauções imagináveis para que a reunião dos três estados do reino não degenerasse numa assembleia demagógica» (156).

Nestas circunstâncias Subserra e com ele Palmela, o presidente da Junta, não se atreveram a reunir os três estados, especialmente depois do clima gerado pelos acontecimentos de 30 de Abril, a famosa *Abrilada*, de que Subserra seria uma das principais vítimas, livrando-se por um fio de um premeditado assassinio. Mas nem o problema da constituição, nem outros problemas sérios da admiração conseguiam desviar a atenção de Subserra pelos acontecimentos políticos das suas ilhas distantes e, particularmente da Ilha Terceira, onde havia nascido. O ministro não tinha esquecido as suas funções de deputado e assim aproveitava da sua condição de estadista para exercer uma intervenção activa nos negócios insulares. Estaria suficientemente informado deles não só pela correspondência oficial do capitão-general e de outras autoridades, mas ainda pelos seus dois irmãos, Alexandre Martins Pamplona e Jerónimo Martins Pamplona Corte-Real, o primeiro liberal e o último miguelista. Não se preocupa somente com a administração, mas ainda com a agricultura. Em 15 de Março de 1824 dava instruções ao capitão-general sobre a cultura do pastel, do linho, do cânhamo e do tabaco (157).

Na Ilha Terceira, ao contrário do que se poderia supor com a adesão posterior da guarnição militar da ilha ao regime liberal (22-VI-1828), a população era na sua maioria afecta ao regime absoluto. Esta atitude tinha sido especialmente movida pela popularidade de que desfrutava o capitão-general das ilhas dos Açores, Francisco de Borja Garção Stockler, que as governou durante dois biénios (1820-21 e 1823-24), em oposição à hostilidade manifestada contra o anterior capitão-general, Francisco Pinto de Araújo (1817-1820). Stockler, figura eminente de cientista, conseguiu um prestígio no seu governo que se podia confundir com adoração. Primeiramente deposto pelos mandatários da revolução de 1820, foi reabilitado depois da *Vilafrancada* voltando a reassumir as suas funções, a pedido das populações, e com o assentimento de Subs-

---

(156) Luz Soriano, Op. e vol. cit. pág. 285.

(157) Francisco Lourenço Valadão Júnior, Op. cit., págs. 4-5.

serra que já o havia nomeado para membro da comissão proposta para elaborar o novo projecto de constituição. Fora também o Ministro Assistente do Despacho que promoveu a exoneração do juiz de fora de Angra, Dr. Mascarenhas Grade, que provocara a revolta dos Terceirenses com as suas atitudes desabridamente liberais. Nas perturbações do interregno do governo de Stockler tomou igualmente a iniciativa de despachar para Angra a fragata «Amazona», a fim de ali restabelecer a ordem. O principal objectivo de Subserra, pelo que respeitava à política açoriana, e nomeadamente na Ilha Terceira, era o de restabelecer a paz nas ruas nos espíritos extraordinariamente agitados com as sedições, os motins, as animosidades pessoais que ali se manifestavam como reflexo das lutas partidárias do Continente, alterando a pacatez tradicional das sociedades insulares. O capitão-general Stockler ao retomar a posse do seu governo (17-XI-1823) procurou dar cumprimento às instruções precisas de Subserra neste sentido e recebeu as suas expressões de agrado por as ter cumprido fielmente <sup>(158)</sup>.

---

(158) Id., *Dois Capitães-Generais e a 1.ª Revolução Constitucional na Ilha Terceira*, págs. 217-226.



## 12.º CAPÍTULO

### AS AMEAÇAS CONTRA PAMPLONA NA ABRILADA

Ainda que a *Vilafrancada* tivesse constituído um triunfo da contra-revolução os ultra-realistas não se consideravam satisfeitos. Logo em Outubro (26) do mesmo ano o intendente-geral da policia, barão de Rendufe, tinha feito abortar uma conspiração para destronar o rei, exilá-lo em Vila Viçosa e substituí-lo pela regência de Carlota Joaquina, durante a menoridade de D. Miguel. Como sempre era a rainha que tecera os fios desta tenebrosa intriga.

Mas a contra-revolução seguia o seu curso. Na noite de 28 para 29 de Fevereiro do ano immediato (1824) o 1.º marquês de Loulé appareceu morto nos reais paços de Salvaterra de Magos, em circunstâncias que nunca foram esclarecidas. Primeiramente, atribuíu-se a morte a um acidente: o marquês iludido pela escuridão

da noite, quando regressava aos seus aposentos, ter-se-ia precipitado pelo vão de uma janela do palácio sobre um montão de entulho. **Mas, logo a devassa, a que Subserra procedeu por determinação do rei, revelou, segundo o resultado da autópsia, que ele teria sido assassinado em «outro lugar (e) fora ali colocado».** Além disso apresentava no corpo ferimentos que mostravam «ser feitos com instrumento contundente» <sup>(159)</sup>.

Como dissemos atrás, o marquês nomeado recentemente estribeiro-mor do rei e seu íntimo amigo, desempenhara um papel de relevo na *Vilafrancada*, aconselhado-o a conduzir a revolta em seu proveito <sup>(160)</sup>. Os ultra-realistas não lhe teriam perdoado esta atitude. Na mesma noite deveria ser assassinado Subserra, considerado outro responsável pelo malogro da *Vilafrancada*. Todavia, providencial dor de cabeça levou-o a retirar-se para o seu quarto uma hora mais cedo. Foi desta maneira que o ministro de D. João VI escapou à triste sorte que o esperava <sup>(161)</sup>.

A *Abrilada* pode considerar-se como a terceira tentativa do partido ultra-realista ou apostólico para se apoderar do governo do país. Um ano depois da *Vilafrancada*, aquele partido não só dispunha da influência da rainha Carlota Joaquina, mas ainda contava com a própria acção do infante D. Miguel como chefe supremo do exército. O movimento era nitidamente dirigido contra o rei, que se procurava destituir e também contra o governo moderado por ele apoiado, de que Subserra era, como vimos, ministro assistente do despacho e ministro da guerra e o marquês de Palmela, ministro dos estrangeiros como as duas figuras de maior destaque.

O promotor dos acontecimentos, que se vão desenrolar, é o infante D. Miguel. Em primeiro lugar, sublevando o exército sob o pretexto que se tramava uma conspiração dos «pedreiros-livres», dos maçons e do partido liberal com o intuito de assassinar o rei e toda a família real. Em segundo lugar, promovendo uma série de prisões de políticos, militares e outras pessoas que eram tidas como adversárias do partido ultra-realista. Havia ainda uma ameaça

(159) V. António Cabral, *Uma Tragédia na Corte. A morte do marquês de Loulé*. O A. pretende demonstrar que o marquês teria sido realmente vítima de um acidente, transformado pelas paixões políticas em assassinio.

(160) V. Cap. X, pág. 62.

(161) Marques Gomes, Op. cit. págs. L-LI.

sobre este partido que iria precipitar a eclosão do movimento. O rei teria decidido revelar o processo do assassinio do marquês de Loulé e mandar prender os responsáveis — processo, porém, que ficou misteriosamente incompleto em Março de 1825. Teria sido este o principal elemento detonador da conjura <sup>(162)</sup>.

D. Miguel surgia então como um anjo salvador do trono ameaçado de D. João VI. Segundo ele tratava-se de «uma pérfida traição maquinada por terríveis associações maçónicas». Pretendia ainda «fazer triunfar a grande obra começada no dia 27 de Maio de 1823» ou seja a continuação do processo contra-revolucionário iniciado com a *Vilafrancada*. Queria salvar o seu país «das garras infames» que o cercavam e o tinham «conduzido às margens do precipício». Referia-se, sem dúvida, aos ministros do seu gabinete entre os quais se contavam Pamplona e Palmela <sup>(163)</sup>.

Foi desta maneira que se gerou em Lisboa desde o dia 30 de Abril até ao dia 8 de Maio, uma atmosfera de terror como aquela que precede as grandes catástrofes nacionais. Na manhã desse dia 30 de Abril, Carlota Joaquina, a deusa «ex-machina» da conspiração, assentava arraiais no Paço da Bemposta para colher os frutos das suas intrigas.

Na noite de 29 de Abril, «uma noite de uma beleza admirável, uma noite veneziana de uma calma que nem um sopro de vento perturbava a claridade azulada» <sup>(164)</sup> o embaixador da Inglaterra, Sir Eduardo Thorton, oferecia um baile no palácio da Lapa para comemorar o aniversário do seu soberano, Jorge IV. Tinham-se ali reunido as personalidades mais representativas da sociedade portuguesa, a aristocracia, os estadistas, todo o corpo diplomático acreditado em Lisboa. Os salões e os jardins estavam profusamente iluminados e os pares rodopiavam ao som de uma orquestra.

Quem podia supor que não muito longe do palácio, nas ruas esconsas do bairro da Lapa, conspiradores e assassinos esperavam o momento de cair sobre as suas vítimas?

Aí pelas oito horas da noite — as festas começavam cedo nessa

---

(162) Hyde de Neuville, *Mémoires et souvenirs*, 3.º vol., pág. 156.

(163) Carta do infante a el-rei, 30-IV-1824, in J. Sousa Monteiro, op. e vol. cit. págs. 464-466.

(164) Hyde de Neuville, op. e vol. cit. pág. 151.

época — Hyde de Neuville, o embaixador francês, que se encontrava entre os convidados, foi procurado pela condessa de Subserra. Confessou-lhe ela com uma fisionomia desfeita que o seu marido tinha sido avisado de estar prestes a ser assassinado naquela noite.

De facto, Subserra saíu inopinadamente do baile, atravessou a pé as ruas menos frequentadas da cidade e subiu até ao Campo de Sant'Ana, ao palácio real da Bemposta. Entrou escondidamente pelo jardim para não ser pressentido e, conhecedor dos recessos da residência, foi bater directamente à porta da câmara do rei. D. João VI ficou verdadeiramente atemorizado com a notícia da conspiração que se tramava e exclamou:

— Querem-me matar; a mim talvez me respeitem mas a você decerto que não por ser o meu mais dedicado amigo. Fuja conde! <sup>(165)</sup>.

Subserra desejava permanecer ao lado do rei nesta perigosa situação. Mas este aconselhou-o a que se pusesse a recato. O ministro, marchando sempre, dirigiu-se então para o palacete onde residia na rua do Arco do Cego. No trajecto deparou com o seu antigo secretário, hóspede, amigo fiel e preso mais tarde, António José Ferreira Galhardo, que o advertiu dos perigos que o ameaçavam. Há divergências nos historiadores sobre o destino tomado pelo ministro. Mas a hipótese mais provável, segundo o depoimento do embaixador Hyde de Neuville, <sup>(166)</sup> é a dele ter-se recolhido na residência de Galhardo, embora haja uma confusão de nomes, erro muito frequente nas Memórias do embaixador que não conhecia a língua portuguesa. Ao ter conhecimento da guarida de Subserra Hyde de Neuville dirigiu-se para lá. Subserra tomou então a carruagem do diplomata e sentiu-se em relativa segurança no palácio da embaixada de França. Dali passou, a convite do embaixador britânico, Eduardo Thornton, para bordo da fragata inglesa *La Lively*, fundeada no Tejo.

Narra a embaixatriz de França que conseguiu avistar com o auxílio de um óculo do torreão do seu palácio, sobranceiro às águas do Tejo, o conde, no navio inglês, entre os seus dois ajudantes.

(165) Marques Gomes, *Lutas Caseiras*, t. I, pág. LII.

(166) Hyde de Neuville, *Op. cit.*, t. III, págs. 162-163.

Pôde assim tranquilizar a condessa e a sua filha que tinham vivido horas de angústia <sup>(167)</sup>.

Entretanto, a intriga da *Abrilada* prosseguia com as suas cenas dramáticas. Um dos protagonistas do primeiro plano dos acontecimentos que se desenrolaram seria o embaixador francês. Foi ele que tomou a corajosa iniciativa de reunir todo o corpo diplomático para salvar D. João VI, cercado pelos conjurados no palácio da Bemposta. O séquito das carruagens desfilou pelas ruas de Lisboa, atravessou o Rossio erigido de baionetas e subiu ao Campo de Sant'Ana. Os diplomatas, com Hyde de Neuville à frente, conseguiram iludir e vencer os guardas que não permitiam o contacto com o mundo exterior. Subiram a escadaria do palácio entre alas de soldados. Atravessaram três salões e por fim alcançaram a sala do trono onde D. João VI se encontrava mergulhado na mais profunda dor. Todas as suas faculdades pareciam aniquiladas. Pela sua face rolavam lágrimas. Um dos seus primeiros cuidados foi inquirir da sorte de Pamplona — era assim que ele chamava familiarmente o conde de Suberra.

Hyde de Neuville respondeu-lhe:

— Senhor, este fiel servidor está bem seguro.

— Está preso? — retorquiu o rei.

— Não Senhor — afirmou fortemente o embaixador — não se encontra em poder dos conspiradores, posso dar todas as garantias a V. M..

Estas palavras produziram um efeito mágico no seu ânimo abatido. Transpareceu no seu semblante um clarão de alegria seguido por um raio de esperança.

Quando se dirigiu ao Corpo Diplomático D. João VI não pôde esconder que se encontrava sobre a ameaça próxima de Carlota Joaquina:

— **A rainha está ali. Chegou ao palácio uma hora antes da revolta das tropas. É ela que empurra o meu filho!** <sup>(168)</sup>

Enquanto Suberra se abrigava na *La Lively* os representantes das nações estrangeiras continuavam a agir para dominar a revolta e restabelecer o poder real. D. Miguel é chamado ao palácio

---

(167) Id. id. id. págs. 179-180.

(168) Hyde de Neuville, Op. cit. págs. 169-170.

e promete submeter-se à autoridade paterna. O marquês de Palmela, também indiciado pelos conspiradores e preso na Torre de Belém, é logo libertado.

Todavia, a situação não estava ainda esclarecida. Nos primeiros dias de Maio acumulavam-se ainda nas prisões comerciantes, magistrados e outros liberais. No dia cinco pela manhã a cidade estremeceu com a passagem de quarenta e sete viaturas, escoltadas por um regimento de cavalaria, que conduziam os prisioneiros para a fortaleza de Peniche.

O corpo diplomático voltou a reunir-se na embaixada de França. Como não estivesse ancorado no Tejo nenhum navio de guerra francês, decidiu-se então que o rei, para que retomasse a sua completa liberdade de acção, embarcasse num navio da esquadra britânica. Depois de várias hesitações D. João VI decidiu acolher-se a bordo da *Windsor Castle*, por acordo entre os embaixadores de França e Inglaterra.

Teve de usar de um estratagema para se eximir às suspeitas dos absolutistas. No Domingo nove de Maio desse ano de 1824, pela uma hora da tarde, embarcou com as princesas no Tejo, mandou remar pela margem direita do rio até Belém, onde ouviu missa. Depois desceu de novo para a galeota real que o conduziu — sem ninguém se aperceber disso — para bordo da *Windsor-Castle*, a nau inglesa que se balouçava sobre as águas do rio. Os marinheiros esperavam-no fora nos barcos do navio, para o proteger de qualquer eventualidade.

Como era de esperar, Subserra, que a bordo da fragata *La Lively* tomara um nome de empréstimo, foi logo juntar-se ao soberano. O embaixador de França também providenciou para que a condessa, a filha e o genro se pudessem reunir com ele na *Windsor Castle* onde se formara uma pequena corte. Começou logo D. João VI por chamar a si o infante rebelde. Não era a primeira vez que este fazia acto de contrição. Lavado em lágrimas pediu perdão ao pai e acrescentou:

— Meu pai, se eu me encontrasse no fim do mundo, teria corrido para junto de vós! <sup>(169)</sup>

Era sincera a sua comoção neste momento crítico. Logo que

---

(169) Hyde de Neuville, Op. e vol. cit., pág. 187.

se eximia da influência da mãe respeitava o pai. Retratou-se como culpado, mas acusou os seus conselheiros de o arrastarem para o abismo. De facto, D. João VI atenuou-lhe as responsabilidades: «Este chefe inexperiente foi arrastado involuntariamente, e por conselhos pífidos e bem opostos à sua índole natural e filial obediência, contra um Pai e contra o seu Rei ao desacato o mais criminoso» (170).

Entretanto, o rei expedia comunicados a todos os comandantes militares para que deixassem de obedecer às suas ordens. Depois foi a separação e o exílio. Alguns dias mais tarde (13 de Maio) navegava ele na rota de Brest para só regressar a Portugal depois da morte de D. João VI.

Todavia, e apesar de todas as diligências do rei, Carlota Joaquina, a alma da conspiração, inventava os mais ardilosos pretextos para não sair do país como desejava o marido. E com a sua astúcia e habilidade, alegando e mostrando-se doente, conseguiu a realização dos seus intentos. Permanecia na corte para outros cometimentos e para gosar da profunda satisfação de ver o filho bem amado rei de Portugal... Era neste ambiente que Subserra ia presidir ao governo por alguns meses. Tarefa que não era fácil porque se conservavam muitas das autoridades que tinham perpetrado o golpe de 30 de Abril. O governo não procedia contra eles. Mas, segundo Subserra, a culpa não lhe pertencia, mas sim à frouxidão e à inconstância com que D. João VI procedia (171).

Beresford e Palmela, que no fundo zelava pelos interesses da Inglaterra, procuravam influir junto de D. João VI para que ele fosse afastado do governo e nomeado embaixador de Portugal em Paris. Mas Hyde de Neuville estava vigilante. E conservou-se a mesma ordem de coisas que subsistia antes do 30 de Abril. No entanto a posição de Subserra continuaria a ser contestada.

O próprio Palmela encarecia as dificuldades com que o governo teve de se defrontar após o 30 de Abril. Escrevia ele a Subserra nestes termos pessimistas: «Pode estar persuadido que me não afasto da tenção que formámos a bordo porque conheço clara-

(170) Proclamação de S. M. a bordo da nau inglesa Windsor-Castle surta no Tejo em 9-V-1824. In Supl. ao n.º 110 da Gazeta de Lisboa, de 10-V-1824, pág. 512.

(171) Polícia secreta, Op. cit., pág. 402.

mente que o sacrifício do nosso sossego e talvez das nossas vidas não basta para salvar a nau do Estado e que na luta em que estamos contra toda uma Família Real (referia-se a D. Carlota Joaquina, D. Miguel e às princesas portuguesas em Espanha) apoiada pelos homens interessados e apaixonados que abundam nas classes privilegiadas, tendo pela nossa parte a razão e o bem da Pátria e um rei virtuoso e ilustrado mas indeciso, não é possível que deixemos de ser vítimas dos ódios e das intrigas» (172).

Mas a noite dramática do 30 de Abril deixou traços indeléveis nas recordações de Subserra. Durante os dois anos que sobraçou as pastas do Despacho e da Guerra viveu, não só numa inquietação permanente, mas ainda ameaçado sempre de morte nas mesmas circunstâncias em que sucumbira o marquês de Loulé. De facto, acusavam-no como ao marquês de Loulé, de ter fomentado a discórdia entre o rei e a rainha. Duas vezes — confessa ele numa das suas cartas — se sentiu rodeado dos seus sicários, quando prevenia o monarca dos movimentos sediciosos (173). «Ninguém me podia exceder nos sacrifícios mais penosos» — acrescenta ainda — porque tanto na noite de 28 de Fevereiro de 1823 (assassinio do marquês de Loulé) como em 30 de Abril de 1824 pareceu incrível ter escapado aos golpes dos seus inimigos pois não tinha tomado qualquer precaução. Só lhe tinham valido os decretos da Providência. De facto, tinha sempre revelado uma atitude corajosa.

Altas horas da noite quando abandonava o palácio de Bemposta, depois do despacho, nunca se despedia do rei com a certeza de voltar à sua residência no Arco do Cego. Estava sempre na eminência de ser despedaçado pelo caminho...

Como vamos apreciar no capítulo seguinte os negócios em que Subserra interveio complicaram-se ao ponto tal que foi inevitável a demissão do ministério formado na *Vilafrancada*.

---

(172) B. N. L. Reservados, Cx. 149, doc.º n.º 210, Setembro de 1824.

(173) Avila de Azevedo, Op. cit. carta n.º VIII, datada de 6-XI-1824.



*D. Pedro IV*



## 13.º CAPITULO

### OS NEGÓCIOS DO BRASIL

A última fase do ministério de Suberra será dominada pelos negócios do Brasil. A independência da antiga colónia portuguesa, proclamada unilateralmente por D. Pedro de Alcântara, filho primogénito de D. João VI (22-X-1822), inseria-se no vasto movimento de libertação das colónias americanas, iniciado pelos Estados Unidos (1776) e seguido pelos domínios espanhóis do hemisfério ocidental. Haviam-se já tornado independentes a Argentina, o Chile, a Colômbia (1816), o México (1820) e a Venezuela (1821).

Depois da contra-revolução da *Vilafrancada* procuraram restabelecer-se as relações com o Brasil. Enquanto o partido absolutista, paradoxalmente, desejava a separação definitiva dos dois estados, para assegurar a ascensão à coroa de D. Miguel, os liberais, sobre-

tudo os liberais moderados que se encontravam no poder, supunham que a nova ordem política estabelecida em Portugal tivesse um eco favorável no Rio de Janeiro, pois os extremistas das Constituintes tinham sido responsabilizados pela separação violenta da mais rica colónia portuguesa.

No entanto, todas as diligências pelo restabelecimento das relações entre a Metrópole e o Brasil tinham sido completamente goradas. A opinião brasileira, durante o ano de 1823, modificara-se radicalmente. E, pelo contrário, o triunfo das ideias anti-constitucionais em Portugal, considerava-se um óbice em face da evolução dos princípios democráticos no Brasil. A independência era uma certeza irreversível. O acordo entre Portugal e o Brasil tinha de ser realizado em bases completamente diferentes.

Não era este o pensamento do rei e do seu ministério. Antes da data nefasta do trinta de Abril estava mesmo em preparação uma expedição militar para conseguir pela força aquilo que não se obtinha por meios suasórios. Negociara-se um empréstimo de quinze milhões de cruzados na praça de Londres que não foi aplicado com esta finalidade e se sumiu na voragem de tesouro (174).

O ministro que dirigia as negociações era o marquês de Palmela, embora Suberra exercesse nelas igualmente uma intervenção activa. Um dos principais motivos, que levava o governo a agir, era a necessidade imperiosa de reatar as relações comerciais entre o território europeu e o território americano. A nação tinha sofrido um colapso fatal na sua depauperada economia com a independência. Por esta razão preconizava-se que politicamente os dois reinos se conservassem unidos sob o cetro de D. João, ainda que separados administrativamente.

Foi nestas circunstâncias que surgiu um projecto de mediação em que a Grã-Bretanha, cujo ministro dos negócios estrangeiros, George Canning, era amigo de Palmela, se propunha desempenhar — como de facto desempenhou — um papel preponderante. Não podia haver ensejo mais favorável para a política externa da Grã-Bretanha do que incitar a independência das colónias europeias na América para que se substituísse às suas metrópoles na abertura

---

(174) Luz Soriano, *Op. cit.*, 3.ª época, t. II, parte I, págs. 312-313.

de novos mercados para os produtos industriais por ela fabricados...

As negociações seguiam o seu curso em Londres, onde Portugal estava representado pelo embaixador, o conde de Vila Real. Julgava-se também conveniente a participação da Áustria, em virtude dos laços de família que uniam D. Pedro à dinastia reinante naquele país: a princesa Leopoldina, sua mulher, era filha de Francisco II, imperador da Áustria.

No entanto, um óbice fundamental entrava na marcha da conferência. Os representantes brasileiros punham como condição prévia o reconhecimento da independência.

Por sua vez, os Ingleses preconizavam que a reconciliação se baseasse no facto das duas coroas, ainda que separadas, pertencerem ambas à Casa de Bragança. Separar Portugal europeu de Portugal americano era um imperativo da política inglesa comum tanto aos *tories* como aos *whigs* (175).

Ora, enquanto prosseguiam as negociações, produziu-se um incidente em que Subsera teve uma intervenção inoportuna. Corria o mês de Junho (1824) quando se apresentou em Lisboa, um médico brasileiro, de nome José António Soares Leal, que alardeando íntimas relações com os políticos do seu país, admitia que estes se inclinavam para um acordo com Portugal, desde que D. Pedro mantivesse o título de imperador, se bem que dependente de D. João VI.... Subsera, certamente com a intenção de aproveitar uma ocasião favorável de materializar rapidamente um dos objectivos da política real, acreditou piamente neste emissário. Foi logo enviado para o Rio de Janeiro com instruções precisas, mas sem imunidades diplomáticas. D. Pedro, porém, completamente alheio à negociação, mandou-o prender, esperando a oportunidade de o expedir para a Europa. Chegou a Londres em meados de Novembro (1825) (176).

Quando Canning teve conhecimento desta missão insólita, de que não foi prevenido, ignorada também do conde de Vila-Real, embaixador português e dos representantes brasileiros, estes acusaram naturalmente o governo português de procedimento desleal

(175) Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo* t. I, pág. 151.

(176) Luz Soriano, *Op. e col. cit.*, págs. 330-332.

e incorrecto. As negociações romperam-se. Por outro lado, a situação ainda mais se agravou ao ser revelado o conteúdo da circular que Palmela remetera aos representantes da Espanha, França, Rússia e Prússia em que lhes pedia auxílio para sustentar os direitos da coroa portuguesa ao Brasil. Ora a Grã-Bretanha não admitia a intervenção de estranhos no processo das relações entre os dois estados.

Depois de interrompidas as negociações, nas bases em que se tinham entabulado em Londres, é ainda o governo britânico que toma a iniciativa de as reatar. Canning decide então enviar directamente um emissário ao Rio de Janeiro, encarregado, em especial, de estabelecer com o governo brasileiro um tratado de comércio, porquanto o anterior terminava a quinze de Fevereiro de 1825. Esta missão cabe a Carlos Stuart. Mas o astuto ministro dos negócios estrangeiros da Grã-Bretanha concebeu ainda que o seu **embaixador pudesse ser de novo** o mediador entre o governo brasileiro e o governo português. Com esse fito Stuart devia entender-se previamente em Lisboa com os ministros portugueses <sup>(177)</sup>. Como se depreende facilmente destas diligências — Subserra já não exercia funções governativas — a Grã-Bretanha revelava um interesse persistente para que as duas coroas se separassem definitivamente, aliás de acordo com as intenções dominantes no Brasil. Foi a nossa antiga aliada a potência verdadeiramente responsável pela independência completa. As palavras do conde de Lavradio, grande diplomata, embaixador de Portugal em Londres, são claramente significativas a este respeito:

« — Quem separou o Brasil de Portugal? Foi, sem dúvida, o governo britânico. Deste facto tão desastroso para o Brasil como para Portugal, ninguém hoje pode duvidar, pois dele existem provas exuberantes e por mais de um ministro inglês me foi já confessado.» <sup>(178)</sup>

Finalmente nestas condições e, em benefício evidente da Grã-Bretanha, que por Carta e Édito perpétuo ratificado em 15 de Novembro de 1825, Portugal reconheceu a independência do

---

(177) Luz Soriano, Op. e vol. cit. págs. 347-348.

(178) *Memórias do Conde de Lavradio, D. Francisco de Almeida Portugal*, Coimbra, 1932, vol. IV, págs. 301-302.

Brasil, considerando D. João VI «quanto convinha restabelecer a paz, amizade e harmonia entre os povos irmãos que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança» (179).

Ainda, que como acima vimos, Subserra tenha sido acusado de protelar ou prejudicar as negociações o seu pensamento era bastante claro a respeito delas. Ele já encarava a hipótese da separação das duas coroas o que realmente se veio a consumir (180).

Em outro documento, decerto anterior, Subserra dá também provas da sua aguda percepção do problema brasileiro. Desde o princípio da sua acção ministerial que ele condenava tanto o projecto de uma regência no Brasil — aliás prevista no Art.º 128 da Constituição de 1822 — como a de enviar uma expedição militar contra Pernambuco. A primeira considerava-a como «uma abominável ideia» que se tinha gerado no espírito dos vintistas, só preocupados com a reforma das instituições no território português da Europa e desprezando todas as implicações de Portugal como potência ultramarina. Segundo Subserra era um meio indirecto de reduzir Portugal apenas ao continente europeu e então acabar com a sua existência política como nação. A única solução que ele propunha como razoável (ainda que veio a falhar) era a de restabelecer os laços da antiga colónia de Portugal por intermédio do príncipe real (181). A não ser uma breve referência numa carta dirigida a Francisco Maria de Brito (182) não existe no espólio de Subserra qualquer documento que nos esclareça sobre a missão por ele atribuída ao médido Soares Leal.

Todavia, os negócios do Brasil provocaram o crescente desagrado de George Canning pela gerência de Subserra na principal pasta do ministério. A influência britânica, consideravelmente enfraquecida com a acção inteligente e enérgica do embaixador francês, Hyde de Neuville, na *Abrilada*, voltava-se a exercer em Portugal com a questão brasileira (183). Subserra, com ou sem razão, era sempre apontado como um fator da intervenção francesa. E

---

(179) Luz Soriano, Op. cit., 3.ª época, t. VI, pág. 666.

(180) Carta que o conde de Subserra escreveu a S. M. o Imperador do Brasil, Paris, 26 de Abril, 1826, B. N. L. Reservados, Cx. 182, doc.º n.º 18.

(181) B. N. L. Reservados, cx. 149, doc.º n.º 111.

(182) Ávila de Azevedo, Op. cit., Carta X, pág. 209.

(183) Carta de Hyde de Neuville, de 14-XII-1824. B. N. L. Reservados, Cx. 149, doc.º n.º 279.

neste período calamitoso da nossa história a hegemonia de uma ou outra potência condicionava a política nacional. A balança governativa ora pendia para a França ou para a Inglaterra, conforme os interesses em jogo e as simpatias ideológicas intervenientes.

Foi, por consequência de uma maneira indirecta que os até então malogrados negócios do Brasil, influíram na posição política de Subserra. Canning, o famoso estadista inglês, aproveitou o ensejo para exercer uma pressão insistente sobre D. João VI a fim de substituir o ministério que tinha governado o país depois da *Vilafrancada*. Mas o seu principal objectivo era, pelo menos no seu comportamento íntimo, a destituição de Subserra que ele considerava como o representante mais activo dos interesses franceses em Lisboa.

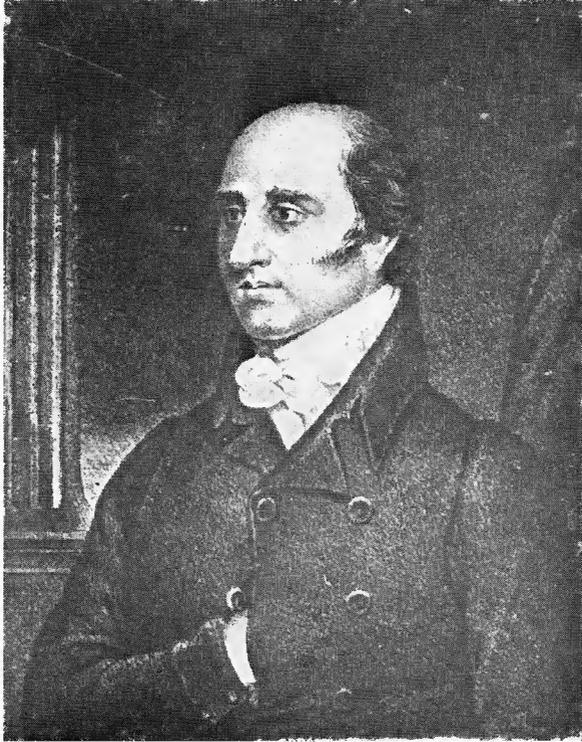
Como o primeiro embaixador, Eduardo Thorton, se tivesse mostrado pouco enérgico na execução da política de Canning, é substituído por um novo embaixador A. Accourt, espécie de mensageiro especial, portador de longas cartas escritas pelo punho de Canning propositadamente nomeado para pôr a questão de Subserra, o que bem denota a influência da política britânica em Portugal. Usaram-se, neste momento, não só das habilidades da diplomacia, mas ainda do argumento superior da força. Se D. João VI não cedesse às instâncias do governo inglês, a esquadra, então fundeada no Tejo, e garantia das instituições, levantaria ferro.

Desde a sua passagem por Madrid que o novo embaixador vinha lançando o pregão que a sua missão consistia em expulsar Subserra do ministério português (184). Era o prosseguimento de uma bem ordenada campanha contra o ministro de D. João VI, com eco na «Gazeta de Lisboa», que publicara artigos transcritos dos jornais ingleses menosprezando a personalidade do ministro português.

A. Accourt não esconde o propósito que o traz a Portugal por mandato de Canning. As suas diligências são incansáveis junto dos atingidos com a tenacidade da diplomacia britânica. Em sete de Outubro de 1824 — era uma Quinta-feira — é o embaixador recebido em audiência por Subserra de que possuímos um relato

---

(184) Apontamentos e notas do conde de Subserra, B. N. L. Reservados, cx. 149, doc.º n.º 109.



*George Canning*



fiel (185). Já a bordo da *Windsor Castle* sugeria-se que ele fosse nomeado embaixador, quer em Paris, quer em Londres. Todavia, Suberra procedera a sondagens nesta última capital que não eram favoráveis à sua missão. Beresford, seu inimigo figadal, tecera em grande parte as intrigas contra ele. Apresentara um escrito injurioso ao rei em que o pintara com as mais negras cores. Exigiu a separação de Suberra do Conselho de Estado como condição da sua admissão ao serviço de Portugal. Apoiara a revolta de 30 de Abril opondo-se à retirada de D. João VI para a nau britânica. E pretendia também que Suberra fosse demitido do cargo de ministro. No entanto, não era uma figura muito reputada na capital britânica. No consenso geral «não passava de um soldado de fortuna filho natural de um Irlandês».

Accourt insistia porém, na demissão de Suberra. Dizia com severidade: «Estou encarregado pelo meu governo de fazer as mais vivas instâncias para conseguir a sua separação do ministério». Segundo o embaixador ele era um pretexto de descontentamento geral na opinião pública. Nesta entrevista tempestuosa Suberra replicou que o sinal da repulsa pela sua manutenção no governo tinha partido da «ambição irrequieta» da rainha e do infante D. Miguel. A *Abrilada* não fora uma revolução, mas um movimento pretoriano da soldadesca enganada por D. Miguel. E encontrara na atitude de Suberra «uma barreira invencível». Mas quem havia de decidir da sua sorte não era o embaixador, mas o soberano — rematava Suberra cheio de razão. E exclamava ainda num assomo de patriotismo em que procura definir a sua posição no conflito que se travava: «Eu não sou nem Francês, nem Inglês, sou Português ainda que seja executável (sic) no vulgo a suposição de ser Francês, se moutro motivo do asilo que recebi em França na minha desgraça, parece estranho que façam a mesma acusação homens de Estado sem alegarem um só facto, um só discurso para o provarem».

De facto, no final do ano de 1824 tinha-se maquinado uma luta cerrada entre os embaixadores francês e britânico: o último atribuindo todos os males de que sofria a Nação à estadia de Suberra

---

(185) Cx. acima citada doc.º n.º 142.

no ministério; o primeiro asseverando que não era mais do que uma conspiração urdida pelos Ingleses (186).

Depois do ataque dirigido à própria pessoa visada A. Accourt procura o marquês de Palmela (10-XI-1824). Quase toda a conversa foi consagrada à leitura de cartas confidenciais de Mr. Canning em que o ministro dos estrangeiros britânico explicava em mais de vinte páginas de texto as razões que deviam motivar a substituição de Suberra «por um homem forte».

Não podia existir confiança entre os gabinetes de Londres e de Lisboa enquanto aquele se mantivesse no ministério. Canning ainda acrescentava habilmente que a questão da negociação do Brasil só podia ser retomada depois de satisfeito este ponto crucial. As suas expressões eram duras ou fingidamente duras. Não insinuava, não sugeria, não aconselhava, mas impunha como se Portugal fosse uma dependência da Grã-Bretanha...

Pelo seu lado, o embaixador francês, Hyde de Neuville, procurava rebater e anular os argumentos de Canning expressos pelo seu enviado especial. Ninguém em Lisboa ignorava a conduta de A. Accourt contra Suberra — escrevia este (187). Se o rei cedesse às cóleras de amor próprio de Canning, ferido nas suas susceptibilidades, a *Abrilada* seria plenamente justificada bem como a dignidade e a independência de todas as coroas comprometidas. Então por que se tinha exilado D. Miguel? Não queria ele forçar o pai a demitir os seus dois ministros (Palmela e Suberra)?

Hyde de Neuville vai mais longe: dirige um apelo angustiado a Suberra «Em nome da Providência: Salve o seu rei, salve a honra da coroa». Que se resistisse às vãs ameaças da Grã-Bretanha. A esquadra inglesa não abandonaria o porto de Lisboa, como o embaixador inglês avisava em represália...

Que Suberra se mantivesse bem firme. Embora Hyde de Neuville tivesse muito respeito e muita dedicação pelo excelente rei de Portugal seria preferível para prestígio do trono aceitar a

---

(186) Cartas dirigidas por D. Pedro de Sousa Holstein ao conde de Suberra, B. N. L. Reservados, Cx. 149. doc.º n.º 223.

(187) Cartas do Embaixador de França em Lisboa para o conde de Suberra, B. N. L. «Reservados», Cx. 149, Doc. n.º 267.

sua abdicação que ceder a outras influências sobre a vontade real (188).

Todavia, as pressões sobre D. João VI foram de tal ordem que o rei teve de ceder aos imperativos da política britânica. No seu espírito os negócios do Brasil tinham uma importância primordial. Não eram somente os interesses dos comerciantes portugueses, que se encontravam lesados com o corte de relações e a hostilidade entre a Europa e a América, mas ainda os seus sentimentos de pai que tinham sido afectadas no dissídio que se prolongava. Apesar da sua verdadeira amizade e até do reconhecimento pelos serviços de Subserra o rei não teve outra solução senão o de o sacrificar. Mas — honra lhe seja feita — o ministério foi totalmente substituído, inclusivamente o marquês de Palmela que, por vezes, suspeitava e discordava de Subserra. Eram dois temperamentos que se opunham sob muitos aspectos: um era sobretudo um diplomata o outro um militar; um era um discípulo e um admirador da mentalidade britânica; o outro recebera as mais profundas influências do espírito francês; um era subtil nas suas decisões: o outro era moroso e extremamente reflectido nos actos do governo. Ambos eram dois liberais moderados, mas Subserra acreditava mais na legitimidade do poder real do que na transformação das instituições...

De facto, o decreto que exonera Subserra das funções de primeiro ministro assistente do despacho, de secretário de estado dos negócios da guerra e encarregado dos da marinha e ultramar é muito lisongeiro e manifesta de maneira ineludível a estima em que o considerava D. João VI. Os cargos que ele era obrigado a deixar «alegando poderosos motivos» tinham sido exercidos com «distinto préstimo, zelo e fidelidade e amor à minha Real Pessoa». A linguagem propriamente burocrática, que começa a ler-se na folha oficial, excede-se neste momento em palavras de afeição sincera. O rei conservava-lhe ainda «todas as honras e prerrogativas interesses ao lugar de primeiro ministro», aliás dotadas magnanimamente com uma pensão de «um conto e seiscentos mil réis» (189). E apesar de exonerado dos seus cargos, continuava a exercer

---

(188) Id. id. Doc. n.º 273.

(189) Decretos in G. L. n.º 19, 22-I-1825, págs. 75-76.

uma grande influência nos negócios do Estado e até na nomeação do ministério que lhe sucedeu <sup>(190)</sup>.

No texto daquele decreto acrescentava-se que o rei tencionava empregar o seu antigo primeiro ministro em «outros objectos de grande importância». Na verdade, por decisão da mesma data, Suberra era nomeado embaixador de Portugal» junto de S. M. Britânica El-Rei da Grã-Bretanha e Irlanda» <sup>(191)</sup>. As homenagens então tributadas eram reiteradas com a mais elevada condecoração portuguesa, a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, valorizada com uma pensão vitalícia de um conto e seiscentos mil réis <sup>(192)</sup>. Não se podia dizer que D. João fosse extremamente generoso para o seu ex-ministro, quer no capítulo das prebendas, quer no capítulo das recompensas materiais.

É certo que na mesma data o Marquês de Palmela também auferia de muitos benefícios ao deixar a pasta de secretário dos negócios estrangeiros. Mas verifica-se pelo teor dos documentos que a balança pendia nitidamente para o lado de Suberra...

Ao ter conhecimento da sua exoneração do ministério, o então marquês de Palmela comentava o acontecimento em carta dirigida ao Conde de Suberra <sup>(193)</sup>: «Foi pela sua carta de ontem (20-I-1825) que tive a primeira notícia da transmutação da cena ministerial que na verdade era de prever e desejar mas que eu ignorava completamente sem embargo de ter voltado do Alfeite (onde se encontrava o rei) à meia noite...» E Palmela acrescentava: «V. Ex.<sup>a</sup> teve um papel difícil de representar neste último acto do seu ministério». Por si, considerava-se ou fingia-se satisfeito. O seu único cuidado em relação à sorte que o esperava, eram os seus oito filhos... Mas afinal tudo se arranjará: Suberra começaria e acabaria a sua carreira diplomática em Múrid; Palmela seria nomeado para Londres onde o esperavam tanto os maiores dissabores como os mais altos destinos....

---

(190) Hellodoro Carneiro, Op. cit., págs. 32-33.

(191) Decreto da mesma data in G. L. pág. 78.

(192) G. L. id. id..

(193) B. N. L. Reservados, correspondência citada, doc.º n.º 257, de 21-I-1825.

## 14.º CAPÍTULO

### A EMBAIXADA DE MADRID

Afastando bem contra sua vontade Subserra da sua intimidade e da pasta ministerial mais importante da administração portuguesa, D. João VI, nomeando-o embaixador em Madrid, confiava-lhe uma das missões diplomáticas no estrangeiro de maior relevância e delicadeza naquele início do ano de 1825. As relações entre as duas monarquias consubstanciavam-se numa rede apertada de laços familiares. D. João VI era cunhado de Fernando VII pelo seu casamento com Carlota Joaquina, filha de Carlos IV; uma das filhas de D. João, a princesa Maria Isabel tinha casado com o seu tio, o mesmo Fernando VII que pouco depois enviuvava dela (1818); outra filha de D. João VI, D. Maria Teresa, princesa da Beira, já então perdera o seu marido, o infante espanhol Pedro

Carlos (1812) e, finalmente, D. Maria Francisca, também infanta de Portugal, era mulher do famoso D. Carlos Maria Isidro, malogrado pretendente ao trono de Espanha.

Como vamos ter ocasião de apreciar seguidamente, na corte castelhana e por intermédio daquelas duas princesas, Maria Teresa e Maria Francisca, muito ligadas a sua mãe, D. Carlota Joaquina, gerara-se um dos focos mais activos do partido ultra-realista ou apostólico. Era uma conspiração permanente com troca de agentes que levavam instruções entre uma e outra corte.

De facto, em trinta de Março de 1825, Subserra dava entrada em Madrid como embaixador de Portugal, acompanhado pela sua mulher. Dias mais tarde chegava Maria Mância, casada (em 8-V-1822) com D. Fradique Lopes de Sousa e Alvim, nomeado adido da embaixada portuguesa. Era uma Quinta-Feira Santa. Estavam, portanto, suspensas todas as cerimónias e recepções na corte dos reis católicos. Só depois do Sábado de Aleluia o enviado português podia apresentar as suas credenciais numa das cortes mais formalistas da Europa.

Subserra, que partira de Lisboa a dezasseis do mesmo mês, não podia esconder a tristeza que lhe causara o abandono da sua posição como primeiro ministro de D. João VI. Considerava o monarca rodeado de perigos, perigos que se vieram a concretizar com a sua morte no ano seguinte... Tinha a consciência da falta que lhe fazia. Teria preferido ficar ao seu lado, como simples particular, mas nem isso foi possível, porque apareceram pessoas que aconselharam o seu afastamento. A embaixada não se lhe afigurava como um prémio mas como um exílio... (194). Além disso, não seria cómodo o encargo de embaixador como acontecimentos posteriores vieram a demonstrar.

Na verdade, o conde de Subserra, apesar da sua posição contra-revolucionária, tinha um passado liberal e, sobretudo, caíra no mais profundo desagrado do partido ultra-realista em Portugal. Não seria *persona grata*, pelo menos, entre alguns membros da família real espanhola.

Todavia, desde a sua chegada a Madrid, esforça-se, por todos

---

(194) Avila de Azevedo op. cit. Cartas XI e XII de 31 de Março e 4 de Abril de 1825.

os meios ao seu alcance, para desempenhar conscienciosamente a missão que lhe foi confiada. Entre as duas nações, com regimes políticos similares, não havia grandes problemas diplomáticos. A correspondência de Subserra para o conde de Porto Santo, então ministro dos negócios estrangeiros, trata mais de relações pessoais, de troca de prisioneiros, de incidentes fronteiriços e de nomeação para diversos cargos do que de assuntos fundamentais de duas nações nem sempre aliadas... (195).

Como a corte espanhola se tivesse deslocado de Madrid para Aranjuez, a pitoresca residência real, Subserra dirigiu-se para esta cidade (20-IV-1825), apesar das dificuldades em encontrar alojamento condigno. Ainda em Madrid tinha sido recebido com toda a intimidade e cortesia por Fernando VII a quem entregara uma carta pessoal de D. João VI, bem como o diploma e as insígnias da condecoração destinada ao príncipe Maximiliano da Saxónia, então ali residente e sogro de Fernando VII.

É, porém, com o primeiro ministro, Francisco Cea Bermudez (196) que o embaixador português se ocupará dos negócios correntes. Estavam refugiados em Espanha alguns dos agentes «mais activos e perigosos» que tinham participado na *Abrilada* e até haviam caluniado Subserra. Apesar da «protecção de altas pessoas» Subserra conseguiu a sua extradição para Portugal. Entretanto, recebeu notícia de uma amnistia que anulava o procedimento judicial contra os conspiradores.

É curioso notar, o que bem prova a hostilidade das princesas D. Maria Teresa e D. Maria Francisca, que embora o seu pai lhes enviasse por intermédio de Subserra cartas e jornais, o embaixador português só muito tarde foi por elas recebido. Alegaram sempre os pretextos mais fúteis para se esquivarem a estes encontros.

Mas o incidente diplomático, que depois sobreveio, demonstra claramente as ligações de Espanha com o partido apostólico, bem como a intenção de difamar o antigo ministro e agora embaixador

---

(195) A. N. T. T. *Legação de Portugal em Espanha*, Cx. n.º 44, 1825. O conde de Porto Santo, António de Saldanha da Gama (1777-1837), foi ministro dos estrangeiros em 1825.

(196) Francisco Cea Bermudez, ministro de Fernando VII e Isabel II, faleceu em França em 1834.

de Portugal junto da corte de Fernando VII. De facto, as duas filhas de Carlota Joaquina, inspiradas pelas atitudes políticas de sua mãe e instruídas pelos emissários, que giravam num vai-vém entre Lisboa e Madrid, tornaram bem amarga a vida de Suberra.

As pirraças sucediam-se umas às outras. Denotavam não somente a manifesta antipatia pelo embaixador, mas ainda um procedimento que não era natural entre pessoas da família real e educadas numa pragmática rígida. Parecia que nas duas infantas, sobretudo em Maria Teresa, fervia o sangue de Carlota Joaquina. Suberra conta-nos em pormenor as peripécias a que o sujeitaram durante a sua estadia em Aranjuez <sup>(197)</sup>. No dia em que se comemorava o aniversário da entrada em Madrid de Fernando VII, depois do cativo e, ao mesmo tempo, o aniversário natalício de D. João VI (13-V-1825), celebrou-se na corte a tradicional cerimónia do beija-mão. Num dos salões as duas princesas, separando-se do séquito que as acompanhava, avançaram para o semi-círculo em que se encontrava o embaixador de Portugal. Trocaram algumas palavras com os cortesãos que o ladeavam, à direita e à esquerda, e propositadamente ignoraram a sua presença com uma tal desfaçatez que o seu gesto não passou despercebido às outras personagens presentes. Como obrigação protocolar comemorativa do aniversário de D. João VI e mau grado esta atitude ultrajante, Suberra ainda as procurou nos seus aposentos particulares em companhia da embaixatriz. Quando se lhes dirigiu elas retorquiram desabridamente: «Hoje é um grande dia e por isso o recebemos».

Dentro de dois dias — era um domingo — convocou-se nova recepção na corte de Aranjuez. Então a princesa Maria Teresa, quando se aproximava do local em que se encontrava o embaixador, deu três ou quatro passos no meio da sala para o lado oposto, afastando-se rapidamente dele e do pessoal da embaixada que o acompanhava, fingindo não se aperceber da sua presença.

O conde de Porto Santo, ministro dos estrangeiros, que dava conhecimento destes sucessos a D. João VI, transmitia ao embaixador as recomendações do rei. Que ele se revestisse da maior

---

(197) A. N. T. T. Cx. cit. Carta de 4-VI-1825 dirigida ao conde de Porto-Santo.

prudência evitando tudo o que pudesse concorrer para aumentar a indisposição existente; que se valesse de todos os meios para a minorar; que não compromettesse a dignidade do cargo em que S. M. o investira.

Subserra tivera conhecimento que as duas princesas haviam diligenciado que o rei de Espanha não desse o «agrément» à sua nomeação. Como não a puderam evitar usavam então de todos os estratagemas para o obrigar a renunciar ao cargo. Por isso os desacatos prosseguiram com uma persistência que desconcertaria as pessoas de nervos mais frios. Em outra ocasião, quando o embaixador, em companhia de sua filha e de uma personalidade espanhola de destaque, passeava na «Calle de la Reyna», em «landau» descoberto, o cocheiro estancou a parelha ao avistar a carruagem da princesa da Beira, que tinha ao seu lado o filho, o infante D. Sebastião. O nosso embaixador dirigiu-lhes uma vénia respeitosa. Mas ouviu distintamente a princesa exclamar para D. Sebastião: «No quites el sombrero»: «Não tires o chapéu». A mesma cena repetiu-se com o pessoal da embaixada trezentos passos mais abaixo.

Como já referimos, Subserra não ousava entregar pessoalmente às infantas o correio de seu pai que lhes era enviado por intermédio dele. Servia-se para esse efeito do ministro espanhol dos negócios estrangeiros. Ora, uma noite que o embaixador assistia a um espectáculo teatral em Aranjuez apareceu-lhe no camarote um homem falando português que o interpelou nos seguintes termos:

— Venho da parte da princesa para lhe fazer saber que ela estranha a liberdade que tomou de lhe demorar a entrega das cartas d'El-Rei e o atrevimento que teve de as abrir.

Subserra voltou as costas ao intruso; mas, como ele insistisse, o embaixador não se conteve:

— Diga vocemecê à princesa que um embaixador do rei de Portugal não recebe recados e menos repreensões de um homem da classe de vocemecê; e quanto à abertura das cartas o seu Augusto Pai me faz mais justiça do que Sua Alteza Real (198).

Mas ainda outros incidentes mais graves se iriam desenrolar

---

(198) A. N. T. T. Cx. cit. Officio de Subserra datado de 10-VI-1825.

em Aranjuez com o fito de comprometer irremediavelmente a personalidade e a carreira do embaixador de Portugal. As maquinações e as intrigas contra ele revelavam senão um grande esforço de imaginação uma maldade infatigável. Pretendia-se, acima de tudo, demonstrar que Suberra era um adepto do partido liberal, um pedreiro-livre, um constitucionalista.

O episódio de que o embaixador faz eco na sua correspondência e tanto o atormentou decorre num domingo muito quente do mês de Junho e ainda em Aranjuez. Suberra achava-se prostrado no leito e mesmo em perigo de vida com uma apoplexia. As desconsiderações de que fora vítima haviam ferido profundamente a sua sensibilidade e influído na saúde do sexagenário.

Dois dos seus criados tinham saído do edifício da embaixada pelas dez horas da noite. Ainda não se encontravam muito longe quando foram assaltados por dois indivíduos. Um dos assaltantes arrancou violentamente a libré de um dos criados. Aos gritos de ambos acudiu um coronel da guarda-real que chegou a prender um dos agressores; o outro conseguiu pôr-se em fuga.

Com que fim tinha sido arrancada e levada a libré? Pretendia-se simplesmente verificar se os botões de metal dourado que a ornamentavam tinham no reverso a palavra «constituição». De facto, Suberra examinando as librés de todos os seus criados, notou que alguns dos botões eram assinalados por esta inscrição. Recordou-se então que as fardas tinham sido executadas num alfaiate da Casa Real, em Lisboa, que provavelmente possuindo um saldo daqueles botões da época constitucional, os continuava a utilizar. Os botões tinham sido fabricados na Inglaterra onde se havia gravado aquela legenda agora malsinada.

Mas os agentes desta intriga absurda ainda não estavam bastante elucidados: outra libré foi roubada da residência do próprio embaixador <sup>(199)</sup>.

Como nos revela a correspondência do embaixador, pretendia-se numa corte nitidamente absolutista demonstrar que Suberra era um constitucional — tão constitucional que até nas librés dos seus criados mandara gravar o termo simbólico do seu partido.

---

(199) Id. id. Offícios n.º 22 e 23 datados de 7-VI-1825 e de 9-VI-1825.

Naturalmente a armadilha provinha do próprio palácio real imaginada pelas filhas de D. João VI, D. Maria Teresa e D. Maria Francisca, ambas ultra-realistas. Os assaltantes eram familiares da corte e frequentavam os quartos das princesas. As duas librés tinham ali aparecido. Além disso, um criado de D. Maria Teresa tinha-se queixado de que se lhe dirigira um vulto no qual reconheceu o secretário particular do embaixador, D. Augusto Soares Leal. Era outro ardid para comprometer Subserra.

A sua posição era muito delicada nestas circunstâncias. Não podia acusar abertamente as infantas, tanto pelas suas dignidades reais, como por serem filhas de «seu amo», D. João VI. Mas, por outro lado, tinha de promover uma acção judicial para que fosse respeitada «a imunidade que lhe era concedida pelo seu eminente emprego». Ele, como embaixador, representava também um soberano, «íntimo parente, maior amigo e fiel aliado», de outro soberano que devia responder por estes desacatos.

Segundo Subserra, o rei, o ministro de estado e o corpo diplomático, bem como as pessoas mais representativas da corte, tinham compreendido e louvado a sua prudência no meio de tantas atribuições, especialmente no período em que mais se aproximara da corte em Aranjuez.

A atitude das duas princesas tinha-se modificado um tanto quando acabaram por ser interpeladas, depois de muitos dias de espera, «por um grande do reino, criado e embaixador de seu pai». De facto, D. Maria Francisca parecera mais moderada e aceitou os reparos de Subserra; mas a princesa da Beira, D. Maria Teresa surpreendeu-o «por uma ira concentrada». Comentou que estava perfeitamente informada de tudo o que se passava e não queria saber mais nada, que os adversários da sua causa lhe tinham dado os maiores desgostos <sup>(200)</sup>. As princesas advertiram ainda o embaixador que sua mãe, Carlota Joaquina, estaria, dentro de um ano, livre dos seus inimigos <sup>(201)</sup>. Esta declaração tem um sabor estranho, porque, de facto, D. João VI sucumbiria aproximadamente um ano depois... (26-III-1826).

Afora todas estas questões de carácter doméstico, que preen-

---

(200) A. N. T. T. Cx. cit. Carta de Subserra datada de 10-IV-1825.

(201) Id. Offício reservado, n.º 6, de 29-IV-1825.

cheram quase completamente a missão de Subserra, ainda se chegaram a aflorar os negócios políticos em Portugal que preocupavam grandemente o governo espanhol no seu afã contra-revolucionário. A promulgação da carta de lei de 5 de Junho do ano anterior (1824) que convocara as cortes portuguesas, à maneira tradicional, provocara sérios receios em Espanha. O nosso embaixador, indiciado como protector dos liberais, declarou então que se tinha oposto à promulgação daquela lei, não por reprovar a medida propriamente em tese, mas porque não a julgava oportuna no clima que então se vivia na Península. Era, opinião idêntica à do embaixador francês, Hyde de Neuville, em nome da Santa Aliança que então imperava na Europa <sup>(202)</sup>. Adiantou ainda Subserra — e o facto veio a verificar-se — que D. João VI não pensava numa convocação próxima das Cortes.

Quanto ao acordo entre Portugal e o Brasil, em que Subserra interviu <sup>(203)</sup>, Cea Bermudez, ministro dos negócios estrangeiros do governo espanhol, já visionava que as aparências favoráveis a Portugal eram inteiramente illusórias <sup>(204)</sup>. Não havia probabilidades, conforme o pensamento íntimo de Jorge Canning, de S. M. Fidelíssima conservar os seus direitos de soberania em relação ao Brasil. A Inglaterra que tinha reconhecido a independência das colónias espanholas, não estaria disposta a defender a união das coroas portuguesa e brasileira... Entretanto, o governo espanhol mostrava-se um tanto magoado com a corte de Lisboa pelo segredo em que decorriam as negociações que também interessavam à Espanha.

E a assinatura do tratado entre Portugal e Brasil — já Subserra não se encontrava em Madrid — causou grande impressão em Espanha porque não se esperavam condições tão vantajosas para o príncipe real D. Pedro. Fernando VII ficara muito desgostoso e as princesas portuguesas não se podiam conformar <sup>(205)</sup>.

Subserra decidiu-se finalmente a deixar o seu posto diplomático em Madrid para não mais voltar. Manda a Lisboa, o adido de legação, o segundo conde de Subserra, Fradique Alvim, para

---

(202) Ver nesta obra cap. XI, pág. 87.

(203) Id. cap. XIII, pág. 103.

(204) A. N. T. T. Cx. cit. Officio «reservado», n.º 4, de 17-IV-1825.

(205) Id. id. Officio «reservado» de 23-XI-1825.

requerer licença a S. M. de passar alguns meses fora da Espanha por motivos de saúde e «motivos de decoro» <sup>(206)</sup>.

Este pedido sucedia-se a uma Junta Médica que o aconselhou a libertar-se por algum tempo das suas «ocupações mentais». De facto, a saúde de Suberra era muito precária; sofria de frequentes cólicas gástricas que lhe não permitiam tomar qualquer alimento. Todavia, o regresso de Fradique estava demorado porque sofrera um desastre no percurso entre Madrid e Lisboa.

Só no dia doze de Agosto, pelas quatro horas da tarde, Suberra e a sua família partiram de Madrid. Foi acompanhado até às portas da cidade por todo o pessoal da embaixada em que se destacava Joaquim Severino Gomes, que permanecia encarregado de negócios. Iam em direcção às termas pirenaicas de Banhères. Viajavam num coche seguido de uma «careleta» e de uma galera. Parecia uma comitiva militar tanto mais que se faziam acompanhar de uma escolta de oito soldados comandada por um cabo. Estas preocupações tornavam-se necessárias pois um dos inimigos de Suberra e agente dos mais activos e perigosos de D. Miguel, José da Fonseca Osório, ameaçara fugir da prisão e atacar o seqüito com trinta homens armados.

Mas o embaixador e a sua comitiva chegaram sãos e salvos a Baiona. No dia 24 de Agosto desse ano rodavam em direcção a Pau. Daí a Banhères-de-Bigorre não faltavam muitos quilómetros. Suberra sentia-se já aliviado dos seus padecimentos apesar das fadigas da viagem <sup>(207)</sup>. A sua doença era sobretudo de ordem moral. A embaixada de Madrid representara um dos maiores sacrificios de uma carreira acidentada. Esta experiência diplomática não tinha sido bem sucedida porque as circunstâncias, em que a exercera, tinham sido desfavoráveis. Se os absolutistas triunfavam em Portugal as suas forças e as suas ramificações provinham da Espanha. A história da Península, apesar de uma opposição mais aparente do que real entre os dois Estados, não conhecia fronteiras políticas.

---

(206) Id. id. Officio n.º 11 «reservado» de 7-VII-1825.

(207) A. N. T. T. Cx. cit. Officio 001 de 27-VIII-1825.



## 15.º CAPITULO

### SUBSERRA EM AUTEUIL

O conde de Suberra voltava à sua vida privada que viria a terminar numa situação verdadeiramente dramática. Depois da cura de águas de Bagnères-de-Bigorre, nos Pirinéus, tomou o caminho de Paris, aonde se sentia tanto à vontade — ou sob certos aspectos mais à vontade — do que em Portugal país onde os seus inimigos continuavam a nutrir um ódio implacável contra ele. A posição do antigo ministro de D. João VI não era nada cómoda: por um lado, educado na escola liberal, desagradava aos liberais porque, de facto, tinha sido um dos principais responsáveis da contra-revolução que outorgara a D. João VI os seus «inauferíveis direitos»; por outro lado, os ultra-realistas, em suma D. Carlota Joaquina e os seus fiéis sequazes, não o podiam tolerar porque na

*Vilafrancada* e nos seus actos subsequentes de governo destruíra as aspirações e revelara as intrigas daquele partido tão influente. O seu respeito pelo princípio da legitimidade, a sua incontestável dedicação ao príncipe reinante, colocara-o entre dois fogos, ambos atizados pelas fúrias partidárias. Como vimos saíra da Espanha com o rótulo de «constitucionalista». E, como tantas vezes acontece, esta aparência ocultava uma realidade muito diferente, tanto pelas suas ideias políticas como pelas suas atitudes de estadista.

Não é agora em Pantin que vai fixar a sua residência parisiense. Recolhe-se a uma bela vivenda em Auteuil, então nos subúrbios de Paris, com sua mulher e enteada, Maria Mância, que casara com o seu primo D. Fradique Lopes de Sousa Alvim (8-V-1822) e tomara igualmente o título de 2.º conde de Subserra, concedido em duas vidas. Ali se reunia o escol da colónia portuguesa, os emigrados, que, por um motivo ou outro, tinha preferido a terra do exílio às convulsões e às perseguições que então ensombraram o país. Entre aqueles podiam citar-se os condes de Penafiel, o conde de Vila-Flor, a família Braamcamp, com grande relevo no período constitucional, o filósofo, político e antigo ministro de D. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira e muitos outros. O conde de Subserra destacava-se e pontificava entre estes homens ilustres pela sua inteligência e pela sua graça.

Em Paris, Subserra já não encontrou o seu antigo discípulo do Colégio de Mafra, Francisco José Maria de Brito, que tinha falecido naquela cidade (13-V-1825) com sessenta e seis anos de idade. Ministro de Portugal era na opinião de Subserra «um dos mais entendidos e leais servidores» da monarquia. Mas chegou a tempo de adquirir no seu espólio as cartas que lhe havia escrito e já publicadas <sup>(208)</sup>.

Foi também em Paris que recebeu a infausta notícia da morte inopinada de D. João VI. Subserra expressava a opinião geral de surpresa e de dúvida sobre as causas deste desenlace que abria uma das crises mais dolorosas da história nacional: «fica incompreensível — escrevia ele — a causa desta morte tão apressada, S. M. nunca foi sujeita a convulsões». E registava ainda no seu «Diário» que a notícia da morte de El-Rei tinha sido espalhada

---

(208) Avila de Azevedo, Op. cit. págs. 191-218.

em Trás-os-Montes desde dezoito de Fevereiro desse ano <sup>(209)</sup>. Ora D. João VI só veio a falecer em dez de Março de 1926... Subserra perdia o seu grande protector e constante amigo. Podia exclamar com razão neste momento amargo: «Quando não tivesse na minha carreira nenhuma outra circunstância estimável (a de servir D. João VI) esta basta para me considerar merecedor de Deus e dos homens».

Louvava ainda o facto de D. João VI ter nomeado um conselho de gerência, presidido pela infanta D. Isabel Maria (6-III-1826), antes da sua morte. E acrescentava que se podia dizer «que este príncipe, cuja autoridade havia sido tão combativa enquanto vivo, está ainda reinando depois da sua morte» <sup>(210)</sup>. Era uma ilusão que Subserra alimentava; mesmo no ânimo dos homens mais realistas como ele os seus desejos transformavam-se em convicções. A regência de D. Isabel Maria, aliás uma princesa dotada de inteligência, de beleza e de bom senso, não fora mais do que um interregno que preparou a ascensão de D. Miguel ao poder. Era a filha preferida de D. João VI, segundo se dizia; mas D. Miguel era o predilecto de sua mãe, Carlota Joaquina, que continuava vigilante e decerto inspirando-se nas mais fagueiras esperanças depois da morte do marido.

Subserra ainda registava no seu «Diário» de Paris que o problema da sucessão de D. João VI já preocupava a Europa. Logo que chegara o correio de Portugal tinham-se reunido em casa do barão de Domay, ministro dos negócios estrangeiros de França, os embaixadores da Espanha, da Rússia, da Inglaterra e da Áustria, mas com a ausência do representante de Portugal. Concomitantemente o príncipe de Metternich, o grande Metternich, chanceler da corte da Áustria, reconhecia como rei legítimo de Portugal, D. Pedro, o imperador do Brasil. Todas as potências tinham aderido a este projecto de sucessão com excepção da Espanha <sup>(211)</sup>.

Porém, quando chegou ao conhecimento dos gabinetes do Continente a outorga da Carta Constitucional mandada por D. Pedro do Brasil, a impressão foi de espanto: «Este ministério (de Fran-

---

(209) «Diário de Subserra». B. N. L. «Reservados», Cx. 149, Doc.º n.º 109, 26/28-III-1826.

(210) Id. id. id. 30-V-1826.

(211) Id. id. Id. id. doc.º 121.

ça) e o corpo diplomático põem as mãos à cabeça gritando contra a imprudência do imperador e a perfídia da Inglaterra» (212).

Subserra sempre atingido pelas contradições da sua vida teve a notícia que D. Pedro se encontrava escandalizado com ele. Defendendo-se desta antipatia pergunta: «que diria S. M. se eu em Junho de 1823 deixasse tirar a coroa a seu augusto pai para passar a do Snr. Infante» (sic). De facto D. Pedro, como já vimos atrás (213), não nutria a mínima consideração por Subserra que conceitou contra si a desconfiança dos dois irmãos, porventura pela sua indiscutível fidelidade à pessoa de D. João VI. D. Pedro não lhe deu qualquer representação na preparação do governo constitucional. Subserra acusava-o então de pouca penetração ou mesmo de ingratidão, depois da luta que travou contra as aspirações de D. Miguel (214).

Por isso, logo que teve conhecimento da morte de D. João VI, se apressou a escrever ao imperador do Brasil. A sua principal preocupação era a de justificar as suas opiniões contrárias à independência do novo estado. Segundo Subserra só havia duas posições a tomar: ou unir as duas coroas de Portugal e do Brasil, ou abdicar cedendo uma das coroas. Desde que se optasse pela separação esta só se devia fazer na prole de D. Pedro e não na de D. João VI. E neste caso a coroa deveria caber à princesa D. Maria da Glória, a futura D. Maria II. Justificando a independência acrescenta ainda que «nos tempos de agora a disposição dos povos tende ao exame e à crítica e não à obediência; cada um quer governar, não ser governado». Depois de demonstrar a sua fidelidade à soberania de D. João VI escreve que «El-Rei ficou vivo na pessoa do Snr. D. Pedro», afirmação que vem como resposta à calúnia que o tinha pintado como um estorvo ao reconhecimento da independência do Brasil (215). E escrevia então: «É possível que prevenções desfavoráveis existam no real ânimo de V. M. I. (Vossa Majestade Imperial) a meu respeito. A larga experiência dos negócios e do andamento das coisas humanas me persuade que não faltarão

(212) Id. id. Id. doc.º 133.

(213) Cap. I, pág. 7.

(214) B. N. L. Reservados, Cx. n.º 149, doc.º n.º 136.

(215) Id. id. Carta que o conde de Subserra escreveu a S. M. O Imperador do Brasil Cx. 182, doc.º n.º 18, datado de Paris, 26-VI-1826.



*Infanta D. Isabel Maria*



indivíduos que aproveitando a indisposição que podiam presumir existiria no real ânimo de V. M. I. à minha aparente contrariedade a seus intentos tentassem denegrir-me na augusta presença de V. M.» E jurava fidelidade a D. Pedro como tinha mantido inalterável fidelidade a D. João VI. Esta atitude obrigou-o a duros combates com os seus adversários, em ódios que se concitaram contra ele. Todavia, persistiu e agora via com satisfação que a opinião da legitimidade de D. Pedro era a seguida por toda a Europa.

Da sua residência de Auteuil Subsera seguia atentamente os acontecimentos que se desenrolavam em Portugal, através dos contactos pessoais que continuava a manter com personalidades de relevo, como testemunham os fragmentos do seu último diário <sup>(216)</sup>. No momento da morte de D. João VI a opinião portuguesa estava dividida em correntes partidárias que procuravam impor as suas ideologias nesta atmosfera de crise nacional: sobreviviam ainda os *vintistas*, os liberais mais extremistas, que tinham sido depostos pelos movimentos da contra-revolução de 1823 e 1824; os liberais moderados, aos quais pertencia o conde de Subsera e para que se tinha inclinado a política prudente de D. João VI nos últimos anos do seu reinado; e, finalmente, os ultra-realistas, os absolutistas, o partido mais poderoso e mais activo. Aos dois primeiros grupos tinha aderido uma parte da nobreza e da magistratura, a classe média das cidades de Lisboa e do Porto, os escritores e alguns oficiais do exército; ao último pertencia a maior parte da nobreza, o alto clero e o clero regular, as notabilidades da província e, de uma maneira geral, o povo rural <sup>(217)</sup>.

Entretanto a sucessão da coroa no príncipe D. Pedro de Alcântara, como legítimo herdeiro, tinha sido recebida sem grande opposição. O pomo de discórdia, que alterou profundamente o estado de espírito do país, foi a outorga da Carta Constitucional (29-IV-1826), logo seguida pela abdicação de D. Pedro na sua filha mais velha, D. Maria da Glória, princesa do Grão Pará, que então contava oito anos de idade (2-V-1826). Na sua abdicação D. Pedro incluía ainda a cláusula do casamento de D. Maria, com o seu tio, o infante D. Miguel, mais velho do que ela catorze anos. O então

---

(216) Ver Apêndice.

(217) Marques Gomes, Op. cit., pág. LXIX.

imperador do Brasil procurava nesta união matrimonial congruar os dois partidos — o liberal e o absolutista. No entanto, estas decisões tão sensacionais de D. Pedro só chegaram a Lisboa em fins de Junho daquele ano, pelas mãos do embaixador inglês, Carlos Stuart, que negociara a independência do Brasil. Longe do reino e do ambiente português D. Pedro não podia ter a consciência da repercussão das medidas que impensadamente tomara. Tanto a promulgação da Carta Constitucional, como a abdicação em sua filha D. Maria, acirraram os ânimos dos do partido ultra-realista que desejava ver recair a sucessão directamente em D. Miguel. Desde este momento extremaram-se os campos doutrinários da nação portuguesa. Cada um dos dois irmãos, D. Pedro e D. Miguel, engrandeceu-se como o símbolo e o estandarte de duas ideologias irreconciliáveis. Todavia, no início deste processo, que viria a provocar consequências incalculáveis, o próprio D. Miguel, ainda residente em Viena de Áustria, dava a sua aquiescência à sucessão de D. Pedro como legítimo herdeiro da coroa portuguesa (6-IV-1826).

Já a regência de D. Isabel Maria (1826-1828) foi o prelúdio de embate entre os liberais e miguelistas. Por vários pontos do país surgiram sublevações de uma maneira geral dominadas por um dos futuros corifeus do liberalismo, o marechal Saldanha, então ministro da guerra do governo da regência. Os miguelistas tinham como base de apoio a Espanha onde então dominava o governo absoluto de Fernando VII e de onde o partido realista recebia os mais substanciais auxílios. Mais uma vez a história política da Península percorria caminhos paralelos e uma e outra nação influenciavam-se reciprocamente.

Ao mesmo tempo que se agravava a situação política no país D. Pedro conferia a regência de Portugal, como seu lugar-tenente a seu irmão D. Miguel (3-VII-1827). Estava consumado o dissídio entre os liberais e os absolutistas e iniciado os actos subsequentes de D. Miguel, um dos períodos mais calamitosos da história portuguesa.

Neste momento Suberra hesitava entre a sua permanência em França e o regresso a Portugal onde desejaria certamente gozar de uma velhice tranquila no seu solar sobranceiro ao Tejo. Confiava na própria carta a D. Pedro que a sua saúde estava

quebrantada pelas fadigas da época em que tinha exercido o cargo de Primeiro Ministro Assistente do Despacho e de responsável pelas secretarias de Estado da Guerra e da Marinha. O seu estado físico ainda se agravara em Madrid pelas razões que já conhecemos <sup>(218)</sup>. Apesar do uso das águas termais em França, ainda não se encontrava restabelecido. Todavia, a aspiração da sua volta para Portugal era ensombrada com o eco dos acontecimentos chegado a França que pressagiava novas e dolorosas crises na vida política nacional. De facto, o partido realista, o partido de Carlota Joaquina, provocava a instabilidade ameaçando desmoronar o frágil edifício constitucional. Nestas circunstâncias Subserra, sempre activo epistológrafo, correspondia-se com o cônsul de Portugal em Baiona, Joaquim Luz da Cruz <sup>(219)</sup>. Era um compadre com quem mantinha íntimas relações. As notícias que este lhe transmitia de Portugal não eram animadoras: «Parece que vamos de mal a pior» — escrevia Cruz. E aduzia ainda: «Deus nos acuda e hoje somente com o auxílio da Inglaterra é que nos podemos salvar pois tudo chegou a um ponto tal que somos obrigados por força a sofrer o jugo estrangeiro».

As cartas do cônsul de Portugal em Baiona são esclarecedoras sobre as intenções de Subserra. Em Novembro de 1826, depois de lhe narrar miudamente os acontecimentos que se desenrolavam no país, durante a regência de D. Isabel Maria (1826-1828) escrevia-lhe: «Vejo com efeito que V. Ex.<sup>a</sup> se vai dispondo para voltar a Portugal». Mas logo em outra missiva, no mês imediato, advertia-o: «Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> prolongará a sua viagem até ver as coisas mais claras». E já em Janeiro de 1827 transcrevia-lhe uma opinião recebida de Portugal: «Bem faz o conde de Subserra, quanto a mim, em demorar a sua jornada». Entretanto, o conde de Subserra tinha resolvido empreender a sua viagem de regresso, acompanhado da mulher e enteada. Joaquim da Cruz aventa a hipótese deles embarcarem em Baiona: «Tenho aqui uma boa embarcação hanoveriana de 160 toneladas que vai para Lisboa talvez em lastro. Seria muito boa ocasião para V. Ex.<sup>a</sup> embarcar

---

(218) V. nesta obra cap. 14.º, pág. 113.

(219) B. N. L. Reservados, Cartas dirigidas ao conde de Subserra por Joaquim Luz da Cruz, Cx. n.º 159, doc.º 153-200.

a seu cómodo». Esta embarcação podia ainda aguardar por oito dias a vinda dos condes. Além de mais, o cônsul de Portugal desejava ter a oportunidade de receber a visita de Subserra. No entanto, numa das últimas cartas, que lhe escreve, e respondendo certamente a um questionário do seu correspondente, indica-lhe os preços de uma carruagem espanhola até Aldeia Galega, puxada por quatro ou seis mulas. De facto, Subserra faz a viagem por via terrestre.

O regresso de Subserra na evolução política portuguesa, cada vez mais favorável à implantação do absolutismo, parecia uma perigosa aventura. O antigo ministro de D. João VI teve sempre a consciência bem clara da força e da animosidade dos seus inimigos. Regressar ao seu país nestas circunstâncias não seria entregar-se indefesamente nas mãos deles? Há, porém, uma circunstância que nos explica uma decisão que lhe acarretaria as consequências mais nefastas e um trágico fim de vida. O marido da sua enteada, que ele considerava e adoptou como verdadeira filha, D. Fradique Alvim, que exercera as funções de adido na Embaixada de Madrid, foi vítima da queda de um cavalo e morreu em Paris (4-X-1826) <sup>(220)</sup>. Maria Mância, a sua viúva, ainda muito jovem, atormentada pelo desgosto que sofrera, pediu insistentemente ao padrasto que recolhessem à pátria, mudando assim de ambiente. Perduravam nela decerto as recordações da atmosfera agradável dos anos de 1820-1824 em que a sua família teve um papel de relevo na vida social portuguesa. Contudo, Subserra bastante cauteloso, experimentado pelos azares de uma existência tantas vezes roçada pela asa da desgraça, procurou defender-se das ameaças que o iriam perseguir. Antes da partida obteve a interferência dos governos da França e da Áustria para que na hipótese do regresso do infante D. Miguel, lhe garantissem a sua segurança. O próprio Carlos X recomendou-o à protecção de D. Miguel.

Foi, portanto, com estes preparativos cautelosos que Subserra, acompanhado pela sua família, deixou Auteuil a caminho de Portugal. Seguiam em duas carruagens, uma tirada por sete mulas,

---

(220) Branca de Gonta Colaço, *Memórias da Marquessa de Rio Maior*, Notas, pág. 18.

e outra por quatro. Transitaram por Madrid, onde o antigo embaixador se proveu dos objectos que ainda lhe pertenciam, e em Abril do ano de 1827 alcançaram Aldeia Galega na margem esquerda do Tejo. Em breve, se encontraram instalados no palácio de Subserra, a pequena povoação serrana, sobranceira à vila de Alhandra. Dali se avistavam as águas quietas do rio numa grande extensão com as suas lezírias e os seus mouchões um dos quais pertencia à condessa de Subserra.

A residência senhorial era um amplo edifício oitocentista de janelas corridas e envolvida por uma moldura de jardins e de águas sussurantes. Quase até à borda de água descia em socalcos um vinhedo que constituía a base da exploração agrícola. O povoado de Subserra com a sua igreja humilde e um punhado de casebres estendia-se mais para o nascente na vertente da montanha. Naquele domínio de ares remançosos e vistas dilatadas decorreria, durante pouco mais de um ano, a existência livre de Subserra que pensava em escrever as memórias de uma vida singularmente agitada e acabar repousadamente no seio da família e de alguns amigos as suas aventuras militares e políticas. Infelizmente, e como vamos ver no próximo capítulo, os ódios de D. Miguel e da sua camarilha não o pouparam, vingando-se de atitudes e de ofensas já passadas num ancião que merecia senão o respeito pelo menos o esquecimento. A existência já um tanto dramática de Subserra iria acabar em tragédia...



## 16.º CAPÍTULO

### CATIVEIRO E MORTE DE SUBSERRA

Foi, sem dúvida, com a mais inquietante preocupação que o general Pamplona no seu retiro de Subserra teve conhecimento do regresso de D. Miguel a Portugal. É certo que parecia acautelado pelas recomendações que trouxera do Estrangeiro; mas, os acontecimentos posteriores vieram a demonstrar que a sanha partidária não respeitava os compromissos mais sérios que tinham sido assumidos.

Apesar de todas as suas afirmações e juramentos de lealdade ao regime constitucional, restaurado por D. Pedro em Portugal, o infante não podia oferecer a confiança que nele tinham depositado seu irmão e os representantes das potências estrangeiras. Esqueceram-se que, de volta ao torrão natal, o ambiente já criado

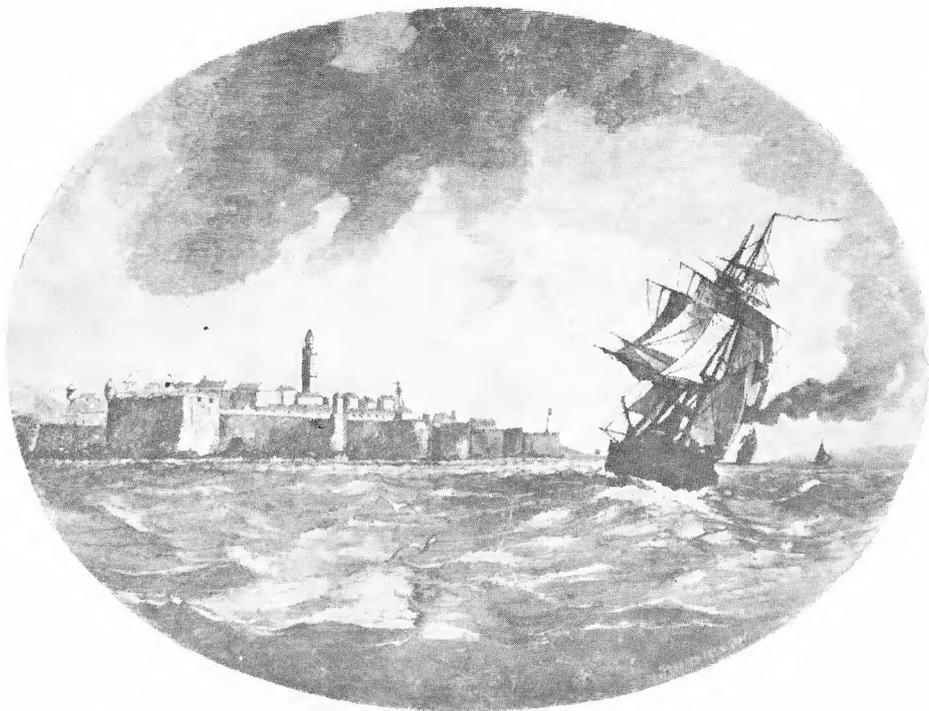
e a paixão dos prosélitos derrubariam, como num sopro de vento, todas as promessas de fidelidade a um regime detestado. De facto, que esperar de um homem que nos momentos cruciais, quer em 1823 na *Vilafrancada*, quer em 1824, na *Abrilada*, sempre fora o elemento cristalizador das ideias contra-revolucionárias? Era natural — como aduz com a sua admirável intuição Oliveira Martins — que ao desembarcar em Portugal «o ar da pátria, as solicitações da família e dos amigos, a sedução de um poder messiânico, salvador, o arrastassem, o seduzissem, o embriagassem» <sup>(221)</sup>.

Os sucessos que conduzem ao triunfo do absolutismo precipitam-se. D. Miguel desembarca em Lisboa em 1828 (22-II). Quatro dias depois prestava juramento à Carta para logo no mês seguinte dissolver a Câmara dos Deputados (13-III). Em 18 de Março um outro acontecimento provoca graves repercussões: o assassinio dos lentes de Coimbra. Nesta cidade e no meio universitário o liberalismo contava numerosos adeptos que se reuniam em sociedades secretas de tipo maçónico. Foi numa delas, a dos *Divodignos* (Dignos de Deus) que se forjou o plano do assalto à deputação da Universidade e do Cabido da Diocese que iam propositadamente a Lisboa saudar o príncipe D. Miguel. Um grupo de treze estudantes, aguardou as caleças em que viajavam os lentes e os sacerdotes na estrada de Condeixa, com o fito apenas de lhes roubarem os papéis que incluíam um rol de mestres e alunos a expulsar da Universidade. Mas os ânimos exaltaram-se, simulou-se um julgamento dos membros da deputação e dois deles, os doutores Mateus de Sousa Coutinho e Jerónimo Joaquim de Figueiredo, miguelistas ferrenhos, foram passados pelas armas. Outros ficaram feridos. Todavia, nove dos assaltantes caíram nas mãos de uma escolta de cavalaria, comandada pelo general Agostinho Luís da Fonseca que por ali transitava. O processo do julgamento correu célere e os implicados no assalto subiram ao patíbulo no Cais do Tejo em Lisboa, no dia 20 de Junho do mesmo ano <sup>(222)</sup>. O crime político cometido pelos estudantes de Coimbra teve o efeito psicológico de acirrar a perseguição contra os liberais de que vai ser igualmente vítima Subserra.

---

(221) Oliveira Martins, Op. cit. 1.ª ed., t. 1.º, págs. 39-40.

(222) Luz Soriano, Op. cit., Terceira Época, t. II, parte II, págs. 280-289.



*Torre de S. Julião da Barra*



A contra-revolução segue então uma marcha rápida. Dentro de dois meses (3-V-1828) são convocados os Três Estados do Reino na sua forma tradicional. No mês seguinte reúnem-se as Cortes e D. Miguel é proclamado rei absoluto (11-VII-1828).

Na frase lapidar de Oliveira Martins era «o Messias e o arcanjo Miguel, nascido para esmagar o dragão revolucionário, o instrumento dócil nas mãos de Carlota Joaquina, o pupilo de Metternich» (223).

Não era bem verdade que ele fosse um pupilo, pelo menos obediente, de Metternich. Nas suas *Memórias* o chanceler contradiz a opinião do nosso historiador. «Seria supérfluo dizer-lhe que o relato sobre a conduta franca e sob todos os aspectos lastimável que o infante assumiu depois do primeiro momento da sua chegada a Lisboa afectou profundamente S. M. o Imperador...» vai tornar-se o autor da sua própria ruína» — profetizava ainda ele (224).

Ora D. Miguel negando todas as suas declarações anteriores, apoiava-se no «testemunho solene da Nação Portuguesa». Era ainda a doutrina das Cortes, como uma homenagem fictícia à representação popular, que prevalecia:

«Leis claríssimas e determinantes excluem da Coroa Portuguesa ... o Senhor Dom Pedro e seus descendentes, e por isso mesmo chamarão na Pessoa do Senhor Dom Miguel, a Segunda Linha...» (225).

Estava consumado um dos maiores dissídios da sucessão da monarquia em Portugal e um dos mais calamitosos acontecimentos da nossa história política. Desde a aurora do regime constitucional até à sua institucionalização iam consumir-se três décadas que abalaram profundamente os alicerces da nação.

É certo que Subserra, depois dos movimentos contra-revolucionários de Vila Franca (1823) e de Abril do ano seguinte, nutria as mais vivas desconfianças sobre o carácter de D. Miguel: «Nunca tinha falado com esse monstro (sic) antes de 27 de Maio de 1823». E considerava-o «um rapaz feroz e malcriado que ne-

(223) Op. cit. 6.<sup>a</sup> ed., 1.<sup>o</sup> tomo, pág. 36.

(224) Carta ao embaixador da Austria em Lisboa de 7-IV-1820, in *Metternich*, Op. cit., IV vol. págs. 466-467.

(225) *Assento dos Três Estados do Reino*, Lisboa, 1828, pág. 19.

nhum freio conhece nem presume que haja considerações a que deva atender» (226). Mas sabia, quando escrevia estas palavras, quatro anos antes, que seriam plenamente confirmadas a seu respeito... Ou como diria Oliveira Martins, com nítida aplicação à primeira frase de Subserra: «fazer de D. Miguel um *monstro* só é concedido aos que tiveram muito que sofrer com a crueldade do seu governo: a dor é má conselheira (227).

Mas enquanto o orador oficial do legitimismo, José Acúrsio das Neves, comparava a reunião das Cortes com a reunião dos Três Estados em França (1789) e exclamava: «Mas em França dominava o espírito revolucionário, aqui domina o amor da ordem e brilha a felicidade portuguesa» (228) rebentara em 16 de Maio uma revolta liberal na cidade do Porto, conhecida, mais tarde, pela *Belfastada*, do nome do vapor *Belfast* em que desembarcaram provindos de Londres, para se juntarem aos conspiradores da Junta do Porto, o marquês de Palmela e outros emigrados. Mau grado a sua indiscutível popularidade e a aceitação de uma maneira geral em todo o país da realeza de D. Miguel, o fermento do liberalismo não esmorecia...

Foi desta maneira que o governo miguelista começou a dominar pelo terror. Durante o mês de Junho desse ano de 1828 as prisões multiplicaram-se com as denúncias e as perseguições movidas pelo José António de Oliveira Leite de Barros, o célebre conde de Basto, ministro do Reino. Os constitucionais, os suspeitos de constitucionalismo, eram encarcerados pelos motivos mais fúteis: por se assobiar o hino da Carta, por se ostentar flores com as cores azul e branco do partido de D. Pedro.

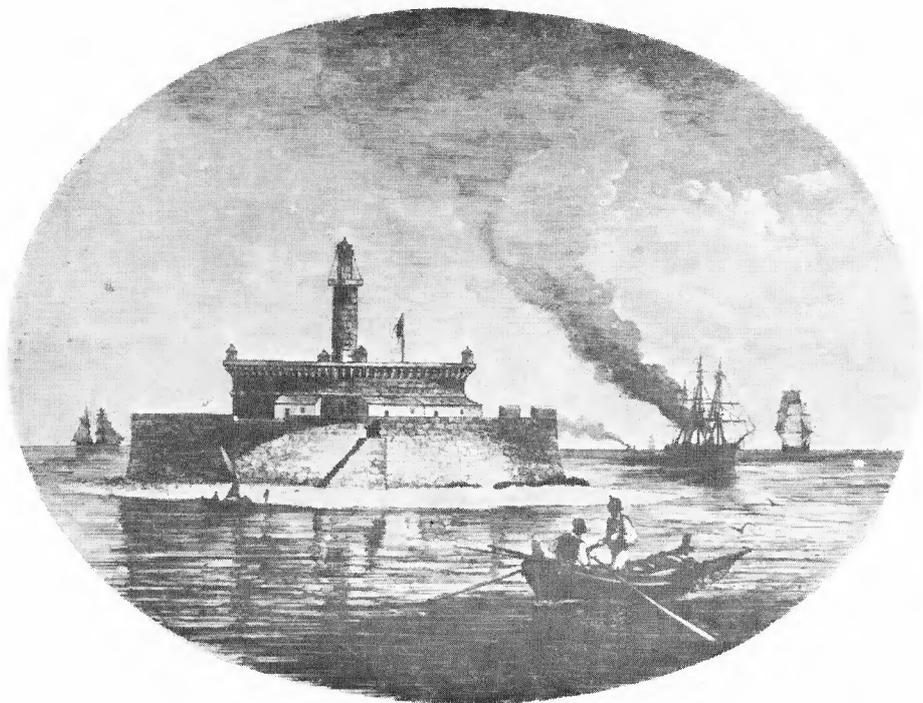
Assim o conde de Subserra não escaparia à atmosfera de «terror branco» que então assolou o país. A sua prisão e o seu longo cativeiro constituem uma das páginas mais negras de prepotência e da crueldade miguelistas.

Decorria, portanto, o mês de Junho. Os calores estivais não se sentiam no ermo de Subserra. As águas do Tejo, ainda engrossadas pelas chuvas primaveris, brilhavam aos raios de um sol

(226) Avila de Azevedo, Op. cit., Carta VIII, de 6-XI-1824.

(227) Oliveira Martins, Op. cit., 1.ª ed., t. I, pág. 39.

(228) Cit. in Francisco António da Cunha de Pina Manique, *Portugal desde 1828 a 1834*, pág. 52.



*Torre do Bugio*



luminoso. As faluas subiam e desciam o rio com as velas enfunadas, transportando cargas e passageiros. Nesta época e ainda antes da inauguração do caminho de ferro, a estrada fluvial era o único meio de tráfego e de comunicação entre Lisboa e as povoações ribeirinhas do Tejo.

Primeiramente, chegou à pequena corte de Subserra a notícia da prisão do antigo deputado da Repartição do Commissariado do Exército, António José Ferreira Galhardo, amigo fiel e constante do conde (229). Não havia outra culpa formada contra ele a não ser a sua longa intimidade com Subserra.

Dias depois, e já de noite, era cercada com elevado número de soldados e com um grande fragor de vozes e de armas, a quinta de Subserra. Na alvorada de 14 de Junho era dada ordem de prisão pelo juiz do crime do Rossio, de nome Semblano, ao conde de Subserra, sob indicação expressa de D. Miguel (230). A condessa quis logo acompanhá-lo como o havia acompanhado em todas as situações da sua movimentada carreira. Todavia, a ordem de prisão também a abrangia.

Descendo o íngreme caminho da povoação de Subserra até ao embarcadero de Alhandra a tropa pôs em alvoroço a aldeia e a vila. Embarcaram o conde, a condessa e sua filha Mância numa bateira transbordando de soldados. Na esteira dela seguia, como escolta, outra bateira também carregada de soldados. Porém, como os ventos e as marés fossem contrários, a navegação rio abaixo, que seria de poucas horas, durou o dia inteiro. Só à noite aportaram ao cais da Fundação ou do Exército em Santa Apolónia. As medidas de segurança impostas a estes presos do Estado tinham sido excepcionalmente severas. À Guarda Real de Polícia foram solicitados um sargento e sete soldados que passaram ali a noite anterior esperando os presos e ali se conservaram até horas tardias do dia seguinte para auxiliar o comandante da expedição fluvial (231).

---

(229) V. nesta obra cap. 12.º, pág. 75.

(230) Memórias já citadas da Marquesa de Rio Maior, págs. 16-17. É o texto mais completo sobre as circunstâncias da prisão e do longo encarceramento de Subserra.

(231) A. N. T. T. Parte diária da Polícia, 15-VI-1828, n.º 167, Maço I, doc.º n.º 352.

Subserra tinha ainda à sua espera uma multidão de arruaceiros, adrede preparada, que o insultou numa vozearia estridente. Foram ele e sua Mulher metidos numa sege escoltada por um esquadrão de cavalaria; a filha seguia atrás em outra sege. Um criado, que os acompanhara, foi cruelmente espancado e só conseguiu escapar à morte, por se ter escondido no vau de uma porta.

O cortejo cavalgou em direcção à torre de S. Julião da Barra onde os presos chegaram alta noite sem poderem ingerir o mais ligeiro alimento. No dia imediato, logo pela manhã, levaram-nos num escaler com rumo à torre de S. Lourenço do Bugio, erguida numa ilhota à entrada da barra do Tejo e completamente isolada. Na frase de Mância o Bugio não era mais do que «um navio de pedra ou uma gaiola de ferro». Após o grande aparato de forças, que acompanhara os prisioneiros, no escaler havia apenas os remadores. Subserra podia ter tentado uma fuga no correio inglês que saía do porto. Mas não o quis fazer, nem neste momento, nem mais tarde, para evitar represálias sobre a sua família.

No Bugio se mantiveram durante longos meses. Os condes estavam quase incomunicáveis. Somente Maria Mância os visitava transportada no pequeno escaler que fazia o serviço da Torre. Com a aproximação do Inverno, o mar embravecia. A condessa espreitava a filha através das grades. Por vezes as ondas ocultavam a embarcação. A condessa julgava então a filha engolida pelas águas bravias do Tejo. Mas o patrão do escaler era um destemido marinheiro, o patrão Joaquim Lopes <sup>(232)</sup>, que comandava uma tripulação de remadores algarvios. Com o seu denodo e a sua habilidade conseguiam vencer sempre o furor das ondas.

Ainda que Mância, segunda condessa de Subserra, tivesse uma posição eminente na sociedade portuguesa, toda a gente fugia atemorizada da sua presença. Os pedreiros-livres representavam para os miguelistas uma espécie de leprosos, possuídos do espírito de Satan...

Nos conselhos de D. Miguel aventava-se a hipótese de pôr em execução a terrível sentença de 1811 <sup>(233)</sup>. Não tinham sido

---

(232) O famoso **patrão Lopes** (1798-1890) que salvou dezenas de naufragos.

(233) V. nesta obra cap. 5.º, pág. 45.



*Pedro de Mello Breyner*



revogadas por D. João VI todas as decisões das Constituintes? E assim a amnistia que libertava o general Pamplona não estava por elas abrangidas? Mância, ocultando aos pais as notícias que corriam a tal respeito, visionava com horror os cadafalsos do Cais de Sodré em que seriam decepadas pelo garrote as cabeças do pai e da mãe, depois de cortadas as mãos daquele. Neste transe apela para as suas relações estrangeiras. Da Espanha veio ordem terminante para salvarem a vida do conde de Suberra: «Enforcuem cem liberais mas poupem o conde de Suberra» — era o teor do aviso. O duque de Angoulême, que comandava o exército francês invasor da Espanha, mostrava também o mesmo interesse pela sorte de Pamplona. Foram estas manifestações de «favor e simpatia» que fizeram recuar os governantes miguelistas.

Como se tornasse cada vez mais incerta e mais perigosa a viagem de Mância ao Bugio ela conseguiu que os seus pais fossem transferidos para a torre de S. Vicente de Belém. Aí já se encontravam em Novembro de 1828 <sup>(234)</sup>.

Da prisão que ocupava toda uma galeria da torre puderam avistar a poderosa esquadra miguelista que iria ocupar a Ilha Terceira, reduto dos liberais, demorada no Tejo durante quarenta dias pelo mau tempo. Como a avistaram no seu regresso, vergonhosamente desmantelada, depois da batalha em que foi vencida no areal da Praia (11-VIII-1829).

Na torre de Belém as visitas familiares tornavam-se mais frequentes, apesar das cautelas que rodeavam os presos mais importantes: os Suberra e Pedro de Melo Breyner, antigo ministro da regência de D. Isabel Maria (1751-1830) e honrado liberal. Os prisioneiros reuniam-se no vasto cárcere de Belém para cantarem hinos à liberdade; liam em inglês os romances históricos de Walter Scott então em voga; e nas páginas dos livros incluíam-se mensagens que davam notícias dos fracassos dos miguelistas «sempre vencidos por uma espécie de maldição de Deus».

Mas um belo dia, sem qualquer explicação, os cativos foram metidos em duas seges, escoltados por um esquadrão de cavalaria, em direcção à fortaleza de S. Julião da Barra, onde ficaram incommunicáveis e sob a férula do célebre carcereiro Teles Jordão.

---

(234) A. N. T. T., *Intendência Geral da Polícia*, Offício de 18-XI-1828.

Durante dois anos Mância só uma vez se avistou com seus pais e ainda na presença dos homens de confiança de Teles Jordão, «cerebero fiel, honrado e bruto, entusiasticamente cruel» — como o classificou Oliveira Martins <sup>(235)</sup>.

Por máis de uma vez, esteve preparada a fuga de Subserra. Mas quem se opunha terminantemente a essa operação era o próprio conde. Sabia ele que nestas circunstâncias os bens da família iriam novamente ser confiscados e não queria sacrificar o dote da sua enteada e verdadeira filha adoptiva, Mância. De facto, Hyde de Neuville, seu aliado e, mais tarde, seu parente por afinidade, mandou que uma fragata francesa estivesse ancorada durante dois anos à vista de Belém para salvá-lo. De nada valeu esta precaução. No entanto, foram levantadas suspeitas aos seus carcereiros. Houve uma denúncia de um porta-estandarte de Cavalaria 7 que preveniu a Intendência Geral da Polícia que os «dois homens perigosos» (Subserra e Pedro de Melo Breyner, companheiro de infortúnio) estiveram para se pôr em fuga a bordo de um iate <sup>(236)</sup>.

Também foi processado, como suspeito de correspondente de Subserra, um fiel das munições de boca da guerra da Torre de S. Lourenço da Barra, de nome António José de Lima. Levava cartas ao conde e a Pedro de Melo Breyner. Além disso tinha fama de «constitucional». O réu foi condenado com a pena de prisão já sofrida, mas foi demitido do cargo que ocupava <sup>(237)</sup>.

Contudo o facto mais extraordinário, relacionado com a prisão de Subserra, foi o ataque da esquadra francesa na barra do Tejo em onze de Julho de 1831 <sup>(238)</sup>. Esta esquadra composta por treze navios e comandada pelo contra-almirante Roussin, prefeito marítimo de Brest, penetrou a todo o vento das suas velas e com todo o poder dos seus canhões numa barra considerada inexpugnável e veio fundear em frente do Terreiro do Paço, em pleno dia, depois de um percurso de quatro horas. Com que finalidade? Exigir a libertação de cidadãos franceses, especialmente Edmond

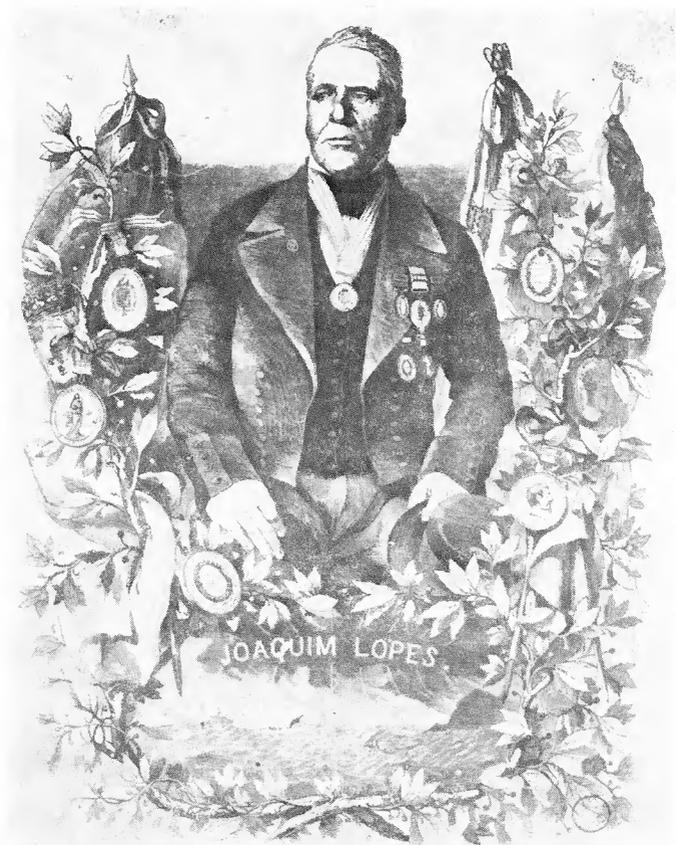
---

(235) Op. cit., t. I, jág. 142.

(236) A. N. T. T. Intendência Geral da Polícia, 1828, doc.º 433, maço 11, officio de 18-XI-28.

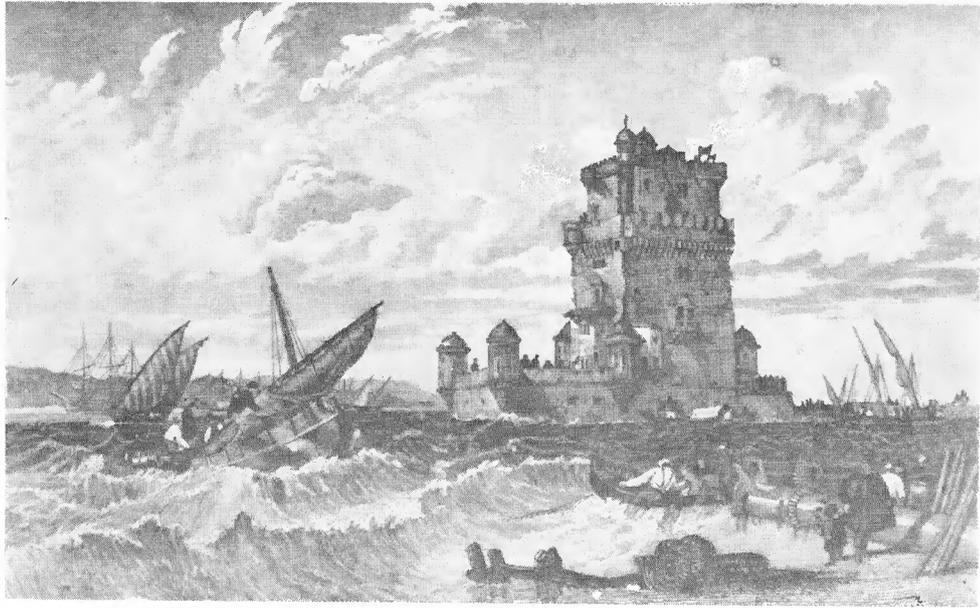
(237) A. N. T. T. Arquivo de Processos Findos. Autos crimes de António José de Lima.

(238) Louis Miard, L'Expédition Française du Tage en 1831 et le séjour de la Flotte Portugaise Captive.



*Patrão Lopes*





*Torre de Belém*



Bonhomme, estudante e Claude Sauvinet, comerciante, presos e condenados pela polícia miguelista. O governo português, por intermédio do ministro dos estrangeiros, visconde de Santarém, respondera com evasivas a um ultimato do governo francês. Com a arrogância das potências estrangeiras sobre um país, dominado então por um regime condenado por toda a Europa liberal, e, especialmente em França, onde triunfara a revolução de Julho de 1830, fora decidido exercer este acto de força e de represália.

Depois de forçada rendição dos comandos militares portugueses e das duras condições que foram impostas ao governo pela convenção de 14 de Julho, o contra-almirante Roussin empreendeu várias diligências confidenciais para libertar os presos políticos de D. Miguel.

Uma das pessoas que solicitou a protecção de Roussin a favor dos seus pais foi Mância. O almirante francês estava disposto a ceder todos os navios portugueses, que tinham sido capturados pela sua esquadra, em troca de uma centena de infelizes que enchiam as prisões miguelistas. Era uma decisão que não só demonstrava a generosidade da França, mas ainda se expressaria numa nota de moderação e de clemência que seria louvada pela opinião pública europeia.

Nada demoveu, porém, o governo miguelista. De bordo do *Suffren* o almirante escreveu a Mância Alvim (18-VIII-1831) estas palavras desconsoladoras: «Tenho o imenso desgosto de lhe dar conhecimento que, apesar do meu vivo desejo de lhe ser agradável não consegui ser útil aos seus infelizes pais» (239). Era mais uma tentativa — a última tentativa gorada — para libertar Subserra das algemas miguelistas.

A recusa do governo miguelista deixou traços profundos na memória dos Franceses que intervieram na questão. Penan, o ajudante do almirante Roussin, disse mais tarde a Mância Alvim: «Jamais, jamais de la vie on pourra croire un fait si incroyable de vengeance sectaire» (240).

Como a torre de S. Julião da Barra caísse em poder dos Fran-

---

(239) Thomas Ribeiro, *D. Miguel e a sua realza e o seu empréstimo Outrequin & Jaude*, pág. 187.

(240) Marquesa de Rio Maior, op. cit., pág. 16.

ceses para garantir a execução do tratado de 14 de Julho entre a França e Portugal, os presos foram transportados para as masmorras do forte da Graça, em Elvas. Entretanto o companheiro dilecto de Subserra, Pedro de Melo Breyner, tinha falecido vítima dos maus tratos e do desamparo completo.

A jornada para o Alentejo foi uma autêntica odisseia. Marcharam os presos e os seus guardas, durante nove dias, através das charnecas escalvadas e despovoadas. De noite dormiam em enxovias. Pelo caminho havia sempre arruaceiros alistados para os insultarem. Em Extremoz foram mesmo apedrejados; Subserra ficou com o rosto a escorrer sangue; sua Mulher recebeu um ferimento na cabeça. À chegada a Elvas esperavam-nos novos sofrimentos. Metidos nas enxovias atiravam-lhes pelas frestas todas as espécies de bichos repugnantes. Foi preciso armar um biombo para separar um quarto para a condessa. Mas apesar destes enxovalhos D. Isabel Roxas ainda praticava actos de caridade. Repartiu, uma vez, do seu jantar com um mendigo esfomeado que viera pedir esmola às grades. Um caceteiro miguelista não foi insensível a este rasgo de generosidade. Exclamou numa explosão de sinceridade:

— Nunca pensei que houvesse *malhados* de tão bom coração!

E veio a revelar-se um desvelado amigo dos condes de Subserra.

Mas Subserra não resistiu, por muito tempo, aos sofrimentos e aos enxovalhos. Em dezasseis de Outubro de 1832 exalava o último suspiro. Os miguelistas lançaram girândolas de foguetes para comemorar a sua morte. Sua mulher, companheira fiel de todas as suas aventuras e tribulações, exclamou nos seus derradeiros momentos:

— Que os insultos ao morto recaíssem com vergonha sobre os seus verdugos!

Mas mesmo depois da morte de Subserra ainda era perigoso para D. Isabel Roxas sair do forte. Não podia ser vista com receio de a assassinarem. Então um velho general, condóido da sua sorte, fê-la libertar-se por uma porta escondida. Caminhou, por fim, através das desoladas charnecas do Alentejo acompanhada por duas pessoas de confiança. Reencontrou-se com a filha bem amada, Maria Mância. Preparavam-se as duas para abandonar Portugal,

quando lhes chegou a milagrosa notícia que o conde de Vila Flor entrava em Lisboa no dia 24 de Julho de 1833 à frente do exército liberal. Raiava uma aurora de esperança e fechavam-se as páginas mais dolorosas da vida da mãe e filha.



## BIBLIOGRAFIA

- **Apperçu nouveau des campagnes des Français au Portugal en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811.** A Paris, chez Delaunay, Libraire
- **Arquivo dos Açores, Ponta Delgada, 1879-1892**
- **Assento dos Tres Estados do Reino juntos em Cortes na Cidade de Lisboa, Lisboa, 1828**
- **Azevedo, Avila, Um capítulo das relações culturais entre a França e Portugal (1815-1822), Bulletin des Etudes Portugaises, Tome 32, 1971**
- **Azevedo, Rafael Avila de, Cartas Inéditas do Conde de Suberra (1818-1825).** Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 29, 30, 31, 32, 33
- **Banha, Theotónio, Xavier de Oliveira, Apontamentos para a História da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863**
- **Bollaert, William, Wars of seccesion of Portugal and Spain from 1826 to 1840, London, Edward Stanford, 6 and 7, Charing Cross, S. W., 1870**
- **Boppe P. La Légion Portugaise, 1807-1813, Berger Levraut et C.ie, Éditeurs, Paris, Nancy, 1897**
- **Botelho, J. J. Teixeira, História Popular da Guerra da Península, Porto, Livraria Chardon, 1915**
- **Cabral, António, Uma Tragédia na Corte. A Morte do Marquês de Loulé, 1936, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.**
- **(Carcavelos), Eduardo Campos de Azevedo Soares, Nobiliário da Ilha Terceira, Fernando Machado & C.ª, Lda. Porto, MCMXXIV.**

- Coelho, José Maria Latino, **Historia Militar e Politica de Portugal desde os fins do seculo XVIII até 1814**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874
- Colaço, Branca de Gonta, **Memorias da Marqueza de Rio Maior**, Parceria António Maria Pereira, Lisboa.
- Contemporaneo Político e Litterario, Pariz, Na Officina de P. N. Rougeron, 1820
- Cordeiro, P.º Antonio, **Historia das Ilhas de Portugal sujeytas no Oceano Occidental**, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, Anno de 1717
- Corte-Real, Manuel Ignacio Martins Pamplona, **Conclusões de Logica, Metaphysica e Ethica**, Na Officina Patrarcal de Francisco Luiz Ameno, MDCCCLXXIX
- **Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa**, 1821
- Drummond, Francisco Ferreira, **Annaes da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, 1850-1859
- Durant, Will and Ariel, **The Age of Napoleon, a History of European Civilization from 1789 to 1815**, Simon and Shuster, New York, 1975
- **Exposição Resumida do que durante dezoito meses, que estive em Lisboa, soffri á facção e aos scelerados que dominava El-Rei e o levaram á sepultura**, Na Officina Typographica de Paulo Renouard, rue Gracière, n.º 5, F. S. C, MDCCXVI
- **Gazeta de Lisboa**, 1795, 1810, 1823, 1824, 1825
- Gomes, Marques, **Lutas Cascais, Portugal de 1834 a 1851**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894
- Gouvêa, João Candido Baptista de, **Policia secreta nos ultimos tempos do reinado de D. João VI**, Lisboa, 1835
- **Guerre (La) de la Péninsule sous son véritable point de vue ou Lettre à Mr. L'Abbé F... sur l'Histoire de la Dernière Guerre**, A Bruxelles, chez Weissenbruck, 1819
- Herchen, Artur, **Dom Miguel Infante**, Versão portuguesa de D. João de Almeida (Lavradio) Lisboa, 1946
- **Histoire de la Dernière Guerre entre les Puissances Alliés et la France par l'Abbé xxx**. A Florence, chez le Libraire Joachim Papani
- Kann, Roger, **Um Açoréan Français: le Général Pamplona**, in **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, n.ºs 21-22, págs. 175-204
- Lacerda, Aarão de, **O Panteon dos Lemos na Trofa do Vouga**, Edição do Autor, Porto, 1928
- Lavradio, **Memórias do Conde de Lavradio, D. Francisco de Almeida Portugal**, Coimbra, 1932
- Manique, Francisco Antonio da Cunha, **Portugal desde 1828 a 1834**, Lisboa, 1872
- Martins, General Ferreira, **História do Exército Português**, Editorial Inquérito, Lisboa, 1945
- Martins, J. P. de Oliveira, **Portugal Contemporaneo**, 1.ª edição, Livraria Bertrand, 1881, 6.ª ed. Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1953

- Martins, Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes, Coimbra e a Guerra Peninsular, Na Tipografia Atlântida, 1944
- Merea, Paulo, Projecto de Constituição de 1823, Coimbra, 1967
- Metternich, Mémoires, documents et écrits divers laissés par le prince de Metternich, publiés par son fils Richard Metternich, Paris, E. Plon et C.ºe Imprimeurs Editeurs, 1881-1884
- Miard, Louis, L'Expédition Française au Tage en 1831 et se séjour de la flotte portugaise captive
- Monteiro, J. M. S., Historia de Portugal desde o reinado da Senhora D. Maria Primeira até á Convenção d'Evora-Monte, Lisboa: Typografia de Antonio José da Rocha, aos Martyres, n.º 13, 1838
- Pamplona, Manuel Ignacio Martins, Episodios da Terceira Invasão (Maio a Setembro de 1810), Publicado por A. Fernandes Thomaz, Figueira, Imprensa Lusitana, 1896
- Pamplona, Manuel Ignactio Martins, Memoria Justificativa de Manuel Ignacio Martins Pamplona e sua Mulher, D. Isabel de Roxas e Lemos, Imprensa Nacional, Anno de 1821
- Pradt, M. de, Mémoires historiques sur la Révolution de l'Espagne, A Paris, chez Roza et chez M. Perroneau, 1816
- Ribeiro, Thomaz Antonio (...) Ferreira, D. Miguel e a sua realeza e o seu emprestimo Outrequin & Jauge, 1880, Lisboa, Typografia Universal.
- Santos, Coronel H. Madureira dos, Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo coronel Chaby, Sep. do Boletim do Arquivo Histórico Militar, VI vol., Lisboa, MCMLXVI.
- São Clemente, Barão de, Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884
- Saraiva, Antonio Ribeiro, Traduction d'une lettre d'individu à son ami sur les affaires actuelles du Portugal, Paris, 1826
- Soriano, Simão José da Luz, Historia da Guerra Civil e Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890
- Thiébault, Général Baron de, Mémoires du Général Baron de Thiébault, Ed. Librairie Plon, Paris, 1908-1910.
- Valadão, Francisco Lourenço, Dois Capitães-Generais e a 1.ª Revolução Constitucional da Ilha Terceira, Edições Panorama, 1964

## MANUSCRITOS

- B. N. L. Conde de Suberra, Cx.as n.º 149, 159 e 182
- A. N. T. T. Juizo da Inconfidencia, Casa Pamplona  
Legação de Portugal em Espanha, Cx.ª n.º 44, 1825  
Parte diaria da Policia, n.º 167, Maço I  
Intendencia Geral da Policia, 1828, Maço 11  
Arquivo de processos findos
- A. H. M. I. M. P. Cx.ª 437
- A. D. A. H. Correspondência de diversos, Maço n.º 41



## INDICE ONOMASTICO

- Accourt, A, 111, 112, 113  
Albergaria, José Soares de, 50  
Alexandre I, Czar, 52  
Almada, D. Antão de, 14  
Almeida, Coronel José Ribeiro de, 56  
Almeida, Doutor Luís da Costa, 67  
Alorna, Marquês de, (D. Pedro de Almeida Portugal), 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 52, 54  
Alvim, D. Fradique Lopes de Sousa e, 117, 124, 127, 133  
Andrade, General Bernardino Freire de, 63  
Andrade, Gomes Freire de, 27, 28, 31, 58  
Angoulême, Duque de, 82, 142  
Araújo, Brigadeiro Francisco Pinto de, 15, 95  
Avila, Teotónio de Ornelas Bruges (Conde da Praia da Vitória), 16  
Balsemão, Visconde de (Luís Pinto de Sousa Coutinho), 26, 28, 31  
Banha, Teotónio Xavier de Oliveira, 56  
Barjona, Doutor, 46  
Barreiros, Fortunato José, 48  
Bassano, Duque de, 58

- Basto, Conde de (José António de Oliveira Leite Barros), 139
- Beresford, Marechal, 30, 36, 58, 104, 112
- Bermudez, Francisco Cea, 118, 123
- Berthier, Major-General, 38
- Benaparte, Napoleão, 30, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 65, 66, 67, 74
- Bonhomme, Edmond, 143
- Braamcamp, 127
- Breyner, Pedro de Melo, 142, 143, 146
- Brito, Francisco José Maria de, 9, 13, 58, 110, 127
- Canning, George, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 123
- Cardoso, Capitão Francisco, 43
- Carlos, Arquiduque (da Austria), 40
- Carlos Maria Isidro, 117
- Carlos IV (de Espanha), 30, 31, 37, 116
- Carlos X (de França), 133
- Carlota Joaquina, D., 80, 83, 88, 90, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 112, 116, 117, 119, 121, 126, 128, 132, 138
- Catarina II (Sofia d'Anhalt Zerbst), 20, 21, 22
- Cenáculo, Manuel do, 13
- Colaço, Magalhães, 93
- Constant, Benjamin, 92
- Cordeiro, P.<sup>o</sup> António, 12
- Corte-Real, Alexandre Martins Pamplona, 15, 95
- Corte-Real, André Diogo Martins Pamplona, 13
- Corte-Real, André da Fonseca, 15
- Corte-Real, Jerónimo Martins Pamplona, 17, 95
- Corte-Real, João Vaz, 12
- Coutinho, Doutor Mateus de Sousa, 137
- Cruz, Joaquim Luz da, 132
- Diderot, 14
- Domay, Barão de, 128
- Dordez, 30
- Dupont, General, 39, 56
- Ega, Conde de, 40
- Feltre, Duque de, 41
- Fernando VII (de Espanha), 37, 70, 116, 118, 119, 123, 131
- Ferraz, Dr. João José da Cunha, 16

- Ferreira, Silvestre Pinheiro, 127  
Figueiredo, Doutor Jerónimo Joaquim de, 137  
Fonseca, General Agostinho Luís da, 137  
Fonseca, José da, 69  
Francisco II (da Austria), 198  
Funchal, Marquês de (D. Domingos António de Sousa Coutinho), 65  
Galhardo, António José Ferreira, 101, 140  
Godoy, Príncipe da Paz, 30, 31  
Gomes, Joaquim Severino, 124  
Grade, Mascarenhas, 96  
Illins, General Paris d', 56  
Isabel Maria, D., 89, 128, 131, 132, 142  
João V, D., 20  
João VI D., 32, 36, 58, 65, 68, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 142  
Jordão, Teles, 142, 143  
Jorge III (de Inglaterra), 23  
Jorge IV (de Inglaterra), 100  
José I, D., 86  
José D., príncipe, 13, 20, 22, 86  
Josefina, Imperatriz, 38  
Junot, General, 36, 37, 42, 46, 48, 49, 52, 62, 63, 64, 66, 74  
Kelermann, General, 49  
Lacerda, D. Isabel Pereira de, 11  
Lafões, Duque de, 30, 31  
Lavradio, Conde de, 109  
Leal, Augusto Soares, D., 122  
Leal, José António Soares, 108, 110  
Legrand, General, 52  
Lemos, D. Duarte de, 34  
Leopoldina, Arquiduquesa, 108  
Lima, António José de, 143  
Lima, Doutor Bezerra de, 46  
Lippe, Conde Guilherme Shamburg de, 30  
Lopes, Patrão Joaquim, 141  
Loulé, Marquês de, 43, 83, 88, 98, 100, 105  
Luís XVI, 23

- Luis XVIII, 57, 58, 75, 88
- Mãncia, Maria, 39, 50, 57, 89, 94, 102, 103, 117, 127, 133, 140, 141, 142, 143, 144, 145
- Maria I, D., 13, 20, 26, 86
- Maria II, D., 129, 130, 131
- Maria Francisca, Princesa, 117, 118, 122
- Maria Isabel, Princesa, 118
- Maria Luísa, Imperatriz, 41
- Maria Luísa, D. (Rainha de Espanha), 30, 37
- Maria Teresa, Princesa da Beira, 116, 117, 118, 122
- Marmont, Marechal, 51
- Martins, Oliveira, 137, 138, 139, 143
- Massena, Marechal (Príncipe d'Essling), 41, 42, 44, 45, 46, 49, 51, 64, 65, 66, 67, 74
- Maubourg, Conde de la Tour de, 75
- Maximiliano da Sazónia, 118
- Melo, D. Miguel António de Melo (Capitão-General dos Açores), 35
- Menezes, D. Isabel Antónia do Carmo Roxas e Lemos de Carvalho (Condessa de Subserra), 33, 39, 49, 51, 57, 89, 102, 131, 132, 140, 141, 142, 145
- Merea, Prof. Paulo, 93
- Mesquita, Tenente Roberto Luís de, 78
- Metternich, Príncipe de, 70, 128, 138
- Miguel, D., 17, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 111, 112, 113, 124, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142
- Moreira, Major Joaquim Henrique, 56
- Montbrun, General, 44
- Montesquieu, 92
- Neto, Diogo Mascarenhas, 50
- Neto, João Mascarenhas, 50
- Neuille Hyde de, 94, 101, 102, 104, 110, 113, 123, 143
- Neves, José Acursio das, 139
- Ney, Marechal, 46
- Nogueira, Doutor Ricardo Raimundo, 93
- Noronha, D. José Manuel de, 43
- Noronha, Pedro Homem da Costa (Barão de Noronha), 17
- Osório, José da Fonseca, 124
- Oudinot, Marechal (Duque de Reggio), 40, 53
- Palmela, Marquês de, 65, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 103, 104, 107, 109, 113, 114, 115, 139

- Pamplona, Gonçalo Alvares, 12
- Pamplona, Manuel Inácio Martins (...) Corte-Real, Conde de Suberra, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146
- Pedro III, Czar, 22
- Pedro IV, D., 17, 50, 69, 106, 108, 123, 128, 129, 130, 131, 136, 138
- Pedro, D. Carlos, (Infante de Espanha), 116
- Penafiel, Conde de, 127
- Penan, 144
- Pombal, Marquês de, 11, 14, 70, 86, 92
- Porta, D. Caetano de Nosso Senhor da, 11
- Porto Santo, Conde de, 94, 118, 119
- Potemkim, Gregório de, 21
- Reggio, V. Oudinot
- Rendufe, Barão de, 98
- Riego, Rafael, 70
- Robespierre, 27
- Roussin, Contra-Almirante, 144
- Sabugal, Conde de, 43
- Saldanha, Marechal, 131
- São Miguel, Conde de, 43
- Santarém, Visconde de, 144
- Saraiña, António Ribeiro, 93
- Sauvinet, Claude, 144
- Scott, Walter, 142
- Sebastião, D., (Príncipe de Espanha), 120
- Semblano, Juiz, 140
- Sherer, General, 58
- Skeliater, João Forbes, 25, 27, 28
- Scbral, Doutor Tomé Rodrigues, 46
- Solano, D. Francisco, 31
- Soriano, Luz, 80
- Soult, Marechal, 64, 66
- Sousa, Capitão Domingos Bernardino de, 43

- Souvarof, Alexandre, 21
- Stokfer, Francisco de Borja Garção, 15, 95, 96
- Stuart, Carlos, 50, 109, 131
- Subserra, Conde de, V. Manuel Inácio Martins Pamplona
- Taupin, General, 45
- Thiébault, General, 63, 64
- Thorton, Eduardo, 100, 101, 111
- Tocqueville, Conde de, 58
- Trajano, Imperador, 21
- Trant, General, 44
- Urrutia, General, 27
- Vahia, Manuel de Roxas e Lemos Pequeno Chaves Teixeira, 33
- Vauban, 23
- Verdier, General, 39
- Vila-Flor, Conde de, 16, 127, 146
- Vila-Real, Conde de, 108
- Voltaire, 14
- Wellington, Duque de (Wellesly), 44, 45, 64, 66
- Xavier, Cândido, 50, 70, 73
- York, Duque de, 23

## **INDICE GERAL**

### **1.ª PARTE**

- Nota introdutória, págs. 7-9**
- 1.º Capítulo, «Os Pamplonas Morgados na Ilha Terceira», págs. 11-17**
- 2.º Capítulo, «O Voluntário das Campanhas da Europa», págs. 19-23**
- 3.º Capítulo, «Pamplona nas Guerras de Espanha», págs. 25-32**
- 4.º Capítulo, «O Papel de Pamplona na Guerra Peninsular», págs. 33-46**
- 5.º Capítulo, «A condenação de Pamplona», págs. 47-50**
- 6.º Capítulo, «Pamplona nas últimas campanhas de Napoleão», págs. 51-59**
- 7.º Capítulo, «O escritor militar e político», págs. 61-71**
- 8.º Capítulo, «O regresso de Pamplona a Portugal», págs. 73-77**
- 9.º Capítulo, «Pamplona Deputado», págs. 79-82**
- 10.º Capítulo, «A intervenção de Pamplona na Vilafrancada», págs. 83-90**
- 11.º Capítulo, «O Ministério de Subserra», págs. 91-97**
- 12.º Capítulo, «As ameaças contra Subserra na Abrilada», págs. 99-106**
- 13.º Capítulo, «Os negócios do Brasil», págs. 107-116**
- 14.º Capítulo, «A Embaixada de Madrid», págs. 117-125**
- 15.º Capítulo, «Subserra em Auteuil», págs. 127-135**

16.º Capitulo, «Cativo e Morte de Subserra», págs. 137-147

Bibliografia, págs. 149-151

Índice Onomástico, págs. 153-158

## 2.ª PARTE

### Apêndice — Manuscritos de Subserra

- I. «Memórias Particulares», Fls. 1 a 40 v.
- II. «Memória», Fls. I a VIII v.
- III. «Memórias desde 1813», Fls. 1 a 17
- IV. «Lembranças desde 1820», Fls. 1 a 9
- V. «Fragmentos de um Diário», Fls. I a XIV

### ABREVIATURAS

A. D. A. H. : Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo

A. H. M. : Arquivo Histórico Militar

A. N. T. T. : Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B. N. L. : Biblioteca Nacional de Lisboa

G. L. : Gazeta de Lisboa

## «MEMÓRIAS PARTICULARES» (1)

### *Fl. 1.*

A moda de publicar memórias particulares não é nova; já na antiguidade alguns dos que figuraram nos grandes acontecimentos do seu tempo, quizeram sobreviver a si mesmos, deixando narrações da parte que nelas lhes coube. É provável que esse meio de nutrir a vaidade fosse mais intenso do que podemos saber.

A retirada dos dez mil de Xenofonte, os comentários de César chegaram ao nosso conhecimento e servem de modelos difíceis de igualar.

Por toda a parte se publicam memórias, biografias, colecções e libelos, e quase sempre os escritos que nestes últimos tempos se publicam entram na última classe.

---

(1) O título de "Memórias Particulares" é atribuído a estes manuscritos de Subserra pelo autor da presente obra.

*Fl. 1 v.*

O bom senso dos leitores, e a consciência pública é a quem pertencem classificá-los.

Em quase todas as nações da Europa abundam memórias, biografias: se há nelas abundância, em Portugal há esterilidade. A maior parte de bem que têm feito os Portuguezes é apenas conhecido dentro de um pequeno círculo de amigos e de raros curiosos.

Não se pode dizer outro tanto dos libelos: deste calibre há bastantes escritos; no intervalo que durou o sistema chamado constitucional desde 24 de Agosto de 1820 até 5 de Junho de 1823, em que ele sucumbiu aos seus próprios desatinos, as imprensas de Lisboa, de Porto

*Fl. 2*

e de Coimbra não se ocuparam senão em propagar calúnias e escândalos. Nesta época a liberdade de imprensa foi uma contínua licença, sem surgir um só escrito digno de atenção.

Na sua falta depois desta época, foi bem suprida pela *arena* (2) já aberta em Londres desde 1808 aos amadores do escândalo, pelos escritores, que tinham provocado a revolução, à qual se agregaram outros comprometidos naquela desastrosa época: o *Português em Londres* (3); o *Sovela* (4), o *Popular* (5) abriram suas páginas a todos os excessos, sem pejo nem decoro.

Em uns e outros coube-me grande parte, para receber, como muitos outros, boa parte de falaciosas suposições, de críticas e de calúnias, e até às vezes de elogios, posto que

(2) Sublinhado no original.

(3) *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, (Londres, 1814-1823).

(4) *O Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária*, (Londres, 1820-1826).

(5) *O Popular*, (Londres, Out. 1824-Nov. 1826).

*Fl. 2 v.*

retratados depois, quando se aperceberam que o incenso não me voltava a cabeça, a ponto de querer recebê-lo à custa de minhas opiniões, que estavam assaz arreigadas para as fazer ceder às exigências do tempo. Não me queixo. Os homens públicos, e tive a desgraça de o ser no emprego mais eminente do Estado, pertencem à opinião. O que quero, é que esta opinião não me julgue senão pelo que eu fui, e pelo que sou realmente.

Isto, que é uma coisa mui simples, não é tanto como o parece. Achei-me em uma posição tão extraordinária, que desde 1821, e principalmente desde 1823 os liberais, não me poupavam as imputações de servil, cruel e déspota e os realistas absolutos, as denominações de liberal, e mesmo de jacobino e de negro.

Uma refutação não seria nem a propósito, nem decorosa:

*Fl. 3*

seria descer da posição, em que me collocaram os acontecimentos em que tive tão grande parte.

Nesta singular alternativa, ou de deixar correr a calúnia de uns e dos outros sem contradição, ou de entrar em uma discussão polémica alheia ao destino, a que fui elevado; escolhi o partido de traçar minhas memórias com singeleza, pondo de parte os adornos de estilo, e alinhio de composição. Basta que me apresente ao natural para mostrar, que não vergo os meus princípios, depois dos sucessos, nem a minha linguagem às circunstâncias. Não pretendo ter a temeridade de me inculcar por infalível, haveria coisas que eu modificaria de outro modo, se agora houvesse de as repetir, ensinado pela experiência, que sempre reputei a melhor mestra. O que me persuado resultará na opinião imparcial, se todavia é já tempo de a poder haver, o que vistas as (das) paixões contemporâneas,

*Fl. 3 v.*

é que na presença das dificuldades dos tempos de agora, é que

(sic) na minha conduta política nada aparece de que se possa envergonhar um bom Português, um homem de bem, e um ministro de Estado leal ao rei e à grei.

Não posso todavia ter a esperança de um resultado satisfatório da composição destas Memórias, pois que não são destinadas à publicidade, ao menos neste momento. O que eu poderia fazer na classe de particular não o poderia fazer, tendo sido homem público, pois que agora espicaçado, não poderia assaz distinguir o que não teria inconvenientes em publicar-se, e o que seria decoroso guardar no segredo, ou ao menos da minha parte em silêncio. Tenho à vista o exemplo do visconde de Chateaubriand, que pondo-se a escrever em política nos negócios do momento, incorreu na censura das pessoas delicadas, por revelar ao público, o que devia conservar em seu peito, como ministro: seu

*Fl. 4*

dever ainda o ligava, depois de excluído, porque os segredos do Estado não pertencem ao ministro, que os maneja.

Todavia, ainda dando a esta doutrina toda a latitude, ella cessa de ser applicável a um escrito destinado por agora a uma simples reminiscência; por outra parte não está longe o momento em que consumados, pela maneira então prevista no gabinete de S. M., ou por modo diverso, os negócios os mais importantes, entrará no domínio público da história, o que até há pouco seria segredo recatado: nessa hipótese e em presença de calúnias espalhadas e impressas, a que deram lugar interesses particulares, não pode um funcionário eminente ser condenado ao martírio por um tempo indeterminado: a honra é a propriedade verdadeiramente única, que pertença a todo o indivíduo

*Fl. 4 v.*

do qual o bem do Estado não pode exigir o sacrificio, pois que ao contrário o bem do Estado também é essencialmente interes-

sado na conservação da reputação de todos os seus membros, e muito particularmente de seus agentes.

Seria agradável, e curioso para os meus parentes e amigos acharem nestas Memórias um esboço dos principais pontos da minha vida pública, desde (sic) entrei ao serviço de S. M. O hábito, que contraí de escrever apontamentos sobre o que me acontecia desde a minha mocidade, me poria a alcance de os satisfazer, se incidentes invencíveis não tivessem concorrido para perder a maior parte deles: à minha volta das primeiras campanhas da Rússia, já tinha perdido parte deles, quando em uma noite

*Fl. 5*

que saí de Versóvia em posta para me reunir a uma divisão do exército russo do marechal Romanov (6), comandada pelo general Sobricov, a qual fazia o cerco de Choctir (7) com o corpo austríaco às ordens do príncipe de Saxónia-Coburgo, me foi roubado o meu cofre da trazeira da carruagem, mesmo no arrabalde de Praga. As notas sobre as campanhas da Rússia foram pela maior parte destruídas com meus papéis em Bostelo junto a Chaves, quando marchei com o meu regimento para Coimbra em 1807. Este perda soube eu logo indirectamente em Gray, por um official de Dragões, que estava presente a este destroço feito por seu próprio regimento, quando esteve naquela quinta pertencente a minha

*Fl. 5 v.*

enteada; este official disse então algumas particularidades do que

---

(6) Romantsov ou Rloumiantzof-Zadunaiki (Pedro, conde), general russo (1725-1796). Comandante do exército russo na campanha contra os Turcos. Liberalmente premiado por Catarina II, recebeu-a na Crimeia com grande magnificência. Considerado uma das maiores glórias militares da Rússia.

(7) Também grafado Choczim ou Khotine, cidade da Bessarábia, situada na margem direita do Dniester. Cedida pela Turquia à Rússia pelo tratado de Bucarest em 1812.

continham minhas notas escritas pela maior parte em francês, de modo que não pude hesitar da realidade da perda, e que de seus contos se não reduzia somente aos papéis, mas à destruição de tudo quanto existia naquela habitação. Pouco depois no exército de Massena não só perdi o meu jornal, de que se fez tanta bulha contra mim, mas outros apontamentos posteriores, na retirada, dos quais não sei que apparecesse vestígio. Ultimamente na campanha da Rússia de 1812, perdi, como toda a gente, com a totalidade de minhas equipagens, todo o meu jornal desta inaudita e memorável empresa.

Assim a vida errante, agitada, e atribulada a que a fortuna me

*Fl. 6*

tem condenado, apresentou sempre accidentes para me privar do que essa mesma vida agitada me dava ocasião de entregar com individuação à memória.

Em uma reduzida memória que publiquei <sup>(8)</sup> para esclarecer o meu advogado e magistrados, que deviam julgar a causa da revisão da sentença criminal, que me havia condenado à revelia, lancei a largos traços um esboço dos meus precedentes históricos; a essa memória me reporto, e será pois desde a minha reabilitação, obtida pela demonstração da verdade, que expus na mesma memória perante os meus juizes que me haviam condenado, que agora me occuparei de lançar neste papel a parte que tomei nos memoráveis acontecimentos da época actual desde 1821

*Fl. 6 v.*

Não obstante, como um dos pontos, sobre que mais pára a calúnia, é sobre a minha pretendida predilecção pela política continental como partidista francês, antes de principiar, consignarei

---

(8) Memoria justificativa de Manuel Ignacio Martins Pamplona e de sua Mulher D. Isabel de Roxas Martins Pamplona, Imprensa Nacional, 1821.

algumas particularidades anteriores a esta época, porque umas tiveram influxo no meu modo de ver as coisas do mundo, em toda a minha vida, e outras me levaram às diversas alternativas da minha agitada carreira, em bem e em mal.

Desde a minha puerícia, meu pai André Diogo Moniz Pamplona Corte Real, me costumou a ouvir as proezas dos antigos Portugueses. Este cavalheiro, não tinha tido uma educação literária, mas era dotado de um engenho raro, e de uma perspicácia extraordinária. Dominado por um umor melancólico, às vezes levado ao excesso de degenerar em monomania, gastava o tempo

*Fl. 7*

na leitura dos clássicos portugueses, prosadores ou poetas, seu hábito era ler alto, eu dei desde então atenção a esta leitura, que excitava minha curiosidade e exaltava minha imaginação. A leitura da «Vida de D. João de Castro» por Jacinto Freire de Andrade, e dos Lusíadas era a que mais me atraía; desde a idade de seis anos, sabia de cor, a fala de Coge Çofar <sup>(9)</sup>, e a de D. João de Mascarenhas <sup>(10)</sup>: tinham-me ficado impressas muitas das sentenças que se encontram com profusão no nosso Virgílio português, principalmente aquelas, em que o poeta, exaltando a heróica energia da nação, admoestava o jovem monarca a fazer com que os Portugueses se não deixassem dominar dos Estrangeiros: os versos do canto [em branco] eram um texto para mim, frequentemente os repetia, e imprimiram desde esta

*Fl. 7 v.*

tenra idade ideias, que não fizeram senão arregar-se cada vez mais profundamente na idade adulta, e predominaram depois, quando levado a cargos do Estado, tive ocasião de as pôr em

---

(9) *Vida de D. João de Castro*, ed. Agência Geral das Colónias, Lisboa MCMXL, págs. 96-97.

(10) Comandante da fortaleza de Diu, no tempo de D. João de Castro, Lus. X, 69. Na *Vida de D. João de Castro*, ed. cit. págs. 100-101.

prática, e foram assim causa da alternativa de meus destinos. Hei-de apontar entre muitas, três circunstâncias decisivas desta verdade. Tão indelével é a impressão das primeiras ideias!

Uma particularidade, que foi o primeiro móvel da minha subsequente posição no mundo político, e sem a qual a minha carreira provavelmente não teria essencialmente diferido do comum dos homens da minha classe, uma simples interpelação em Salvaterra, do príncipe D. José <sup>(11)</sup>, que me honrava por simpatia de uma predilecção particular. Direi como

*Fl. 8*

o caso me fez conhecido deste príncipe, tão cedo arrebatado pela morte ao amor dos Portugueses, que nele haviam posto suas esperanças.

Já disse uma palavra daquele que me deu o ser: este pai respeitável compreendeu quanto tinha sido descuidada sua educação, e quis emendar na minha esta negligência, mandando-me educar em Lisboa no Real Colégio dos Nobres, fundado pelo Sr. rei D. José. À minha chegada, este estabelecimento tinha fechado para lhe dar nova forma, e um tio meu irmão da minha avó materna, D. Caetano de N. S. da Porta, me fez entrar no Colégio de Mafra, fundação do mesmo monarca, e que era regido pelos Cônegos Regrantes de S.to Agostinho, a cuja ordem pertencia meu tio. As ideias, de que acima falei, e que me dominavam inteiramente com o ardente e juvenil desejo de seguir

*Fl. 8 v.*

as pisadas dos heróis, que eu admirava, excitaram minha aplicação, que não foi infrutuosa, a ponto de me julgarem meus mestres capaz de sustentar conclusões públicas em Retórica e em Filosofia <sup>(12)</sup>.

---

(11) D. José (1761-1788). Filho primogénito de D. Maria Francisca, mais tarde D. Maria I.

(12) Publicadas em *Conclusões de Logica, Metaphysica e Ethica*, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1779.

Desde que principiou o reinado da virtuosa rainha a Sr.<sup>a</sup> D. Maria I, tinha a corte o costume de fazer uma jornada a Mafra; o príncipe D. José e senhor infante D. João depois rei, e meu particular benfeitor, então meninos, divertiam-se com os colegiais, entre os quais eu me achava, e me distinguiram mais particularmente, por isso mesmo que tinham assistido às Conclusões, que eu havia sustentado, com aprovação dos ouvintes. O príncipe D. José mais velho e aplicado me honrava desde então, e sua benevolência se aumentou por uma circunstância que em qualquer outro príncipe a faria

*Fl. 9*

diminuir ou talvez terminar.

Passados tempos, tendo continuado na Universidade de Coimbra meus estudos, e assentado praça de cadete no Regimento de Cavalaria de Castelo Branco, agora n.º 10, vim destacado para as Caldas da Rainha com um esquadrão destinado ao serviço da rainha D. Maria I e da família real que ali viera. O príncipe D. José tomava banhos de mar na costa, e era sempre acompanhado por um piquete de cavalaria desde as Caldas até ao sítio, em que se tinha posto uma barraca na costa, em que tomava os banhos; quase todos os cadetes procuravam ser deste piquete, ainda que lhes não tocasse o serviço. O costume de S. A. R. era falar familiarmente com o official comandante, e com os cadetes enquanto descansava da agitação do caminho. Em uma

*Fl. 9 v.*

destas conversações S. A. R., lembrando-se que eu tinha sido aluno do Colégio de Mafra; deu-me a notícia que um dos padres D. Duarte da Encarnação, que eu tinha deixado bibliotecário, vinha de ser desterrado para o convento de Grijó, por ordem de S. M. Esta notícia surpreendeu-me, e involuntariamente reperguntei ao príncipe como isto era; S. A. R. repetiu o mesmo, e acrescentou

com ênfase, e foi bem feito, porque era um grande intrigante, de modo a fazer perceber que ele tinha tido parte na decisão real. Não se tendo apresentado ao meu espírito nem o perigo de contrariar o modo de julgar de personagem tão augusta, nem refletindo, que eu ignorava os motivos da desgraça do padre, e que em todo o caso, eu não tinha título nem motivo para tomar parte neste particular, respondi imediatamente

*Fl. 10*

«Pois sinto-o muito, este padre há-de fazer muita falta no seu lugar, nem conheço outro que o substitua, fala francês, e tem maneiras para receber os estrangeiros de distinção, que visitam aquele mosteiro, e pode responder a suas perguntas sem que dele façam mofa, como aconteceu com outro seu companheiro, que mostrou a um fidalgo russo mui seriamente um grande calhau, que guardava como uma raridade, dizendo que era pedra de raio». A esta saída todos os meus camaradas presentes se sorriram, mas o príncipe, olhando fixamente com ar mui sério, voltou as costas, e entrou na barraca sem continuar a conversação; de modo que se conheceu visivelmente o seu enfado. Nesse dia na copa, no passeio, não me falou S. A. R., e guardou o mesmo silêncio os dois

*Fl. 10 v.*

dias seguintes, falando com os outros, conforme seu costume. Todos me julgaram perdido, e eu mesmo o julguei, de modo que balancei se lhe devia pedir perdão ou não da minha liberdade, sendo unicamente retido pela consideração que não era decoroso desdizer-me contra a minha opinião. Finalmente ao terceiro dia teve o príncipe a bondade de me dirigir a palavra, o que produziu tal contentamento, em minha alma, que fiquei sufocado sem poder articular palavra. Esta impressão não escapou a S. A. R., que desde então até me entretinha com preferência a todos os mais, crescendo esta sua favorável disposição pelo trato, de que me deu

contínuas demonstrações até o fatal momento da perda de um príncipe, que na idade tenra já tinha a reflexão para estimar a expressão da verdade, ainda

*Fl. 11*

quando esta o contrariava. Esta anedota provará, como mil outras, quanto é escorregadio o terreno da Corte, e quanta circumspecção há mister para não perder em um momento tudo que se tem ganhado em muitos anos: ela servirá também para mostrar quanto uma pequena circunstância influi nos destinos dos particulares e nas grandes crises dos estados: Se o príncipe D. José tivesse persistido no desgosto, que minha franqueza lhe tinha inspirado, não teria eu ido ao exército russo, pois ele foi o motor da minha decisão a este respeito, como vou dizer: minha carreira teria sido mui diversa, e provavelmente não teria chegado ao leme da nau do Estado, nos momentos críticos, que estiveram a ponto de seu naufrágio, de que tive a fortuna de salvá-la. Teria talvez vivido

*Fl. 11 v.*

mais obscuro, mas menos perseguido pela calúnia dos invejosos.

Eis o que me determinou a ir servir, como voluntário no exército russo. Vinha ele de declarar a guerra entre o Império e a Porta. Esta pensou surpreender os Russos ainda não preparados, para este efeito o Pachá, que comandava em Otchakov, armou grande número de chalupas e vasos pequenos que carregados de homens de guerra, atravessaram o Limon, e desembarcaram na estreita língua de terra, banhada por um lado pelo Limon, e do outro pelo Mar Negro. Suvorof <sup>(13)</sup>, depois tão cele-

---

(13) Suvorov (Alexandre Vassilievitch, conde de), (1729-1800), príncipe de Itália, general russo. Combateu contra os Turcos em 1773 e 1789. Responsável pela tomada de Ismail. No tempo do imperador Paulo I caiu em desgraça, mas dentro de pouco tempo tomava armas contra a França. A sua temperança e a sua actividade conservaram-lhe até a uma idade avançada a vitalidade da mocidade.

brado, achava-se em Kinburn <sup>(14)</sup>, pequena fortaleza, que abrange a largura desta língua de terreno, em lugar de se opor ao desembarque dos Turcos, a parecendo-lhe não lhe importar esta tentativa, deixou desembarcar esta multidão sem oposição de luta alguma, por mais representações, que

*Fl. 12*

lhe fizessem seus oficiais, e só respondia, segundo o seu estilo sentencioso, quanto mais vierem, mais mataremos. Os Turcos, tomando esta inacção por pusilanimidade, marcharam com ardor e na sua costumada desordem sobre o forte; Suvarov deixou-os chegar ao alcance da artilharia, e logo que os viu em alcance, abriu o fogo sobre aquela massa de uma profundidade imensa, e que não podia desenvolver-se aumentando a sua frente, pelos invencíveis obstáculos das águas do Limon de uma parte, e do Mar Negro da outra, e logo que percebeu que essa massa se desordenava e recuava, fez uma sortida com duas companhias que apresentando igual frente às dos Turcos, em um momento a romperam, obrigando-os a fugir; mas esta fugida não podia ser longa, nem o terror lhes dava lugar ao acordo

*Fl. 12 v.*

necessário para se reembarcarem; os Turcos arrojavam as armas, e vendiam-se mas Suvarov, querendo escarmentá-los de uma vez, e tirar-lhes a tentação de o inquietarem no resto do Inverno, não lhes deu quartel, e gritou à soldadesca, matai todos esses infiéis, o pão está caro este ano, não temos que dar a comer a tanta gente: o que foi executado, tudo foi passado a baionetadas e ao fio da espada.

Estava ainda a Europa desacostumada de guerra, e de casos

---

(14) Kinburn ou Kinbourn, antiga praça forte da Rússia meridional (Taurida), perto da península arenosa entre o Dnieper ao Norte e o Mar Negro ao Sul. De turca tornou-se russa em 1774.

desta natureza: este fez grande bulha, não se falava em outra coisa senão na admiração de um combate tão desproporcionado. A Corte estava então em Salvaterra; foi o príncipe D. José que nos contou esta notícia com seus detalhes, que acabava de chegar; e depois das reflexões, que cada um lhe lembrou fazer,

*Fl. 13*

voltou-se para mim S. A. e perguntou-me, se (me) não sentia desejos (sic) de ir militar na Rússia como voluntário para aprender praticamente o meu officio: respondi instantaneamente. «sim senhor, tenho muitos, e vou partir» «como vai partir <sup>(15)</sup>, pois já tinha pensado em tal». Não meu Senhor, mas depois da pergunta de V. A. R., que é para mim uma ordem, tomei logo no mesmo instante a resolução de a executar e vou pô-la em prática» o príncipe ficou um pouco admirado da minha prontidão, e como penhorado do ardor que eu mostrava em obedecer até a uma simples insinuação; o facto é que não fez a mesma pergunta a nenhum dos meus camaradas.

Desde este momento não pensei mais senão no modo de effectuar minha promessa, enleado nos créditos, que ia ganhar, e nas venturas, que se me seguiriam, e que

*Fl. 13 v.*

minha imaginação juvenil me representava como infalíveis; e quase me pareciam já realizadas. Eu era alferes, o príncipe desejou que eu fosse nomeado capitão, e que se me desse uma mesada por conta da Coroa; os ministros não quiseram, e apenas se me deu a patente de tenente: no momento em que soube este pouco favorável principio de fortuna, tive um momento de hesitação produzido pelo pouco apreço que mostrava o governo desta minha resolução, em que os perigos eram para mim e a utilidade para o Estado, se minha conduta correspondesse ao meu entusiasmo, mas

---

(15) Expressões sublinhadas no texto.

meu ardor pela instrução era mui grande para que este despique prevalecesse; apesar de todos os obstáculos, sujeitei-me a todas as privações, principalmente reflectindo no que o príncipe

*Fl. 14*

me mandou dizer pelo seu camarista (não me podendo falar então), o velho conde de S. Paio <sup>(16)</sup>, pai dos actuais condes, que me não descorçoasse, que para ele era um capitão desde aquele dia, o que S. A. R. teve a bondade de me confirmar verbalmente naquela mesma noite, com expressões honrosas que o tom ainda fazia mais irresistíveis. Nada obtive, e também bem pouco sabia solicitar, senão o ser recomendado, ao nosso ministro Petersburgo, que era Francisco José de Horta <sup>(17)</sup>.

Reduzido aos poucos meios que me podia fornecer meu pai, parti sozinho, sem criado, e sem auxílio, para o Havre de Grace para atravessar a França, a Alemanha e a Polónia para me reunir ao exército russo da Moldávia

*Fl. 14 v.*

Assim saí da pátria, sem atenção aos incómodos e aos riscos e perigos que ia correr e que só confusamente se me apresentavam com um obscuro possível, e assim comecei uma existência agitada e errante que começando em [... (18)] ainda não terminou em 1828, que traço esta reminiscência.

Tiveram a mesma ideia do que eu, Gomes Freire de Andrade, então major do regimento de infantaria de Peniche, e António de

---

(16) São Paio, 2º conde e 1º marquês de, de seu nome Manuel António de São Paio de Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignano, membro da Regência instituída por D. João VI (1762-1841). Depois da saída dos Franceses foi acusado pelo novo governo de ter colaborado com eles que o obrigou a sair do Reino em 1810. Manifestou-se sempre partidário da causa liberal.

(17) Francisco José Horta Machado, diplomata (1746-1817). Ministro de Portugal em Madrid, Haia e S. Petersburgo. Numismata. Guarda-mor da Torre do Tombo.

(18) Em branco no original.

Sousa, morgado da Torre de Águila <sup>(19)</sup>, e alcançaram igual licença e iguais recomendações: o primeiro embarcou-se em direcção para Petersburgo, donde se reuniu ao exército russo da Bessarábia destinado ao sítio de Otchakov comandado pelo célebre valido príncipe de Potemkin <sup>(20)</sup>. Serviu naquele memorável sítio em que ganhou a cruz de S. George,

*Fl. 15*

na campanha seguinte serviu na flotilha do Báltico, comandada pelo príncipe de Nassau <sup>(21)</sup>, e foi premiado com uma das espadas de ouro, que Catarina distribuiu, e voltou na 3.<sup>a</sup> campanha ao exército da Moldávia, ganhando em toda a guerra reputação e crédito. O segundo, partiu mais tarde de Lisboa e seguiu o mesmo caminho, que eu havia seguido até Viena de Áustria, aonde nos encontrámos, e donde devíamos partir juntos para a Moldávia, quase no momento da partida recebeu uma carta do coronel Brandt de Lisboa que lhe dizia que ia partir para Goa, contra a qual os naturais projectavam um ataque; esta notícia despertou sua inconstância, e tomou o partido de voltar a Lisboa para ser desta expedição, dizendo que vendo fazer,

*Fl. 15 v.*

a guerra, antes queria expor a sua vida ao serviço do seu país do que dos estrangeiros, e convidando-me a fazer o mesmo.

---

(19) Há duas localidades com este nome: em S. Domingos de Rana, concelho de Cascais e em S. Pedro de Penaferrim, concelho de Sintra.

(20) Potemkin ou Potiomkin, Grigori Aleksandrovitch (1739-1791), marechal de campo russo, favorito de Catarina II. Pode ser considerado como o principal architecto da política imperial. Promove em larga escala a colonização estrangeira nos territórios conquistados e na fundação de rápido desenvolvimento de cidades e portos como Odessa, Kherson, Nicolayev, Iaganroc e Mariupol (hoje Zhdanov).

(21) Nassau-Siegen (Charles-Henri-Nicolas), (1745-1809), Catarina II forneceu-lhe o comando de uma esquadra destinada a travar batalha contra os Turcos. Atacou no Mar Negro a frota do capitão-pacha que destruiu completamente. Estas vitórias valeram-lhe generosas recompensas de Catarina.

Debalde lhe observei, que o governo sabia muito bem onde nós estávamos, e que nos quisesse na Índia, ele nos chamaria, e que não dependia de nós mesmos mudarmos o nosso destino: teimou e voltou para Portugal aonde não foi bem recebido, e aonde não continuou o serviço. Entretanto, como neste mundo não há senão fortuna ou desgraça, e que se não sabe porque vereda vem uma ou outra, encontrei-o depois na Catalunha tenente-coronel, o mesmo posto que eu tinha, tendo eu feito quatro campanhas na Rússia, enquanto ele passeava em Lisboa sem fazer ao menos uma guarda.

Em Paris tinha sido cordialmente

*Fl. 16*

recebido pelo nosso embaixador J. de Sousa (22), pai do conde de Alva, então menino: já lord Fitzgerald (23) não se achava em Paris; o embaixador além de obséquios, fez-me serviços bem essenciais à minha inexperiência. D. Diogo de Menezes, hoje conde de Lousã (24), foi meu cicerone para me mostrar Paris; com ele fui ao teatro da Ópera Cómica, aonde brilhava M.me Dugazon (25), e ali encontrei o célebre Grimm (26); estava também em Paris, D. Francisco de Menezes (27), que depois, também sem batalhas,

---

(22) D. José Vicente Roque José de Sousa Coutinho de Menezes Monteiro Paim, (1726-1792), diplomata, embaixador de Portugal em Paris, senhor do Morgado de Alva. Era embaixador em Paris quando rebentou a Revolução Francesa.

(23) Fitzgerald (Lord Roberto), diplomata inglês do século XIX. Foi ministro em Portugal em 1804-1805. Teve directa intervenção em vários sucessos políticos do tempo.

(24) D. Ríogo de Menezes de Eça (1788-1878). Ajudante oficial às ordens do ajudante-general marquês de Marialva. Ferrenho partidário de D. Miguel.

(25) Louise-Rosalie Leffvre, Madame Dugazon, (1755-1821), grande actriz francesa.

(26) Frederico Melchior Grimm, célebre crítico francês, A. de dezasseis volumes de **Correspondência**, história completa e pormenorizada da literatura francesa de 1752 a 1790.

(27) D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, conde da Caparica e 1º marquês de Valada, (1754-1834), um dos governadores do Reino após a morte de D. João VI.

nem empregos civis, foi feito conde de Caparica, e marquês de Valada.

Em Viena de Áustria serviu-me de muito uma carta de recomendação do duque de Lafões (28) para o velho príncipe de Kaunitz (29), chanceler do Império, homem de carácter mais esquisito, e assim mesmo mais respeitado. O duque de Lafões tinha deixado naquele país amigos, que

*Fl. 16 v.*

amavam suas belas qualidades, e toda a sociedade falava da sua pessoa com affecto e saudade. Em Viena é que conheci pela primeira vez o célebre marquês de Romana (30), que depois encontrei tenente-general do exército da Catalunha: era então tenente de mar e guerra.

Em Varsóvia fui recomendado ao conde de Stakelberg, embaixador da Rússia em título, e na realidade rei da Polónia, em autoridade e ostentação. Era para mim um espectáculo bem estranho as genuflexões dos Polacos, suas prostrações e inclinações de cabeça, com demonstrações de servidão aparente, mas, posto que assim fosse com o embaixador russo, depressa reconheci, que este modo de saudar, que me parecia estranho, era o modo habitual da nação nos seus cortejos, modo que

*Fl. 17*

contrastava com os hábitos europeus, que parecem, por prevenção ou por costume, conservar mais dignidade.

---

(28) 2º duque de Lafões (1719-1806), fundador da Academia Real das Ciências. Frequentou os centros científicos da Europa. Grande viajante, militar, estadista, é uma das figuras mais notáveis do século XVIII em Portugal.

(29) Kaunitz, conde de Rietberg e príncipe de Kaunitz, (1711-1794), diplomata austríaco, grande defensor dos interesses da Casa de Austria.

(30) Marquês de la Romana, militar e titular espanhol (1761-1811). Bateu-se, por várias vezes contra os Franceses, na guerra da Catalunha em 1793 e em 1803. Fez parte da Junta Central de Sevilha. Capitão-geral da Catalunha.

Este embaixador tinha recebido do ministério russo notícia da minha chegada, e ordem de me destinar para o exército da Moldávia, para onde me pus a caminho com pouca demora, dirigindo-me para o primeiro corpo daquele exército, mandado pelo general em chefe conde Ivan de Soltikof <sup>(31)</sup>, que se achava fazendo o sítio de Choctin sobre o Dniester, combinado com um corpo austríaco à ordem do príncipe de Coburgo.

Depois da tomada desta praça os oficiais superiores e distinção iam frequentemente a Kamieneç <sup>(32)</sup>, praça polaca, aonde comandava o general desta nação de Wit, o general em chefe Soltikof levou-me em uma destas ocasiões na

*Fl. 17 v.*

sua carruagem a um convite que lhe fizera este governador. Foi então que conheci a esposa de M. de Wit que de filha de uma regateira que vendia laranjas em Constantinopla, fora de lá trazida pelo encarregado de negócios da Polónia, penhorado da sua rara beleza e graça encantadora, qualidades que lhe fizeram perder a posse do tesouro que trazia, porque namorando-se dela M. de Wit, não teve dificuldades de se ver preferido, posto que um dos homens mais feios que tenho visto. Todavia esta preferência não durou muito, M. de Wit não tardou muito em cedê-la a um dos magnates mais poderosos daquele país, o conde João Potocki <sup>(33)</sup>, que levando-a para a sua residência de Tulezin casou com ela; dois anos depois já apareceu como condessa Potoucka, quartel-general do príncipe

*Fl. 18*

Potemkin, em Bender <sup>(34)</sup>), que mais depressa se podia chamar

---

(31) Conde Ivan de Soltikof, (1736-1805), feld-marechal, governador de Moscovo. Demonstrou o seu valor militar na campanha contra os Turcos.

(32) Kamieneç-Podolsk, povoação da Ucrânia, não longe da foz do Dniester. Antiga fortaleza polaca passou para o poder da Rússia em 1795.

(33) Potocki (João), (1757-1815), investigador das origens polacas.

(34) Bender, cidade e praça forte da Rússia europeia. Situada na margem direita do Dniester. Pelo tratado de Bucarest foi anexada à Rússia em 1812.

corte, onde eclipsou a beleza da princesa Dolgorouki <sup>(35)</sup>, da condessa de Potemkin e de Madame Somviloff, (princesa Trubetzkoï) <sup>(36)</sup>.

Se eu entrasse nos pormenores que observei em toda esta campanha, seria necessário fazer a história dela. Limitar-me ao que me é pessoal.

Do corpo do general Sobricoff passei ao quartel-general do marechal Romantzow <sup>(37)</sup>, que tinha assentado seu campo em Crora, a três léguas de Jassi: este marechal recebeu-me com bastante distinção, e esta foi sempre em aumento, gostando de se entreter comigo sobre o que eu sabia do meu país, das minhas viagens: entrei como tenente no Regimento de Carabineiros de Kiev, aonde fiz o serviço, mas por uma excepção me ficou

*Fl. 18 v.*

do marechal, que me mandava chamar, quando eu não aparecia.

Nesse tempo veio ao campo o príncipe de Ligne <sup>(38)</sup>, que encarregado pelo imperador José II, tinha sido destinado para concordar nas operações de campanha com os generais russos; foi sempre recebido por Romantzow com mais polidez do que com sincera confiança. Eu tinha sido recomendado a este príncipe pelo de Kaunitz <sup>(39)</sup>, que lhe não tinha deixado ignorar a recomendação do duque de Lafões, parente e amigo íntimo do de Ligne. Estas circunstâncias procuraram-me um perfeito acolhimento, que serviu muito para aumentar o caso, que de mim se faria no exército.

---

(35) Mulher do príncipe Dolgorouki, (1764-1823), poeta clássico e militar russo.

(36) Trubetzkoï, antiga e nobre família russa que deu uma linhagem de políticos, escritores e filósofos.

(37) V. fl. 5.

(38) Ligne (Carlos José, príncipe de), general austríaco (1735-1814). Enviado em 1782 junto de Catarina II que o nomeou feld-marechal. Em 1788 José II nomeou-o general de artilharia e enviou-o junto de Potemkin que cercava então a cidade de Otchakov, com uma missão ao mesmo tempo diplomática e militar. Aqui findou então a sua brilhante carreira de militar e de cortesão. Autor de obras literárias notáveis.

(39) V. fl. 16.

Este Inverno foi um dos mais rigorosos, eu vi pela primeira vez da minha vida os

*Fl. 19*

campos inteiramente brancos ao abrir os olhos quando acordei: andava tiritando, e assim fui sofrendo por alguns dias, mas lembrado do que o príncipe de Kaunitz à despedida me tinha tido (dito), que a única cousa que me recomendava, era que me vestisse, como visse as pessoas do país, animei-me a pedir licença ao marechal para ir a Jassi a fim de comprar os vestidos próprios da estação, e que eu, como habitante meridional, não podia estar provido. O marechal não gostava nada que pessoa alguma saísse do campo para ir a Jassi, aonde se achava o príncipe de Ligne, que, com o seu génio sociável, se divertia na sociedade dos Boiaros (Boiardos) <sup>(40)</sup> e princesas gregas do país, eu bem o sabia, mas a necessidade me fez passar pelo desgosto de fazer uma cousa

*Fl. 19 v.*

de que não gostava o meu chefe posto que inocente e indispensável. Com efeito à volta ao campo e por muitos dias entendeu continuamente comigo sobre a beleza das Gregas, sobre os divertimentos de Jassi, querendo por mofa, que eu o informasse dos prazeres daquela terra; ao que lhe respondi, «do que eu posso melhor (referir) a V. Ex.<sup>a</sup> é de alfaiates e mercadores, são todos Judeus, que levam coiro e cabelo». Esta saída divertiu o marechal, e pouco a pouco cessaram suas picuinhas irónicas. O facto é que a esta precaução devo a minha vida; vestido e coberto, como os Russos, conservei sempre a mais vigorosa saúde.

Assim como o marechal tinha resistido a todas as instâncias do príncipe de Ligne, do barão

---

(40) Boiardos, título de dignidade que se dava aos principais senhores e senadores da Rússia e aos principais da Moldávia, Valáquia, Sérvia, etc..

*Fl. 20*

Hebert para avançar, a fim de cobrir o príncipe Coburgo que se avançava sobre a Valáquia, com o pretexto de ter em respeito a guarnição de Bender e cobrir o assédio de Otchakov, do mesmo modo resistiu a todas as representações dos generais e chefes de corpos, que sobre a ruína progressiva da cavalaria e grande número de enfermos, que resultavam do acampamento em uma temperatura extraordinariamente rigorosa: nada o moveu, alegando sempre os mesmos motivos «Otchakov não se tomou ainda» era a sua resposta, no que todos viam menos uma razão militar, do que uma sátira das operações do príncipe Potemkin, seu inimigo.

Em todo este tempo não me poupei em me achar a todas as operações de vanguarda, escaramuças,

*Fl. 20 v.*

surpresas, fui voluntário em toda a extensão da palavra, e quase que posso dizer, que não se atirou um tiro, que eu não estivesse presente. Este tinha sido sempre o meu fim, e quando o não tivesse sido, a emulação com os outros voluntários me teria feito uma lei desta conduta.

Com efeito esta guerra, em que principiou uma série de guerras na Europa, de que só se pôs termo em 1815, era primeira depois de uma longa paz. Concorreram pois a ela voluntários de quase todas as nações da Europa, e estes deputando-se como representantes do brio nacional de sua nação, puxavam por si à porfia, e sem ciúme, antes com uma unanimidade que os fazia parecer antigos camaradas, de modo a parecerem solidários uns pelos outros, na presença dos

*Fl. 21*

dos Russos. Eis os seus nomes: Portugueses, Pamplona, e Gomes

Freire. Espanhóis, Uruttia <sup>(41)</sup>, Taranco, Poult, o cavalheiro de Malta Parada: Dinamarqueses, Gotenchil, Blumen: Piemonteses, o conde Germaniane, Franceses: o conde de Chinon, depois duque de Fronsac <sup>(42)</sup> e, por fim de Richelieu, o conde de Langeron <sup>(43)</sup>, o conde de Beaumilon, Lambert, o coronel Dupont: Alemães, o conde de Shallemburgo (filho natural do duque de Brunswick) <sup>(44)</sup>, Schneider, de Francfort: Holandeses (na margem), Vender Platen, Blanc, engenheiros. Além destes havia um grande número de oficiais estrangeiros nos exércitos russos, os Ribas, Napolitanos, Comelli, Romano, Tomasas, (na margem), o príncipe de Wirtemberg, irmão do grão duque, Piemonteses, e muitos outros, sem contar uma imensidade de Gregos, tanto no exército, como nas esquadras. Era realmente uma cruzada de cavalheiros europeus.

*Fl. 21 v.*

Por fim, não tendo produzido efeito as mal combinadas operações do sítio de Otchakov, foi forçoso dar assalto, recorrer à viva força, e a praça não pôde resistir à fúria dos Russos; esta notícia e a partida das tropas asiáticas do inimigo não trouxe enfim os desejados quartéis de inverno, estabelecendo-se o quartel-general em Jassi. O príncipe Potemkin partiu para Petersburgo,

---

(41) José de Urrutia, general espanhol (1728-1800). Dirigiu a campanha dos Pirinéus contra os Franceses (1792-1795). Capitão-general da Catalunha. V. texto pág. 14.

(42) Fronsac, primeiro conde de Chinon (1755-1822), muito estimado de José II de Austria deixou Viena para ir combater na companhia do príncipe de Ligne na campanha contra os Turcos. Distinguiu-se no cerco de Ismail. Catarina II chamou-o para o seu serviço (1792). Nomeado governador da Nova Rússia. Voltou a França no tempo da restauração dos Bourbons. Presidente do Ministério (1815-1818). Era neto de Richelieu.

(43) Langeron, general russo de origem francesa, (1763-1831). Partiu para S. Petersburgo em 1790. Participou na Bessarábia do exército do príncipe Potemkin. Em 1790 tentou o assalto de Ismail. Serviu com Repnine na Moldávia em 1791. Estava ao lado dos Russos em Austerlitz e na campanha de Napoleão.

(44) Brunswick-Lunebourg, duque de, (1735-1806), estava ao serviço da Prússia em 1773. Quando da Revolução Francesa, o duque tomou o comando geral dos exércitos austríaco e prussiano que se bateram contra a França.

colher as honras, e o proveito da sua conquista, bem cara comprada.

No fim desta campanha fui feito capitão, e por fortuna colocado no Regimento dos Granadeiros a cavalo da Pequena Rússia de que era coronel o conde Leon de Razoumovski, com quem já me tinha ligado de amizade. Não posso deixar de lançar neste papel a expressão de meu reconhecimento pela amizade, com que fui tratado por este chefe: ele contribuiu para me fazer agradável

*Fl. 22*

minha existência no exército, mas mesmo na Rússia, quando depois fui a S. Petersburgo e a Moscovo.

Foi ainda estando no campo de Crecora, que recebi o mais vivo golpe para o meu coração: vinha de receber a notícia que o príncipe D. José, interessando-se sempre a meu favor, e estimulado pelo Doutor Franzini <sup>(45)</sup>, a quem tinha chegado boas informações de minha conduta, alcançara de sua augusta mãe que se me desse uma pensão de seiscentos mil réis, enquanto eu andasse por fora. Fazendo por carácter pouco apreço do dinheiro, ainda o fazia menos na mocidade, todavia este socorro inesperado, e tão necessário, aumentando meu reconhecimento, não aumentou meu amor por um príncipe, que eu amava com a paixão da idolatria. Na mesma carta se me dizia que S. A. estava com bexigas, mas de tão boa qualidade, que nenhum

*Fl. 22 v.*

cuidado davam. As más novas voam, no dia seguinte vinha na «Gazeta de Hamburgo» a notícia de sua morte. O marechal, que tinha notado a paixão, com que eu falava neste amável príncipe,

---

(45) Miguel Franzini (1772-1810), matemático italiano, nascido em Veneza. Veio para Portugal a convite do marquês de Pombal depois da reforma da Universidade de Coimbra em 1772, onde foi professor. Foi também professor dos príncipes D. José e D. João, filhos de D. Maria I.

e quantos bens esperava a nação do seu governo, e eu em particular da benevolência, com que S. A. R. me honrava, mandou esconder a gazeta, querendo-me preparar para este golpe, que ele previa me seria por extremo sensível, falou-me nas bexigas, acrescentando que essa moléstia sempre grave era quase sempre funesta nos adultos. Eu estava tão longe de me aperceber a que fim tendiam estas reflexões, e vinha com a minha carta à colação para mostrar ao marechal que não havia nada a recear, mas este sempre na sua, observava que de um momento a outro, o carácter das bexigas se podia tornar mortal. Finalmente vim no conhecimento que Portugal acabava de perder

*Fl. 23*

um príncipe adorado, e eu o único protector verdadeiro, que tinha sobre a terra. Minha dor foi inexplicável, não sei como sobrevivi, via em um momento perdidas todas minhas esperanças; ainda hoje me resta uma saudade, que o tempo não tem podido destruir, e a convicção que se ele vivesse, eu não teria passado pelos contratempos, contrariedades, e desgraças que têm marcado minha carreira.

Depois da tomada de Otchakov, as operações não podiam deixar de ser conduzidas por um único chefe. A questão pois reduzia-se a saber se havia ser o marechal Romanzow ou o príncipe Potemkin.

O marechal Romanzow tinha grandes créditos na Europa, como general, e muito maiores na Rússia, aonde a enfatuação nacional exagera tudo. Ele havia já comandado na guerra de sete anos, e feito o sítio de Colberg <sup>(46)</sup>, e posto que este facto

*Fl. 23 v.*

não fosse o mais brilhante, o marechal que como todos os guerreiros gostam de falar nas suas campanhas, quase nunca falava de outra, talvez porque as outras falavam por si mesmas. Com

---

(46) Colberg ou Kolberg, cidade da Alemanha, na Prússia, sobre o mar Báltico.

efeito na última guerra contra os Turcos, suas proezas o tinham posto em primeira linha: o exército julgava-o invencível, e também os Turcos, o que valia mais.

O príncipe Potemkin não tinha crédito algum militar, nem comandado corpo de exército. Simples e pobre cavaleiro, teve a fortuna de se fazer distinguir como «chevalier-garde», quando Catarina II destronou Pedro seu marido; de figura marcial, corpulento agradou à soberana, de quem foi amante, e conservou tal ascendente em seu espírito, que quando enfatiados um do outro, foi necessário escolher outro amante, como um cargo indispensável na corte neste reinado, ficou sempre com a

*Fl. 24*

prerrogativa de ser ele quem os designasse, e assim foi sempre crescendo seu valimento, ao ponto de ser tudo, e subjugar inteiramente Catarina. A sua campanha em Otchakov fez honra a todos, que nela se acharam, menos a ele.

Entre estes dois competidores, o bem do Estado posto de parte, a escolha não podia ser duvidosa. Com efeito foi nomeado Potemkin generalíssimo, tendo recebido Romantzow da soberana uma carta de agradecimento por seus últimos serviços, com as expressões as mais lisongeiras, e permitindo-lhe ir em suas terras descansar de suas fadigas. Todo o exército sentiu a separação do marechal, e ele mesmo disfarçou mal o sentimento desta humilhação, pediu licença para viajar a Itália, e quando lhe chegou a licença, disse ironicamente «voici le grand passeport de la grande Catherine»

*Fl. 24 v.*

sem poder encerrar em seu peito sua mortificação. Em lugar de se pôr a caminho para Itália, como tinha pedido, deixou logo o comando do exército, e retirou-se só a uma pequena aldeia em distância de duas léguas, fazendo a lamentável figura, que faz todo o homem descaído de um grande poder. Fui vê-lo muitas vezes, e este exemplo nunca me esqueceu, e fez-me avaliar o que é o mundo, e que bem desassissado é aquele, que se confia, para

evitar a desgraça da corte, em suas virtudes e em serviços, por relevantes que sejam. Depois da abertura da campanha, o marechal mui enfermo das pernas tornou mui obscuramente para as suas fazendas.

Este célebre guerreiro era de uma estatura alta, bem proporcionado, fisionomia nobre e agradável, olhar

*Fl. 25*

vivo e penetrante, entendimento perspicaz e cultivado: sua conservação era atractiva, posto que picante. A sua saúde estava quebrantada, e com trabalho podia já calçar botas, assim mesmo aparecia de improviso às tropas, ou a cavalo ou em *drochki* (47), seu hábito de viver com a tropa, lhe apresentava logo, o erro ou defeito, que havia nos corpos, ou no acampamento, o que punia com severidade, mas não com a brutalidade de alguns outros generais russos, o que fazia amar e respeitar, e conservar a disciplina. Ouvi muitas vezes os chefes solícitos, dizerem à tropa, «que dirá o marechal se por aí viesse», o facto é, que apesar de não ser bem visto na Corte, e por consequência pouco em estado de alcançar prémios para seus subordinados, o sentimento da sua demissão foi geral e sincero.

Além do conde João Solticoff (48), em que já falei, tive particular trato

*Fl. 25 v.*

no exército de Romanzow com os generais, príncipe Volkonski (49), e com o general em chefe Kamenskoi (50).

(47) Também ortografado *droski*, carro leve, de duas rodas, sem caixa, para corridas a trote, espécie de aranha.

(48) V. fl. 17.

(49) Volkonski, Nicolas-Vassilievitch, (1734-1801). Um dos homens mais notáveis dos reinados de Catarina II e de Paulo I, grande general, grande político, grande administrador, grande homem de Estado. Enviado para o exército do Danúbio, assinou a paz de Koutchoud-Kainardjii (1774). Obteve a vitória de Matchine (1791). Retirado para Moscovo fundou uma seita cabalística, sob o nome de seita dos Martinistas, a que Suberra se refere a fls. 36.

(50) Também grafado Kamenski (conde Miguel Fedorovitch), feld-marechal russo (1735-1839). Distinguiu-se em todas as guerras contra os Turcos. Morreu assassinado por um camponês.

O primeiro comandava a cavalaria, e não passava nem por hábil, nem por valeroso, o que os Russos não perdoam.

O segundo homem de pequena estatura activo, incansável, robusto, duro até à brutalidade, era um arremedo de Suvarov nas suas singularidades, mas não possuía o affecto da tropa, que idolatrava o segundo: Suas crueldades o faziam detestar das tropas e dos habitantes, e por isso foi removido do comando. Sua mania era exercitar ele mesmo o Regimento de Granadeiros de que era chefe, e que ele martirizava: era uma cousa risível vê-lo comandar o exercício; eu vi-o no flanco direito do regimento marchando com a tropa, e batendo o compasso

*Fl. 26*

com a mação da espadinha sobre as coxas do soldado da direita ou do official (para ele era o mesmo) com tal furor, que escumava e o fogo parecia sair-lhe dos olhos, e ameaçar até os espectadores convidados por ele a este espectáculo de lhes fazer outro tanto: parecia possuído do demónio, e um furioso que se não podia conter. O que é singular é que com estes defeitos aliava muita amenidade e cortesia, e tinha muita e variada instrução. Era constante que em uma viagem que precedentemente tinha feito a Paris, custou muito ao embaixador russo de o persuadir a que se apresentasse na Corte, como toda a gente, isto é, de vestido de paisano à francesa e bolsa no cabelo, como era etiqueta antes da Revolução: queria absolutamente ir em uniforme, de botas, e de chicote; quase que foi preciso que o embaixador se pusesse de joelhos, para alcançar

*Fl. 26 v.*

que renunciasse a este traje insólito o que enfim no último momento (sic), mas pareceu uma caricatura, por se não saber haver com este vestuário. Tive no ano seguinte ocasião de tornar a ver este general em Moscovo, aonde estava retirado. Recebi dele mui

cordeal acolhimento e um convite a jantar; à deserta (sic) <sup>(51)</sup> apareceram quatro laranjas (era no mês de Janeiro): cada uma tinha custado vinte rublos (doze mil réis) e exprimi o meu espanto, e o desperdício de uma compra tão cara por semelhante objecto, ao que me disse o general: nós temos em Russo um provérbio, de que nenhuma outra nação tem o equivalente, e vem a ser — o que custa dinheiro, não é caro — e este provérbio mostra que nós reconhecemos escravos, e como estes não estão certos de possuírem amanhã o que hoje têm, por isso dizem que nada é caro, do que se pode pagar com dinheiro. Além do que

*Fl. 27*

assim explicava o general, pareceu-me que a sua observação o explicava o que ele era.

Tendo, como acima disse, todas as tropas russas, passado ao comando do príncipe Potemkin, pusemo-nos em marcha para nos reunirmos nas vizinhanças de Bender, praça de que se ia formar o sítio. Ao ver os corpos, que antes eram do exército de Potemkin, parecia-nos ver tropas de uma nação diferente, tal era o contraste do desmazelo e abandono delas, em comparação da regularidade e disciplina dos nossos. Esta diferença subsistiu por muito tempo depois da reunião, e foi mais uma prova que em tudo um homem só é que constitui a diferença do bom e do mal. Neste caso não podia ser de outro modo; eu já disse a severidade de Romanzow na disciplina, que ele vigiava por si mesmo, o príncipe Potemkin nunca aparecia ao soldado;

*Fl. 27 v.*

Nas marchas seguia sempre em carruagem, nunca montava a cavalo, e sem a presença do chefe tudo se escangalha. Eu vi-o em uma ocasião decidido a montar: tinha-se-lhe preparado um cavalo manso e o mais paciente, e assim mesmo andado por um

---

(51) Galicismo, fr. «dessert», sobremesa.

picador para lhe tira(r) qualquer fogo; o paciente animal, impedido com o peso da corpulência de Potemkin, que vagarosamente se suspendia para montar, pôr um pé mais atrás, a este movimento o cavaleiro em lugar de acabar de se escarranchar, pôs o pé em terra, dizendo que queria uma besta, que andasse para diante e não para trás, e meteu-se em uma caleche.

Os Turcos não pararam adiante de nós e foram encurralar-se na praça: intimados a render-se, fizeram sua dificuldade, pois ainda nem tínhamos aberto o fogo contra a

*Fl. 28*

praça; Potemkin desacostumado de contradições, assentava consigo, que os Turcos lhe deviam obedecer, como os seus próprios soldados. Para decidir o Pachá mandou que todos os corpos do exército coroassem as alturas em torno da praça salvo uma e outra margem, e que estivessem prontos a atirar um tiro de cada uma das peças que tinham consigo, qualquer que fosse o calibre, entretanto mandou vir o parlamentar turco, e com cólera verdadeira ou afectada intimou-lhe que fosse dizer ao seu patife (cochon) de Pachá, que contasse bem todos os tiros que ouvisse, pois que eram outras tantas peças de artilharia para pulverizar a praça, seus soldados, ele, e habitantes, se não entregasse logo a praça duas horas depois, mas que fazendo-o lhe concedia honrosas

*Fl. 28 v.*

condições com carros abertos para levar as mulheres e suas riquezas, que de outro modo não ficava pedra sobre pedra, e que tudo seria passado ao fio da espada — o parlamentar depois de uma cortesia respeitosa e profunda partiu tremendo. Logo que depois de entrado o parlamentar na praça passou o tempo necessário para ele ter dado o seu recado, mandou o príncipe fazer a insólita descarga ordenada, principiando a peça da direita da barraca do quartel-general, e assim sucessivamente por toda a

linha até à última peça da esquerda. Esta demonstração mais de fraqueza que de força, pois no número das peças havia do calibre de três, e nenhuma de bater, era risível, e muito nos divertiu, mas era preciso escondermo-nos de Potemkin para dele rirmos, porque este passeava só na frente da sua barraca, furioso e com tal aspecto, que

*Fl. 29*

ninguém se atrevia a chegar-se, nem mesmo dar-lhe palavra. O Pachá não deixou de conhecer esta forfantice <sup>(52)</sup>, e eles ao nosso intérprete que tinha acompanhado o seu parlamentar em resposta, que ele não podia capitular sem ser atacado, por mais vontade que tivesse de comprazer com sua vontade, pois que de outro modo lhe cortariam a cabeça em Constantinopla à sua chegada. Foi pois forçoso construir baterias sobre o outro lado em proximidade da praça, trabalho que foi pouco perturbado pelo fogo inimigo. O Pachá contentou-se com esta demonstração e teve a indignidade de capitular, alcançando as primeiras condições de um certo número de carros cobertos, e assim entrámos em Bender sem perda nem combate. Entretanto o Pachá teve o prémio de sua cobardia, recebendo do sultão o fatal cordão, à sua volta a Turquia.

*Fl. 29 v.*

A tomada de Bender, que os Turcos haviam esperado oporia longa resistência, fez falhar todos os seus cálculos, e não ousaram mostrar-se por muito tempo em campo. Entretanto o príncipe Potemkin assentando seu quartel-general em Bender, este se tornou uma verdadeira corte, com todos os acessórios de magnificência e grande número de cortesãos. Costumado às polidas maneiras de Romanzow, a rude altivez de seu sucessor sempre me inspirou uma antipatia irresistível. Este era de estatura colossal,

---

(52) Galicismo, fr. «forfanterie», charlatanice.

a fisionomia desagradável para o que contribuía a falta de um dos olhos, e a sobranceira carregada, seu olhar era sinistro, quando ele estava de mau humor, o que era mui frequente. Todos os generais, oficiais superiores, e o grande número de voluntários estrangeiros, quando estavam no quartel-general, iam regularmente todas as manhãs à hora da

*Fl. 30*

ordem, ao jantar, e à noite. Muitas e muitas vezes aconteceu que este general recebia toda esta gente com demonstrações do mais completo desprezo, em roupa de câmara, sem gravata, sem meias e sem ceroulas, com uns chinelos nos pés; nestas ocasiões estava ordinariamente assentado em um divã, com uma mesa diante de si, e uma escovinha na mão limpando diamantes de que tinha rica coleção, e que se ocupava em ver muitas vezes, como uma mulher; por mais pessoas que entrassem e que o saudassem, fingia que as não via, ainda as mais graduadas, como eram o príncipe d'Anhalt<sup>(53)</sup> primo da imperatriz, o príncipe de Wurtemberg, irmão da Grã Duquesa, hoje imperatriz. Mas, passados minutos fingia que advertia que estes príncipes tinham entrado, e sem se mexer, continuava a sua operação dos diamantes, limitava-se

*Fl. 30 v.*

em dizer-lhes «*asseyez-vous, mon prince*» então um laçao chegava um tamborete, mas tal era o respeito ou o medo que ele inspirava nestes momentos, que nem por isso os príncipes se assentavam, dissimulando a sua humilhação, com demonstração de conversarem com algum vizinho. Não me persuado, que tenha havido jamais um sátrapa, de igual orgulho. Confesso que nunca o vi, e via-o todos os dias, sem receio de seus caprichos: os meus cama-

---

(53) Catarina II era filha de Cristiano-Augusto, major-general ao serviço da Prússia que sucedeu a seu tio na soberania do pequeno país de Anhalt-Zerbst, na Alemanha. Sua filha, Sofia d'Anhalt-Zerbst, veio a subir ao trono da Rússia com o nome de Catarina II.

radas metiam-me à bulha desta prevenção, mas todos convieram na minha razão, quando lhes perguntava, que despique tinha qualquer de nós, se ele nos tratasse, como nós tínhamos visto tratar o coronel Second, Masson e até o príncipe Dolgorouki? <sup>(54)</sup> o primeiro apresentando-lhe inocente e respeitosa uma súplica com uma carta de recomendação do príncipe

*Fl. 31*

de Nassau <sup>(55)</sup> em um momento, em que o príncipe estava de mau humor, o que lhe acontecia muitas vezes, foi-lhe com as mãos à cara respondendo com uma intimativa de enfado a primeira e segunda vez e seguidamente, que pouco lhe faltou para o esbofetear. Masson foi realmente esbofetado em carne e osso, e ao príncipe Dolgorouki, um dos maiores fidalgos do Império do sangue dos antigos czares, porque disse à mesa uma cousa de que Potemkin não gostou, levantou-se este do seu lugar com ímpeto, e correndo por detrás das cadeiras dos que estavam jantando, foi-se a ele, pegou-lhe pela cruz de S. George, que o outro trazia pendente, e apostrofou-o com os nomes injuriosos, de que o idioma russo é mais abundante, do que nenhum outro, e o menos que lhe disse foi, patife, quem te deu esta

*Fl. 31 v.*

cruz e essas insígnias que trazes, senão eu, e quem és tu para me contradizer. É verdade que mostrou ter-se arrependido desta brutalidade, mas que reparação tem um(a) injúria deste género, e na publicidade de uma reunião de homens de toda a Europa. Nunca saí da presença deste bruto, nascido para mostrar a quanto vai a vileza humana no sofrimento de desprezos e agravos, sem displicência por mim, e sem pouco apreço pelos outros homens.

Depois da tomada de Bender e da ocupação de Akermonn,

---

(54) Dolgorouki (Ivan), príncipe e poeta russo (1764-1823). Participou da campanha da Crimeia.

(55) V. fl. 15.

ficámos em inacção; os Turcos não apareciam, e o general russo, deixando-os (os) presos com os Austríacos, não procurava de traí-los para o nosso lado. Foi pois Bender mais uma corte do que um quartel-general. É verdade que o soldado russo no campo sempre estava ocupado, ele é quem faz o seu pão

*Fl. 32*

e até os fornos para o cozerem, no primeiro terreno a que chegam mesmo no campo; assim como todas as cousas de calçado, fardamento e até as próprias carruagens. Em todos os corpos há de todos os officios, cujo mestre são as varadas quando trabalham mal. Quando chegam os recrutas não se lhes pergunta o que sabem fazer, mas diz-se-lhes o officio que hão-de ter, inclusive o de músico, sem consultar a aptidão de cada indivíduo, mas simplesmente a necessidade que há de tal ou tal officio, ou occupação, e o caso é que saiem muito bons officiais, sem terem sido aprendizes. Os senhores russos, que têm bandas de 40 ou 60 músicos, assim é que os ensinam, assim como os músicos dos regimentos; o luxo dos grandes senhores na música só se pode comprehender em um país de escravos: cada músico tem

*Fl. 32 v.*

um canudo de diferentes dimensões, como um órgão portátil, e tem cada um a paciência de estar a contar vinte ou mais compassos para dar um sopro no seu canudo, quando lhe toca exprimir uma nota, e tornar a fazer o mesmo indefinidamente. Eu presenciei executar um Te Deum composto pelo célebre Sacchi <sup>(56)</sup>, de que os diferentes baixos eram exprimidos por peça de artilharia de diversos calibres. Esta aptidão dos Russos é o que fez dizer a Mirabeau que esta nação era a mais maleável do globo: com efeito nas artes faz-se deles, quanto se quere.

---

(56.) Sacchini, compositor italiano (1735-1786).

As equipagens de um exército russo são imensas em proporção ao exército austríaco seriam como um a dez: é verdade que necessitavam levar tudo consigo, porque a Moldávia sobre ser um país aberto e plano, assim como a Bessarábia, bem se podiam chamar

*Fl. 33*

desertos, menos por falta de habitantes do que aldeias ou vilas, a maior parte destas e mesmo de cidades que figuram em letras maiúsculas nas cartas geográficas, só existem nestas: há muito que desapareceram do terreno.

No entretanto os Turcos reuniram forças consideráveis, e o Vizir <sup>(57)</sup> em pessoa à sua testa entrou na Valáquia, e dirigiu a sua marcha contra o príncipe Coburgo, enquanto o Serasquier Hasson Pacha <sup>(58)</sup> saía para Ismail, e marchou sobre a Moldávia. O Vizir foi levando adiante de si os Austríacos com pouco custo, que no seu movimento retrógrado retrocediam a reunir-se a Suvorov, que com um corpo se achava em [espaço] sobre o Pruth <sup>(59)</sup>, implorando o seu socorro. Tendo enfim Suvorov recebido ordem de Potemkin de dar a mão a Coburgo, apesar da inundação das águas do Pruth, que tornavam

*Fl. 33 v.*

mui peníveis <sup>(60)</sup> seus movimentos, sem se embaraçar dos homens, carros, e artilharia, que não podiam seguir, pôs-se em movimento para se reunir a Coburgo, que vinha no momento de se retirar

---

(57) Vizir, ministro de um príncipe muçulmano.

(58) Gahzi-Hasan, capitão-pacha, grande almirante turco, morto em Shumia, em 1790. Depois de uma carreira brilhante fracassou na expedição que tentou retomar em 1789 Otchakov. Condenado à morte a sua cabeça foi enviada para Constantinopla. Excelente administrador mas guerreiro cruel.

(59) Rio da Rússia e da Roménia. Nasce na vertente norte dos Carpatos e serve durante uma longa extensão de limite às fronteiras da Moldávia e da Bessarábia. Perde-se no Danúbio, na sua margem esquerda, quinze quilómetros abaixo de Galatz.

(60) Peníveis, galicismo, fr. «pénible», português, «penosos».

atrás do Rinnick <sup>(61)</sup>, tendo perdido 4 peças de artilharia. À vista dos uniformes verdes russos, que ali se não esperavam, por ter contado o Vizir, em que se achavam na margem esquerda do Pruth para se oporem ao Seraskier, aterrou os Turcos, que atacados na madrugada seguinte, opuseram curta resistência e se retiraram em tal debandada, que comunicando o terror pânico de que estavam possuídos, aos corpos que ainda não estavam em linha, tudo se pôs em vergonhosa fugida, mesmo aqueles, que estavam a grandes distâncias para a rectaguarda, e que por isso não só não acham

*Fl. 34*

visto a cara de um soldado russo, mas apenas ouvido a sua artilharia; a derrota foi completa, e é dessa espantosa acção que a Imperatriz deu o sobrenome a Suvorov de Riminskoi, ou Rhimniskense do lugar em que principiou a vitória.

Ao encontro do Seraskier foi o príncipe de Reprine <sup>(62)</sup> com o belo corpo do exército que antes tinha sido de Romanzow; eu fui desta expedição; a nossa cavalaria deu com o acampamento turco que ocupava a posição de Schiumba, famosa pela batalha ganhada na guerra passada sobre os Turcos pelo marechal Romanzow: nenhum de nós duvida de conseguirmos igual glória: os dois exércitos avistavam-se já depois do meio dia, e logo o general russo cuidou na sua ordem de batalha, que é sempre a mesma dos Russos

*Fl. 34 v.*

contra os Turcos, qualquer que seja o terreno, nem pode ser de outro modo, vista a multidão desordenada destes bárbaros. Esta consiste em formar a infantaria em quadrados, sobre duas linhas,

---

(61) Rio da Roménia. Nasce nos Carpatos e corre para Sueste até à cidade do mesmo nome.

(62) Nome de família de Nicolas-Vassilievitch Volkonski (1734-1801), citado a fls. 25 v.

em xadrês, com a artilharia nos flancos para apresentar iguais fases por toda a parte. O general tendo regulado tudo com muita ordem diferiu o combate para o dia seguinte: mas quem faz as contas sem o estalajadeiro falar duas vezes: o Seraskier que só pretendia distrair a atenção dos Russos para não socorrerem os Austríacos atacados pelo Vizir, decampou de noite, de modo que ao amanhecer só avistámos algumas barracas, que eles tinham deixado armadas para nos enganar por mais tempo, sem movimento de tropas; depressa

*Fl. 35*

nos desenganámos, e mal se pode pintar a zanga geral de nos ter escapado esta ocasião o príncipe de Repline ficou petrificado, vendo quebrado o bastão de marechal que esperava do ganho de uma batalha, que não parecia duvidosa, tanto mais que passando Hasson Pacha por um homem destemido e mesmo temerário, ninguém pensou que evitasse o combate. Este Seraskier tinha grandes créditos, tinha sido Capitan-Pacha, e depois foi Vizir: era ele quem tinha um leão doméstico, que o seguia em lugar de cão de guarda.

O general russo totalmente desorientado, deitou os Cossacos e a cavalaria atrás do exército turco, e a infantaria seguiu a marchas forçadas, mas não foi possível apanhá-lo — o inimigo retirando-se rapidamente, e em ordem,

*Fl. 35 v.*

acoitou-se dentro dos muros da praça de Ismail. Chegámos quase de envolta com ele, e ao menos para mostrarmos o desprezo, que nos inspirava, presentámos-lhe batalha em frente da praça, que canhonámos com nossa artilharia de campanha. Porém como seria temerário passar a noite em posição tão arriscada, nessa mesma tarde nos retirámos, continuando a marcha toda a noite. O calor era intensíssimo, havia 24 horas, que nem cavalos nem gente

descansava ou comia; um sono irresistível estava para dar cabo de todo o exército, bastantes ficaram atrás, e caíram em poder dos Turcos: não me lembro de posição tão crítica sem estremecer; ora me punha a pé, ora montava a cavalo, e até me dava beliscões para despertar, sem poder consegui-lo; fui indo como

*Fl. 36*

pude, ora pedindo que me arrastassem, ora arrastando outros, até que fomos forçados a fazer alto para nos reunirmos, e dormir à ventura do que pudesse acontecer. Se os Turcos não estivessem talvez no mesmo estado, ter-nos-iam destruído sem dificuldade, felizmente que não nos seguiram.

Potemkin lançou mão desta falta de sucesso para retirar o comando a Repnine, cujo carácter o incomodava. Este príncipe é avô do príncipe Volkonski, valido do imperador Alexandre, sua única filha foi mãe deste último. Passava por homem instruído, e mesmo devoto, e afiliado à seita dos contemplativos Martinistas, que a Imperatriz receava <sup>(63)</sup>.

Chegado o tempo dos quartéis de Inverno, a maior parte dos voluntários estrangeiros, aproveitaram a ocasião de ir ver a Rússia, e a soberana que servíamos, e que enchia de glória de seu nome toda a Europa: eu fui deste

*Fl. 36 v.*

número. Passei a Kiev, onde me festejou o príncipe Daschhof, que eu tinha conhecido no exército coronel de um regimento de granadeiros, instruído, mas de carácter sumamente activo; era filho da famosa princesa Daschhof <sup>(64)</sup>, que tanto ajudou Catarina a subir ao trono no momento, em que seu marido a ia meter numa mas-

---

(63) Ver fl. 25 v., nota 1.

(64) Daschkof ou Dashkowa (Catarina Romanofna, princesa), (1744-1810). Favorita de Paulo III. Directora da Academia das Ciências e presidente da Academia Russa em 1784.

morra: irmã da amante do imperador, meteu-se debaixo da cama desta e ouviu tudo quanto Pedro III projectava: não foi presentida, e saindo com igual felicidade do seu esconderijo, foi revelar a Catarina o seu perigo, o que a determinou a precipitar o destronamento de seu marido. Em Moscovo, pela amizade do meu antigo coronel, já então general major, o conde Leão Rasmowski fui hospedado no palácio de seu pai antigo Hetman dos Cossacos (65)

*Fl. 37*

então marechal, sem ter tirado a espada. A casa deste senhor era verdadeiramente a de um príncipe, tanto em respeito à grandeza e riqueza dela, como ao estado e tratamento, assim como ao respeito e acatamento, com que era tratada. A vista de Moscovo surpreendia a todo o viajante, pelo extensão e pelos edificios pomposos, que sobressaíam: o grande número de torres e de zimbórios, quase todos dourados o Kremlin, imprimiam respeito: é verdade, que no interior, um palácio magnífico se achava muitas vezes ao lado de uma insignificante casa de madeira, no género daquelas que se compram feitas no mesmo mercado de Moscovo, e que se armam em qualquer parte. O aspecto dos habitantes, dos mercados e do tráfego é mais asiático do que europeu, e por isso essencialmente curioso para um estrangeiro. Achávamos-(nos)

*Fl. 37 v.*

no Carnaval e não podia deixar de ir à *rederta* (66) da nobreza: É um vasto edificio com um salão espaçoso, que serve a sala de baile; nesta temporada quase toda a nobreza das províncias ainda remotas se reúne naquela grande capital, com suas famílias inteiri-

---

(65) Hetman ou Ataman, capitão dos Cossacos, em conceito de chefe ou caudilho. O imperador da Rússia tinha o título de ataman ou hetman maior dos Cossacos vestindo o respectivo uniforme.

(66) Sublinhado no original.

ras; diz-se que é um feira de casamentos, que efectivamente ali se ajustam; para se mostrarem tudo, que é nobre, vai a este baile, e é verdade que em parte alguma pode existir reunião, nem mais bela, nem mais numerosa.

De Moscovo a Petersburgo, faz-se a viagem com uma velocidade extrema em trenó: Francisco José de Horta Machado <sup>(67)</sup>, nosso ministro naquela corte, recebeu-me em sua casa, que estava perfeitamente montada, e fez tudo o que dele dependeu para me fazer agradável e instrutivo

*Fl. 38*

o tempo da minha demora, fazendo-me visitar todos os estabelecimentos públicos, e apresentando-me nas boas sociedades. Em parte alguma passei um tempo mais agradável, havendo recebido o acolhimento mais benigno em todas as casas. Sempre quero especificar o família Nasiskin, Ohterman, Bruce <sup>(68)</sup>, Bestkroi, Chrisbini, Laguertin, Divoff, e do corpo diplomático o conde de Cobunral, embaixador da Áustria, Whitworth, ministro da Inglaterra, Steding, embaixador da Suécia, Serra Caprrota de Nápoles, e [espaço em branco] de Dinamarca. Na mesma época se achavam e tinham feito uma bem inútil viagem a S. Petersburgo José Sanches de Brito <sup>(69)</sup>, e seu filho Álvaro Sanches de Brito para agradecerem à Imperatriz uma pensão que havia concedido à mulher do primeiro que havia conhecido em

*Fl. 38 v.*

Alemanha e na sua mocidade quando ainda princesa Anhalt-Zerbst: esta circunstância não produzia grande estima na sociedade por estes cavalheiros no ânimo dos Russos, que fofos e

(67) Ver fl. 14.

(68) Jacob Alexandrowich Bruce, governador de Moscovo.

(69) De facto existiu um oficial de marinha com este nome, ignorando-se a data do seu nascimento e da sua morte, mas sabe-se que faleceu antes de 1817.

pomposos, olham com pouco apreço os pedintes, mormente estes que não tendo nunca viajado, e falando muito mal Francês, eram matéria própria para serem metidos à bulha sem se aperceberem. O pouco tacto destes Sanches teve consequências funestas para a família de um Português, Henrique José de Araújo, casado ali com a filha de Mr. Gebel cravador de diamantes da Corte e bastante rico. Sem conhecerem um certo Oliveira, que ali apareceu, apresentara a Araújo este insigne aventureiro, que teve tal lábia, qu o encasquetou da pedra filosofal, até que arruinou sua fortuna, e a desconchavou com

*Fl. 39*

a mulher, senhora viva espirituosa que se lamentava da credulidade do marido sem o poder desenganar: o marido faliu e foi para as galés como falido de má fé, sendo realmente homem bom e avisado até então e a mulher acabou depois pelas brutalidades dos guardas de (.....!.....), modo de que se quis dela vingar o grão-duque Constantino ou antes, o general (.....) principal culpado.

Além da Legação Portuguesa, havia um dom tal, que era ao mesmo tempo chefe de uma casa de comércio, que depois do tratado, se havia estabelecido com o fim principalmente de dar uma saída maior aos vinhos da Feitoria do Porto. Mal foi o cônsul, José Pereira ver-lhe os negócios alheios, e por fim ainda pior os fez: metido na sociedade, quis brilhar mais do que o enviado

*Fl. 39 v.*

pelo jogo e jantares e deu assim em pantana com o cabedal da Companhia, casando depois com uma senhora Allaman, linda, bem criada e dotada, Mademoiselle Severin, cujo tutor banqueiro da Corte, e de tal modo se embrulhou que terminou seus dias por um suicídio: os filhos dele servem no exército russo.

A existência de Petersburgo é um milagre da arte e do poder. Ainda esta pomposa cidade, a mais bela da Europa, era um pântano deserto no princípio do século passado. A grande perspicácia de Pedro o Grande foi-lhe ver a importância deste ponto, pela força do seu grande génio, porquanto que se pode dizer que fez sair do nada a mais magnífica de todas as capitais, superando as dificuldades de todos os géneros

*Fl. 40*

dominando até os elementos: aonde havia apenas uma furna de algum raro selvagem, acham-se palácios, academias, praças, canais, templos, mercados: assim o quis um homem e este foi Pedro Grande: seus sucessores seguiram suas pisadas e no tempo que falo, o luxo representava neste desabrido clima as delícias de climas mais benignos do Oriente, e os produtos de indústria do globo.

De tudo porém, o que havia nesta capital para surpreender e admirar, nada se comparava com a surpresa e admiração que inspirava a soberana, que naquele canto, regia o mais vasto império do Universo. Seja preocupação pelo que se tinha já ouvido dela, seja realidade, sua presença não diminuiria em nada, antes confirmava as ideias antecipadas, que cada um se podia ter formado desta princesa

*Fl. 40 v.*

Chegada a uma elevação mundana superior a todas as elevações, por um caminho que a honestidade e a moral reprovavam, sua presença atraía de modo os corações, que parecia assentar-lhe tão bem a grandeza que a natureza havia formado para alta e que não podia deixar de ser grande e superior.

A fascinação era completa, e de tudo quanto vi, antes e depois de raro, nada se apresenta à minha memória de mais raro do que Catarina II. É evidente que esta impressão de grandeza fosse bem

geral, para que, à força de glória, se lhe perdoasse o crime por que subiu ao trono <sup>(70)</sup>, e para que seu próprio filho, verdadeiro herdeiro dela, sofresse senão com resignação, ao menos em respeitoso silêncio, uma tão dilatada usurpação.

---

(70) Ver fl. 36.

## MEMÓRIA (1)

Tendo-se terminado a campanha de 1812 na Rússia pela maior das catástrofes para o exército francês com a qual só a expedição de Cambyse (2) em uma época de remota antiguidade, se pode comparar, ainda pôde Bonaparte, na inesgotável força da França, e na submissão passiva dos seus habitantes achar recursos para formar novos exércitos a opor não só aos Russos, mas às potências da Alemanha, que se destacavam sucessivamente da sua aliança, ou para melhor dizer do seu Império. A maior parte dos generais e da officialidade que escapara ao fogo do inimigo, à miséria, às privações, e ao rigor do inverno, estavam pouco capazes de servir activamente: muitos sucumbiram naquele inverno, outros

*Fl. I v.*

careceram de longa convalescença até para restaurar as funções

---

(1) B. N. L. «Reservados», Cx. 149.

(2) Cambyse, rei da Pérsia (529-522 a. C.), conquistador do Egito.

intelectuais, enfraquecidas pela violenta impressão do frio em uma marcha prolongada e forçadamente meio interrompida: neste número deve contar-se o mesmo Napoleão, no qual se divisou uma grande alteração cerebral assim como em muitos outros. O general Berkein esteve por mais de dois anos doido varrido, seja por essa impressão de frio glacial, seja por afecção moral produzida por espectáculo tão avesso das vicissitudes conhecidas dos sucessos humanos. As febres foram fatais; todos que delas foram atacados à volta da expedição ou morreram ou ficaram alienados. Eu tive a fortuna de escapar sem febre e sem alienação completa, todavia foi tal a impressão que me tinha feito a longa duração daquele desastre, que o meu sono foi por muito tempo mais uma sonolência laboriosa, do que um descanso natural. Representava-se-me como se o visse presente, o espectáculo

*Fl. II*

das longas colunas do exército. Desde o Dvina e principalmente desde o Berezina em que militares de todas as armas confundidos, sem ordem, sem tino, intermeadas com réguas de artilharia e carros, uns ficando aqui, outros mais longe, como que acontecia casualmente, sem que ninguém exercesse a menor vigilância, nem se importasse com a sua perda ou conservação. Arroçadas as espingardas, as poucas conservadas sem baionetas, a maior parte com bordões na mão, sem outro cuidado senão salvar o próprio indivíduo, e procurar alimento, fosse de que género fosse: mais parecia uma corja de mendigos do que fileiras de soldados. O som da marcha sobre o gelo e o ruído lúgubre dessa pavorosa e precipitada fugida faziam tal impressão que me antojava espectáculo real aquele mesmo momento. O meu

*Fl. II v.*

sono era uma contínua agitação e sobressalto. O que me causava mais estranheza era a bondade da cama (À entrada em Prússia

devo contar isto). Costumado a dormir vestido e quase sempre no chão duro uma cama mole era-me muito mais incômoda do que proveitosa e agradável.

Nesta situação carecia de prolongado descanso, solicitei e obtive do marechal Augereau <sup>(3)</sup> a licença de voltar a França, tanto mais que me achava sem brigada. A ordem do marechal foi para que em Mogúncia (então pertencente ao Império) esperasse as ordens do ministro da guerra a quem ele deu parte de me haver concedido essa licença e dos motivos da concessão; em consequência esperava eu, que segundo as razões praticadas aquela licença à minha chegada achasse a confirmação da mesma licença pelo Ministério da Guerra. O rigor deste horrível inverno não se limitou neste ano às regiões setentrionais, de que acabávamos de sair, estendendo-se a países mais meridionais: Chegado a Kastel na margem direita do Reno em face de Mogúncia, foi impraticável passar

### *Fl. III*

para a margem esquerda: os gelos ainda não tinham consistência para sustar o peso das carruagens ao mesmo passo que já tinha bastante gelo para impedir a navegação, correndo-se iminente risco de serem subvertidas as embarcações pelos enormes *glaçons* <sup>(4)</sup> que a corrente arrastava. Em breve achou-se entulhada de gente a pequena povoação de Kastel toda ela demorada por essa dificuldade, até que um momento de degelo parcial permitiu, ainda que com risco, tentar a passagem: eu fui um dos primeiros que me arrisquei a fazê-lo, e o consegui com mais felicidade do que prudência.

Chegado a Mogúncia, foi grande o meu embaraço não encontrando nas mãos da autoridade a autorização ministerial que esperava,

---

(3) Marechal e par de França (1757-1816). Criado duque de Castiglione.

(4) Sublinhado no original, «pedaços de gelo».

*Fl. III v.*

para poder continuar a minha viagem para Paris: a falta de saúde e a próxima penúria de meios pecuniários, em uma cidade em que não conhecia uma única pessoa, punha-me em crítica situação, tendo de atender à decorosa sustentação de minha mulher e minha enteada, com as quais me tinha reunido em Berlim. Confiando-me no exemplo dos meus camaradas, que desta vez tiveram em pouco a subordinação e a disciplina e nos bons officios do conde Luís de Narbonne <sup>(5)</sup>, ajudante de campo de Napoleão, e que naquela época gosava de grande consideração e valimento, o qual me animou a seguir o meu caminho prometendo explicar a minha apertada situação ao duque de Feltre <sup>(6)</sup>, prossegui a minha viagem até Paris. Antes de partir dei conta a este ministro da minha resolução.

*Fl. IV*

Quando me apresentei ao ministro, do qual até então tinha recebido a mais benigna contemplação, fui dele recebido com severidade, tanto mais pungente para mim, que eu conhecia não estar em regra; nada argui mais do que a própria consciência os meus motivos eram plausíveis, uma aprovação do ajudante de campo do Imperador e seu valido, a minha quebra de saúde desculpavam-me, mas mau é alegar desculpas; cumpre sempre ter por si a lei. Fiz como pude o meu arrazoado justificativo, que enfim foi aceite pelo ministro, bastava olhar para mim para ver que não era affectação, mas uma realidade tudo o que eu alegava do deplorável estado de minha saúde. Obtive, pois, sem maiores rogativas licença

*Fl. IV v.*

para permanecer em Paris e cuidar do meu restabelecimento. Rei-

---

(5) Narbonne-Lara (1755-1813), general e homem de Estado francês.

(6) Feltre, duque de, Marechal de França, ministro da guerra no tempo de Napoleão Bonaparte (1765-1818).

nava então em Paris e em toda a França uma actividade incompreensível, depois de tamanhos desastres, para formar novos exércitos a fim de pôr um dique à torrente que arrojava diante de si as relíquias dos exércitos franceses; e em poucos meses, renasceram estes das suas cinzas, como por arte mágica. Não tendo que tratar desta extraordinária campanha de 1813, porque nela não entrei, só me occuparei do que me é relativo.

Os médicos assentaram que me era necessário muito descanso e os ares do campo, o que me determinou a alugar uma casa de campo nos arredores da capital. Sendo-me indiferente o sítio, somente procurava

*Fl. V*

o mais barato: appareceu nos anúncios uma com estes requisitos em Pantin (7), e não hesitei em fazer dela escolha, e conclui logo o ajuste sem mais informações, que me pareceram desnecessárias. Apenas feito o ajuste, e sabido pelas pessoas minhas conhecidas, clamavam todas, que eu ia correr mais risco de vida, do que aquelles, de que tinha escapado, que aquella aldeia tinha tido peste, que nela reinavam febres contagiosas, e que era imensa a mortalidade. Foi então necessário examinar estas asserções unânimes de toda a gente que eu conhecia, e deste exame resultou que não havia em Pantin enfermidade alguma contagiosa, do que me certifiquei por exame próprio. Donde podia nascer um tão infundado boato em tal proximidade

*Fl. V v.*

O facto é que anos antes quando se praticavam excavações para o leito do canal de Ourcq (8) que toca um lado de Pantin, reinaram febres, como acontece em toda a parte, que se praticam estes

---

(7) Pantin, nome de uma localidade a Leste e à saída de Paris, hoje cidade industrial.

(8) As obras do canal de Ourcq foram realizadas no tempo de Napoleão entre 1800-1808 e destinaram-se ao abastecimento de água a Paris.

movimentos de terras, de que morreram algumas pessoas. Isto bastou para se espalhar em Paris, que naquele lugar estava arvorada a bandeira negra como aviso de contágio: pegou esta notícia, e agentes ociosos, que nada examinaram ficaram encasquetados da sua realidade. Tinham já passado anos, essas mesmas febres haviam cessado, milhares de pessoas haviam por ali trânsito, por ser a estrada real da Alemanha, e os Parisienses na mesma preocupação. Eis aqui como a voz pública é pregoeira da verdade, isto em um facto tão fácil de averiguar.

*Fl. VI*

Convencido da futilidade dos receios que me inculcavam, e tendo ali habitado em todo o ano de 1813, com a minha família, nenhum de nós teve o menor incómodo de saúde, antes me fui restabelecendo do deplorável estado de debilidade, em que me achava.

Neste retiro passei todo o ano de 1813, enquanto na Alemanha se davam sanguinolentas batalhas entre massas numerosas da população de metade da Europa contra a outra. Este estado de inacção agradava-me pela primeira vez da minha vida, seja que a essa disposição contribuía a debilidade da minha saúde, seja a opinião a que eu tinha chegado sobre Bonaparte, que na campanha da Rússia, por seus erros crassos, como general e como político, destruiu todo o prestígio sobre

*Fl. VI v.*

seus talentos, que nunca anteriormente tinha avaliado, como quase toda a gente, que ou real ou simuladamente o inculcavam como um herói, e como um dos maiores homens, que jamais apparecera. Uma circunstância particular, como quase sempre acontece, me fez ganhar a respeito deste homem uma tal repugnância, que me era impossível vê-lo sem aborrecimento, e sem um sentimento de desprezo interior, não quero deixar de a narrar. À volta de Mos-

covo, o corpo do exército do marechal Oudinot (9), em que tinha servido nesta campanha, reuniu-se ao grande exército de Napoleão sobre as margens do Berezina: o corpo de Oudinot vinha de Polotsk sobre o Dvina, como já disse, e Bonaparte de Moscovo; foi perto de Borisov, que o encontrei, isto é depois da perdas de Smolensk de

*Fl. VII*

Krasnoe e outras, em que o seu exército fora aniquilado e que o resto pelo traje e pelas misérias parecia um tropel de mendigos. Quando o encontrei, vinha Bonaparte cercado de generais a pé, caminhando para Borisov, íamos em direcções opostas, de modo que o encontrei cara a cara; como não esperava este encontro, e que Napoleão vinha em traje muito diverso daqueles em que sempre o vira, que era uma farda de simples coronel e um chapéu de armação particular, e então trazia uma carapuça agaloada, e uma peliça de marta com dobre de veludo verde e grande alamares de ouro, não o reconheci e ia continuando o meu caminho. Na proximidade ouvi chamar pelo meu nome; era Bonaparte que com a fisionomia bronzada e impassível parecia nada sofrer das calamidades

*Fl. VII v.*

de que estava coberto o vasto espaço que vinha de percorrer, e com um sangue frio, impossível de descrever, perguntou-me como estava; já a esta pergunta fiquei pasmado, passou logo a informar-se de Borisov e da posição do inimigo no lado oposto; e se havia meio de reconhecer aquela posição, respondi afirmativamente, dando-lhe as noções que me pedira; ao que me tornou, leve-me a lugar donde possa tudo observar; em consequência pus-me a seu lado para executar o que me mandava. Poucos passos

---

(9) Nicolas-Charles Oudinot, (1767-1847), duque de Reggio, marechal de França.

adiante encontrámos, entre inumeráveis oficiais desgarrados, um major que Bonaparte reconheceu; chamou-o igualmente pelo seu nome, e tendo-se ele chegado com uma frescura bem imprópria daquele espectáculo de

### Fl. VIII

ruínas humanas, depois de o cortejar perguntou ao major. — Tem notícias de sua mulher? — Comment se porte Madame? Semelhante pergunta em tão lúgubre ocasião irritou a todos; o general Maison<sup>(10)</sup>, que ia próximo a mim, disse-me em voz baixa, — *le bougre est-il fou ou se f...il de nous*, eu respondi-lhe, je crois que c'est l'un et l'autre. Este diálogo entre mim e Maison não se pode traduzir sem perder todo o chiste; o sentido é — Este patife estará doido, ou nos quer fazer doidos, a resposta; creio que é ambas as coisas. Desde este momento o meu desprezo íntimo por este egoísta, que veria, como o homem justo de Horácio, mas por motivos contrários, esmigalhar-se o mundo sem pestanejar<sup>(11)</sup>, se apoderou de tal modo do meu ânimo,

### Fl. VIII v.

que tomei comigo mesmo a resolução de não o tornar a ver, e procurar todos os meios de o deixar de servir. Esta impressão nunca mais se diminuiu, e executei a minha resolução: depois da campanha da Rússia não tornei a ver Bonaparte. Para o conseguir, sem que ninguém pudesse penetrar minha resolução, o que não era sem perigo, não havia melhor meio do que anular-me a mim

(10) Maison, Nicolas (1772-1840), marechal de França.

(11) Refere-se à ode III, do livro III das «Odes» de Horácio. O homem justo, inabalável nas suas resoluções não se deixa abater ou arrebatado pelas detestáveis violências dos cidadãos, as ameaças apaixonadas do tirano. Se o mundo desabasse em pedras, os destroços bater-lhe-iam sem lhe fazer medo. «Justum et tenacem propositi virum/ Non civium ardor prava pubentium/ Non vultus instantis tiranni/ Mente quatit solida, neque Auster/ Dux inquieti turbidu Hadriae,/ Nec fulminantis magna manu Jovis/ Si factus illabatur orbis,/ Impavidum ferient ruinae».

mesmo, deixando de aparecer nas sociedades e nas casas dos ministros, foi o partido que tomei; e com o desejado resultado, parecendo o meu retiro tanto mais natural, quanto era bem notório o meu mau estado de saúde: o que houve demais, foi por não me dar por pronto, logo que me achei restituído com os ares do campo ao antigo vigor.



(MEMÓRIAS DE 1813)

*Fl. 1*

Os acontecimentos de 1813, que acumulados aos da pretérita campanha da Rússia iam preparando a aniquilação do colosso, são os mais próprios a inspirar interesse e curiosidade, porém como neles não figurei somente os recapitularei por memória, e vou cingir-me ao que é propriamente pessoal.

Neste período viviam em Paris mais Portuguezes: quase todos tinham vindo em consequência da ocupação francesa de Portugal, ou ali apanhados; ficaram mais ou menos voluntariamente, e

*Fl. 1 v.*

com fins diversos; uns tinham vindo com o exército português a que se chamou Legião, outros na chamada deputação mandada por Junot, outros achavam-se em Paris na época do famoso tratado

de Fontainebleau, e seguindo-se a imediata ocupação de Portugal pelos Franceses e a fuga de El-Rei com a família real para o Brasil, se tinham visto obrigados a ficar.

Dos que tinham vindo com o exército, havia D. José Cárcomo Lobo <sup>(1)</sup> (o célebre e digno marquês de Alorna <sup>(2)</sup> havia falecido) e Pamplona, os marqueses de Ponte de Lima <sup>(3)</sup>

*Fl. 2*

e Valença <sup>(4)</sup> tinham-se evadido de Talavera, com José de Vasconcelos <sup>(5)</sup>, e o conde de Sabugal <sup>(6)</sup> tinha sido prisioneiro do guerrilheiro D. José Sanchez <sup>(7)</sup> que o havia entregado. O desgraçado Gomes Freire, não tinha até essa época vindo a Paris: depois do 2.º assédio de Saragoça, onde foi empregado e que foi malogrado, permaneceu em Grenoble até à campanha da Rússia, na qual não comandou tropa, e só foi governador de Glubokoie na rectaguarda do exército; foi depois empregado na campanha de 1813, e feito prisioneiro em Dresde pelos Austríacos.

---

(1) José de Cárcomo Lobo, n. em 1756. Participou nas campanhas contra os Argelinos de 1781 a 1789, nas guerras do Russilhão (1793-1795) e nas de Espanha em 1797 e 1801. Nomeado marechal de campo por Junot em 1808. Encarregado do comando da Legião Portuguesa em Agosto de 1810, ano a que ascendeu a general de divisão.

(2) 3.º marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida de Portugal (1754-1813). Participou na campanha do Rossilhão e na chamada «Guerra das Laranjas». Comandante geral da Legião Portuguesa e nesta qualidade foi integrado nos exércitos napoleónicos que invadiram a Rússia. Veio a falecer em Koenigsberg, hoje Kaliningrad.

(3) 2.º marquês de Ponte de Lima (1779-1822). Coronel da Legião Portuguesa. Nomeado ajudante de campo do marechal Marmont desertou para não traír a sua pátria e veio apresentar-se a Wellington.

(4) 5.º marquês de Valença, D. José Bernardino de Portugal e Castro (1780-1840), par do Reino (1826), Ministro da Guerra (1826-1827).

(5) José de Vasconcelos, n. em 1772. Coronel do Regimento de Infantaria de Lagos em 1804. Coronel da infantaria da Legião Portuguesa em 1808. Pertenceu ao estado-maior de Massena em 1810.

(6) 5.º conde de Sabugal, D. Manuel de Assis Mascarenhas Castelo Branco da Costa Lencastre (1778-1839). Tenente-coronel da Legião Portuguesa. Tomou parte nas batalhas de Austerlitz e Wagram, sendo condecorado por Napoleão.

(7) José Sanchez ou Julião Sanchez, guerrilheiro espanhol contra os Franceses.

Dos segundos havia em Paris, D. Lourenço de Lima <sup>(8)</sup>, embaixador que foi de Portugal em França na época da invasão: D. Nuno Álvares Pereira de Melo, irmão do duque de Cadaval <sup>(9)</sup>, os marqueses de Abrantes, D. Pedro e D. José <sup>(10)</sup>, Hermano Braamcamp Sobral <sup>(11)</sup>, o prior-mor de Aviz, D. José de Almeida <sup>(12)</sup> e o marquês de Marialva <sup>(13)</sup>.

Dos terceiros, o principal era Francisco José Maria de Brito <sup>(14)</sup> que havia percorrido uma

*Fl. 2 v.*

longa carreira diplomática, criatura de Araújo, conde de Barca <sup>(15)</sup>, e acabava de ser secretário da embaixada sob D. Lourenço de Lima <sup>(16)</sup>, os Navarros <sup>(17)</sup> já tinham saído.

(8) D. Lourenço de Lima, diplomata português dos fins do século XVIII e princípios do século XIX. Embaixador em Viena e em Paris na época do Império.

(9) 6.º duque do Cadaval, D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Melo (1779-1837). O irmão do 6.º duque chamava-se D. Jaime Caetano Alvares de Melo (1805-1843).

(10) 3.º marquês de Abrantes, D. Pedro de Lancastre da Silveira Castelo Branco Sá e Menezes (1771-1828), 4.º marquês de Abrantes, seu filho, D. José Maria da Piedade de Lancastre Silveira Castelo Branco de Almeida e Sá Menezes, acompanhou seu pai na deputação portuguesa a Baiona.

(11) 1.º conde de Sobral (1775-1846). Par do Reino, capitão de cavalaria, bacharel em direito, membro do governo do Reino, em 1820. Ministro da Fazenda em 1826.

(12) A ordem de S. Bento de Avis foi fundada em 1162 a instâncias de D. Afonso Henriques. A sua sede foi transferida no reinado de D. Afonso II para Avis. No reinado de D. Carlos I e, depois de várias vicissitudes, a ordem foi reformada, por alvará de 14 de Agosto de 1894 e passou a ter a designação de «Real Ordem Militar de S. Bento de Avis». D. José de Almeida, a que se refere o texto, era neste momento prior-mor e visitante geral da Ordem de S. Bento de Aviz. Filho legítimo dos marqueses de Lavradio, do 3.º marquês, D. António Máximo de Almeida Portugal Soares Alarcão Melo Ataíde Eça Mascarenhas Silva e Lancastre (1756-1833).

(13) V. «Lembranças de 1820», fl. 9.

(14) *Id. id.*

(15) António de Araújo Azevedo, conde de Barca, (1754-1817). Diplomata, ministro dos estrangeiros e da guerra (1804); ministro da Marinha junto à Corte do Rio de Janeiro (1815). Homem de ciência e de letras. A. de várias composições em verso e de várias memórias.

(16) Diplomata português dos fins do século XVIII e princípios do Século XIX. Embaixador em Viena e em Paris durante o império napoleónico. Expulso de Paris em 1807 por ordem de Napoleão.

(17) O memorialista deve referir-se ao Dr. Joaquim Navarro de Andrade, médico, dos fins do século XVIII e princípios do século XIX, director literário

O conde da Ega Aires de Saldanha <sup>(18)</sup>, não pertencia a nenhuma destas três classes; da embaixada em Madrid vindo a Lisboa poucos dias antes da saída de El-Rei e da família real, que procurou embarcar por todos os modos, não acompanhou El-Rei ao Brasil, de quem era camarista, e deixando-se ficar em Lisboa, introduziu-se na familiaridade de Junot assim como a condessa sua esposa por maneira, que este o nomeou

*Fl. 3*

Ministro das Justiças, que ele aceitou já quando a expulsão do exército francês não era um problema, circunstâncias, que unidas ao trato particular da condessa sua esposa com o general em chefe, o tornaram tão odioso ao povo, que verificando-se a evacuação de Junot, ele se achou tão comprometido, insultado e ameaçado, que tomou o partido de sair com o mesmo exército, trazendo consigo a jovem condessa e duas filhas, que houvera do primeiro matrimónio.

Todos estes sofreram privações, maiores ou menores, segundo circunstâncias, que lhes

*Fl. 3 v.*

foram particulares.

Já tratei do marquês de Alorna <sup>(19)</sup> e em outra parte desta Memória fiz a comemoração saudosa, que inspiraram geralmente suas virtudes e brilhantes qualidades.

---

da Academia de Marinha e Comércio do Porto, que não aceitou a candidatura às Constituintes de 1820 por ser miguelista, e a seu irmão, Vicente Navarro de Andrade, também médico, que se achava em França quando os Franceses invadiram a Península e falecido depois de 1834.

(18) Segundo conde da Ega (1755-1827). Casado pela segunda vez com D. Juliana Maria Luísa Cardoso Sofia de Oyenhauser e Almeida, filha da marquesa de Alorna. Fugido de Portugal em 1808 pelas suas simpatias pelos Franceses. Condenado à morte e absolvido em 1823. Sua mulher, facta a que alude Subserra, prendeu-se de relações amorosas com Junot. Veio, porém, a casar em segundas núpcias com Gregório Alexandrovitch, conde de Stoganoff, diplomata russo, e faleceu em S. Petersburgo em 1864.

(19) V. Fl. 1 v.

D. José Cárcomo Lobo <sup>(20)</sup> foi um dos que menos sofreu, antes se pode dizer, que ganhou na sua expatriação. A fortuna foi-lhe em tudo favorável. Nomeado para mandar a infantaria da Legião na campanha da Áustria, pelo único motivo de ser o marechal de campo, que a mandava em Grenoble, aproveitou o lustre que esta adquirira na batalha de Wagram, e achando-se em Alemanha na época, em que

*Fl. 11* <sup>(21)</sup>

Bonaparte escolheu os Portugueses, que considerava da maior importância para acompanharem Massena, escapou a esta comissão tão fatal para aqueles que foram para ela designados, e quando pouco depois da batalha de Bassano <sup>(22)</sup>, a qual fez esperar a Bonaparte a conquista de Portugal, imaginou este mandar a Legião Portuguesa para o seu país, na esperança que eram outros tantos Portugueses, que trazia à sua devoção. Chamou-os pois a Paris, nomeou Cárcomo comandante, e por este motivo o promoveu ao posto de tenente-general, por isso que este não cessava de instar pela invasão da sua pátria. O mau successo da expedição de Massena fez com que a Legião não marchasse para a Espanha, tendo cessado a esperança com(o) houvera concebido da ocupação pacífica deste Reino, mas já Cárcomo tinha tirado todo o proveito, e ficou gosando em Paris dos soldos e

*Fl. 11 v.*

gratificações do seu posto, superiores às suas rendas em Portugal, seja que estas fossem realmente inferiores, seja que sua má administração causassem o vexame, em que sempre vivera. As anedotas deste general, bem análogas às que se celebravam em Portugal antes da sua ida para a França, e que lá se reproduziram, não só do género a relatar neste escrito. (sic).

(20) V. Id. id.

(21) A numeração do mns. sobe inesperadamente para este número.

(22) A batalha de Bassano, que faz parte da campanha de Itália, travou-se em 1796 entre os Franceses e os Austríacos.

A minha assistência em Pantin atraiu a habitar aquele sítio D. José de Almeida prior-mor de Aviz <sup>(23)</sup>, que, tendo-se criado comigo no colégio de Mafra, continuou-me constantemente sua amizade contraída na infância em todo o curso de sua vida. Este fidalgo pertenceu à deputação, para que fora designado, dizem que por ele o ter reclamado, como prior-mor de uma das três ordens militares. Tendo-se insurgido nobremente Portugal contra

*Fl. sem numeração*

os Franceses, e interrompidas as comunicações de Portugal com a França, uma parte dos deputados cessou de receber dinheiro de suas rendas ou de seus cargos, o prior-mor foi deste número. Tudo que tinha, exauridos os fundos, com que saíra, para sua sustentação era uma quota parte, que lhe pertencia, da soma de sessenta mil francos, que Bonaparte destinou para o passadio de todos os deputados, logo que lhe foi provado que não podiam comunicar com o seu país. Alguns não aceitaram por não carecerem, como foram o marquês de Marialva <sup>(24)</sup>, o bispo de Coimbra <sup>(25)</sup>, Hermano Braamcamp <sup>(26)</sup>, e não sei se mais algum outro, e fazia-se a derrama de que estes deviam receber, por aqueles, que a aceitavam. Como quer que fosse, a soma para cada um era insignificante, principalmente atendendo à elevação pessoal, que tinham na sua pátria. O prior-mor habitou

*Fl. sem numeração*

Bordéus nos primeiros tempos, e na esperança de receber de um

(23) V. nota 12 de Fl. 2.

(24) V. «Lembranças de 1820», fl. 9.

(25) D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra, ou D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822). Reitor da Universidade de Coimbra (1770). Recolheu à sua diocese em 1810 depois de participar da deputação enviada a Balona.

(26) V. fl. 2.

dia a outro as rendas da sua prebenda, ele, que nunca fora económico, menos o foi em um país, em que tudo incita um estrangeiro a despesas agradáveis de que se não privava. Por este andar chegou a sua dívida a ser mui crescida, e não podendo já escapar à importunidade dos seus credores, conseguiu vir a Paris, donde como que se refugiou para uma quinta perto da aldeia de Louvre<sup>(27)</sup>, e de lá, para se achar perto de um compatriota e de um amigo, veio habitar Pantin. Não o deixaram porém lá seus credores respirar. Como ele, ignorando a legislação dos Franceses, a respeito dos estrangeiros, tinha tido a imprudência de assinar letras, a prazos fixos, viu-se uma manhã com a justiça em casa e com um mandado de prisão, no caso de não pagar uma letra, tirada a favor de uma Madame Latopie

*Fl. 13*

dona de uma hospedaria em que tinha estado o prior-mor nos primeiros tempos em Bordéus. Os oficiais de justiça acompanhados por um procurador da credora, como se pode bem provar, não admitiam nenhuma desculpa e o procurador instava por paga imediata ou cadeia. Neste transe apertado, o prior-mor irritado tomou o arbítrio de dizer ao juiz de paz que o seguiria, e que se ia vestir para o acompanhar a pé com os seus hábitos pontificais o que principiou mui seriamente a fazer: o juiz ficou perplexo e ordenou que se fosse buscar uma sege (ou fiacre) para o conduzir, porém,

*Fl. 13 v.*

o prior-mor opôs-se, dizendo que não pagaria o fiacre e que queria vir a pé, para que nas ruas de Paris se visse como o governo tratava os estrangeiros, que ele mesmo reduzia à impossibilidade de receberem suas rendas, arrastando-os fora da sua terra. Esta alteração prolongou a cena de modo que a ama do prior teve tempo de me vir dar parte do que se passara; fui logo ao lugar

---

(27) Existe a povoação de Louvres, na estrada de Paris a Senlis.

desta triste cena, e a minha aparição em qualidade de general, serviu para se achar um meio termo, que veio a ser, dar eu mil francos, ó dono da casa, Mr. Naijot outros mil e renovar o prior novas letras

*Fl. 14*

pelo restante da dívida com que se contentou entretanto o procurador da executante. Devo acrescentar que o prior-mor (.....) me reembolsou a mim e a Naijot do que lhe havíamos emprestado e o tinha livrado do desar de ser preso.

O marquês de Marialva <sup>(28)</sup>, D. Pedro também se achava por maneira bem singular em Paris. Antes da invasão de Junot e quando ela estava imediata foi designado para um missão particularíssima junto a Bonaparte, sem se lhe declarar carácter, por não ser já possível nos termos hostis em que a França

*Fl. 14 v.*

se queria colocar a respeito de Portugal. Esta escolha foi devida a Araújo <sup>(29)</sup>, amigo particular do marquês, da tosca condição em que El-Rei então príncipe regente o olhava em pouco, e agindo pela mesma privança que lhe concedia a princesa. Partiu o marquês munido de homenagens particulares, créditos e joias, com poderes os mais amplos, nos quais se convinha dos maiores sacrificios, até ao ponto de se solicitar como graça a mão de uma parenta de Bonaparte para o príncipe D. Pedro, hoje imperador do Brasil. Ainda não tinha chegado o marquês a Madrid, que se havia efectuado

*Fl. 15*

a invasão que foi o mesmo que a ocupação da capital e a saída da família real para o Brasil. Junot nomeou pouco depois a chamada

---

(28) V. fl. 2.

(29) V. fl. 2.

deputação de que (.....) Portugueses e incluiu nesta mesma o marquês, o qual, apesar de ter o mais claro pretexto de recusar e todos os direitos da gente civil a seu favor quando recebeu licença de ir ter ao Brasil como o seu soberano ou instar para ser reconhecido como negociador, teve a debilidade de aceitar a nomeação de deputado, e como tal figurar com os seus colegas de Baiona, e assinar a formal declaração à nação portuguesa ditada pela política de Bonaparte.

*Fl. 15 v.*

Seguindo-se logo a sublevação de Portugal contra os Franceses e começada a gloriosa luta da independência o marquês, bem como outros, veio habitar Paris, onde se conservou sem fazer acção ostensiva a favor do seu soberano, sendo o único que a seu salvo o podia fazer. É verdade que anos depois, sendo convocado a uma reunião com os seus colegas, respondia que havia muito que já não fazia parte da deputação, de que confessava ser dela autor. Como quer que fora, continuou pacificamente a viver em Paris; sem sofrer privações, com tratamento regular e até grandioso, e ia por geral

*Fl. 16*

como tudo da sua parte houvesse sido regular, foi designado embaixador extraordinário junto de Luís XVIII, e depois à Corte de Viena para pedir a mão da arquiduquesa Leopoldina <sup>(30)</sup> para o príncipe real, e casando por procuração com esta princesa que acompanhou a Trieste, depois de ter dado em Áustria festas magníficas, viajou em Itália para satisfazer seu gosto pelas artes, que ele mesmo cultivava com distinção, e depois voltou a Paris,

---

(30) A arquiduquesa Leopoldina é a princesa Maria Leopoldina, (1797-1826), imperatriz do Brasil, filha do imperador Francisco I da Austria, primeira mulher de D. Pedro I do Brasil, cujo casamento se fez por procuração em Viena em 13-V-1817.

onde persistiu como embaixador até à sua morte prematura, exemplo bem concludente que neste mundo não há senão fortuna

*Fl. 16 v.*

ou desgraças. Passa-se a um embaixador, como cousa indiferente, deixa de executar as ordens do seu soberano, e reconhece com soberano outro e o mesmo perante quem ia acreditado, e não só dissimula este voto, mas premeia-se com novos cargos da mais alta importância, e condenaram-se à morte militares, que nenhum reconhecimento fizeram, e só obedeceram em virtude da disciplina militar: e embaixador aceitando cargos do inimigo é premiado, o soldado obediente vilipendiado e expoliado dos seus bens e da sua honra: estes pedem juizes e negam-se-lhes, aqueles vem-no buscar as distinções e os prémios. A estas reflexões

*Fl. 17*

que são severas devo acrescentar para as minorar uma verdade, e é que nada destas irregularidades teve outro motivo, senão a debilidade, a falta de energia e de carácter, e de modo algum quebra real de lealdade. Naquela época tudo na Europa se achava curvado debaixo do incontrastável poder de Bonaparte, considerado como permanente para séculos. Soberanos e nações tudo estava acobardado, que muito é que um individuo se submetesse, quando o mundo se calava? por certo nada há de estranho: mas por que havia dois pesos e duas medidas? Não estavam os militares condenados em tão boa situação?

## LEMBRANÇAS DESDE 1820

### *Fl. 1*

O andar do tempo, que tudo consome, vai apagando, ou pelo menos ofuscando as circunstâncias mais que muito (sic) extraordinárias dos acontecimentos políticos deste período, começado em 1820. Para esse efeito concorre uma não interrompida sucessão de casos de tal magnitude, que é pouco fácil assinalar qual seja o mais prodigioso: os homens engolfados com uma longa embriaguez sem possibilidade de conservar memória clara do pretérito, pelo interesse sempre crescente do subsequente, pois que todos têm sido neste reino ou actores ou padecentes, doem-se do mal presente e atentam menos à causa deles produtora. Assim se vai apagando a impressão primeira, até naqueles que mais interessados são em não esquecer. Tal é a natureza

### *Fl. 1 v.*

humana! Ainda bem graças à Providência: quem teria fogo para

conservar sempre viva do passado, sem succumbir, à irritação que conduziam no ânimo menos sensível recordações de suas misérias? Entretanto não deixa de ter utilidade fixar algumas ideias a respeito do que vimos, para se dar uma direcção regular às opiniões e para satisfação da própria consciência; ninguém mais do que aquele que lança estas linhas no papel. Actor principal do drama político dos tempos de agora, cumpre deixar aos parentes, aos amigos, à gente boa e honrada um transunto feliz, ainda que tosco, do papel que por Providência divina nele representei.

*Fl. 2*

Como não é a história, que escrevo, mas a parte que me coube, perdõe-se-me de falar de mim, como principal figura deste quadro: é a parte que tive nestes acontecimentos, de que pretendo conservar a memória. Ver-se-á que assim se vem a tratar da mesma história.

Tudo, que me chegou ao estado em que me achei em 1820, tem sido tratado, ou o será em outro escrito; todavia vou dar uma sucinta ideia da minha posição na sociedade nesta época, noções necessárias para completa intelligência das causas, que me levaram, sem projecto de ninguém, a ser o principal restaurador da Monarquia e a ser encarregado, como chefe, da alta administração do Reino,

*Fl. 2 v.*

e não menos dos transe, porque passei na tarefa a mais árdua, com que possam as forças humanas.

No ano de 1820 achava-me em Paris, general ao serviço de

---

(1) Hoje cidade, a um quillómetro e meio dos limites de Paris, pelo lado de Leste, no cantão do Sena. Importante centro industrial. V. «Memória», fl. V.

S. M. Luís XVIII, retirado em uma pequena quinta fora de portas no sítio de Pantin (1). Já se viu como fui levado a França no tempo do Império de Napoleão Bonaparte, como me vi comprometido para com o meu país, por me ter achado no exército francês, chamado de Portugal, como nos Cem Dias segui o monarca fugitivo a Gand, como por seu governo na segunda restauração fui empregado no governo dos departamentos de Loire e Cher, e depois do da Côte d'Or, e como por uma

*Fl. 3*

medida geral fui desonerado do serviço activo. Esta circunstância fixou-me em Pantin com meio soldo, e por consequência em um estado, não de miséria, mas de pobreza: pois é pobre quem carece do necessário.

A medida geral, pela qual fui desonerado do comando do departamento de la Côte d'Or, foi uma «ordonnance» de El-Rei que suprimia os comandantes dos departamentos nas terras que eram ao mesmo tempo cabeças de divisões militares aonde residem os tenentes generais comandantes das divisões, por motivo de economia. Largando o serviço activo, colhi em Dijon como já havia colhido em

*Fl. 3 v.*

Blois, no departamento de Loire e Cher, as provas menos equívocas da estima, affecto e benevolência dos realistas não só do meu departamento, mas dos que estavam ao alcance de avaliar meu proceder e minhas opiniões.

Naqueles tempos os espíritos ainda escaldados dos espantosos acontecimentos daquela época reagiam com descaramento, cada qual segundo o seu partido: estes haviam sido comprimidos pelo exercício contínuo da severa autoridade de Bonaparte mas acari-

ciados, arrojados para a cena política e impelidos por este mesmo na época dos Cem Dias, na qual foi tão diferente

*Fl. 4*

de si mesmo, por necessidade, e não por vontade, nutriam esperanças de desenvolver outra vez as paixões da multidão e tramavam conspirações contra os Bourbons: os regicidas, posto que abominados geralmente, conservavam grande clientela, agora banidos, juntavam-se em alguns lugares da Suíça, na extrema raia de França, donde comunicavam com os revolucionários do interior. Já se vê que a Borgonha era o caminho mais próprio para estas abomináveis correspondências, e Dijon, aonde o grande número era realista, encerrava um partido poderoso desafecto aos Bourbons, partido fomentado pela família Lejeas e do duque

*Fl. 4 v.*

Bassano <sup>(3)</sup>, seu aliado pelo casamento com a linha Lejeas. Estava bem longe dos sentimentos destes últimos os sentimentos republicanos e menos os regicidas, mas opostos aos Bourbons, por sua aderência a Bonaparte, faziam causa comum, salvo a separarem-se depois da expulsão destes. Correu por estas tramas ardentemente prosseguidas e ligadas com outras, eminente risco a Monarquia, e já se vê qual deveria ser a assídua atenção dos que comandavam naqueles sítios para paralisar tão poderosas intrigas; o resultado foi completo: nestas circunstâncias o conde de Tocqueville <sup>(4)</sup>

---

(3) Hughes Bernard Maret (1763-1839), embaixador em Nápoles, secretário de estado e ministro no tempo de Napoleão. Confidente íntimo e homem de confiança do imperador desempenhou um importante papel no consulado e no regime imperial.

(4) Hervé-Louis-François-Joseph-Bonaventure Clerel, conde de Tocqueville (1772-1856). Pertencente a uma antiga família da Normandia, de que um ramo tinha tomado o nome da terra de Tocqueville, perto de Cherburgo. Esteve afastado da vida política, até à restauração dos Bourbons e aceitou deles, em 18-VI-1814, a prefeitura de Maine-et-Loire. Transferido depois para o departamento da Côte d'Or (31-I-1816). Camarista de Carlos X (5-XI-1827). É o pai de Alexis Tocqueville (1805-1859), autor famoso da *Democracia na América*.

prefeito e eu intimamente ligados de estima de amizade, e de opiniões, tivemos a satisfação de malograr todas

*Fl. 5*

as tentativas revolucionárias por maneira, que aqueles que queriam comunicar com os regicidas à espreita na Suíça, evitavam passar pelo nosso departamento.

Foi pois esta conduta que nascia dos meus sentimentos que grangeei a estima, affecto e benevolência da gente sã e cordata, e posso dizer que foi um luto público a minha partida, e acrescentar que seus habitantes me continuaram nos tempos subsequentes estes mesmos sentimentos, de que ainda na minha última viagem recebi os mais lisonjeiros testemunhos. Consignarei aqui à memória os nomes dos meus amigos de

*Fl. 5 v.*

Borgonha, são os principais toda a familia do duque Charles de Damas <sup>(5)</sup>, hoje primeiro gentilhomen da câmara, Chatellux, Dompierre Saint Sene, Blin <sup>(6)</sup>, D'Agream, Carrelet de Loisi, D'Arcelot, 1º presidente de Monceaux, Brenot, Dandelard, Non-sonti, Debrosses <sup>(7)</sup>, La Loyere, Ruffo de La Fare; devendo particularizar a duquesa Charles de Damas, mulher a mais espirituosa

---

(5) Roger, conde de Damas, (1765-1823), general francês. Arrebatou na campanha contra os Turcos a bandeira do navio almirante otomano, e em 1790 notabilizou-se no assalto de Ismail, sendo o primeiro que escalou as muralhas. Luís XVIII nomeou-o tenente-general e assinou (21-VIII-1814) o seu contrato de casamento com a Senhora Chastellux, cuja familia é adiante citada. Deputado em Setembro de 1815 pelos colégios da Côte d'Or et de Haute-Marne.

(6) François-Pierre Blin, (1758-1834), homem político e médico francês. Deputado pelo Terceiro Estado aos Estados-Gerais. Mostrou-se em 1814 um dos mais zelosos partidários da Restauração e foi nomeado em 1815, conselheiro da prefeitura do departamento do Loire-Inférieure.

(7) Broses (Conde René de), (1771-1834). Expatriado pela Revolução só voltou à França em 1800. Nomeado prefeito do Loire-Inférieure no mês de Julho de 1815, conseguiu apesar da gravidade da situação, restabelecer a calma no departamento.

e de carácter o mais seguro e estimável, juntando às qualidades de juízo e de instrução pouco comum, as de um carácter varonil, cuja perda recente lamento com inumeráveis de seus amigos e obrigados.

Tornando à minha posição em 1820, disse ser vizinha da pobreza, pois a minha subsistência

*Fl. 6*

provinha unicamente do soldo de reformado (*en retraite*), a que acreceu rara vez outro socorro, como o foi afinal uma módica mesada, que depois de muitos anos de total abandono, tinha conseguido o desembargador António Xavier Teixeira Homem para a minha enteada da casa de seu pai e, para dizer tudo, nisso mesmo não fomos felizes porque Constantino de Matos seu procurador, que a recebia foi, tão pouco exacto que ainda hoje, que escrevo lhe está devendo alguns meses recebidos por ele, e não remetidos ao seu destino, tão sagrado como era matar a fome à sua própria dona. Um socorro extraordinário recebi também de meu tio Raimundo, foi bagatela em si, mas de muita ponderação para nossas críticas circunstâncias: se se acrescenta que

*Fl. 6 v.*

praticando este acto de caridade, meu tio se expunha por comunicar com banido, torna-se este acto de grande virtude, e por isso, o escrevo. Minha irmã Maria, do pouco que tinha também me mandou uma negalha (sic), que eu não quis aceitar, pois era privá-la do necessário. Comprazo-me em escrever estes actos virtuosos, no meio de inumeráveis ingratidões, que deixarei em silêncio.

Tínhamos debalde batido a todas as portas, logo depois da restauração dos Bourbons em 1814, para alcançar de S. M. licença para nos justificar, e se necessário fosse, perdoar-nos. Eu havia separado minha causa da de minha Mulher, porque ainda que

houvessem aparências contra mim, contra ela não as havia nem podia haver, porque

*Fl. 7*

o delito, porque fora condenada, era ao contrário um acto de virtude social e cristã: consistia o crime em me ter acompanhado. A primeira pessoa, de que me vali, à entrada dos soberanos aliados, foi do marechal príncipe de Wrede <sup>(8)</sup>, general bávaro: tinha-me ligado com ele de amizade, que se trata pela fraternidade de armas com aqueles que militam juntos, e ninguém estava em estado de informar, com mais conhecimento de causa da minha honra, carácter e sentimentos. O príncipe falou calorosamente ao marechal Beresford e ao duque de Wellington como por um amigo a quem era obrigado: em nenhum achou colhimento.

*Fl. 7 v.*

Apareceu então, fazendo-se de motu próprio (o) embaixador da nossa corte em Paris, o conde de Funchal <sup>(9)</sup>, para ter a vaidade de assinar o tratado chamado de Paris, no qual só fez a restituição de Caiena sem poderes para isso: caso único na história! Nisso obedeceu aos Ingleses, que assim premiavam nossos serviços, havendo sido então o duque de Wellington, como em todas as ocasiões que se ofereceram, inteiramente oposto a nossos interesses. Recorremos a esse embaixador intruso: pensando que o era realmente recebeu-nos friamente, e até direi com grosseria

---

(8) Charles-Philippe, príncipe de Wrede, (1767-1838), magistrado, major-general. Um dos melhores tenentes de Napoleão, de origem bávara. Teve uma parte gloriosa na batalha de Wagram. Adido em 1812 ao corpo de exército do príncipe Eugénio na campanha da Rússia, depois ao de Oudinot, combateu em Polotsk. Mas, após 1813, tornou-se adversário de Napoleão.

(9) D. Domingos António de Sousa Coutinho, 1º conde e 1º marquês de Funchal. (1760-1833). Foi com seu irmão, o 1º conde de Linhares, partidário convicto da política anglófila, lutando publicamente contra o conde de Barca e seus satélites.

para uma senhora, que era infeliz. Todavia aceitou os requerimentos de nós ambos, que prometeu enviar ao Brasil, dos

*Fl. 8*

quais pouco poderíamos esperar, se a sua recomendação correspondesse à sua descortesia. Sorriu-se-nos um raio de esperança no Congresso de Viena; pois que sabia-se que achando-se os Polacos nas mesmas circunstâncias, o imperador da Rússia estava inclinado a conceder uma completa anistia: era um dos plenipotenciários do Congresso o conde, hoje marquês de Palmela, com modos mais civis, além da antiga amizade que comigo tinha: neste pusemos todas as esperanças porque ele mesmo confessava a quem o queria ouvir, que por estar doente, quando veio o exército português para França, deixara de vir e por isso não estava nas mesmas circunstâncias: penso que com efeito tratou o ponto, mas infelizmente

*Fl. 8 v.*

a teimosa porfia de Labrador <sup>(10)</sup> ministro da Espanha, que adquiriu grandes créditos, porque rejeitava tudo quanto se propunha, rejeitou também essa proposição como medida europeia, para excluir dela os Espanhóis que desde então principiaram a ser chamados afrancesados.

Nesta circunstância sobrevieram os Cem Dias, e tendo eu seguido a El-Rei Luís XVIII a Gand, e tendo eu sido depois da segunda restauração o único estrangeiro, no qual o governo de S. M. Cristianíssima tivesse bastante confiança para lhe confiar um comando no interior ainda na maior e mais perigosa fermen-

---

(10) Pedro Gomez Labrador, (1775-1852), diplomata espanhol. Foi embaixador da Espanha em França e um dos diplomatas que assistiram ao Congresso de Viena, que se opôs à restituição de Olivença a Portugal.

tação, lisongeei-me que essa circunstância me seria favorável na Corte do Brasil: renovámos

*Fl. 9*

nossos requerimentos pelo marquês de Marialva <sup>(11)</sup>, por Francisco José Maria de Brito <sup>(12)</sup>, pelo conde de Palmela: a nada houve resposta.

Devo conservar lembrança de uma particularidade dessas diligências, todas tendentes unicamente a alcançar uma revisão da sentença proferida à revelia. Tinha o marquês de Loulé <sup>(13)</sup>.

---

(11) Marialva, 8º conde de Cantanhede e 6º marquês de (?-1823). De seu nome, Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho. Fez parte da deputação enviada por Junot a Napoleão. Encarregado por D. João VI de cumprimentar Luís XVIII quando da sua subida ao trono de França. Pediu a mão da princesa Leopoldina, filha do imperador Francisco I para o príncipe da Beira, D. Pedro. Ministro de Portugal em Paris (1817-1820).

(12) Francisco José Maria de Brito (1759-1825), ministro de Portugal em Paris e na Haia. V. Rafael Avila de Azevedo, *Cartas Inéditas do Conde de Subserra* (1818-1825). Sep. do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 29-33.

(13) Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto, gentil homem da câmara de D. João VI e seu estribeiro-mor. Segundo a versão corrente foi assassinado em Salvaterra de Magos em 28-II-1824.



## FRAGMENTOS DE UM DIÁRIO

Abril a Dezembro de 1826

*Fl. 1*

3 de Abril 1826

A França em teoria quer a legitimidade em Portugal, e deseja que o Sr. Infante fique em Viena até que S. M. o Imperador do Brasil se decida a respeito da sucessão — mas não dará passo algum decisivo a este respeito, tanto pela inércia, que adoptou a respeito da política exterior em geral, como por se considerar ligada, por suas estipulações com Inglaterra em 1823, que consentindo na invasão da Espanha, pôs a condição que a França lhe abandonaria Portugal.

— é pois a Inglaterra, que conscientemente e sem opposição decidirá da sorte de Portugal

— a França não considera, ou não quer considerar

1º que o motivo da Inglaterra em consentir na invasão da

Espanha, foi por se persuadir que suscitava grandes embaraços à França nesta empresa, que a resistência dos constitucionais seria séria e forte e que os soldados franceses haviam fraternizar com os constitucionais espanhóis, o que abortaria as facções em França, os partidários da conspiração Berton (1), que não tinham tido ocasião de se mostrar.

2º que no caso do Duque de Angoulême (2) se adiantar expunha o seu flanco aos revolucionários portugueses nas suas operações na Andaluzia.

Tudo isso falhou aos cálculos de Mr. Canning (3) que em todo o tempo tinha deixado Portugal ao desamparo mudo da revolução sem ao menos lhe prestar apoio moral.

O Duque de Angoulême fiel aos seus angajamentos (sic), nem quis receber o Conde de Vila Real (4) que de ordem do Conde de Amarante (5) lhe foi pedir apoio, quando por a mais insigne imperícia a Divisão Transmontana fugiu de Portugal, e isto contra o interesse do seu Exército e de suas operações.

Apesar disso fez-se a restauração de Portugal no 1º de Junho de 1823: o movimento foi principiado com fins adversos à auto-ridade real, mas tendo os autores dele chamado para o dirigir o

---

(1) Jean-Baptiste BERTON (1769-1822). General bonapartista, instigador de uma conspiração contra os Bourbons. Condenado à morte, foi decapitado em Poitiers (5-X-1822).

(2) Filho do Conde de Artois, que mais tarde foi rei sob o nome de Carlos X (1755-1844). Comandou o exército francês que ocupou a Espanha em 1823, libertando o rei Fernando VII.

(3) George Canning (1770-1827), notável homem de Estado britânico, ministro dos estrangeiros (1822-1827), embaixador da Inglaterra em Portugal em 1814.

(4) D. José Luís de Sousa Botelho Morão e Vasconcelos, 1º Conde de Vila-Real (1776-1855), filho do Morgado de Mateus, editor dos «Lusiadas» em Paris. Militar, estadista, diplomata, politicamente liberal moderado, aderiu à contra-revolução de 1823. Aceitou a pasta da guerra no reinado de D. Miguel, mas em breve pediu a demissão e emigrou. Só voltou a Portugal em 1833, tornando-se um cartista convicto.

(5) 2º Conde de Amarante, 1º Marquês de Chaves, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca (1734-1830). Militou na guerra peninsular. Revoltou em 1823 as tropas da província de Trás-os-Montes contra o governo representativo, sendo vencido, homiziou-se em Espanha. Na Vilafrancada desembarcou em Lisboa, sendo-lhe então concedido o título de Marquês de Chaves (3-VII-1823). Revoltou-se novamente em Vila-Real contra o governo da Infanta D. Isabel Maria. Vencido pelo Conde de Vila-Flor refugiou-se em Espanha, reaparecendo com o triunfo de D. Miguel.

General Pamplona, hoje Conde de Subterra, foi todo o movimento nos interesses da causa real, tendo sido expulsas as cortes degeneradas em facção republicana.

Feita a restauração de Portugal sem os Ingleses, e mesmo apesar deles, não tardarão estes em se apresentar para tirarem o fruto da glória alheia.

O Conde de Subterra, vendo que os Ingleses se recusavam a prestarem socorros a Portugal, não se podendo confiar no Exército Português, que tinha feito em dois anos quatro revoluções, e por outra parte tendo sido desenganado que os Franceses igualmente se recusavam, ligados pela convenção com a Inglaterra, compreendeu que o único meio de manter a restauração era cooperar para o bom êxito da campanha do Duque de Angoulême, pon-do-se em liberdade a El-Rei

## Fl. II

e a Família Real de Espanha, encerrados em Cádiz, também abandonados pela Inglaterra, não só mandou duas embarcações de guerra de frente de Cádiz, mas um Encarregado de Negócios de Portugal, Joaquim Severino Gomes, que tinha íntimas relações em Espanha, com dinheiro à sua disposição para salvar as duas infantas portuguesas e seus filhos. Tendo vindo o filho do general Bourmeont <sup>(6)</sup> a Lisboa da parte de seu pai, com cartas do general Borde Sout <sup>(7)</sup> pedindo munições para o sítio de Cádiz, este lhas franqueara do Arsenal Real, pagando-se, e foi com estas que se tomou Sancti-Petri <sup>(8)</sup> — este auxílio precioso nas circunstâncias, pois a estação avançada não permitia esperá-las de outra parte, decidiu da sorte da campanha, libertando El-Rei — isto não pôde nunca tragar Mr. Canning, e é a origem e a verdadeira causa do

---

(6) General do Império (1773-1846).

(7) Nicolas-Jean de Dieu Sout, Duque da Dalmácia (1769-1851). Comandou a 2.<sup>a</sup> invasão francesa em Portugal (4-III-1809 a 12-V-1809). Entre outras missões militares na Península foi general-em-chefe do exército do Sul da Espanha e encarregado até 1812 dos negócios civis e militares da Andaluzia. Participou no cerco de Cádiz (1810-1812).

(8) Canal na baía de Cádiz, defendido pelos Espanhóis no cerco da cidade pelos Franceses.

**Ódio** que tomou ao Conde de Suberra, que perseguiu até o fazer sair do Ministério

*Fl. III*

Paris, 25 de Abril 1826

Neste dia faz um ano que as infantas portuguesas, que estão em Espanha me disseram na audiência em seus quartos em Aranjuez, quando as fui cumprimentar, como embaixador de El-Rei seu Pai, pelo aniversário dos anos de S. M. a Rainha sua Mãe, cada uma separadamente teve idênticas expressões seguintes

— Este é um grande dia para nós, espero que dentro de um ano minha Mãe estará vingada de seus inimigos.

O tom de ira e de raiva, com que isso foi dito, ainda era mais enérgico do que as palavras — fiz-lhe uma reverência e saí.

O acontecimento de 10 de Março <sup>(9)</sup> desse ano seria o termo dessa vingança? que dito tão profético?

— as discussões da Camara dos Deputados foram remarcáveis (sic) ontem e hoje pois que o resultado surtiu o efeito contrário, que esperava a opposição realista: a veemência excessiva dos ataques contra Mr. de Villèle <sup>(10)</sup> por Mr. de la Bourdonnaie <sup>(11)</sup> fez com que a discussão fosse em favor do Ministério, aprovando-se sem discussão de artigos o fecho das contas de 1824.

*Fl. IV*

Paris — 13 Maio 1826

Que aniversário tão alegre <sup>(12)</sup>, tão esperado com ânsia, há tantos

(9) Morte de D. João VI.

(10) Estadista francês, Presidente do Conselho de 1821-1828. (1773-1854).

(11) François Régis, conde de La Bourdonnaie (1767-1839). Fogoso parlamentar, chefe da extrema-direita na Câmara dos Deputados, que atacou em 1824 a lei orçamental apresentada pelo governo.

(12) Aniversário do nascimento de D. João VI (13-V-1767).

anos por todos os Portuguezes, uns na esperança de graças e despachos, todos com satisfação da continuação da vida de um monarca, que tendo defeitos como homem, possuía uma bondade incomparável, e uma repugnância natural à severidade. Feliz, se essa bondade fosse acompanhada da firmeza de carácter, nociva ao Príncipe indeciso, e nociva aos vassallos; o desprezo da autoridade convida à desobediência, à intriga, e tal homem se faz criminoso, e rebelde, quando se lhe não obsta, que seria um vassallo estimável e bom servidor, se contido pelo respeito, não ousasse deslizar...

*Fl. V*

5 de Abril 1826 Paris

Notícias de Viena de Áustria de 24 de Março —

— Não se tinham atrevido a dar a notícia da morte de El-Rei ao Imperador (13) temendo a impressão que lhe faria no seu estado de moléstia.

— que S. A. R. o Infante D. Miguel se mostrara mais sentido do que se esperava por esta notícia, que fora ter com o Príncipe de Metternich (14), dizer-lhe que sentia que a moléstia do Imperador o privasse de ir pedir a S. M. os seus conselhos. Sua intenção era esperar ali as ordens de seu Augusto Irmão

— uma circular do Príncipe de Metternich qualifica o actual governo estabelecido por Decreto de 6 de Março, como uma regência de simples administração, e não como regência que fosse instituída em caso de menoridade ou de cativo do soberano, mas se lhe deve toda a obediência no país, e deve ser reconhecida nos outros

— a circular principia por estabelecer, que o motivo de separação do Infante de Portugal, já não existe, dá-lhe grandes elogios à sua mudança de conduta.

---

(13) Francisco I de Austria (1804-1835).

(14) Klemens Furst Metternich (1773-1859), o mais resolutos defensor dos principios conservadores no seu tempo, desempenhou um papel decisivo no Congresso de Viena e collocou a Austria no primeiro plano entre as potências europeias. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austria (1809-1848).

Supõem 3 casos: a Regente manda chamar o Infante — deve ir. 2ª Manda que fique em Viena — deve ficar — 3º nada diz, deve ficar por se conformar às ordens de seu País devendo esperar as de seu irmão, seu novo soberano, que só as pode revogar

## *Fl. VI*

Auteuil — 27 de Maio de 1826

Aniversário de igual dia o mais glorioso para a minha lealdade <sup>(15)</sup>, e que ele só, segundo minha consciência, basta para me honrar; em igual dia do ano de 1823 fui chamado a Vila Franca de Xira por S. A. R. o Sr. Infante D. Miguel, que se tinha posto à testa do regimento de Infantaria n.º 25 e de Cavalaria 4, e me declarou que queria obstar à subversão do país, que operavam cada dia as facciosas cortes ordinárias: aceitei, com a condição de ser restituída a autoridade soberana do Sr. D. João VI, e que em empresa tão arriscada fosse eu quem tudo mandasse, com exclusão de qualquer conselho ou observação que eu reprovasse: tudo foi minha obra, e em 5 de Junho, haviam desaparecido as Cortes, e El-Rei entrado triunfalmente e verdadeiramente Rei na sua capital. Depositário principal da autoridade real até Janeiro de 1825, paralisei os Liberais, os Rainhistas, os Transmontanos, os Infantistas, e os rebeldes de todos os partidos, e do modo estabeleci a A. (utoridade) Real, que, sobrevindo a funesta morte de El-Rei, um decreto seu assinado no momento, que saía da vida terrestre, estabeleceu uma regência, na ausência do seu sucessor, que e foi está sendo obedecida e respeitada, de modo que se pode dizer que este Príncipe, cuja autoridade havia sido tão combatida enquanto vivo, está ainda reinando depois da sua morte.

Graças sejam dadas à Divina Providência, que me havia destinado para serviço de tanta monta, e o maior que um vassalo possa fazer a seu Rei, um cidadão à sua pátria, um realista à legitimidade, um homem a seus semelhantes: quando não tivesse na minha

---

(15) A Vilafrancada.

carreira nenhuma outra circunstância estimável, esta basta para me considerar merecedor de Deus e dos homens.

*Fl. VII*

Paris, 16 de Setembro 1826

Diversas cartas de Lisboa afirmam que em várias cartas do Rio de Janeiro se diz que estou mal visto naquela Corte, que o Imperador está muito prevenido contra mim, e mesmo *escandalizado*, que a minha exclusão da Câmara dos Pares fora muito meditada pelos Ingleses, tanto esta última asserção explica as outras, e tudo isto não precisava de confirmação, a exclusão por si demonstrava o resto.

O Imperador scandalizado e que diria S. M. se eu em Junho de 1823 deixasse tirar a coroa a seu Augusto Pai para passar a do Sr. Infante? está scandalizado, porque *a mim só* deve a conservação da coroa, que agora herda? ou o reconhecimento de tal serviço é uma carga demasiada para um coração real — ou ingratição, ou pouca penetração há aqui. Os Ingleses quiseram mostrar seu poder, para atemorizar os Portugueses, que se lembrassem de nós serem seus escravos, pelo exemplo da desgraça de um, que eles faziam sua vítima, apesar de ter feito à Realeza o maior serviço, que é dado ao poder, à fidelidade, à firmeza de um vassalo.

Desta vez erraram; a mim procuraram-me o maior (*sic*) dos despachos; a Portugal a glória de ter um Nacional, único na Europa, que soube resistir à escravidão.

*Fl. VIII*

Paris 14 Setembro 1826

Todas as peças que publicam o novo Ministério, proclamações, circulares, ordens do dia são pouco dignas da alta administração, e pessimamente escritas e tem desagradado infinito na Europa, é

gente vaidosa, que se quer dar importância — o pobre João Carlos (16), que eu conheço bom moço, mas de pouca bola (sic) passa por um furioso, e os que o menos o culpam o dão por imprudente; a frase ao Exército em que diz que tremem as Legiões de Bonaparte fazem encolher os ombros de dó pelo escritor; neste século em que todas as nações saiem de porfiada guerra, não há nação que trema da outra, eis o dito de uma nação pequena para com uma gigante, é uma jactância ridícula a outra fase, em que assemelha os mal intencionados da Polícia aos Janízaros (17) sempre sediciosos e sempre degolados, significará que lhes quer fazer outro tanto? por que escreverá este homem? A circular de Rodrigues Bastos (18) com definições, e de mais a mais falsas!!! Tudo palanfrórios, que há-de pagar Portugal bem caros.

O artigo do Times, em que supõem que existe um tratado pelo qual as potências continentais se engajam (sic) a não se oporem ao desenvolvimento da carta e que a Inglaterra se obriga a não incitar em Espanha a revolução, é só existente na mente do Times, mas é certo que sem tratado a primeira parte assim há-de ser, e se Portugal tiver prudência, ninguém se há-de meter ostensivelmente com ele...

### Fl. IX

Paris, 11 de Setembro, 1826

Hoje veio a minha casa o Barão de Pedra Branca (19), dizer-me que por notícias particulares do Rio de Janeiro lhe diziam que a nau *D. João VI* estava à vista, que tinha já dado duas avançadas para entrar, sem ter podido; que logo que entrasse, não se demoraria senão dez dias para fazer mantimentos, e que passados

---

(16) João Carlos de Oliveira Daun, Duque de Saldanha (1790-1876).

(17) Corpo de infantaria que formava a guarda dos sultões turcos.

(18) José Joaquim Rodrigues de Bastos (1777-1866), formado em Direito, escritor, A. de *A Virgem da Polónia*. Foi nomeado em 1827 Intendente Geral da Polícia, aderindo nesta qualidade ao governo de D. Miguel.

(19) Depois Visconde de Pedra Branca (1780-1855), poeta e diplomata brasileiro.

eles voltava para a Europa, e vinha a Trieste buscar o Senhor Infante por de S. M. o Imperador (20). O mesmo Barão acrescentou que tinha sugerido este meio termo, dizendo que a lembrança era minha, como único meio de paralizar o partido, que tendo (*sic*) em Portugal o Estado, com pretexto de servir S. A. R. Disse-mo em segredo inviolável, e que só o comunicava a Pedro de Melo (21), e isso a fim que se não espalhasse antes de tempo, para que Metternich não tivesse tempo de armar alguma para evitar esta ida

*Fl. X*

Auteuil, 31 de Julho 1826

Constâncio (22), médico, espia de Savary (23), redactor dos *Annaes das Sciencias, e das Artes*, Encarregado de Negócios de Portugal nos Estados-Unidos até à Restauração, demittido nesta época, não quis entregar os papéis a seu successor, e só cedeu à força, escrevendo nesta ocasião ao Marquês de Palmela, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que não reconhecia nele qualidade para lhe dar ordens, por ser ilegítima a Restauração, e ele não reconhecer senão a Soberania Nacional — este vem correndo à pressa de Washington, os outros dois de Londres, entre estes dois há muita diferença, Carvalho (24) era um cego agente, Ferreira Borges (25) tem talento e saber.

---

(20) A nau D. João VI, aqui referida, foi construída no Arsenal da Marinha. Lançada ao mar em 24-VIII-1816 foi desmantelada em 1852. Entre outras missões transportou D. João VI de regresso do Brasil. Depois de várias viagens partiu para o Brasil em 1826 onde ficou às ordens de D. Pedro. De facto, a nau largou do Brasil com o fim de conduzir D. Miguel ao Rio de Janeiro, mas este não aceitou o convite do irmão.

(21) Pedro de Melo Breyner (1751-1830), magistrado, ministro plenipotenciário em Roma, embaixador em Paris (1824). Ministro da Justiça na Regência da Infanta Isabel Maria. Preso pela policia de D. Miguel em 1828 foi companheiro de infortúnio de Subserra.

(22) Francisco Solano Constâncio (1772-1846), médico, economista e diplomata.

(23) Duque de Rovico (1774-1833), general e estadista, íntimo colaborador de Bonaparte.

(24) José da Silva Carvalho (1782-1856), estadista liberal, ministro de D. Pedro IV.

(25) Manuel Ferreira Borges (1786-1838), político e jurisconsulto liberal.

Heliodoro partiu para Viena de Áustria, deixando um impresso infame contra mim <sup>(26)</sup>, Palmela, Porto-Santo <sup>(27)</sup>, Murça <sup>(28)</sup>, com o fim de animar contra todos estes o ressentimento do Sr. Infante, e pretende que eu lhe dissera, que o que se fez mal no 30 de Abril, foi não o sentenciar e cortar-lhe a cabeça.

Um despacho telegráfico chegado ontem dá notícias de Lisboa de 19 e de Madrid de 24 e são que

A Gazeta de Lisboa publicará os decretos e a Carta; que esta se devia jurar no dia de hoje 31

que *le gouvernement dans le sens monarchique est remplacé*. Que se diz que um viajante que leva cartas para o embaixador Casaflores <sup>(29)</sup> fora preso em Portugal e levado à polícia.

Cartas particulares mencionam a prisão do Prior Mor de Cristo, de um oficial de Secretaria dos Negócios Estrangeiros Queirós, indo no barco de vapor para o Porto, ao qual se acharam papéis e cartas suspeitas, e mais outras pessoas nas quais entra o famoso e perverso Gil Annes da Costa.

As mesmas cartas dizem que o Conde, chamando os comandantes dos Corpos, lhes disse que não fizessem caso dos pape-luchos vindos do Rio de Janeiro que são obra de Pedreiros Livres e que a verdadeira Constituição era o Sr. Infante.

## Fl. XI

Os ministros nomeados pelo *Constitutionnel* (sic), e em cartas de Londres e de Lisboa — são Silvestre Pinheiro, para os Negócios Estrangeiros, Barradas para o Reino, Fernando Afonso Giraldes

(26) Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro (1776-1849), médico miguelista, A. 5a Exposição Resumida do que, durante os dezoito meses, que estive em Lisboa, soffri á facção, e aos scelerados, que dominavam El-Rei e o levaram á sepultura.

(27) António de Saldanha da Gama (1778-1839), político, diplomata, governador do Ultramar.

(28) D. Miguel António de Melo (1776-1836).

(29) Conde de Casaflores, ministro de Espanha no Brasil (1817-1820), embaixador de Espanha em Lisboa (1825-1827).

para a Justiça, Cacela para a Guerra, Quintela para a Marinha, Conde da Lousã, D. Diogo para a Fazenda (30).

Os liberais preconizam com supostas cartas de Lisboa de 17 que há grandes mudanças diplomáticas nas diferentes cortes.

## Fl. XII

Paris, 20 de Dezembro, 1826

Jantei ontem em casa do Barão de Damas (31): havia um grande banquete em honra de M. Canning, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, chegado há três dias a Paris com sua Esposa, não se sabe para quê.

Vi pela primeira vez este homem que à minha custa e à de Portugal, há muito conheço por suas obras. Sua presença previne, e inculca juízo, e capacidade: suas maneiras são polidas. Fui-lhe apresentado pelo B. de Damas, falou-me com muita polidez, a que eu correspondi sem excesso: a conversação foi de poucas frases, das que se usam na sociedade, e versou sobre o tempo desde que eu estava em Paris, sobre o clima, sobre se o frio de Paris era mais intenso do que o de Londres. M. Canning é de opinião que o de Paris é mais intenso, e o de Londres mais húmido. Aqui se terminou nossa conversação.

Que fazer a Paris este Ministro?

Já há quem avance que se trata de um tratado de aliança entre a Inglaterra, França, e Áustria contra a Rússia: há tempos que se fala neste projecto pela boca pequena.

A súbita invasão dos Persas no território russo, se não é obra do fanatismo de alguma seita, e é acto do Xá, é obra inglesa. Receosos dos Russos pelas suas possessões da Ásia, há muito, que,

---

(30) Os conselheiros ministros de Estado no Conselho da Regência não correspondem inteiramente aos nomes citados por Subserra, naturalmente provenientes de informações ainda não confirmadas. De facto, o Ministro dos Estrangeiros era o Conde de Porto Santo; José de Almeida e Araújo Correia de Lacerda do Reino; Fernando Pereira de Sousa Barradas da Justiça; Joaquim José Monteiro Torres da Marinha; Conde de Murça da Fazenda e Luis Furtado de Castro Rio Mendonça, Conde de Barbacena, da Guerra.

(31) V. «Memórias desde 1820», fl. 5 v. V. fl. II nestes «Fragmentos».

por meio de seus oficiais, tem disciplinado os Persas para uma ocasião. Terá ela chegado?

### Fl. XIII

3 de Dezembro, 1826

O governo inglês para se desembaraçar em Lisboa da influência francesa em 1824, fêz cúmplice da sua manobra este mesmo governo, exigindo o *rappel* (sic) de Hyde de Neuville: Beresford disse-o em Paris e Mr. Herman<sup>(32)</sup> tempos antes, e S. Charles Stuart disse com antecipação a um par que desejava entrar na carreira diplomática que podia solicitar a embaixada de Lisboa porque Hyde era chamado. Como este embaixador fêz o erro de vir a Paris com licença, não se verificou logo esta medida, por desnecessária visto estavam ali os Ingleses livres da sua presença, mas tendo ele votado, como deputado contra a lei dos três por cento, suprimiram a embaixada para suprimir o embaixador, havendo prometido a este, quando ainda estava em Lisboa, que se não suprimiria a embaixada, sem lhe darem outro destino: pouco antes deste voto, haviam prometido que na ocasião do *Sacre* teria uma graça, como a *Pairie*<sup>(33)</sup> ou *St. Esprit*<sup>(34)</sup>: nada teve.

Tendo-se suprimido a embaixada pediu o governo francês o Conde de Vila Real para ministro de Portugal em Paris, cedendo assim igualmente às instâncias dos Ingleses, e sabendo que era um segundo do embaixador inglês, que vinham assim a ter, com o título aparente de Ministro de Portugal: o Sr. D. João VI que conhecia a qualidade de serviços, que o Conde lhe tinha feito em Londres, não anuiu e para se desembaraçar dele, é que nomeou ao dito emprego Pedro de Melo Breyner, contra o qual tinha a mais decidida antipatia.

(32) François Antoine-Herman (1758-1837), diplomata, cônsul geral da França em Lisboa. Durante a invasão francesa em Portugal, Herman encontrou-se investido ao mesmo tempo das atribuições de ministro das finanças e ministro do interior. Serviu na Monarquia, no Império e na Restauração.

(33) *Pairié*, pariato, dignidade de par.

(34) Ordem de cavalaria criada por Henrique III em 1578 para combater a Liga. Suprimida em 1791 foi restabelecida de 1815 a 1830.

É de notar que antes destas manobras o governo francês tinha pedido o Conde de Subserra para embaixador em Paris; para se desculpar com este, então embaixador em Madrid, o Barão de Damas escreveu-lhe que tendo S. M. Cristianíssima suprimido a embaixada, não se podiam verificar os seus desejos, que havia feito manifestar ao Sr. D. João VI, de o nomear embaixador junto à sua Real Pessoa.



# O FENÓMENO PORTUGUÊS:

## Uma abordagem à História de Portugal

Por: Álvaro Monjardino

### NOTA PRÉVIA

*As duas conferências cujos textos a seguir se publicam foram proferidas na Universidade de Rhode Island, em Março de 1980. A primeira («THE PORTUGUESE PHENOMENON») realizou-se no «campus» de Kingston, no dia 26; a segunda («THE AZORES EXPERIENCE: A REGIONAL GOVERNMENT»), no «Extension Campus» de Providence, no dia 28.*

*A primeira conferência resume e actualiza um dos capítulos do livro «OS AÇORES NO MUNDO DE HOJE», editado no corrente ano de 1980 pelo «Center of the Portuguese Speaking World»*

*da Southeastern Massachusetts University. A segunda procura dar uma rápida panorâmica das instituições políticas regionais, incluindo os seus antecedentes e perspectivas a curto prazo.*

*Ambas se destinaram a público norte-americano; daí muito do seu conteúdo, e haverem sido apresentadas em língua inglesa.*

*Publicam-se agora as duas versões de cada texto, em Inglês e em Português. O autor agradece às Doutoradas Helena Cabral Monjardino e Maria Teresa Vermette, bem como a José Miguel Ferreira Mendes, o seu contributo para a elaboração do texto em Inglês.*

*Angra, Maio de 1980*

## I

O território histórico de Portugal é uma mera faixa costeira a Sudoeste da Europa.

A História de Portugal começou há oito séculos e meio. Aquele pequeno país nasceu no meio de uma demorada luta que incluiu disputas territoriais e dinásticas, e também embates culturais. Essa luta repercutiu, no extremo ocidental da Europa, pressões, recuos e, finalmente, tomadas de fôlego para a grande expansão do Homem branco no Mundo.

Essa luta foi a Reconquista Cristã, que se desenvolveu, na Península Ibérica, durante 700 anos. Sete séculos significam um período quase tão longo como o de toda a História portuguesa. Três vezes e meia a História dos Estados Unidos. E é qualquer coisa que tem, forçosamente, que deixar marcas profundas, nos Povos e nas Nações.

À semelhança de outros reinos da Europa, Portugal surgiu como resultado de uma cisão política.

Afonso Henriques, o primeiro rei, era analfabeto, e um guerreiro nato.

Deixou o seu país criado, ainda que de maneira frágil lutando contra os Mouros, com o vizinho reino de Castela e jogando com o papa: enfrentando-os, umas vezes prometendo e outras faltando às promessas feitas.

E assim Portugal nasceu e entrou na História: no ambiente da Reconquista, de afrontamentos militares e políticos, e de uma devoção bárbara; alçando uma bandeira branca com uma cruz azul, onde as cinco quinas lembravam o sacrifício de Cristo e os trinta dinheiros a traição de Judas. Essa bandeira era arvorada por um príncipe rude, de origem francesa, neto daquele Afonso VI que eliminara irmãos para lhes ganhar os tronos e que, defensivamente, jurou falso perante o Cid Campeador.

Este cenário marca profundamente o que vem a ser a História ulterior de Portugal. A ambiência militar e de diplomacia táctica com Cristãos e Muçulmanos, depois prolongada em outros continentes, levou Mouzinho de Albuquerque, capitão de África, a escrever séculos depois que «este reino é uma obra de soldados».

E o mal foi que alguns se convenceram disso.

## II

Contrariamente ao que foi comum no Ocidente, antes de se formarem as grandes cidades, estruturou-se a própria nação. Há aqui como que uma inversão no tempo e na ordem natural das coisas. E é assim que, se por um lado as fronteiras naturais são estáveis, a História portuguesa revela sempre um equilíbrio instável em busca de apoios externos — alianças, viagens, colónias e migrações.

Podem, a partir daqui, formular-se interrogações sobre o fu-

turo de Portugal independente e com personalidade própria perante uma realidade ibérica, mediterrânea, atlântica ou mundial.

A relativa falta de substracto material levou sempre a uma certa tensão — e angústia — na política interna da Nação, e ela revela-se através da centralização política. As suas causas, assim, são fáceis de perceber: pequenez e fragilidade territorial; tradição francesa (e, afinal, romanista), expressa em letrados e juristas que constantemente flanquearam e apoiaram o rei, estruturaram a República, e até dominaram o chamado Estado Novo; espírito de cruzada, com todas as suas ambiguidades, traduzida primeiro nas conquistas, depois nas descobertas, e logo na conservação, a todo o custo, dos territórios de além-mar, e até no atabalhoado estilo das descolonizações; pobreza, com pouca capacidade para organizar as forças produtivas; oposição à Espanha, cerimoniosamente mantida mesmo nos períodos de apaziguamento.

Desta convergência de factores vários resultou um país bastante unificado e uniforme — nos costumes fundamentais, na Religião, na Língua, nos sentimentos e nas limitações —. Como um factor positivo, terão ficado aptidões comerciais primárias, ligadas a um contacto fácil com as pessoas. O que não resultou foram estruturas económicas fortes, racionais e produtivas.

Aquele facto de, mais ou menos esmorecida, se manter a tendência centralizadora pode talvez apontar-se como causa ou efeito de um «modo de ser português» que homens políticos tão afastados (e tão próximos) como Salazar e Álvaro Cunhal achavam pouco apto para dar vida a uma democracia do tipo ocidental.

### III

A História de Portugal foi, naturalmente, feita pelos Portugueses. Meia dúzia deles entrou na História Universal — e só tão poucos porque nenhum deles a escreveu —. Os outros, milhões, foram gente apagada e quase toda analfabeta, que tinha medo,

superstição e fé, que ia para o Oriente como hoje vai para os países ocidentais. Gente comum, humilde, e condicionada para sofrer.

Gilberto Freire chamou aos Portugueses os «Chineses do Ocidente». Iam pelo Mundo, e muitos instalavam-se, misturavam-se sem grandes preocupações de raça, de cor ou de tamanho. Alguns ficavam. Há restos da língua portuguesa na Malásia, no Japão, no Vietname, há-os na Índia (mesmo naqueles lugares donde a presença portuguesa se sumiu há muito); há-os na África, desde Marrocos até à Etiópia, há-dos na China, e porventura em outros sítios. Sem falar naqueles países onde a língua — mesmo que lhe chamem outra coisa — é a portuguesa.

«Chineses do Ocidente». Tinham um sentido de família arreigado, eram trabalhadores e poupados. Capazes de sobreviver e de suportar tudo e mais alguma coisa — fome, frio, desconforto e humilhações.

«Chineses do Ocidente». Lançados em pequenos negócios, desconfiados dos de alto coturno, difíceis de associar, excepto para alguma beneficência ou algum recreio; vivendo patriarcalmente, às vezes com toda a família no mesmo quarto, repetindo os mesmos gestos — com o pai a mandar, a mãe a comandar discretamente, os filhos a ajudarem, e tudo aquilo a trabalhar para o mesmo monte.

E daí uma dignidade, humilde mas profunda, não ostensiva mas persistente, porque ancorada na célula social.

«Chineses do Ocidente»: a família, a tradição, o pequeno comércio, a capacidade teimosa de sobrevivência. E uma religiosidade de fé, de certos cultos. Os Portugueses são profundamente rústicos e intensamente resistentes, são como a vinha Isabela, que nunca cede às doenças, mas que só dá vinho rico depois de enxertada. Em qualquer caso, quando as outras vinhas morrem, ela continua a viver...

«Chineses do Ocidente». Trabalhavam, procriavam, suportavam, sobreviviam — mas o seu nível social, como regra, não ia além de determinada altura. Vão-se fazendo as grandes descobertas técnicas, os grandes momentos do espírito humano vão surgindo, grandes músicos, pintores, cientistas e filósofos vão

aparecendo; mas os Portugueses, com alguma raríssima excepção, não se encontram entre nenhum deles.

Positivamente, e como regra, não produzimos figuras do que convencionou chamar-se o estrato mais elevado da cultura. Fazemos um papel modesto. Temos a nossa dignidade, mas somos humildes, e os grandes voos do espírito não se acham, geralmente, ao nosso alcance.

#### IV

È com gente desta que Portugal se fez e se continua a fazer. *A partir da Europa, mas pouco dentro da Europa.*

De facto, no fim do século XIV, Portugal viu-se envolvido na dinâmica da Guerra dos Cem Anos. Alinhou com a Inglaterra. Mas, apesar de vencedor dos Espanhóis, logo se voltou para o mar. È que, vencida, nem por isso a Espanha deixava de crescer.

A grande saída dos Portugueses de Portugal começa praticamente com o século XV. Foi a conquista de Ceuta, em Marrocos, e logo a seguir as viagens que descobriram a Madeira, os Açores, a costa ocidental da África, e por aí abaixo. E foi o Brasil, foi o Oriente, foi a volta ao Mundo.

Viveu-se nisto durante mais de um século. Durante a segunda Dinastia, o pequeno Portugal, com um milhão e meio de habitantes, metade da população da Grande Boston, faz descobertas geográficas notabilíssimas, domina a tecnologia da navegação à vela, e é ordenado naquilo que executa, sob a direcção do rei.

No século XVI começa a desintegração: afrouxam os cuidados, os navios perdem-se, a corrupção instala-se, a «História Trágico-Marítima» escreve-se. È já no fim desta época que Luís de Camões produz os «Lusíadas», cantando um passado recente para animar um presente já sem futuro. E quase tudo acaba numa expedição insensata a Marrocos: morre o rei, há uma crise de sucessão, perde-se a independência em favor de Espanha de Filipe II.

Os textos de então dizem que os dois países não se fundiam, que ficavam distintos sob o mesmo rei. Mas a realidade é outra: *perdeu-se a independência de facto*. E desde logo começou o grande e arrastado drama que, pode dizer-se, terminou em 1975: a corrida dos outros povos às possessões portuguesas, e o apagamento dos Portugueses nos mares. Desde então, os navios de Portugal passam a ser atacados pelos Ingleses e pelos Holandeses — que dantes o não faziam — e mesmo pelos Franceses, em suma, por todos os inimigos de Filipe II, que era o mais poderoso rei da Europa.

Neste novo período da História portuguesa, mesmo depois de recuperada a independência, em 1640, assistimos a uma luta contínua, mais surda do que aberta, mais instintiva do que racional: já não para aumentar as conquistas, *mas para que se perdesse o menos possível daquilo que restava delas*.

Este tipo de luta desenvolveu-se durante toda a IV dinastia — isto é, até ao início do século XX — já com o acento tónico no Atlântico: Brasil e África, depois só a África Meridional. Continuou-se com a I República, proclamada em 1910: a propaganda republicana fez-se em nome da defesa dos territórios africanos, e Portugal entrou na I Guerra Mundial para preservar Moçambique e preservar o Sul de Angola das investidas alemães, vindas donde são hoje a Tanzânia e a Namíbia.

Esta luta acabou por destruir o regime salazarista português, porque foram as guerras de África que criaram aquele descontentamento — social e, sobretudo, militar — do qual saiu a revolução de 25 de Abril de 1974.

## V

Se atentarmos nesta sucessão de factos que vêm desde o início do século XV, vamos encontrar uma linha que é a mesma: *a ideia de conservar qualquer coisa fora da Europa*, qualquer coisa que se associava a uma afirmação política: porque da Europa não havia muito por que valesse a pena esperar.

Nas nossas relações com a Europa, revelamos sempre um complexo de inferioridade.

Os Portugueses, notáveis a navegar, a descobrir, a colonizar e a negociar com indígenas quase sempre atrasados, nunca se atreveram ao comércio europeu. Quem comercializava os produtos trazidos de África e do Oriente, eram os Holandeses, eram os Ingleses, eram os Flamengos. De certa maneira, a Europa sempre nos meteu medo. E, curioso, mais medo que o Desconhecido, aquele mundo a que ninguém, desde a mesma Europa, se atrevera a chegar.

Mas Portugal, empenhado neste esforço de manter um pé fora da Europa, durante séculos, descuroou o seu desenvolvimento interno. E, desta maneira, só de longe acompanhou os progressos do mundo moderno.

No século XX descobrimos subitamente que a revolução industrial não se dera no nosso país: a indústria era artesanal, a agricultura obsoleta, o comércio rotineiro, a instrução pública um atraso, o espírito cívico uma ausência, o analfabetismo uma realidade.

Acabou-se, pois, a África — ao menos sob a forma de domínio territorial e político.

E agora?

## VI

A Europa? Talvez. Mas *que Europa?*

A Europa é um subcontinente, berço de uma extraordinária civilização.

A sua História é a história da competição entre os países que a formaram, e das dinâmicas criadas pelas suas próprias divisões.

O que se procura hoje é que essas divisões sejam finalmente superadas — agora que a Europa, perdida a sua «leadership» mundial, tem de enfrentar a crise da energia, a par de ameaças militares e económicas.

O facto, porém, é que esta Europa *ainda não existe como um todo, em termos de identidade política*. E, mais, pode perguntar-se se, como um todo — aliás desejável — ela alguma vez chegará a existir.

Porque tentativas de união europeia têm havido há mais de mil anos, numa nostalgia do Império Romano: com Carlos Magno, com certos papas, com Carlos V, até com Napoleão — e todas elas falharam.

Em nossos dias, pensemos nos países que formam o COMECON, nas pequenas nações isolacionistas (Noruega, Suécia, Suíça), no Parlamento Europeu, favorável ao boicote olímpico, que a França e outros rejeitam...

Por isso, quando os políticos portugueses pró-europeus — que são os do actual Governo, e os do Partido Socialista — se esforçam pela integração europeia, Portugal acha-se numa «situação pirandelliana»: *procura integrar-se num todo que (ainda?) não existe*.

## VII

Mas no horizonte político português desenha-se uma tendência oposta. Ela é a dos nostálgicos do anterior regime, a extrema-direita nacionalista. E, a despeito de tudo, ela é a do Portugal progressista, todo voltado para o Terceiro Mundo.

As antigas colónias portuguesas caíram todas — desde que estados independentes — sob regimes políticos marxistas.

É certo que o Marxismo africano não tem muito que ver com o Marxismo da Europa — excepto na unicidade partidária, e nos meios de repressão, comuns a todos os regimes autoritários ou fascisantes, sejam eles de esquerda ou de direita.

Para surpresa de muitos, são os saudosistas do império que insistem por uma aproximação com a África e não — ou menos — com a Europa, e tudo em nome do passado.

E é a esquerda militar portuguesa, juntamente com os Comu-

nistas e os seus parentes próximos, que põe reservas à integração europeia, e procura também um regresso aos caminhos de África, já não como potência dominadora, mas em nome da sobrevivência nacional e da fraternidade dos países não alinhados.

### VIII

«Este reino é uma obra de soldados», citei mais acima. A instituição militar pode lançar uma revolução progressista: mas, por hierárquica, é profundamente conservadora — nomeadamente na União Soviética —. Esta instituição militar, perante uma sociedade civil sem fortes estruturas, como a nossa, continua a ter um peso de que os Portugueses nunca se conseguiram libertar.

Por isso, qualquer político português que fala contra a preponderância militar, o faz — se é minimamente consciente e responsável — com alguma *reserva mental*.

Assim, não é fácil prever — a curto ou a médio prazo — um Presidente de Portugal *que não seja militar ou, quando muito, não seja pelos militares previamente escolhido (ou aceite) como candidato*.

Na História das Repúblicas portuguesas — da primeira, da segunda e da terceira, que é a presente — só *um* Presidente civil cumpriu até ao fim o seu mandato.

Esta condicionante militar acompanhará, por isso, a democracia portuguesa, até que um dia uma autêntica sociedade civil se afirme por si.

Este não é um facto de que nós, Portugueses, nos possamos orgulhar. Mas é um dado real da nossa História contemporânea: *e subestimá-lo pode constituir um grave risco para a paz e para a liberdade*.

È nesta encruzilhada que Portugal agora se encontra — ao cabo de mais de oito séculos de uma atribulada existência.

Somente nas pequenas Regiões Autónomas portuguesas — os

Açores e a Madeira — existem sistemas de governo sem influência militar; e sociedades civis com instituições próprias, criadas sem reticências nem compromissos de bastidor.

Possam elas representar um sinal de esperança para um futuro português, mau grado um passado politicamente desanimador. Deus o sabe.



# THE PORTUGUESE PHENOMENON

## An approach to the History of Portugal

*Por: Álvaro Monjardino*

### I

The Portuguese territory is but a narrow strip along the SW coastline of Europe.

The History of Portugal had its beginnings eight and a half centuries ago. That small country resulted from a long-lasting struggle, which involved not only territorial and dynastic conflicts, but also cultural impacts. As a consequence of it, there were, in that western end of Europe, pressures, withdrawals, and finally recoveries, having in view the great expansion of the white man in the world.

That struggle was the Christian Reconquest, which has developed in the Iberian Peninsula for seven hundred years. As a matter of fact, seven centuries mean nearly as long a period as the whole History of Portugal, that's to say, three and a half

times the History of the United States. And, of course, it had forcibly to leave profound marks, both in the peoples and the nations.

Like other kingdoms in Europe, Portugal arose as a result of a political schism.

Afonso Henriques, the first king, was an illiterate and a born guerrilla-warrior.

He set up the country, though in a fragile way, by fighting against the Moors, against its neighbour Castile, and even with the Pope: facing them, sometimes promising, and then at times not keeping that promise.

And this was how Portugal stepped into History: in the atmosphere of the Reconquest, of military and political impacts and of a barbarian devotion; holding a white flag with a blue cross, where the five shields reminded us of Christ's sacrifice, and the thirty coins of Judas' treason. That flag was raised by a rude prince of French origin, a grandson of Alphonse VI, who eliminated his brothers to seize their thrones, and who swore false before Cid, the Campeador, just for self-defense.

This scenario profoundly makes its mark on the future History of Portugal. The military environment and diplomatic contact with Christians and Moslems, which was later extended to other continents, led Mousinho de Albuquerque, a captain of Africa, to write some centuries later that «this kingdom is the work of soldiers».

And, what is worse, many believed it.

## II

Differently from what usually happened in the West, the nation was given a structure before large cities flourished. There is here a sort of inversion in time, and in the natural order of things. This can possibly explain why, on one hand, the natural

frontiers are stable and, on the other, why the Portuguese History has always revealed a certain unbalance, in search of external aids — alliances, travels, colonies and migrations.

This could be the starting point for further questions about the future of Portugal as an independent country, with its own personality, facing an Iberian, Mediterranean, Atlantic or World reality.

The lack of material substratum has always led to a certain tension and anguish in the internal policies of the country, and is to be seen through the political centralization. Its causes are, thus, easy to understand:

- the small size and the fragility of the territory;
- a French tradition (Romanistic, after all), expressed by scholars and lawyers, which constantly sided with and supported the king, structured the Republic, and also dominated the so called «Estado Novo» (the Salazar's era);
- the spirit of crusade, with all its ambiguities, which was first expressed in the conquests, then in the discoveries, also in maintaining, at any price, the overseas territories, and finally expressed even in the desorganized type of decolonizations;
- poverty, plus little capacity to organize productive sources;
- opposition to Spain, ceremoniously maintained even peace time.

All these factors put together resulted in a rather unified and uniform country, not only in what concerns basic customs, religion and language, but also its feelings and limitations.

A primary commercial ability, linked to an easy contact with people, remained as a positive factor. *What really didn't work on were strong, productive and rational economical structures.*

The fact that the centralizing tendency was kept in a more or less definite way is possibly pointed out as a cause or an effect of a «Portuguese psyche» by political men such as Salazar and Álvaro Cunhal (at the same time near or distant from each other) who think that was not enough to give life to a western type democracy.

## III

There is no doubt that Portugal was made by the Portuguese. A very few figure in World History — and just a few because none of them wrote it —. The others, some millions, were obscure and almost illiterate people, normally fearful, superstitious and faithful, who then went to the Orient in the same way as they now go to the West. They are common and humble people, all conditioned to suffer.

Gilberto Freire said the Portuguese were the «Chinese of the West»: they'd go out to the world, settle down and mix with no problems of race, colour or size. Some would stay. There are vestiges of the Portuguese language in Malaysia, Japan, Vietnam, India (even in those places where there has been no Portuguese for ages), also in Africa, from Morocco to Ethiopia, in China, and maybe still in other places — not to mention those countries where Portuguese (even though called something else) is the spoken tongue.

«Chinese of the West». They had a deep sense of family, were hardworking and sparing people, able to survive in any circumstances and endure all hardships — hunger, cold, discomfort and humiliation.

«Chinese of the West». Always involved in small-size business, mistrusting high-level people, rarely associated with others, except for charitable purposes or festive occasions; living under a patriarchal system, sometimes with the whole family in a single room, repeating the same gestures — the father in command, the mother indirectly leading the ship, the children helping, and all of them cooperating towards the same objective.

All this gave birth to a modest but profound dignity, which is not obvious, but ever present, since it is anchored in the basic social unit.

«Chinese of the West»: family, tradition, small business, the obstinate capacity to survive. Also, a primitive faith, expressed by certain cults. The Portuguese are profoundly sturdy and intensely resistant. They are like the vine Isabella, which never falls

to a disease, but only gives good wine when it's grafted. Anyway, when the other kinds die, it lives on...

«Chinese of the West». They would work, bear children, endure everything, survive—but they would never raise their social standard of living above a certain level. Great technical discoveries take place, high moments of the human mind are realized, great musicians, painters, scientists and philosophers are born to the world; but the Portuguese, with very few exceptions, are not to be counted among them.

The fact is that we have never produced names able to be ranked on the first line of cultural development. We always play a humble part. We have our dignity, but we are modest, and never aim at high flights.

#### IV

It's with these people that Portugal was and is being formed. *Beginning with Europe, but developing little within Europe.*

In fact, towards the end of the 14th century, Portugal was involved in the Hundred Years War, and sided with England. However, in spite of having defeated the Spaniards, it turned to the sea. The case was that, though defeated, Spain was growing more and more.

It was but in the 15th century that the Portuguese started to leave their country in large numbers. First, it was the conquest of Ceuta, in Morocco; shortly after, came the discoveries of Madeira, the Azores, the western coast of Africa, and so on. Then it was Brasil, the East and the trip around the World.

This went on for over a century. During the second Dynasty, the small country that Portugal was, counting about one and a half million inhabitants—half the population of the Greater Boston—made remarkable geographical discoveries, mastered the technology of sailing navigation, and was able to execute all its plans in an orderly fashion, under its king's direction.

In the 16th century, the decline began: one got more careless, ships were lost, corruption was rampant, the «Tragic History of

the Sea» was written. It was by the end of this period that Camões wrote the «Lusíadas», in which he celebrated a recent past to revitalize a present already with no future. And all ended with a foolish expedition to Morocco: the king died, a succession crisis followed, the independence was lost in favour of Philip II of Spain.

The texts of that time said that the two countries wouldn't be merged; on the contrary, they would stay separate, though under the same king. Nevertheless, the reality was quite different: *we did lose our independence*. On that moment began the drama that would develop until 1975: the rush of other countries to the Portuguese overseas possessions, and the decline of the Portuguese maritime power. From that time on, the Portuguese ships began to be preyed upon by the English and the Dutch — who had never before dared to press an attack — and even by the French, that's to say, by all the enemies of Philip II, the most powerful king of Europe.

In this new period of the Portuguese History, even after the recovery of independence, in 1640, a struggle began, which seemed to be more indirect than direct, more instinctive than rational: not exactly to enlarge the conquests but to loose as little as possible of what was left of them.

This soft of struggle developed during the fourth Dynasty — i e., until the beginning of the 20 th century — already with an eye on the Atlantic: first Brasil and Africa, then just the South of Africa. It went on in the first Republic, proclaimed in 1910: all the republican propaganda was made in the name of the defense of the African territories, and Portugal entered World War I to preserve Mozambique and South Angola from the German attacks coming from present-day Tanzania and Namibia.

This struggle came to ruin Salazar's government. As a matter of fact, the war in Africa arose a social and, above all, military discontent which led to the revolution of the 25 th April 1974.

## V

Looking back to all these facts since the beginning of the

15 th century, you'll find a common thread: *the idea of maintaining at least a foothold outside Europe*, something that might have a political meaning, because in Europe there wasn't much left to be hoped for.

In our relations with Europe, we have always revealed an inferiority complex.

Although the Portuguese were remarkable in navigation, discoveries, colonization and in trading with natives, almost always backward people, *they never dared to trade with the Europeans*. Those that commercialized the goods brought from Africa and the East were the Dutch, the British and the Flemings. We always somewhat feared Europe. And, what is interesting, we feared it more than the unknown world where no Europeans dared to go.

For centuries engaged in maintaining a foothold outside Europe, Portugal *neglected its internal development*. So, only from afar, did it keep pace with the modern world.

In the 20 th century, we were suddenly aware of the fact that there had been no industrial revolution in our country: industry was still in the hands of craftsman, agriculture obsolete, commerce routine, the educational system very backward, civic sense lacking, and illiteracy, a reality.

So, Africa was over — at least as a political and territorial domain.

What now?

## VI

Europe, perhaps. But *which Europe*?

Europe is a subcontinent, the cradle of a remarkable civilization.

Its History is the history of the competition among its countries, and of the dynamics originated by the divisions among them.

Today, what one looks for, is to finally overcome these divi-

sions — now that Europe, having lost its world leadership, has to face the energy crisis, as well as military and economical threats.

However, *this Europe doesn't yet exist as a whole, in terms of political identity*. And, what's more — though it is desirable — we wonder if it will ever exist...

There have been attempts of an European union for over thousand years, in a nostalgia for the era of the Roman empire: with Charles the Great, with some popes, with Charles V, and even with Napoleon — but all these attempts failed.

In our days, let's think of the COMECON, of the small isolationist nations (such as Norway, Sweden, Switzerland), of the European Parliament, favourable to the olympic boycott, which is being rejected by France and by other countries...

Therefore, when the Portuguese pro-European politicians — those in the present Government, as well as the Socialists — press and urge for European integration, Portugal is in a «pirandellian» situation — that is: it attempts *to belong to a whole-being which (still?) does not exist*.

## VII

But on the Portuguese political sphere there are also other quite different trends. They are developed by nostalgic members of the right-wing, who belonged to the old régime. And, in spite of it all, they represent the progressive side of the country, which is turned to the Third World.

All the old Portuguese colonies fell — as independent states — to marxist régimes.

It's true that the Marxism of Africa has little to do with the Marxism of Europe — except for the existence of a political party which is unique, and for the means of repression, which are common to all authoritarian or fascist-like governments, either left or right-wing orientated.

To the surprise of many, those who are still attached to the ideas of the old régime are exactly the ones who fight for an approach with Africa and not — or less — with Europe, in the name of the Past.

And it's the Portuguese military left-wing, together with the Communists and their soul-brothers, that are sceptical about European integration, and also search the way back to Africa, not as a dominating country, but in the name of national survival and fraternity towards the non-aligned countries.

## VIII

As I cited above, «this kingdom is the work of soldiers». The military institution may launch a progressive revolution: but, due to its hierarchy, it is deeply conservative — as is the case in the Soviet Union —. This military institution, in a civil society with no strong structures, like ours, holds such an important place that the Portuguese have never succeed in liberating themselves from its hold on them.

So, every Portuguese politician who speaks against an ever prominent military pressure *does so with mental reservation*, if he is, at least, responsible and knowledgeable.

So, *it's not easy* — in short or medium term — *to foresee a President of Portugal who is not a military man or, at least, who is not proposed (or accepted) by them.*

*Only one civil President has taken his mandate up to the end* in the History of the Portuguese Republics — either in the 1 st., the 2 nd. or the 3 rd., which is the present one.

This fact will never fail to be present in the Portuguese democracy, unless some day a civil society is brought about.

This is nothing for us, Portuguese, to be proud of. However, it's a factual element of our contemporary History: and if we underestimate it, *peace and liberty may run a serious risk.*

It's at this crossroads that Portugal now finds itself — after more than eight centuries of existence under very trying conditions.

Only the two small Portuguese autonomous regions — the Azores and Madeira — have their Governments without military influence; and civil societies with institutions of their own, which were created with no hidden pressures or concealed compromises.

May it be a favorable sign to the future of Portugal — even with a so discouraging political past —. God knows...

*U. R. I., Kingston Campus*

*March 26, 1980*

# A Experiência dos Açores : UM SISTEMA DE GOVERNO REGIONAL

*Por: Álvaro Monjardino*

## I

No dia 1 de Janeiro de 1980, um ligeiro arripio na crosta terrestre, ajustando as suas placas numa área da Dorsal do Meio do Atlântico, sacudiu, durante menos de meio minuto, sete pequenas ilhas situadas entre a Europa e a América do Norte.

Três dessas ilhas foram atingidas dramaticamente. Mais de 60 mortos, de 10 desaparecidos sob desabamentos de terra e rocha, de 20 000 pessoas desalojadas, e uma velha cidade marítima do século XVI, Angra, em grande parte arruinada.

O antigo sofrimento colectivo, o terror perante certas forças da Natureza, que acompanha o Povo dos Açores ao longo da sua História, apareceu de novo.

Depois, arregaçando as mangas, enquanto alguns poucos — poucos — se lastimavam sem nada fazer, esse mesmo Povo, esquecendo domingos e feriados, começou a reconstruir as suas casas. Neste momento, estão reparadas mais de mil.

O terramoto não foi sentido em todo o Arquipélago. As ilhas são mais que sete: exactamente, são *nove*.

Nove ilhas oceânicas, situadas 800 milhas a oeste da Europa e 2000 milhas a este da costa americana. Relativamente distantes umas das outras. Com uma área total de 1360 milhas quadradas e uma população residente com um pouco mais de um quarto de milhão.

As ilhas dos Açores foram descobertas por navegadores portugueses na primeira metade do século XV. E povoadas fundamentalmente por gente vinda de Portugal.

Os seus habitantes foram sempre muito mais atraídos pela Agricultura do que pelas fainas do mar, porque este era difícil e perigoso, enquanto o solo se mostrava fértil.

Porém, pouco depois de ocupada a terra, logo os Açorianos começaram a emigrar. Hoje, deve haver tanta gente dos Açores a viver lá, como outra tanta emigrada em diferentes lugares do Mundo — e, principalmente, na América do Norte.

Povo de agricultores e emigrantes, teria de ser, como é, tradicionalista e, portanto, conservador.

## II

A primeira organização política e administrativa que houve nos Açores foi muito influenciada por instituições medievais portuguesas.

Por um lado, uma *nota feudal*. As ilhas pertenciam ao Rei. O Rei *doava-as* (no todo ou em parte) a um príncipe (o «donatário»), que era habitualmente representado por um agente seu (o «capitão do donatário»). E este distribuía as terras por uma espécie de vassallos seus. Toda esta gente recebia terreno e, em contrapartida, cultivava-o. Para isso, precisava de trabalhadores — e foram eles, geralmente não escravos, quem constituiu a base do Povo dos Açores.

Por outro lado, uma *nota municipal*. As primeiras comunidades urbanas organizaram-se, espontaneamente, segundo o modelo português. Em algumas ilhas, o Município cobria todo o território. Mas esta não foi a regra porque, mesmo dentro de cada ilha, as comunicações eram difíceis, por causa dos montes e da falta de caminhos. O resultado foi que, ainda hoje, as nove ilhas se desdobram em dezanove municípios.

Estes dois factores políticos formam a base de uma realidade com que os Açorianos viveram até ao século XVII. No tempo dos Espanhóis, criou-se um Governo Geral dos Açores, que efectivamente exercia poucos poderes. Somente no século XVIII, na época do absolutismo real, é que se criou um governo forte para todas as ilhas, confiado a um aristocrata nomeado pelo Rei: foi a «Capitania Geral dos Açores». A sua sede era na cidade de Angra, na casa que fora dos Jesuítas, e que passou a chamar-se o Palácio dos Capitães-Generais.

Na primeira metade do século XIX vingaram em Portugal as ideias liberais, e com elas vieram novas formas de administração pública.

O novo sistema, de influência napoleónica, era ainda mais centralizador. O centralismo passou de Angra para Lisboa. E as ilhas, primeiro agrupadas na «Província dos Açores», logo se dividiram em duas «prefeituras» e depois em três «distritos», cujas competências foram estabelecidas à custa das antigas instituições municipais.

Havia, nos Açores, um certo mal-estar quanto ao governo de Lisboa. Os Açorianos sentiam-se frustrados quanto ao seu desenvolvimento e quanto ao seu poder de decisão política. António Cordeiro, um Jesuíta, autor da «História Insulana», terá sido quem, pela primeira vez, exprimiu abertamente essa frustração. Estava-se ainda no século XVIII.

Desde as Cortes Constituintes de 1821, as reivindicações autonómicas dos Açorianos passaram a ser expressas de maneira sistemática. Na década de 1870 foram mais além, e atingiram uma cor separatista que era também de aproximação com os Estados Unidos. E isto aconteceu justamente quanto, no Continente português, se formou o «Movimento Iberista», defensor da união penin-

sular. E é possível que a desintegração do Império Espanhol e a guerra de Cuba tivessem a ver com tudo isto.

Em 1895, o governo português — ao tempo presidido por Hintze Ribeiro, um Açoriano — concedia aos três Distritos dos Açores a possibilidade de uma autonomia administrativa.

O hino regional dos Açores, adoptado oficialmente no ano passado, vem deste tempo.

Esta autonomia administrativa nunca mais deixou de existir; mas era mais de nome que outra coisa.

No fim da I Guerra Mundial apareceu outro movimento separatista, a defender semelhante posição: os Açores deviam separar-se de Portugal, e acolher-se à protecção dos Estados Unidos.

Não durou muito tempo. Mas, a julgar pelos jornais portugueses dessa época — tanto da Nova Inglaterra como da Califórnia — teve algum acolhimento nas comunidades açorianas dos Estados Unidos.

Já por essa altura era intensa a imigração dos Açorianos para os Estados Unidos. E é provável que a cidadania norte-americana concedida em 1917, pelo «Jones Act», aos habitantes de Porto Rico, tenha influído neste movimento.

As reivindicações autonomistas cresceram após a revolução de 28 de Maio de 1926, a qual foi, à partida, um pronunciamento militar contra a confusão política existente em Portugal.

Em Fevereiro de 1928, um Decreto do Governo aumentava os poderes autonómicos dos Distritos dos Açores, e os meios financeiros para os garantir.

Em Junho seguinte já Salazar era ministro. Outro Decreto, não alterando as receitas, aumentava os encargos dos Distritos, que assim viam reduzidos de facto os seus poderes.

Quase dez anos depois, o governo português pôs em vigor um Estatuto dos Distritos Autónomos, que fora elaborado por um jovem professor de Direito, chamado Marcelo Caetano.

Tratava-se, naturalmente, de um diploma fortemente centralizador, ao estilo do regime político português de então. Os distritos autónomos continuavam a existir, mas extremamente limitados em meios financeiros e — evidentemente — por completo despidos de representatividade política.

## III

Em 1974, novamente através de um golpe militar, deu-se a revolução do 25 de Abril.

A revolução teve motivações várias e complexas. Mas não pode negar-se que foi apregoada como feita em nome da libertação das colónias e, de uma forma mais geral, da liberdade para o Povo português.

Nos Açores apareceu imediatamente o MAP (Movimento para a Auto-determinação do Povo Açoriano) que se propunha conseguir uma autonomia alargada para os três Distritos açorianos.

Uma pequena minoria de influência comunista combateu o MAPA, cujas instalações foram encerradas e cujos membros foram perseguidos.

Surgiu então a FLA (Frente de Libertação dos Açores), sem estatutos, sem legalidade, mas toda voltada para a acção directa. Em Junho de 1975 eram presos vários Açorianos simpatizantes deste movimento. Houvera eleições em Abril e, apesar dos seus resultados, a escalada comunista não desarmava. *Há então um momento, nesse Verão de 1975, em que o Povo dos Açores, rural e conservador, começa a admitir, porventura pela primeira vez na sua História, que tem mesmo de separar-se de Portugal. É precisamente quando se desenha a noção de que a revolução comunista está mesmo a dar-se no Continente português.*

Após algumas manifestações e um despontar de violência — e para surpresa de muitos — o Governo de Lisboa fez concessões e atendeu à pretensão de se formar uma Junta Regional nos Açores.

No outono de 1975, aparentemente, a crise foi ultrapassada, o «take-over» dos Comunistas não se verificou, e aquele sentimento de abandonar o barco português e de saltar para o salva-vidas, *sem cuidar de saber sequer se o salva-vidas pode navegar*, atenuou-se.

Ficou, porém, uma certeza: o Povo dos Açores batera o pé ao Governo de Lisboa. *Esta afirmação confirmava, pela primeira vez, uma dinâmica.* Foi ela que levou ao sistema de Governo Regional que temos.

Na verdade, com a Constituição de 1976, os Açores ganharam o direito a um *Governo só deles*, e a um *Parlamento próprio*, capaz de fazer leis com âmbito regional.

Isto não constituiria motivo de surpresa para nenhum norte-americano. Mas para nós é uma novidade espantosa, porque sucedeu pela primeira vez na História política de Portugal.

#### IV

Em Junho de 1976 foi eleita a primeira Assembleia Regional dos Açores, formada de 43 deputados. Em Setembro do mesmo ano tomou posse o primeiro Governo Regional. São estes os órgãos de governo próprio dos Açores: um Legislativo e um Executivo, no estilo parlamentar e europeu.

A Assembleia Regional pode fazer leis de aplicação local, fiscaliza o Governo e aprova o Orçamento. Mas o seu Orçamento é apenas de despesas, porque a Assembleia não pode criar impostos regionais. Refiro-me, naturalmente, a Orçamento de despesas em termos de decisão.

Assim, as receitas da Região são, fundamentalmente, as dos impostos de âmbito nacional que nela se cobram, as das vantagens económicas e financeiras provenientes de acordos internacionais que respeitam à Região, e uma importância que o Governo Central lhe atribui por ano para completar o que falte ao financiamento das despesas que a própria Assembleia aprovou.

O Governo Regional tem à sua conta a Administração da Região. Esta Administração inclui muitos serviços (como os da Saúde, da Segurança Social e da Educação) que dantes, na sua maior parte, dependiam do Governo de Lisboa.

Para além dos habituais poderes executivos, o Governo Regional exerce um direito que é considerável: o de, em conjunto com a delegação portuguesa, tomar parte na negociação de tratados internacionais que digam respeito à Região, bem como ao mar que a rodeia num raio de 200 milhas — a chamada Zona Eco-

nómica Exclusiva, cuja área corresponde a mais de 350.000 milhas quadradas. A mais importante negociação em que interveio, até hoje, foi a da Base das Lajes que, em quatro anos, trará à Região uma receita de 80 milhões de dólares.

A Assembleia Regional reúne-se na cidade da Horta, a mais pequena dos Açores; e, até hoje, apenas à razão de três períodos por ano — em Novembro, em Março e em Junho. As suas Comissões é que estão permanentemente em actividade, e reúnem indiferentemente em qualquer ponto da Região.

O Governo Regional é formado por um Presidente e por vários Secretários Regionais.

Entendeu-se que, para evitar certos traumatismos, e também para forçar o Executivo a governar *com todos os Açorianos*, as Secretarias Regionais deviam ser repartidas pelas três cidades da Região. É assim que há duas na Horta, três em Angra e quatro, mais a Presidência, em Ponta Delgada.

Muita gente — de fora dos Açores — tem dificuldade em compreender esta dispersão, que nós chamamos «repartição horizontal». Mas nós, Açorianos, entendemo-la e aceitamo-la. O facto de o Executivo funcionar em três cidades impede que haja inteiramente uma capital nos Açores: porque a História nos ensinou os conflitos que isso poderia trazer.

Esta solução não é barata, e é incómoda. Obriga os membros do Governo Regional a viajarem permanentemente de um lado para o outro, porque reúnem aqui e acolá.

Por outro lado, este inconveniente fá-los sentir os problemas locais de maneira mais profunda e mais viva — e adapta-os, psíquica e até fisicamente, às condições da própria Geografia. Além disso, intensifica as ligações e as interdependências das três cidades.

E isto parece fundamental nesta fase da vida da Região, em que foi preciso acabar com a divisão dos Açores, feita «verticalmente» em três distritos, independentes entre si, e quase inimigos uns dos outros.

É possível que este esquema venha a ser alterado num futuro não muito próximo. Por ora, ele é um dos mais fortes elementos para a pedagogia política regional.

*A existência de órgãos de governo próprio na Região tem dado aos Açores, apesar do seu diminuto peso humano e económico, uma relevância política considerável no contexto português, como jamais anteriormente haviam tido.*

E o afluxo de meios financeiros importantes tem permitido o lançamento de investimentos públicos de vulto, que em quatro anos fizeram subir sensivelmente o nível de vida da população.

Esta, por seu turno, aprendeu depressa a mostrar os seus sentimentos — por vezes o seu desagrado — e a expressá-los, tanto através da Assembleia Regional como dos órgãos municipais, ou mesmo directamente, e sem perturbações da ordem pública.

Por isso, a experiência dos Açores tem sido das mais válidas em Portugal, como maneira de lançar e actuar instituições democráticas, após meio século de um regime autoritário, que de maneira nenhuma aceitava a livre expressão da vontade popular.

## V

**Que futuro terão as nossas instituições regionais?**

Até Dezembro último, o partido político dominante nos Açores não era o que dominava no Continente português.

Esta oposição trouxe dificuldades para o Governo dos Açores. Por outro lado, e em termos regionais, trouxe-lhe muitos benefícios.

*Muitas pretensões regionais foram atendidas, talvez de má vontade, porque as estruturas políticas da Região se revelaram fortes, e os governos de Lisboa, sem apoio parlamentar, ou com apoio parlamentar deficiente, não o eram.*

Receio que, daqui por diante, surjam problemas entre o Governo Regional e o Central, embora este hoje inclua, maioritariamente, o partido que tem governado os Açores.

O Governo de Lisboa é mais conservador que os anteriores, e todos os governos conservadores portugueses tendem para o centralismo.

O Governo de Lisboa é mais forte que os anteriores, na medida em que tem uma maioria no Parlamento português, que os outros nunca tiveram: *Todos os governos portugueses fortes tendem igualmente para o centralismo.*

O Governo de Lisboa enfrenta uma situação financeira difícil, sendo que dele depende que o Orçamento regional tenha os meios necessários para fazer face ao chamado «deficit regional». *Todas as regenerações financeiras portuguesas passaram por estrangulamentos nas autonomias existentes.*

Ainda este ano submeteremos o Governo e o Parlamento de Lisboa a duas provas. *A primeira* é a do Orçamento, em que vamos precisar de três milhões de contos vindos do Continente português. *A segunda* é a do novo Estatuto, que foi aprovado pela Assembleia Regional no princípio de Março, e que precisa de ser aprovado pelo Parlamento português.

Se estas provas resultarem positivas, ter-se-á dado um passo muito importante na consolidação da autonomia regional, para além do período das disputas, das provas de força e até de alguns «bluffs» em que vivemos até agora.

Se o Governo e a Assembleia portuguesas não combaterem a autonomia dos Açores, e não lhe recusarem os meios de se realizar, estarão a prestar um *enorme serviço* ao país inteiro. Irão assim permitir condições de vida *a uma democracia regional, nascida de uma sociedade civil como é a nossa, junto da qual as forças armadas são respeitadas, mas se reduzem ao seu papel de guarda, sem interferirem na vida política.*

E isto não se dá, nem provavelmente se poderá dar tão cedo, ao nível do Continente português.

A democracia é uma criação das sociedades civis — nunca o foi das sociedades militarizadas.

Por isso, a democracia regional constitui uma reserva e, indirectamente, uma defesa da própria democracia portuguesa.

\*

\* \*

Entretanto, o Governo Regional dos Açores enfrenta também

o mais formidável desafio que, em termos estritamente regionais, lhe apareceu na sua curta existência.

Para além do «poker» político com o Governo Central, tem postas à prova *as suas capacidades de realizador* perante as tarefas da reconstrução — que são a dura consequência daquela sacudidela na crosta terrestre em que falávamos no princípio.

Claramente, o Povo dos Açores espera para ver o que o seu Governo é, neste campo, capaz de fazer. Ele será julgado de acordo com o que tiver feito. E em Outubro próximo, nas eleições regionais, esse mesmo Povo dirá se ficou satisfeito ou não.

Para além disso, temos todos certamente um longo caminho ainda a percorrer.

# The Azores Experience: A REGIONAL GOVERNMENT

*Por: Alvaro Monjardino*

## I

On the first of January 1980, a slight shivering on the earth's crust, which was an adjustment of plates in an area of the Mid-Atlantic Ridge, shook, for less than half a minute, seven small islands situated between Europe and North America.

Three of those islands were cruelly hit.

More than 60 people died, 10 disappeared under fallen earth and rock, over 20,000 were left homeless, and Angra, an old maritime city dating from the 16th century, was greatly ruined.

The ancient suffering, the fear of natural forces which has always been felt by the people of the Azores along their History, came out again.

Then, those same people rolled up their sleeves and, forgetting Sundays and holidays, started to reconstruct their homes, while others — very few indeed — just complained and did nothing.

ing. Presently, more than one thousand houses have been repaired.

The earthquake wasn't felt all over the Archipelago. The islands are more than seven: they are *nine*, to be exact.

These nine oceanic islands are situated 800 miles West of Europe and 2,000 miles East of the American coastline, quite separate from one another. They extend on a surface of 1,360 square miles, and have a population of a little 250,000 inhabitants.

The Azores were discovered by Portuguese navigators in the first half of the 15th century, and populated essentially by people proceeding from Portugal.

Agriculture, rather than the sea, has always appealed to their inhabitants, due to the fact that the soil is fertile and the sea is dangerous.

Nevertheless, short after having settled down, the Azoreans began to emigrate.

Nowadays, there must be as many people living in the Azores as there are emigrated Azoreans spread all over the world, particularly in North America.

Being farmers and emigrants, they had also to be traditionalist and conservative.

## II

The first political and administrative organization existing in the Azores was deeply influenced by Portuguese medieval institutions.

On one hand, there was a *feudal influence*. The islands belonged to the King. He *gave* them, totally or partly, to a prince («donatário»), who was usually represented by the «capitão do donatário», his agent. This one, in turn, divided the land among his dependents. They all received the land and cultivated it. They needed workers for that purpose — and those workers, that, as a rule, were not slaves, were the base of the Azorean people.

On the other hand, there was an *influence of local self-government*. The first urban communities were spontaneously organized according the Portuguese way. On some islands, the municipality included the whole territory. But this didn't happen as a rule, because, even inside each island, communication was difficult, due to the mountains and to the lack of roads. The result is that, even today, the nine islands include nineteen municipalities.

These two political factors formed the base of a reality with which the Azoreans lived until the 17th century. When the Spaniards were there, a General Government of the Azores was established, which effectivly hadn't much power. It was but in the 18th century — by the time of the royal absolutism — that a strong government was created for all the islands, and a nobleman appointed by the king to take charge of it: it was the «Capitania Geral dos Açores». Its seat was in the city of Angra, in the building constructed by the Jesuits, which became know as the «Palácio dos Capitães Gerais».

In the first half of the 19th century, the liberal ideas reached Portugal, and they brought along new patterns of public administration.

The new system, of Napoleonic influence, was even more centralizing. The center was no longer Angra, but Lisbon. And the islands, which first formed the «Província dos Açores», were soon divided into two «prefeituras» and then three «distritos»; their administrative powers were centralized at the cost of the old municipal institutions.

There was, in Azores, a certain uneasiviness in relation to the Lisbon government. The Azoreans felt frustrated in their development, as well as in their capacity to effect political decision.

António Cordeiro, a Jesuit who wrote the «História Insulana», must have been the first to express that frustration openly. This was still the 18th century.

The Azoreans have started to claim for their autonomy, in a systematic way, since the Constitutional Court, in 1821, was formed. In the decade of 1870, they came to the point of expressing a separatist tendency which, at the same time, meant a political

approach with the United States. And this happened exactly when the «Iberian Movement», favourable to a union in the Peninsula, was formed in the mainland. Both the desintegration of the Spanish empire and the war of Cuba are likely to be connected with it.

In 1895, the Portuguese government — the leader of which was Hintze Rizeiro, an Azorean — gave the three Districts of the Azores the possibility of an administrative autonomy.

The Azorean anthem, which was officially adopted last year, dates from that time.

Such administrative autonomy, although it was more theoretical than real, never stopping existing until now.

By the end of World War I, another separatist movement appeared, defending the same viewpoint: the Azores should separate from Portugal and join the United States.

It didn't last long; but, according to the Portuguese newspapers of that time — both from New England and California — it was accepted by the Azorean communities in the United States.

In that time the immigration of Azoreans to the United States was already intense. And the American citizenship, afforded to the inhabitants of Puerto Rico in 1917, by the «Jones Act», has probably had some influence on this movement.

The claim for autonomy increased when the revolution of 28 th May 1926 took place in Portugal. It was, from the beginning, a military «preluciamiento» against the chaotic existing policy in Portugal.

In February 1928, an Act of the Government gave the Azorean Districts more autonomous power, including the financial means to guarantee it.

In June, Salazar was already minister. Another Act, increasing the charges, and not altering the earnings, impoverished the Districts, removing the means which had been longed for a couple of months before.

Near ten years later, the Portuguese government enforced a Statute for the Autonomous Districts, which had been elaborated by a young professor of Law, named Marcelo Caetano.

Of course, it was a most centralizing law, according to the

ideas of the political régime. The Autonomous Districts went on existing, though financially limited and obviously deprived of political representation.

### III

In 1974, the revolution of the 25 th April took place through another military «coup».

Its causes were various and complex; but there's no doubt it has been said it was made not only in the name of the liberation of the colonies, but also of the freedom for the Portuguese people itself.

In the Azores, the MAPA (Movement for the self-determination of the Azorean people) immediately appeared. Its purpose was to get an enlarged autonomy for each of the three Azorean districts.

A small minority of Communist influence attacked and succeeded in closing its headquarters and persecuting its members.

It was then that the FLA (Liberation Front of the Azores) appeared. It had neither statutes nor legality, but it seemed all ready to fight. In June 1975 some Azoreans, which sympathized with it, were emprisoned. There had been elections in April and, in spite of the results, the Communist advance wouldn't stop. *There was even a time in that summer of 1975, when the people of the Azores, which were rural and conservative, started admitting, probably for the first time in History, that they really had to separate from Portugal.* And this happened exactly when the Communist revolution was about to take shape in the mainland.

After some mobs and a bit of violence — and to the surprise of many — the Lisbon government conceded to the request of the Azores to form a Regional Junta.

In the fall of 1975, the crisis seemed to have been overpassed, the communist take-over hadn't taken place, and the feeling that

we should have to exchange the ship for the life-boat *without even caring if it could navigate*, had lessened.

This, at least, was certain: the people of the Azores *stood up* to the Lisbon government. *And the dynamics born from this attitude would lead to the system of regional government we have now.*

As a matter of fact, the Portuguese Constitution of 1976 gave the Azores the right to have a self-government, with an Executive as well as a Parliament of their own, able to make local laws.

This wouldn't surprise any American. But is quite astonishing for us, as it happened for the first time in the Portuguese political History.

#### IV

In June 1976 was elected the first Regional Assembly of the Azores, formed by 43 members. In September of the same year, the first Executive — the Regional Government — was invested. These are the regional institutions of the Azores, both of the parliamentary and European kind.

The Regional Assembly can make laws for local enforcement, controls the Executive and approves the Budget. However, this Budget only includes charges, because the Assembly cannot launch local taxes. I mean «includes charges» in terms of decision.

So, the Regional income is derived mainly from national taxes paid in the Region, from the economical and financial advantages of international agreements concerning the Region, and also from a sum afforded yearly by the Central Government to cover the balance of the Budget approved by the Assembly.

The Regional Government has under its responsibility the local Administration. This Administration includes many services (such as those of Health, Welfare and Education) that previously had been, for the most part, dependent upon the Lisbon Government.

Besides the usual executive powers, the Regional Government exercises a remarkable right: that of, together with the Portuguese delegation, negotiating international treaties related with the Region, as well as with the sea that surrounds it at a radius of 200 miles, the so-called Economic Zone, which corresponds to an area of over 350,000 square miles. The most important negotiation it has been involved up till now was that of the Lajes Base, which will bring the Region US \$80 million in four years.

The Regional Assembly meets in Horta, the smallest city in the Azores; and, until now, it only has done so for three periods in year — in November, in March and in June. Its Committees are permanently at work, and meet indifferently in any point of the Region.

The Regional Government is formed by a President and several Regional Secretaries.

In order to avoid hurting local feelings, and also to force the Executive to govern *with all the Azoreans*, it was decided that the Secretaries should be distributed by the three cities of the Region. So, there are two in Horta, three in Angra and four, plus the Presidency, in Ponta Delgada.

Most people outside the Azores find some difficulty in understanding this distribution, which we call «horizontal distribution». But we, Azoreans, do understand and accept it. The fact that the Executive operates in three towns prevents the existence of an only capital, *a fact that, History has shown, could bring a lot of problems.*

This solution is neither cheap nor comfortable. It forces the members of the Government to undergo permanent trips from place to place, because they meet here and there.

On the other hand, this inconvenience makes them feel the local problems more deeply and lively — and adapts them, both psychologically and physically, to the geographical context. Besides, it has the advantage of shortening and deepening the links and the interrelations among the three towns.

This seems to be of the utmost importance at this stage of the regional life, when it was necessary to put an end to the

vertical division in three districts which were, at the same time, independent and almost hostile to each other.

This scheme may possibly be changed in a not very near future. By now, it is one of the strongest elements for the local political pedagogy.

*The existence of Regional political institutions has given the Azores, in spite of their small human and economic weight, a political relevance as regards the Portuguese context, which had never been reached before.*

Also, the flow of important financial means has contributed to start significant public investments, which much have helped to increase the standard of living of the population for the last four years.

This population has learned how to show its feelings — sometimes its discontent — before the Regional Government, and express it, either through the Regional Assembly, the municipal institutions or even directly, without disturbing the public order.

That's the reason why the Azorean experience has been *one of the most valuable* in Portugal, in the way of starting and operating democratic institutions, after half a century of authoritarianism, which by no means accepted the free expression of the people's will.

## V

What will our Regional institutions be in the future?

Until last December, the dominant political party in the Azores *was not the same* as the one that dominated in the mainland.

This opposition brought along some difficulties to the Regional Government. On the other hand, it brought many benefits, in regional terms.

*Many regional demands were heard, perhaps unwillingly, just*

*because the political structures of the Region seemed to be strong, whereas the Lisbon Government, with no parliamentary support or, at least, with a weak and unstable support, was not.*

I'm afraid that, from now on, some problems between the Regional and the Central Government may appear, though today the latter includes, in majority, the party that has ruled in the Azores.

The Lisbon Government is more conservative than the previous ones, *and all the conservative Portuguese governments tend to a centralization.*

The Lisbon Government is stronger than its predecessors, because it is supported by a majority in the Portuguese parliament, something the others never had. *All the strong Portuguese governments also tend to a centralization.*

The Lisbon Government is facing a difficult financial situation, and one must remember that the Regional Budget depends upon the Central Government ability and willingness to assume the so-called «regional deficit». *All Portuguese financial recoveries have resulted in strangling the existing autonomies.*

Still in this year, we'll submit the Central Government and Parliament to two tests. *First*, that of Budget, since we are going to need about US \$ 60 million coming from the mainland, *Second*, that of the new Statute, which was approved by the Regional Assembly in the beginning of March, and has to be confirmed by the Parliament, in Lisbon.

If the results of these tests are positive, we will have made a very important step in what concerns the consolidation of regional autonomy, not to mention the period of disputes, of tests of strength and even of some bluffs, in which we have lived until now.

If the Central Government and Parliament do not fight the Azorean autonomy, and do not refuse the necessary means for its consolidation, they will be doing *an enormous favour* to the whole country. They will allow better living conditions *to a regional democracy born from a civil society like ours, where the armed forces are respected, but are also able to play their part without interfering in its political life.*

This interrelationship between civil and military factors doesn't, or probably won't, happen soon in the mainland.

Democracy is a creation of civil societies, and not of militarized ones.

So, the Regional democracy is a reserve and, indirectly, a defense of the Portuguese democracy itself.

Meanwhile, the Regional Government of the Azores is also facing the most tremendous challenge that has been made to it for its short life, in straight regional terms.

Besides the political gambling with the Central Government, *its capacity to make things* — namely reconstructing — *is being tested*. And this happens as a cruel consequence of that quaking of the earth's crust which we talked about in the beginning.

Clearly, the Azorean people are waiting to see what their Government is able to do in this area. It will be judged according to what it will do. And, in next October, in the regional elections, **these people will say whether they are satisfied or not.**

Besides that, we certainly have a long, long way to go.

*U. R. I., Providence Extension Campus,  
March 28, 1980*

# DE QUEM É O CASTELO DE SÃO JOÃO BAPTISTA?

*Por: Álvaro Monjardino*

## CONSULTA

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo solicita uma orientação jurídica sobre «Construção de habitações para militares — cedência de terrenos», matéria relativamente à qual vem a ser solicitada pelo Serviço de Fortificações e Obras do Exército (Repartição do Património).

Pretende-se, nomeadamente, saber se é possível, e em que medida, consolidar, em termos definitivos, a propriedade do Município sobre o Campo do Relvão, terreno com cerca de 35 000 metros quadrados subjacente, por Nordeste, às muralhas do Castelo de S. João Baptista. Isto porque tal terreno havia sido cedido, a título precário, ao Município, a troco de alguns compromissos camarários que incluíam a urbanização de outro terreno, pertencente ao Estado, e destinado à construção de casas para militares.

É sobre este assunto que passamos a dar o nosso

## PARECER

## I

Por meio de um «auto de devolução e de cessão» de 20 de Julho de 1963, o Estado cedeu ao Município de Angra o terreno denominado «Campo do Relvão», para que nele a Câmara instalasse o parque da cidade; cedeu igualmente as respectivas vias de acesso, incluindo o Largo da Boa Nova, um fontenário e uma pequena casa em ruínas.

Esta cessão fora autorizada por despacho do Ministro das Finanças, e declarou-se feita nos termos do artigo 6 e seguintes do decreto-lei 24 489, de 13 de Setembro de 1934 — que trata da cedência de *bens do domínio privado* do Estado, a *título precário*, para fins de elevado interesse público —.

Como contrapartida, o Município comprometeu-se a várias coisas. Comprometeu-se a facultar o campo de jogos da cidade «e futuro estádio municipal» ao uso, por militares aquartelados no Castelo de S. João Baptista, para práticas desportivas. E, com interesse para o problema que nos ocupa, comprometeu-se a urbanizar uns outros terrenos das imediações — designados por «lotes L-E e 6-E» —, também pertencentes ao Estado, com vista a neles se virem a implantar residências para militares.

Entretanto, alguém descobriu que o Castelo de S. João Baptista era um imóvel de interesse público, como tal declarado pelo decreto-lei 32 973, de 18 de Agosto de 1943; e que os terrenos destinados às tais casas para militares se encontravam na área de protecção daquela fortaleza, pelo que neles se não podia admitir a erecção de novas construções. Dessa maneira, desobrigou-se o Município de proceder à urbanização daqueles dois lotes L-E e 6-E. O que tudo veio a constar de um «aditamento» ao auto primitivo, aditamento lavrado em 12 de Outubro de 1976.

Por esse aditamento não foi afectada a «cessão» ao Município do Campo do Relvão; mas — e apenas — desapareceu, por impossível, aquela contrapartida de urbanização dos dois lotes.

Em ambos estes autos intervieram, pelo Estado, o Ministério das Finanças e o Ministério do Exército.

Entretanto, por deliberação de 25 de Março de 1976 a Câmara resolvera ceder, a título gratuito, aos Serviços Sociais das Forças Armadas um terreno junto à Praceta Gago Coutinho e Sacadura Cabral para a construção de 24 fogos para os beneficiários dos três ramos das sobreditas Forças. E, na sequência desta atitude, se promoveu a construção desses fogos.

Posteriormente, a Repartição do Património da Direcção dos Serviços de Fortificações e Obras do Exército solicitou que a Câmara Municipal transferisse a posse do terreno em que as moradias haviam sido construídas para os Serviços Sociais das Forças Armadas.

E uma vez que a formalização dessa transmissão implicará um novo auto, eventualmente como um segundo aditamento ao de 20 de Julho de 1963, poderia haver interesse em aproveitar-se a ocasião para consolidar a posse do Relvão no património municipal, como terreno destinado a parque da cidade.

Para se ver o que é possível, e até conveniente, mister se torna, no entanto, esclarecer que espécie de domínio se exerce sobre o Relvão, e quem é, afinal, a entidade (de direito público) que hoje se pode dizer sua proprietária.

## II

Até agora, o Campo do Relvão tem sido tratado, nos actos que ficaram referidos, como um prédio rústico integrado no domínio privado do Estado. Foi neste declarado entendimento que se celebrou o auto de cessão de 20 de Julho de 1963.

Temos, porém, as maiores dúvidas sobre a natureza privada do domínio exercido sobre aquele terreno.

O Campo do Relvão está descrito sob o artigo 18 na matriz

predial rústica da freguesia da Sé, como uma extensão de terreno coberta de relva, com a área de 350 ares, destinada a exercícios militares; pertencente à Fazenda Nacional e (em 1963) cedido à Câmara Municipal de Angra. O artigo 19 da mesma matriz, por ventura a mais longa descrição matricial deste concelho, inclui todo o Monte Brasil, com as suas muralhas literais, os seus caminhos e os seus picos, explicitando mesmo que, na base de um deles, o das Cruzinhas, se encontra implantado o Castelo de S. João Baptista.

È a única referência matricial a este Castelo, pois que ele se não acha descrito na matriz urbana.

Na Repartição de Finanças de Angra, o Campo do Relvão também se encontra descrito, sob o número 59, no «Livro de Registo dos bens nacionais» (Livro modelo 26) — descrição idêntica à do artigo 18 da matriz —. Esse Livro modelo 26 serve para «registo dos imóveis e outros direitos que vêm à posse do Estado» (Regulamento de 4 de Janeiro de 1870, artigo 73). Parece evidente que, há 111 anos, havia confusão de conceitos em termos legais: interessava haver um cadastro de bens do Estado, mas as distinções entre bens do domínio público e do domínio privado, entre propriedade e posse, deixavam-se a cargo da Doutrina; DIAS FERREIRA, por exemplo, não era claro quanto a integram o domínio público as praças de guerra («Código Civil Anotado», I, 271).

Ora o domínio público abrange, entre outras coisas, as «obras de defesa militar (...) enquanto não forem declaradas na situação de completo desarmamento»: decreto-lei 23 565, de 15 de Fevereiro de 1934, artigo 1, alínea f), e MARCELO CAETANO, «Manual», 2.<sup>a</sup> edição, II, página 879.

A lei de 24 de Maio de 1902, no seu artigo 1.º, prescreve mais:

«Em todas as praças de guerra e mais postos fortificados de carácter permanente, a zona das fortificações pertence, em regra, ao domínio do Estado.»

«Zona de fortificações» vem a ser, conforme o artigo 2 desta

lei:

- .....
- b) Nas praças de guerra de sistema abaluartado, todo o terreno compreendido entre o perímetro exterior da esplanada e o perímetro interior da rua militar, *bem como os terrenos exteriores anexos onde estejam construídas quaisquer obras avançadas.*
- .....

Por seu lado, a lei 2079, de 11 de Julho de 1955, estabelece que

- a) as organizações ou instalações militares pertencem ao domínio do Estado, do qual só podem ser distraídas mediante desafecção (corpo do artigo 7) ;
- b) a desafecção dos bens do domínio público militar será feita por decreto (§ 1.º do mesmo artigo 7).

Ora o Campo do Relvão, que fica subjacente, por Nordeste, às muralhas da fortaleza de S. João Baptista, tem, do lado poente, um reduto; e, a Nascente, um pano de muralha com acesso através de arcos e escadas, tudo claramente ordenado para a defesa do Castelo. Desta maneira, muito dificilmente deixará de considerar-se — pelo menos — como um terreno exterior, anexo ao perímetro, também exterior, de uma esplanada de uma praça de guerra de sistema abaluartado, no qual se acham construídas obras avançadas.

Assim sendo, tem de considerar-se elemento do domínio público militar, como «zona de fortificação». E apenas por decreto poderia ser desafectado de tal domínio, conforme prescreve a referida lei 2079 — prescrição que é de 1955, vários anos antes do auto de cessão de Julho de 1963 —. O que, a nosso conhecimento, nunca sucedeu. Na verdade, um despacho do Ministro das Finanças não é um decreto.

Refira-se igualmente que aquela lei 2079, ao exigir um decreto para haver desafecção de bens pertencentes ao domínio público militar, está a vedar também a possibilidade de desafecção tácita, ao mesmo tempo que a impede por uma forma expressa mais simples do que aquela que indica.

### III

Mais sério, pelas implicações que pode acarretar no caso concreto, é o problema de saber *a que entidade de direito público* pertence o Castelo de S. João Baptista e, especificamente, o Campo do Relvão.

Formulamos a questão, naturalmente, abstraindo da «cessão» feita ao Município em 20 de Julho de 1963, uma vez que esta, porque efectuada a título precário, não facultou mais do que uma mera detenção, e condicionada à efectivação de um determinado fim.

Por outro lado, tudo nos leva a crer que a entidade cedente do Campo do Relvão, em 1963, *não o poderia ceder hoje*. E, não podendo ceder hoje, carece de sentido fazer-se, com os mesmos intervenientes, qualquer aditamento ao auto de 20 de Julho de 1963, nomeadamente com vista a consolidar essa cedência em termos desejavelmente definitivos.

Mais uma vez nos defrontamos com alterações substanciais no ordenamento jurídico português, as quais emergem da nova realidade autonómica, e do seu actual Estatuto.

Com efeito, estabelece o artigo 90 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores (lei 39/80, de 5 de Agosto):

- «1. Os bens do domínio público situados no Arquipélago, pertencentes ao Estado, bem como aos antigos distritos autónomos, integram o domínio público da Região.
2. Exceptuam-se do domínio público regional os bens que

interessam à defesa nacional e os que estejam affectos a serviços públicos não regionalizados, desde que não estejam classificados como património cultural».

E diz o artigo 91 do Estatuto:

«Integram o domínio privado da Região:

- a) os bens do domínio privado do Estado existentes no território regional, excepto os affectos aos serviços estaduais não regionalizados.

.....»

Tomando em consideração estes preceitos, somos irresistivelmente encaminhados para esta solução: *o Campo do Relvão pertence hoje, em propriedade, não ao Estado, mas à Região Autónoma dos Açores*. E isto quer sobre ele incida um domínio público ou um domínio privado.

Com efeito, se o Campo do Relvão for objecto de domínio público — por ser parte integrante da fortaleza de S. João Baptista — não deixaria de ter passado a pertencer à Região, uma vez que, como se referiu, tal fortaleza está classificada como imóvel de interesse público. Como tal, acha-se abrangida no conceito de património cultural, que decorre do artigo 1 do decreto regional 13/79-A, de 16 de Agosto.

Se for objecto de domínio privado, é manifesto que deixara de estar affecto a quaisquer serviços estaduais não regionalizados, designadamente de um estabelecimento militar, e para exercícios ou práticas desportivas. Daí provavelmente que, no auto de cessão de 20 de Julho de 1963 se tenha estabelecido (também) como contrapartida o direito à utilização, pela autoridade militar, do campo de jogos e futuro estádio municipal. Daí o próprio auto de cessão, de que implicitamente resulta a inutilidade, para o Estado e para o Exército, do Campo do Relvão, a ponto de nele se permitir a implantação do parque da cidade. Assim, não se encontrando qualquer affectação a serviço estadual (militar ou outro), teríamos sempre que aquele terreno entrara no património da Região.

Ora, sendo hoje a Região Autónoma dos Açores a verdadeira dona do Relvão (e do Castelo, e do Monte Brasil, diga-se de passagem...) não parece fácil aditar-se o auto de cessão de 1963 com a intervenção das mesmas entidades de direito público que foram os seus outorgantes. Não que seja impossível, porquanto a Região sucedeu legalmente ao Estado no domínio daquele terreno. Mas, a julgar por antecedentes próximos, esse caminho seria árduo, incerto, e semeado de bloqueios políticos e até psicológicos. Na verdade, prevemos que será preciso desencadear um interminável processo burocrático, envolvendo o Ministério das Finanças e as autoridades militares, para que um e outras se persuadam (em termos de compreensão, mas também de comportamento) que já nada têm a ver com a quase totalidade das coisas públicas e privadas que eram do Estado e se situam nesta Região. Como ilustração desta inibição — que até nem sequer implica má vontade, e pode decorrer somente de arreigadíssimos hábitos mentais — referiremos o recente caso dos edifícios da chamada Colónia Alemã, na Horta. Património do Estado, pertenciam ao seu domínio privado, e não se achavam affectos a quaisquer serviços públicos centrais, regionalizados ou não regionalizados. Pois o Ministério das Finanças persistiu em os transferir para a Região pelo decreto lei 364/80, de 9 de Setembro, ostensivamente ignorando que tal transferência *já se operara, e havia um mês*, pela entrada em vigor do novo Estatuto Autonomómico desta Região, aprovado pela lei 39/80. Só que a lei saíra de outro órgão de soberania, e em Portugal o princípio da divisão dos poderes ainda custa muito a aceitar por um Executivo com uma longa tradição de onnipotência — e não apenas a nível central...

#### IV

As considerações expostas permitem-nos chegar a algumas conclusões, a partir das quais será relativamente seguro desenhar uma orientação correspondente ao que a Câmara Municipal pretende saber.

Essas conclusões são as seguintes:

- 1.<sup>a</sup> — O Campo do Relvão, cedido precariamente ao Município de Angra do Heroísmo por auto de 20 de Julho de 1963, a troco de contrapartidas para a instituição militar, foi-o como se tratasse de um bem do domínio privado do Estado.
- 2.<sup>a</sup> — Tudo porém nos leva a crer que o Campo do Relvão deveria ter sido tratado como bem do domínio público, por dever considerar-se zona de fortificação de uma praça de guerra, só desafectável desse domínio público por decreto.
- 3.<sup>a</sup> — O Castelo de S. João Baptista é um imóvel de interesse público, formando um conjunto que inclui a Igreja de S. João Baptista do Castelo, a fortaleza e suas muralhas — dentro das quais se situa o Campo do Relvão — pelo que deve considerar-se parte integrante do património cultural desta Região.
- 4.<sup>a</sup> — E, por esse motivo — independentemente da natureza pública ou privada do domínio que sobre ele se exerce — pertence hoje à Região Autónoma dos Açores, e não ao Estado; sem embargo a afectação de *parte* dele (aquela que se encontra adstrita ao Regimento de Infantaria n.º 17, e que não inclui hoje o Relvão) a fins que interessam à defesa nacional.
- 5.<sup>a</sup> — Desta maneira, qualquer acto de transmissão para o Município do Campo do Relvão deverá ser feito pelo Governo Regional.
- 6.<sup>a</sup> — Donde resulta que hoje o Estado *não pode*, como contrapartida da aquisição dos terrenos que o Município lhe terá prometido, e facultou, para a construção de casas destinadas a militares, *ceder*, quanto ao Relvão, *mais do que já ceder* — e em condições, como ficou referido, pelo menos discutíveis —.
- 7.<sup>a</sup> — Se, como tudo leva a crer — e resulta da deliberação

de 25 de Março de 1976 — se autorizou a implantação de casas para militares em terrenos municipais, como alternativa viável da urbanização dos lotes 1-E e 6-E, verifica-se, na prática, que a Câmara — face à impossibilidade de urbanizar esses lotes — optou por uma solução para ela mais gravosa: a de dar («ceder gratuitamente») terreno municipal, e urbanizado, em vez de se limitar a urbanizar terreno alheio.

## V

Existe hoje uma situação de facto, sedimentada por dezoito anos de entendimento pacífico, que chegou, aliás, a tombar-se em registos públicos: o Campo do Relvão «é da Câmara», e para servir de parque da cidade.

Quaisquer obras que o Município ali pretenda realizar terão de ser, em qualquer caso, autorizadas pelo Governo Regional.

Com efeito, e por tudo o que atrás ficou dito, parece claro que o Relvão é um elemento da fortaleza de S. João Baptista do Monte Brasil. E se hoje o não for em termos estritamente militares, por desnecessário, é-o com certeza numa perspectiva de património cultural.

Trata-se, de facto, de um monumento com um valor porventura único no Mundo — uma estupenda praça de guerra filipina do princípio do século XVII, imaginada e feita, como um jugo, para dominar uma cidade potencialmente hostil, e para defender dois portos de mar essenciais à rota de ambas as Índias. Notável, assim, em termos de arquitectura militar, e carregada de História, aquela fortaleza tem resistido e sobrevivido à negligência e à irresponsabilidade de sucessivas gerações incultas, que a afrontaram com cavalariças, garagens e casernas, e lhe destruíram, ou deixaram perder, alguns dos elementos mais característicos, como era o antigo acesso ao portão dos carros, e conjuntos inteiros de edifícios no interior do seu recinto.

Tudo isto levou também à criação e definição da zona de paisagem protegida do Monte Brasil, pelo decreto regional 3/80-A, de 7 de Fevereiro.

Dentro do perímetro dessa paisagem protegida — que abrange o Campo do Relvão — fica dependente de autorização da Secretaria Regional do Equipamento Social, precedendo parecer favorável da Secretaria Regional da Educação e Cultura, tudo o que tiver a ver com :

- a) construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de edifícios ou outras instalações de carácter público ou privado;
- b) pinturas e caiações de edifícios ou muros, existentes ou a construir, bem como quaisquer alterações de elementos ornamentais dos mesmos.

Como se isto não bastasse, ainda dependem de autorização da Secretaria Regional do Equipamento Social, ouvidos os serviços da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas e da Secretaria Regional de Educação e Cultura, as alterações importantes, por meio de aterros ou escavações, na configuração geral dos terrenos, a abertura de novas vias de comunicação, a passagem de linhas eléctricas ou telefónicas, a abertura de fossas ou depósitos de lixo, a criação de novas pastagens, e outros actos que vêm referidos no artigo 4 do citado decreto regional 3/80-A.

Com toda esta apertada malha administrativa, parece visível que o próprio parque da cidade apenas poderá vir a existir no Campo do Relvão sensivelmente como ele hoje se encontra; e quaisquer pequenas adaptações que, para o efeito, lhe seja necessário introduzir, carecem das autorizações do Governo Regional que ficaram indicadas — e, presumivelmente, terão de respeitar o aspecto geral daquele terreno, como enquadramento espaçoso e livre dos panos de muralha que, a partir dele, se levantam.

Este condicionalismo desde logo reduz a um interesse meramente teórico o querer consolidar o Campo do Relvão como pro-

priedade municipal. Porque, sobre ser duvidosa a própria consistência jurídica da cessão que dele foi feita em 1963, não é esta, nem outra mais radical e profunda, que dará ao Município qualquer direito efectivo a modificar aquele terreno a seu talante ou, eventualmente, a dispor do mesmo. A tal se opõe o decreto regional 3/80-A, como já se opunha o decreto regional 13/79-A, de 16 de Agosto (Património Cultural), o qual permitia ao Governo Regional impor obras de conservação (artigo 7), embargar obras não autorizadas (artigo 8, n.º 2), autorizar alienações e preferir nelas (artigo 11) e expropriar (artigo 12).

Decorrentemente, o que interessa ao Município de Angra é, não agitar o problema do domínio do Relvão, mas sim estar em bens termos com o Governo Regional para o estudo e efectivação do seu uso para fins de recreio público. Solução política, diplomática se quiserem, mas não jurídica.

Desta forma, deixa de ter interesse, como contrapartida da negociação para a cedência do terreno da Praceta Gago Coutinho e Sacadura Cabral, o reforço dos direitos municipais ao Campo do Relvão.

Se o Município se sentir vinculado, como parece estar — face à deliberação camarária de 25 de Março de 1976 — pode alienar o referido terreno, transmitindo-o ao Estado em *propriedade plena*, ou em *direito de superfície*. É o que permite, sem restrições, o artigo 5 do decreto lei 794/76, de 5 de Novembro (Lei dos Solos), com a redacção que lhe deu o decreto lei 313/80, de 19 de Agosto.

Desse artigo 5 se colhe que, se as transmissões forem para pessoas colectivas de direito público — como é o Estado — não há condicionamentos ou limites quanto ao tipo de direito a transmitir, nem quanto à sua eventual contrapartida. A transmissão pode ser a título gratuito, pode ser contra um preço, pode ser contra quaisquer compensações ou até compromissos de outra natureza. O que para a sua efectivação se torna necessária é uma *deliberação favorável da Assembleia Municipal* (citado artigo 5, n.º 6).

Mas se o assunto for objecto de uma troca de impressões e de

uma definição de estratégias com o Governo Regional, talvez seja esta a oportunidade para mais um passo conducente à desocupação, pelo Regimento de Infantaria n.º 17, do Castelo de S. João Baptista, com vista à sua regeneração, como monumento absolutamente fora de série que continua a ser.

È que, por regional que seja a fortaleza, ela não deixa por isso de se achar implantada nesta cidade, de lhe pertencer como elemento da paisagem, de ser dela por ventura o maior símbolo histórico e o mais nobre coroamento monumental.

Por todo o exposto, a nossa recomendação final é no sentido de que se procure obter, contra a efectiva transmissão — gratuita e definitiva — dos terrenos para as casas dos militares, um primeiro compromisso, talvez mesmo um calendário para a devolução à plena posse regional da fortaleza de S. João Baptista do Monte Brasil.

- 1997). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 30, 111-120.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (1985). The nature and origins of reading difficulties. *Scientific American*, 252, 176-189.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (1987). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 3, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (1989). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 5, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (1992). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 8, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (1995). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 11, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (1997). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 13, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (1999). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 15, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2001). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 17, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2003). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 19, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2005). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 21, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2007). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 23, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2009). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 25, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2011). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 27, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2013). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 29, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2015). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 31, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2017). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 33, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2019). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 35, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2021). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 37, 192-212.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2023). The development of reading fluency: A case study. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 39, 179-192.
- Wagner, R. K., & Torgesen, J. K. (2025). The nature of orthographic processing in beginning reading: A developmental analysis. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 41, 192-212.

# A ÚLTIMA LIÇÃO

por Rafael Ávila de Azevedo

Após meio século de professorado cheguei ao termo da minha carreira profissional. Não é sem uma profunda emoção que registo este facto, esta data implacável que me separa definitivamente de uma actividade em que consagrei os anos de uma parte da minha mocidade, da idade madura e agora da velhice. Uma profissão assim vivida e assim continuada faz parte do nosso próprio ser. E só parecia que deveria terminar com a morte — a morte no seu posto como a de um militar no campo de batalha.

Confesso que nunca me preparei para a renúncia da missão que tenho exercido. Ela surge como uma fatalidade cronológica, uma imposição da idade, uma obrigação administrativa. Tenho pois de aceitar esta realidade com espírito alegre e na busca de outras actividades.

Os cinquenta anos da minha vida profissional inserem-se naturalmente num contexto de acontecimentos de que fui modesto participante. De facto, a minha biografia está intimamente ligada à carreira que abracei. Oriundo de uma pequena ilha atlântica,

isolada no meio do largo oceano, a minha adolescência decorreu tranquilamente, entre o lar familiar e a escola, sem as solicitações e as exigências que hoje agitam a nossa juventude. Completei ali placidamente o curso dos liceus — um liceu instalado num velho convento franciscano — e logo se me revelou não digo a minha vocação literária, mas a vocação para as letras. Com outros três colegas, um deles um dos mais notáveis jornalistas da geração passada, Francisco Dutra Faria e um inspirado poeta, Correia de Melo que foi durante longos anos director da Escola do Magistério do Porto, fundámos um quinzenário «OS NOVOS» de que saíram apenas quatro números... O ambiente açoriano era propício a estas aventuras literárias... Somente com dezasseis anos embarquei no velho paquete da carreira insular para vir frequentar a Faculdade de Letras de Lisboa onde ainda encontrei uma pléiade de professores que representavam a ciência portuguesa do último quartel do século XIX. Lembro Leite de Vasconcelos, erudito de incomparável saber, filólogo e etnólogo; José Joaquim Nunes, latinista e também filólogo; David Lopes, insigne arabista; Manuel Ramos e Queiroz Veloso, historiadores de merecimento; Rebelo Gonçalves, gramático de grande valor; José Maria Rodrigues, apaixonado cultor do camonismo; João da Silva Correia, Agostinho Fortes. Esses, e ainda outros, constituíam uma «élite» docente que deu um lustre inigualável ao ensino das letras em Portugal. Após a minha licenciatura em letras e submetido a um exame extremamente selectivo fui admitido ao estágio do Liceu Normal de Lisboa, o «Pedro Nunes», onde Sá e Oliveira, um pedagogo distinto, tomara o encargo de preparar os professores dos liceus. Era uma escola modelar, dotada de um corpo docente, em que se destacavam professores-metodólogos competentes, como Gaspar José Machado que me assistiu durante o meu tirocínio. Creio que aqui nasceu verdadeiramente a minha vocação pedagógica e o interesse pelas ciências da educação.

Iniciei a minha actividade docente aos vinte e dois anos de idade no Liceu de Passos Manuel, de Lisboa, dirigido pelo reitor José Saraiva. Continuei-a, por algum tempo, no Liceu de Angra do Heroísmo, em que fora aluno, sob a reitoria de Corte-Real e Amaral que exercia este cargo com grande dignidade. Aí, conheci,

entre outros, um professor muito distinto, o Dr. Feliciano Ramos, pai do nosso Colega, o Prof. Oliveira Ramos.

Mas fui atraído pela sedução e pela grandeza da África Portuguesa. Na graciosa cidade, que então se chamava Sá da Bandeira, ensinei e reitorei o liceu. E nesta espécie de Coimbra angolana iniciei-me nas origens e nos mistérios da cultura africana. Em Angola coube-me finalmente a responsabilidade de dirigir durante uma década (1947-1957) um sector da administração que então se designava como «Serviços de Instrução Pública». Foi uma das experiências mais aliciantes e também mais esgotantes de toda a minha vida. A nossa antiga província, ou colónia, como agora se voltou a chamar, já vivia os primeiros anseios de uma reconstrução que apressou o seu ritmo a partir dos anos de sessenta. Colaborei intimamente com o governador-geral, Silva Carvalho, que dera notável impulso à administração do território, de acordo com a ética política que então se impunha. Nesse momento pensava-se que Angola seria um dos mais prósperos países africanos, em que poderiam viver harmonicamente autóctones e colonos num esforço de valorização em que uns e outros participavam. É certo que ainda não tinha desaparecido a presença europeia na maior parte da África meridional — presença que dera a estrutura e a viabilidade aos contornos da geografia política do continente. Os historiadores de futuro não poderão esquecer que o território de Angola com as suas fronteiras actuais foi uma criação portuguesa, em que missionários, soldados, administradores e colonos conjugaram o seu insano trabalho e sacrifício para que ele fosse uma herança digna da nossa gesta ultramarina. Não tardará muito, em que se comece a prestar justiça à acção civilizadora que Portugal desenvolveu em terras onde anteriormente se digladiavam povos rivais, embora com uma idiossincrasia bem definida. Todavia, voltando ao meu caso especial, foi na missão que então exerci — uma missão pragmática mas inspirada por princípios nacionais, morais e educativos — que se confirmou a minha predilecção pelas ciências da educação. E foi com fundamento nesta experiência que, obrigado a abandonar o meu lugar por incompatibilidade entre os meus pontos de vista e os pontos de vista de um poder extremamente centralizador onde se confinavam alguns

elementos contrários ao progresso de Angola, que defendi uma tese de doutoramento na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Montpellier, em França, para onde fui nomeado como Leitor de Português.

A dissertação foi exactamente inspirada nas iniciativas que havia promovido em Angola, subordinada ao título «Le Problème de l'Adaptation des Procédés Pédagogiques d'un Groupment à un Autre». Tive como examinadores dois professores de Filosofia e um professor de Etnologia, respectivamente os srs. Navratil, Forrest e Servier. O primeiro, um filósofo de grande valor, acompanhou-me na elaboração da tese e dirigiu-me as minhas leituras. A Universidade Francesa, com o seu prestígio intelectual, com a observância de uma disciplina, como então conheci, com o arrojo das suas especulações científicas indiciou-me no caminho da docência universitária. Devo-lhe os meus métodos de formação pedagógica, a noção de Pedagogia como uma ciência humana, mergulhando as suas raízes na elaboração filosófica e na Sociologia. Na França, a concepção que se atribui às ciências pedagógicas é mais uma atitude natural e espontânea de toda uma docência ainda inspirada pela lógica cartesiana, do que uma minuciosa, ainda que necessária investigação, de todas as realidades escolares como ciência experimental.

Foi nestas circunstâncias, que vai para dezasseis anos, a Universidade do Porto, por intermédio da Faculdade de Letras me franqueou generosamente as suas portas onde entrei por concurso documental. Regi até 1974 as cadeiras de Pedagogia e Didáctica e História da Educação, Administração e Organização Escolares, parte integrante da secção de Ciências Pedagógicas, criada no longínquo ano de 1930. Todavia, e sempre o senti amargamente, as «Pedagógicas» como então eram conhecidas pelo vulgo académico, encontravam-se em manifesta crise. Em primeiro lugar, a secção pela sua índole de preparação profissional e pela qualidade da sua frequência, funcionou sempre como um conjunto disciplinar em tanto segregado dos outros cursos ministrados nas Faculdades de Letras. Em segundo lugar, a proveniência dos alunos das mais variadas licenciaturas, tanto literárias como científicas e ainda diferentes níveis culturais, imprimia-lhe uma hete-

rogeneidade que não permitia um ensino regular e eficiente. Finalmente — e esta era a sua principal carência — não havia qualquer elo de ligação entre a leccionação das cadeiras e a prática pedagógica dos professores que conduzia à formação profissional. Como se sabe a frequência das cadeiras pedagógicas foi suspensa em 1974. Entretanto, e depois de ter regido o curso de «Iniciação à Pedagogia», durante dois anos, nesta Faculdade, foi possível efectuar o meu concurso para o cargo de «professor extraordinário», em que apresentei à apreciação do júri um estudo de longa elaboração e aturada investigação a que dei o título de «Tradição Educativa e Renovação Pedagógica». Mas as disciplinas de índole pedagógica não desapareceram completamente do currículo da Faculdade: na secção de História funciona uma cadeira optativa com a designação de História da Educação.

Mas é tempo de nos demorarmos sobre a essência e o alcance da Pedagogia no contexto das ciências humanas. Sempre pensei que a Pedagogia, definida como «a ciência da educação», era mais um conhecimento especulativo e normativo do que uma ciência exacta, baseada em provas de laboratório, em diagnósticos, inquéritos e estatísticas. Foi assim que vi ministrar o seu ensino na faculdade em que me doutorei e onde colhi o conteúdo das informações e dos métodos de que posteriormente me servi. Existe, na verdade, um pensamento pedagógico, principalmente elaborado depois do século XVI e com incidências modernas, a partir dos enciclopedistas do século XVIII. A prova mais evidente do sentido especulativo da Pedagogia reside exactamente nas diferenças dos pedagogos sobre os seus princípios, os seus métodos e os seus objectivos. Queremos assim citar quatro pensadores, três franceses e um americano, todos bem significativos da cultura ocidental: J. J. Rousseau, Emílio Durkheim, John Devey e Alain. Consideramos os nossos mestres e neles fomos beber as doutrinas pedagógicas de que se compôs, em grande parte, os programas da disciplina por nós regida. Em cada um deles encontrei uma parcela de certezas em que todos nós procuramos constituir a nossa própria certeza. É certo que estabeleci sempre os meus programas dos cursos com a noção que o ensino universitário deve ser feito em profundidade, na prospecção de um problema ou de uma par-

cela do saber humano. Pressupõe o sentido de uma investigação, que se deve levar até às últimas consequências e não uma extensão em nível superficial.

Nunca é extemporâneo falar de J. J. Rousseau porque a sua obra «*Émile ou de l'Éducation*» representa o prefácio, a introdução ou a abertura de todas as correntes da pedagogia do nosso tempo. Para o leitor actual não é tarefa muito fácil e muito agradável embrenhar-se nos cinco livros que constituem uma das obras capitais de Rousseau. Como se sabe o autor acompanha, par a passo, desde o nascimento até ao casamento e, portanto, à sua inserção social, o educando de que é perceptor. Todavia nesta «collectânea de reflexões e de observações sem ordem e quase sem continuidade» — como confessa o próprio Rousseau — a ideia essencial, a grande descoberta para as concepções sociais do tempo em que foi publicado o «*Émile*», o aspecto que lhe dá o primeiro lugar como educador e precursor das ideias pedagógicas contemporâneas, é o significado que num rasgo de intuição e de génio criador, atribui à infância. As observações e as conclusões de Rousseau parecem hoje banais aos pais, aos educadores e, sobretudo, aos psicólogos mas constituíram na época em que foram formuladas uma verdadeira revolução. Logo nas primeiras páginas escreve «se o homem nascesse grande e forte a sua força e a sua estatura seriam inúteis até que aprendesse a servir-se delas...» Neste passo o autor distingue o que os fisiologistas denominam, «estrutura» e «função». Não basta possuir os órgãos; é preciso saber servir-se deles. É, pois, evidente que se deve respeitar a natureza da criança, deixar que todos os seus movimentos actuem livremente. Este princípio comanda todas as reflexões de Rousseau ou como ele as exprime incisivamente: «A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias. Nada mais insensato do que lhe querer substituir as nossas». Insiste ainda que a infância representa um quarto das vidas mais longas — pelo menos das vidas mais longas na época em que o autor escrevia. Portanto tudo o que contraria os impulsos naturais em relação à infância é absolutamente condenável pelo filósofo genebrino.

Com a sua maravilhosa percepção já ele teve a noção de uma pedagogia funcional, isto é aquela que se propõe desenvolver os processos mentais tendo em linha de conta a sua significação biológica.

Toda a obra de Rousseau, no que respeita à educação do seu pupilo, se desenvolve no sentido de respeitar a natureza: a natureza da criança, a natureza do adolescente, a natureza do adulto. Natureza fisiológica, natureza psicológica e ainda obediência à natureza nas relações sociais. Desde o primeiro ao último capítulo do livro, esta preocupação domina completamente o pensamento de Rousseau e coloca-se não somente no seu ideário educativo mas ainda no contexto mais largo da sua obra como defensor da superioridade do estado da natureza.

Pelo seu lado o «Emílio» não é apenas um tratado que obedeça aos processos objectivos de um sistema de educação. A própria vida incerta e agitada de Rousseau arrastava-o para o problema dos problemas. Como se fazer o homem? Como lhe dar a liberdade e a felicidade perdidas? E a sua vida oferecia-lhe os meios de o resolver, se era verdade que ele o tinha resolvido por si próprio, decidido a escrever o livro dos livros. Tendo começado a sua vida literária denunciando o mundo como ele andava, o aviltamento do homem pelo homem, terminá-la-ia confessando em que condições o homem podia ser restabelecido na sua dignidade natural e a sociedade tornar-se legítima.

Emílio DURKHEIM, que, pela primeira vez, atribuiu uma dimensão sociológica à Pedagogia, revela-nos uma biografia completamente diferente do seu antecessor. É já um autor deste século pois faleceu em 1917. Pertencia a uma família hebraica oriunda da Alsácia. Foi professor universitário, primeiramente na Faculdade de Letras de Bordéus e, mais tarde, na Sorbona, onde regeu a cadeira de Sociologia e Educação, sucedendo a Fernando Buisson. As ideias pedagógicas de Durkheim estão condensadas num pequeno volume com o título de «Education et Sociologie».

Mas foi ainda Durkheim que contribuiu para dar à Sociologia as características de uma ciência e, por consequência, métodos próprios. Procurou consolidar a Sociologia numa armadura científica. É, sobretudo, como sociólogo que ele nos fala de educação.

As suas ideias são extremamente compreensíveis e sedutoras. E, apesar de terem decorrido muitas décadas sobre elas, ainda nos parecem actuais. Devo o conhecimento de Durkheim ao filósofo que dirigiu a minha tese de doutoramento, o professor Michel Navratil, já atrás referido, a quem, neste momento final da minha carreira, presto a minha homenagem como um mestre insigne e uma grande figura moral.

Distingue Durkheim duas espécies de educação: a acção que os contemporâneos exercem sobre os seus semelhantes que poderíamos designar como educação *latente* e aquela que os adultos exercem sobre os mais jovens que podemos tomar no sentido de educação *activa* ou *motivada*.

Mas a observação mais pertinente do autor, e a que inspira a sua atitude pedagógica é que a educação, os sistemas educativos estão intimamente relacionados com os diversos tipos de sociedade que se sucedem na evolução dos povos. De facto, a educação tem variado com o tempo e as nações. Assevera, e justamente, que a educação assenta num conjunto de práticas e instituições que se organizaram através dos tempos, solidarizando-se com as outras instituições sociais. Por consequência, só podem ser modificadas se forem igualmente modificadas as estruturas da sociedade em que elas se baseiam. Cada uma das sociedades, consideradas num momento determinado do seu desenvolvimento, dispõe de um sistema de educação que se impõe como uma força irresistível. Todos nós, temos a experiência que indivíduos, a quem foi ministrada uma educação fora do tempo em que viveram, só muito dificilmente se conseguem ajustar às condições da vida social quotidiana.

E Durkheim conclui que existe em cada período da história social *um tipo regulador de educação*. Depende, por uma lenta evolução, da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento científico, das práticas agrícolas, da diversidade profissional, da constituição dos grupos humanos, das línguas e de outros factores semelhantes.

Mas, ainda dentro de cada sociedade, os sistemas educativos coexistem e funcionam paralelamente. Por exemplo, na Índia, onde vigoravam as estruturas das castas a educação que recebia um brâmane não podia ser igual à de um pária. Em Roma a formação

literária de um patricio não se podia comparar à de um plebeu. Na Idade-Média havia uma diferença abismal entre um homem de armas, preparado para a guerra, e a de um simples mesteiral, desde logo adstrito como aprendiz, às obrigações da corporação a que ia pertencer. Ainda nos nossos dias pode afirmar-se que cada grupo social, apesar dos progressos bem evidentes da democratização, tem o seu tipo de educação. Isto é, a lei de capilaridade social, ou seja a elevação do indivíduo de um grupo ao grupo dirigente, não se exerce com muita frequência, mau grado as facilidades concedidas no acesso a todos os graus de escolaridade.

No entanto — deduz Durkheim — ensina-nos a história que independentemente das diferenças existentes entre cada grupo social, há um certo número de ideias, de sentimentos, de aspirações de que todos os indivíduos participam. Todos os sistemas de educação, como já vimos, repousam em determinadas estruturas sociais. Apesar da separação que existia entre um patricio e um plebeu, em Roma assinalava-se uma educação caracteristicamente romana, fundada nas leis e nos costumes pelos quais se regia a *civitas*. E desta maneira a educação era solidária de um conjunto de instituições jurídicas, políticas e económicas.

Ainda nos poderíamos demorar mais longamente nas doutrinas tão aliciantes e tão justas de Durkheim, o fundador de uma pedagogia sociológica, mas creio que expusemos a essência do seu pensamento.

É, porém, o momento de nos debruçarmos sobre outro aspecto da Pedagogia do nosso tempo. Queremos referir-nos a JOHN DEWEY, filósofo, psicólogo e pedagogo americano, da primeira metade deste século, que definiu com a maior profundidade o conceito de *escola activa*, um dos movimentos pedagógicos que tiveram e ainda hoje têm influência preponderante na educação contemporânea. Por isso o consideramos um dos mestres da pedagogia hodierna.

Partiu ele da observação psicológica de que a vida mental da criança forma um todo, é unitária. Passa rapidamente de um objecto para o outro sem nunca ter a noção de uma transição, de um hiato. Os interesses que a ocupam estão ligados pela unidade dos interesses pessoais que a sua vida suscita. O mundo tem para

ela a plenitude da própria existência. Destes dados psicológicos Dewey chegou a conclusões pedagógicas. Ora na escola tradicional os programas dividem e fraccionam o mundo. Os estudos, tal como nos aparecem classificados, são um produto da ciência da humanidade, representam o ordenamento lógico das coisas segundo o critério do adulto. Há assim — opina Dewey — uma opposição flagrante entre a mentalidade infantil e a mentalidade da idade madura. Nestas condições a motivação do interesse — só o interesse conta no processo pedagógico — é falso, inadequado e está apenas de acordo com a ciência dos adultos. Obriga-se a criança, por exemplo, a ingerir uma determinada dose de geografia, de aritmética, de gramática. Não se sabe, porém, quais são as suas necessidades, pelo que diz respeito ao conhecimento da língua, ao estudo da terra ou ao manuseamento dos números.

Mas Dewey não se limitou a expor as suas ideias. Pôs em funcionamento, em Chicago, uma «escola-laboratório», assim designada por ele próprio. Tratava-se de mobilizar as crianças para uma actividade pessoal e profunda, de acordo com os seus interesses psicológicos. Pretendeu ele demonstrar como através da administração, da selecção das matérias, dos métodos de ensino, uma escola se podia tornar uma comunidade de cooperação. A hipótese, que se ia verificar, era que as relações, servindo às necessidades sociais do homem, deviam fornecer a experiência fundamental da educação. A estadia numa herdade foi o pretexto para a realização deste projecto. As crianças observavam os pomares, as colheitas dos frutos, as searas já segadas. Um grupo instalava uma mercearia e vendia frutos para fabricar compotas, outros eram caixeiros, outros paquetes, outros ainda representavam os fregueses. Aos caixeiros tinham sido fornecidas medidas e pesos. Sob a direcção de um professor discutiu-se a forma de organizar um armazém. Como se compreende, todas estas actividades ofereciam múltiplas possibilidades de motivar a aprendizagem. Dos diálogos partia-se para a locução correcta, a leitura e a escrita; na observação dos vários aspectos da herdade havia pretexto para a aprendizagem de noções de geografia e de ciências naturais; na construção do armazém tinham-se, não somente procurado motivos para trabalhos manuais mas ainda a necessidade de opera-

ções de aritmética e geometria. Assim, no conceito de Dewey, a escola não só preparava para a vida mas era a própria vida. E, se bem que a experiência não teve prosseguimento, funcionou como uma escola manifestamente inspirada pelos métodos activos.

Todavia, a todo este ideário pedagógico desejo opor — digo opor porque se trata de uma série de pensamentos que se inspira nos princípios tradicionais da Pedagogia — a obra de um dos expoentes das letras francesas deste século. Quero referir-me a ALAIN. **Confesso que Alain é um dos mestres selectos da minha cultura pedagógica.** Já mais de uma vez escrevi sobre a sua obra. É simplesmente o pseudónimo literário de Émile-Auguste Chartier, nascido na Normandia, na pequena cidade de Montagne-sur-Perche e verdadeiro tipo de normando rural pela sua simplicidade e pela sua tenacidade. Diplomado pela Escola Normal Superior exerceu o ensino da filosofia em vários liceus do Norte da França e, finalmente em Paris, onde desfrutou de um auditório selecto, formado por alunos que depois tiveram o maior relevo na vida francesa. Publicou muitos volumes de crítica filosófica, literária, social mas são os «Propos sur l'Éducation» que constituem o âmago do seu pensamento pedagógico.

A pedra mestra da pedagogia de Alain, todos os fundamentos da sua acção educativa, assentam no fortalecimento da vontade, no reconhecimento do valor do esforço na educação. É evidente que neste aspecto o eminente pensador se opõe a toda a pedagogia lúdica, à pedagogia da facilidade que tem as suas raízes mais antigas em Montaigne. Alain explica que o defeito daquilo que é interessante é que não custa a tomar interesse: só deste modo nos podemos interessar pela força da vontade. Afirma ainda que é pela força da vontade que os indivíduos são tanto inteligentes quanto o desejam. As virtudes que tornam o homem inteligente são a paciência, a prudência, a confiança em si próprio. O interesse de querer — afirma ele — está bem acima da mole e preguiçosa curiosidade. A fonte desta posição pedagógica de Alain procede de Descartes, em que a decisão resultava mais de um estímulo da vontade do que uma aplicação do raciocínio. Era o domínio da razão sobre as paixões... Assim a educação como acto de vontade é um dos objectivos mais insistentemente repetidos no ideal peda-

gógico de Alain em contradição com os processos suaves da escola do nosso tempo. É muito denso, e mereceria ainda mais comentários o pensamento pedagógico de Alain. Não queremos porém fatigar os nossos ouvintes. Todavia, salientemos que um dos temas mais repetidamente desenvolvidos e mais originais da sua obra é o conceito de Escola. Não é apenas uma reunião accidental de alunos, mas uma entidade sociológica com o seu carácter inconfundível e completamente distinta das outras instituições educativas e, principalmente, da família. A Escola tem para ele não só o valor de uma instituição mas ainda a de uma comunidade com as suas regras, os seus ritos, as suas exigências e o seu próprio espírito. É na Escola que a criança quebra os laços familiares e se torna um ser social. É ainda um instrumento ideal da liberdade do pensamento. De facto, ali, o erro não conduz a quaisquer responsabilidades. Além disso na Escola domina a razão. Nas relações entre os pais e os filhos é a força da afeição o sentimento predominante. Ora na Escola, o professor exerce — ou deve exercer — a sua autoridade de uma forma insensível. A autoridade não é diminuída ou contestada pela força dos sentimentos.

É na Escola que a criança encontra uma força condizente com a sua força. A Escola é, portanto, uma sociedade de um certo género, completamente distinta da família e da sociedade dos homens. Com a sua organização própria e as suas próprias paixões.

Naturalmente deparamos em Alain com a função clássica do professor, revestido de uma autoridade que era, até há poucos anos, a condição essencial do acto pedagógico. Ele próprio deu o exemplo de uma actividade docente exemplar, de um prestígio imenso entre os seus alunos que o consideravam o «homem», isto é o único homem entre todos os professores. Igualmente Alain manifestou sempre em toda a sua docência o respeito pela disciplina como ela era concebida na escola tradicional. Era necessário que a multidão dos alunos fosse ordenada e orientada segundo a atenção e o silêncio. A autoridade, no seu conceito, não representava mais que uma força física que impede a desordem e a confusão. Os professores — e este é um facto da experiência quotidiana da acção magistral — que pretendem «persuadir, discutir e perdoar» — para empregar as próprias palavras de Alain — acabam por ser insultados e mesmo odiados...

Quisemos somente focar três pensamentos relevantes do pensamento pedagógico de Alain. Todos aqueles que nos escutam compreendem quanto as suas doutrinas contrastam com as mais recentes teorias sobre a educação escolar. Evidentemente Alain não poderia aceitar um Carl Rogers para quem o professor é apenas um facilitador, uma espécie de monitor na colectividade dos alunos aos quais cabem todas as iniciativas, nem a pedagogia directiva ou institucional pela qual o papel do educador é reduzido ao mínimo e a acção educativa resulta apenas do quadro institucional em que a criança está predisposta a viver. Será o grupo e não o indivíduo que toma todas as decisões que preparam ao futuro da criança. Como dissemos em outro lugar, «não há dúvida que apesar de todas as suas afirmações paradoxais e, por vezes, contraditórias, o pensamento pedagógico de Alain merece uma atenção e um estudo especial pela sua unidade e pela sua sinceridade, pelo seu aspecto combativo, pelos valores morais e sociais que ele põe em evidência. É, por isso, que um outro pedagogo francês, Jean Chateau, que exactamente organizou uma colectânea dos grandes pedagogos, considera-o como «um dos maiores, se não o maior entre todos».

Uma parte das ideias que expusemos já se apresenta como perspectivas temporais e neste sentido também pertence à história. Mas a História da Educação vai ainda mais longe e incide sobre as instituições pedagógicas. E tanto uma disciplina das Ciências da Educação como das Ciências Históricas. Está na fronteira dos dois ramos do conhecimento. Como se estuda uma história política, uma história militar, uma história diplomática, uma história económica, uma história social ou uma história das religiões também podemos contar entre as disciplinas históricas a História da Educação. De facto, segundo a definição de Durkheim, «a história do ensino, pelo menos do ensino nacional, é a primeira das prope-dêuticas da cultura pedagógica». Não há doutrina pedagógica que se possa expor, nem reforma de ensino que se procure instituir, sem o conhecimento das teorias e dos factos que os antecederam. Ora, desde que os estudos de educação tomaram um carácter científico, na área das ciências humanas, a história da educação é uma das disciplinas mais antigas que tem suscitado uma série de mono-

grafias importantes, quer no Estrangeiro, quer mesmo em Portugal. Obedece à metodologia das ciências históricas, que se transmutou do conhecimento dos homens e dos factos para os condicionamentos sociológicos e para os empreendimentos educativos. Não pode ser tratada sem a precisão cronológica, o respeito pelos textos, a crítica dos documentos, o rigor da análise e a preocupação constante da objectividade.

Além disso a história da educação permite-nos tornar mais inteligível a pedagogia actual, a compreensão mais nítida das mudanças profundas que se produziram no decorrer dos séculos, a distinção e a variedade dos sistemas pedagógicos correspondente a um determinado tipo de civilização, como apreciámos detidamente em Durkheim. Em suma, a história da educação permite especialmente esclarecer as condições históricas que iluminam a evolução das doutrinas e das práticas pedagógicas.

Terminando, não quero afirmar que a comunicação pedagógica exprima um sentimento de amor — neste ponto estou de acordo com Alain — mas é a exteriorização de um interesse afectivo, uma dádiva humana, uma compreensão do nosso semelhante. Já Platão entendera que a educação era uma acção destinada a produzir uma solidariedade de consciências. E como ela se exerce a partir de uma consciência evoluída para uma consciência informe, propende a levar a consciência informe ao estado da consciência evoluída, identificar uma e outra. É, em definitivo, a inteira personalidade que se entrega na acção educativa. Há uma penetração recíproca do «eu» e do «tu» pela simpatia intencional. Realmente não se pode tomar uma atitude professoral sem uma extrema dedicação pela juventude. E, por mais que se avancem as técnicas pedagógicas, que se substituam as máquinas de ensino, a cibernética, escolar à oralidade, o professor, o ser humano continua nas nossas sociedades, nas velhas e novas sociedades, a manter-se como agente educativo por excelência. Mesmo em face da diluição da disciplina, da excessiva liberalização e conseqüente autonomia das comunidades escolares, voltou-se já a reconhecer que só a dignificação da autoridade do professor, isto é, os tradicionais e para muitos anacrónicos sistemas pedagógicos, são os únicos meios

adequados ao exercício de uma actividade educativa eficiente, duradoira e de elevada expressão espiritual.



# VIDA DO INSTITUTO

## Relatório do Presidente

respeitante ao Ano de 1980

e Plano de Actividades para 1981

### I. RELATÓRIO

1. No decurso do ano de 1980, realizou o Instituto Histórico da Ilha Terceira duas reuniões ordinárias e uma extraordinária, para dar cumprimento às respectivas disposições estatutárias.

2. Na primeira das referidas reuniões, foi eleita a mesa destinada a gerir esta Colectividade, no biénio de 1980 e 1981 e, na segunda, foram apresentados o Relatório das Actividades do Instituto no Ano de 1979 e o Plano de Actividades para 1980, bem como a apreciação das contas daquele ano, documentos que foram aprovados por unanimidade. Nesta reunião, foram ainda tratados diferentes assuntos de expediente que se encontravam pendentes e eleito Sócio Honorário o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão,

Presidente da Academia Portuguesa da História, tendo retomado a sua actividade o Consócio restaurador Emanuel Félix Borges da Silva.

3. Na reunião extraordinária, procedeu-se à eleição dos novos Sócios Efectivos Prof. Dr. Artur Teodoro de Matos, da Universidade dos Açores, Dr. Rui Meirelles, Director da Escola do Magistério Primário e Dr. Francisco Maduro Dias, conservador do Museu de Angra do Heroísmo.

4. Prosseguiu, ainda este ano, a transcrição do valioso códice constituído pela parte histórica da FÉNIX ANGRENSE, trabalho que, como foi dito em relatórios anteriores, se encontra a cargo do Técnico superior do Museu de Angra do Heroísmo Dr. Mendes Pereira e que, apesar dos nossos melhores desejos e facilidades que, para o efeito, foram proporcionadas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, não atingiu ainda o ritmo que, inicialmente, se previra.

5. Pode, entretanto, dizer-se que a parte já transcrita dará, depois de devidamente conferida, matéria para a publicação do primeiro volume desta obra, logo que, para tanto, se possa dispor do indispensável apoio financeiro.

6. Continuou a estudar-se a possibilidade da reedição dos quatro volumes do Boletim do Instituto que se encontram esgotados, trabalho que poderá ser executado em «Off set», mas que não foi ainda possível concretizar, por não se ter obtido a indispensável dotação para o efeito.

7. Pensa também esta Direcção que se torna indispensável efectuar mais uma reedição da Carta de Jan Huygen Van Linschotten, de que restam poucas dezenas de exemplares neste Instituto, dada a grande procura que tem tido nos últimos anos.

8. Continuou esta Colectividade a desenvolver, no ano de 1980, a sua actividade estatutária, no que se refere à conservação

e salvaguarda do nosso património histórico e artístico, principalmente no que tange ao Castelo de São João Baptista, valiosa peça da nossa arquitectura militar dos séculos XVI-XVII, que continua a servir de quartel a um Regimento de Infantaria, o que tem alterado, a pouco e pouco, as velhas estruturas castrenses do importante monumento, adulterando-as de forma, muitas vezes, irrecuperável.

9. Encarando a possibilidade da instalação do RIAH noutra local e procurando interessar neste assunto o Governo Regional dos Açores e o Estado-Maior do Exército, realizou-se, no decurso deste ano, uma reunião em que participaram, além do Vice-Chefe daquele Estado-Maior, o Director Regional dos Assuntos Culturais, o Comandante da referida Unidade e o Presidente deste Instituto, tendo-se chegado à conclusão de que as autoridades militares deviam definir, imediatamente, o programa do novo aquartelamento de que precisam, bem como a sua localização, a fim de que o assunto possa ser apresentado ao Ministro da Defesa e se dê início à sua discussão, no plano político.

10. Não podem, em nosso entender, deixar de entrar neste assunto factores de ordem política, designadamente no que se refere à situação criada ao arquipélago, particularmente a esta Ilha, pela permanência de uma base estrangeira, parecendo de elementar justiça que, pelo menos, uma parte da receita proveniente dessa concessão reverta a favor da salvaguarda e desocupação de um dos mais preciosos monumentos da nossa arquitectura castrense, por parte de forças militares, permitindo a construção de um aquartelamento condigno para as mesmas.

11. Pugnou igualmente este Instituto pela defesa da «zona protegida» do Monte Brasil, que, não obstante, continua a ser vítima de cortes indiscriminados do respectivo arvoredado, quer na parte militar quer na área a cargo dos Serviços Florestais, com base no facto de várias dezenas de indivíduos da família «Pinus», se encontrarem atingidos por doença provocada por determinado insecto que os Serviços competentes não têm, ao que parece, pro-

curado exterminar, como acontece em parques florestais de Países onde a perservação de arboretos e zonas paisagísticas merece ponderação e adequado tratamento.

## II. PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 1981

1. Em consequência ainda da catástrofe que nos atingiu no primeiro do ano de 1980, continua este Instituto a ver reduzida a sua actividade associativa, prevendo-se que a mesma se revele, de certo modo, um tanto comprometida e limitada a parâmetros muito especiais no decurso, também, do corrente ano.

2. É exactamente, porém, nas horas difíceis que, ainda durante alguns anos, teremos que enfrentar, por via da recuperação de um imenso número de prédios de inestimável valor, designadamente de alguns monumentos que são agora pouco menos que ruína total, que — conforme dissemos já no anterior Plano de Actividades — poderá este Instituto, quer por imposição estatutária, quer pela acção esclarecida dos seus Consócios, contribuir de forma muito importante e decisiva para que se preserve e salvguarde a nossa tradição arquitectónica e se conserve o belo exemplo de urbanização de quatrocentos-quinhentos, que apresenta a parte baixa da cidade de Angra.

3. Manteremos o firme desejo de que o Boletim deste Instituto, que, graças à continuada e persistente diligência do ilustre Secretário desta Colectividade, Senhor Doutor Reis Leite, se encontra, finalmente, com a publicação em dia, continue a sair com a mesma regularidade.

4. A publicação de outras obras, designadamente a reedição dos números esgotados do referido Boletim, ficará todavia dependente das disponibilidades financeiras desta Instituição, o mesmo se podendo dizer quanto ao projecto de publicação da tese de doutoramento da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Thereza Sylvia Vermethe, intitulada «Image of the Azorean».

5. Vai, entretanto, esta Direcção continuar a lutar por todos

os meios ao seu alcance para que a desocupação do Castelo de São João Baptista desta cidade se verifique o mais brevemente possível e para que a notável fortaleza possa finalmente ser restaurada e restituída à sua dignidade arquitectónica, aproveitando-se as suas infraestruturas para a instalação de um Museu Militar e outros fins culturais, de forma a garantir, por um lado, a defesa do nosso património cultural e, por outro o possível aproveitamento da belíssima fortaleza, dentro de um esquema de valorização turística que torne rentável a sua manutenção.

6. O mesmo se poderá dizer, uma vez mais, do aproveitamento para instalação de futuras infraestruturas de interesse turístico do notável parque florestal que é o Monte Brasil, cuja «zona protegida» tudo faremos para que seja tratada adequadamente, com vista à eliminação científica dos agentes destruidores do arboreto, evitando-se os cortes indiscriminados, que só podem ter lugar em matas exploradas para fins industriais.

7. Todavia, não é possível sequer falar no aproveitamento do Monte Brasil sem que se verifique a desocupação do Castelo de São João Baptista, por parte da entidade militar, iniciativa para cuja concretização continuaremos a solicitar o valioso e superior patrocínio do Governo Regional dos Açores.

8. Esta Direcção continuará a apoiar, por todos os meios que lhe forem permitidos a obra da recuperação do património cultural açoriano que vem sendo levada a efeito pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, contribuindo com a sua modesta colaboração para que das iniciativas e esforços que estão sendo efectuados possam resultar os maiores benefícios para esta Região.

### III. EXAME DAS CONTAS DE GERÊNCIA DE 1980

Do exame das contas de gerência do ano de 1980, que, com este relatório, são apresentadas, verificou-se que se encontram totalmente liquidadas as despesas emergentes do funcionamento deste organismo durante o ano de 1980, havendo, em 31 de De-

zembro, um saldo de 26.580\$80 (vinte e seis mil quinhentos e oitenta escudos e oitenta centavos) que se destina a assegurar parte do pagamento dos trabalhos de impressão do Boletim deste Instituto bem como o pagamento das respectivas gravuras e brochura tanto dos volumes que se pretende fazer editar este ano, com vista a garantir a actualização da referida publicação, como das correspondentes separatas.

Angra do Heroísmo, 30 de Março de 1981

O Presidente do Instituto,

*Manuel Coelho Baptista de Lima*

(ACTAS)

#### PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1981

*Aos sete dias do mês de Julho de mil novecentos e oitenta e um, nesta cidade de Angra do Heroísmo e nesta Sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião ordinária, convocada nos termos do artigo segundo e para o cumprimento do estabelecido no artigo terceiro do Regulamento desta Colectividade.*

*Estiveram presentes os Senhores João Dias Afonso, Professor Emanuel Félix Borges da Silva, Doutor Francisco dos Reis Maduro Dias, Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente do Instituto e Doutor José Guilherme Reis Leite, Secretário da Direcção e Secretário Regional da Educação e Cultura.*

*Aberta a sessão pelas dezassete horas, convidou o Senhor Presidente do Instituto o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura a presidir com ele à reunião, tendo designado para secretariar a reunião o Consócio Senhor Emanuel Félix Borges*

*da Silva e passado à leitura da acta de reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade.*

*Procedeu seguidamente o Senhor Presidente à leitura do Relatório que havia elaborado sobre as actividades do Instituto em mil novecentos e oitenta e ao Plano de Actividades para mil novecentos e oitenta e um, que foram aprovados por unanimidade, bem como as contas de gerência respeitantes àquele ano de mil novecentos e oitenta.*

*Foram seguidamente apreciadas as propostas das tipografias para a execução das edições dos livros do Doutor Luís da Silva Ribeiro com que este Instituto deseja celebrar o centenário do nascimento do ilustre terceirense tendo intervindo principalmente no debate os Consócios Senhores Doutor José Guilherme Reis Leite e João Dias Afonso, o último dos quais ficou encarregado do assunto das respectivas publicações.*

*Voltou a usar da palavra o Presidente do Instituto que se referiu às diligências desenvolvidas em Lisboa, em diversas instâncias oficiais a fim de se obter a devolução, pelo Estado Maior General das Forças Armadas e o respectivo transporte pela Armada Nacional até esta Ilha de quatro peças de artilharia que pertenceram ao Castelo de São João Baptista e haviam em determinada oportunidade, apesar dos protestos veementes do Instituto Histórico da Ilha Terceira, sido levadas para o Continente, encontrando-se no Forte de São Julião da Barra, onde puderam ser localizadas e identificadas, por ele, Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima.*

*Falou ainda o Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima sobre o estado de adiantamento do importante trabalho que tem entre mãos para publicação ou seja o Primeiro Livro das Fortalezas, referindo-se ao inúmero material de que já dispõe e aquele que falta ainda reunir, designadamente no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo do Ministério do Exército.*

*Informou ainda o Senhor Presidente sobre o estado de adiantamento da transcrição diplomática, da «Fenix Angrense», do Padre Manuel Luís Maldonado, cuja parte já copiada (fol. 139 vº) daria possivelmente para um primeiro volume de tão importante*

*publicação que vem sendo aguardado com a maior e mais justificada expectativa.*

*Ainda no uso da palavra, disse o Excelentíssimo Presidente:*

*«1. Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o parque florestal do Monte Brasil encontra-se dividido em duas zonas, uma das quais ainda permanece a cargo do Regimento de Infantaria aquartelado no Castelo de São João Baptista, pertencendo a'outra ao Governo Regional.*

*2. Toda esta propriedade foi objecto de classificação como zona paisagística protegida e encontra-se, para efeitos da sua conservação e manutenção, a cargo da Comissão Administrativa da Paisagem Protegida do Monte Brasil.*

*3. Na zona afecta ao Regimento de Angra, situa-se uma parte monumental do Castelo de São João Baptista (oportunamente classificada como "imóvel de interesse público") constituída designadamente pelos Fortes e Cortinas de Santo António, pelos Fortes e Cortinas de São Diogo, pela "Casa de Regalo" (que servia de residência de verão ao Rei D. Afonso VI) e pelo antigo Paiol de 1849, situado na Bateria do Espírito Santo, em posição iminente à cidade de Angra e que, após haver sido abandonado, em 1940, pelo perigo que constituía para esta cidade, acaba de ser novamente utilizado para aquele fim, não obstante os intuitos de entidades civis, designadamente deste Instituto.*

*4. Na parte monumental do Castelo de São João Baptista se inclui necessariamente a referida "Casa de Regalo", que, por estar inserida na zona do Monte Brasil afecta ao Regimento de Angra, tem sido objecto das mais diversas obras de alteração, por parte da entidade militar, no decurso dos últimos trinta anos, não obstante o protesto de entidades responsáveis e até expressas determinações da Direcção da Arma de Engenharia e do Serviço de Fortificações e Obras Militares, determinando que nenhuma alteração seja levada a efeito na zona do Castelo de São João Baptista ou na Área do Monte Brasil, sem a indispensável autorização das entidades competentes.*

*5. Nos últimos anos, foi a zona envolvente da "Casa de Regalo" vítima de incrível obra de degradação, tendo sido removidos os socalcos ajardinados e arborizados que constituíam a vertente*

*Sudoeste da encosta e efectuadas profundas escavações na referida vertente, que puseram a descoberto o tufo negro vulcânico, alterando totalmente a beleza da paisagem que, vista do mar ou da terra, mais se assemelha a uma paisagem lunar do que à frondosa e rica manta verde que tanto valoriza aquele notável e único parque florestal desta cidade.*

6. *Estas degradações, que vêm na sequência de um corte indiscriminado de pinheiros na zona daquele parque afecta ao referido Regimento, acabam de culminar, agora, com a construção de um barracão junto da “Casa de Regalo”, com total e absoluto desprezo por tudo quanto se encontra legislado neste País sobre o respeito e a protecção devidos aos monumentos classificados e, muito especialmente, do que ainda recentemente foi aprovado pelo Governo e pela Assembleia Regional e que constitui o texto incontestável e indiscutível do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/81-A, de 4 de Janeiro de 1980.*

7. *Finalmente, para cúmulo e espanto nosso, verificámos que, na entrada para a zona do Monte Brasil pertencente ao Governo Regional, se encontra uma cancela do tipo “passagem de nível”, que, em vez de ser movimentada por um agente da administração civil, é aberta e fechada (talvez por simples cortesia!) por um plantão do Regimento de Angra, estacionado na guarita situada junto daquela entrada.*

8. *E como se isto não fosse suficiente, fomos encontrar estacionado, ao alto do Pico das Cruzinhas, junto do Monumento à Descoberta das Ilhas, um graduado do referido Regimento, armado, como se aquela zona estivesse sob a jurisdição militar ou não houvesse guardas da administração civil que pudessem desempenhar o policiamento da referida área, embora desconhecamos os entendimentos ou compromissos que possa haver entre a administração responsável e a entidade militar.*

9. *Todos estes factos somados a um sem-número de outros de triste memória que anteriormente ocorreram e de que Vossas Excelências por certo estão recordados e que foram desde a exploração de saibreiras, com morte de trabalhadores e da instalação de estábulos, pocilgas e galinheiros em zonas frequentadas pelo público e visíveis da Baía até à realização de exercícios militares*

*sem prevenção, na então mata frondosa do Monte Brasil, na zona pertencente à Junta Geral, que, com o disparo de armas automáticas e deflagração de petardos, assustavam de forma inadmissível e diríamos mesmo selvagem, grupos de turistas e visitantes — demonstram à sociedade que é inadmissível que a entidade militar continue a deter, por mais tempo, na sua posse, a parte do Monte Brasil que, oportunamente lhe fora confiada, naturalmente para ser devidamente conservada, estimada e até valorizada e não para ser destruída e degradada, como infelizmente se tem verificado.*

10. *Acresce, por outro lado, que, nessa zona, se situam precisamente algumas das mais antigas fortificações da cidade de Angra, que se integram nas cortinas de Santo António e de São Diogo, cujo acesso às populações, visitantes e turistas é naturalmente vedado pela entidade militar, entendendo nós que se torna absolutamente indispensável que essas relíquias do nosso passado histórico, quase todas do século XVI, tenham livre e imediato acesso, tanto à população destas ilhas como a visitantes ou turistas nacionais ou estrangeiros.*

11. *Por todas estas razões, entendemos que a parte do Monte Brasil actualmente a cargo do Regimento de Angra deverá ser entregue imediatamente ao Governo Regional, a fim de que a respectiva zona florestal passe a ter tratamento adequado e de que a zona constituída por monumentos classificados passe a ser objecto dos indispensáveis trabalhos de conservação e possa ter livre acesso, por parte de todos os visitantes que a desejem percorrer e deixe de haver, num parque florestal, que é único, zonas artificiais, com o objectivo de serem mantidos pela entidade militar alguns rebanhos de gado bovino e lanígero, que só contribuem para a deterioração da paisagem natural e que o referido Regimento poderá manter, se o desejar, em outro sítio, mas nunca no Monte Brasil, à custa da degradação de um arboreto único nestas ilhas e que é o único parque florestal de que esta cidade pode e deve dispor, livre e inteiramente, regulando a unidade militar a sua economia como as outras que não dispõem, à ilharga, de parques florestais para regularização dos respectivos problemas financeiros.*

12. *Nestas condições e no caso de Vossas Excelências se*

*dignarem aprovar o texto desta nossa exposição, desde já temos a honra de propor:*

1.º — *Que, de quanto ficou dito se dê imediatamente conhecimento por transcrição desta parte da acta a Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura, para que o assunto possa ser apresentado, em próxima oportunidade, em Conselho do Governo Regional;*

2.º — *Que, no caso de o Governo Regional se manifestar favorável à imediata desocupação do Monte Brasil pelo Regimento de Angra do Heroísmo e desejar tomar a seu cargo a referida parte do Monte Brasil para adequado tratamento da mancha florestal e restauro da zona monumental, seja o assunto apresentado pelo referido Governo, através de Sua Excelência o Ministro da República à consideração de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, com todo o empenho político da administração regional, a quem, aliás, em face do novo Estatuto da Região Autónoma dos Açores, compete desde já aquela zona do Monte Brasil, por se tratar de imóvel classificado e, conseqüentemente, de reconhecido interesse histórico-cultural e paisagístico para a Região;*

3.º — *Que esta parte da acta seja imediatamente aprovada em minuta para efeitos de execução».*

*E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, quando eram dezanove horas e da qual se lavrou a presente acta que vai assinada por digo, o Senhor Presidente, tendo retomado a palavra, disse que um dos mais notáveis sócios correspondentes do Instituto era, sem dúvida, o Prof. Francis Millet Rogers, da Universidade de Harvard, que muito gentilmente tem colaborado com esta instituição, designadamente na realização de conferências e na oferta de obras suas de interesse açoriano, tendo até estabelecido com este Instituto, em tempos, um plano de trabalho, que ficou infelizmente prejudicado com o terramoto de um de Janeiro de 1980.*

*O Senhor Professor Millet Rogers, que tem contribuído de uma forma notável para a valorização dos estudos históricos portugueses, designadamente no campo da história açoriana e que é*

*hoje autor de uma vasta bibliografia que honra a cultura luso-brasileira e americana, merece, a todos os títulos, como expressão do grande apreço em que é tido pelos sócios deste Instituto, ser incluído entre os seus sócios honorários, pelo que temos a honra de propor, nesta data, que o Senhor Prof. Francis Millet Rogers, eminente mestre da Universidade de Harvard e esclarecido investigador e historiador, que sempre tem prestado o maior apreço pela sua ascendência açoriana, seja eleito sócio honorário deste Instituto Histórico.*

*As palavras do Senhor Presidente mereceram unânime aplauso de todos os presentes, tendo o Sr. Prof. Francis Millet Rogers sido eleito Sócio Honorário, por aclamação.*

*E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram dezanove horas, de que lavrei a presente acta e que vai por mim, assinada Secretário e pelo Presidente.*

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto receberam-se, no ano de 1980 e muito se agradecem, as seguintes publicações:

The Quartely Journal of the Library of congress — Winter 1981.

Convergência Lusíada ano IV, n.º 7 Jul./79 a Dez./80.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Série 97.ª — N.ºs 7-9, 10-12 Julho-Set., Out.-Dez. — 1979.

SEC 80 — Dezembro, 1980.

O Arquipélago dos Açores no Século XVII Aspecto Sócio-Económico (1575-1675) — 1979.

Agronomia Lusitana Vol. 40 — N.º 2 — 1980.

As Fabulosas Águas Quentes de Caldas Novas — 1971.

Almanach da Província de Goyaz (para o ano de 1886) — 1978.

O Descobrimento da Capitania de Goyaz (Governo, População e coisas mais notáveis) 30 de Setembro 1882 — 1967.

Temas Nemesianos — 1981

Mas o Território não é o mapa — 1981.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul Vol. 1 — 1977.

Cantadores e Improvisadores da Ilha Terceira (Séc. XIX e XX).

E o Mar este Silêncio.

Colectânea de Estudos Anterianos.

The Quarterly Journal of the Library of congress.

Alegrias de Portugal ou Lágrimas dos Castelhanos.

Cardeal D. José da Costa Nunes, in Memorial do Centenário do Nascimento 1880-1980.

The Quarterly Journal of the Library of Congress. Spring 1980.

Historical Abstracts part B Twentieth Century Abstracts (1914-1920).

Historical Abstracts, part A Modern History Abstracts (1450-1910).

Revista Portuguesa de História, Tomo XVI.

Atlântida Vol. XXIII Angra do Heroísmo, 1979 n.º 3

Agronomia Lusitana, Vol. 40 — N.º 1 — 1980.

Revista de Guimarães, Vol. LXXXIX — Janeiro-Dezembro — 1979.

A Construção da Alfândega Nova, Funchal — 1978.

El Museo de Pontevedra — XXXIII — 1979.

Arquipélago — Revista do Instituto Universitário dos Açores, N.º 1 — Janeiro, 1981.

L.S.O. Catalogo Generale — 1981.

Revista Portuguesa de História, Tomo XVIII — Coimbra/1980.

Atlântida, Vol. XXV, N.º 3 — Julho-Setembro — 1980.

Agronomia Lusitana, Vol. 40 — N.º 3 — 1981.

In Crete With The Minotaur and Other Poems.

O Mouro e o Gigante — Manuel Ferreira.

Salga — 4.º Centenário, 1581-1981.

Para uma Introdução a Roberto de Mesquita — Luís de Miranda Rocha, 1981.

Raiz Comovida — III — O Fruto e o Sonho — Cristóvão de Aguiar, 1981.

Ilíada — Vasco Pereira da Costa — 1981.

Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXXXVII — Ano LXXXVII.

Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXXXVIII — Ano LXXXVIII — 1974.

A Ideia de Decadência na Geração de 70.

Alguns Anos de Pastor — Ivo Machado.

Atlântida, Vol. XXIV — N.º 4 — Outubro-Dezembro — 1979.

The Quarterly Journal of the Library of Congress — Spring.

Arquivo Açoriano — Enciclopédia das Ilhas dos Açores — Vol. 16.º.

Lares — Vol. XLIV, N.º 3, Luglio-Settembre — 1978.

Arte Etrúscologia — Archeologia — Architettura — Disegno.

Independência — Revista de Cultura Lusitana, N.º 47 — 1979.

Arquipélago — Revista da Universidade dos Açores — N.º 111, Janeiro.

Agronomia Lusitana. Vol. 41 — N.º 1 — 1981.

Revista Goiana de Artes — Vol. 1, N.º 2 — Jul.-Dez. — 1980.

Aspectos do Cancioneiro Popular Açoriano — 1981.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia — Vol. XXXIII — Fasc. IV.

- Atlântida — Vol. XXIII, N.º 2, Abril-Junho — 1979.
- Perdoe pelo Amor de Deus — Augusto Gomes.
- Revista de Guimarães, Vol. LXXXVIII — Janeiro-Dezembro.
- Centro de Estudos Portugueses — Boletim Informativo, 2.ª Série, N.º 7 — Janeiro-Dezembro — 1979 — Universidade de São Paulo.
- Livro Quarto das Saudades da Terra, Vol. II — 1981.
- Mão Tardia — Eduardo Bettencourt Pinto.
- Enquanto os Coveiros Dormem — Manuel Machado.
- Tendências da Literatura Dramática nos Finais do Século XIX — D. João da Câmara, um caso exemplar — 1981.
- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos.
- Centro de Estudos de Cartografia Antiga — CXVI Secção de Cartas Antigas da Índia existentes em Portugal (Sec.º XV).
- Centro de Estudos de Cartografia Antiga CXX Secção de Lisboa, Natureza e Estatuto da Capitania do Brasil — 1979.
- Centro de Estudos de Cartografia Antiga CXXIII, secção de Lisboa, England and the Azores 1581-1582: Three Letters. 1979.
- Centro de Estudos de Cartografia Antiga CXXV Secção de Cartografia of the Battle of Bunker Hill — 1979.
- Centro de Estudos de Cartografia Antiga CXXVI Secção de Lisboa Cartography by Subscription an unsuccessful 18 th Century Project.
- Centro de Estudos e Cartografia Antiga CXLIII Secção de Lisboa Silva Porto e a Exploração Científica da África — 1980.
- Linguagem, Linguagens e Ensino — Ponta Delgada — 1981.
- The Quarterly Journal of the Library of Congress, Sumaner, 1981.



# INDICE

## AUTORES

<b>AZEVEDO, Rafael Avila de</b>	
O Conde de Suberra .....	5
<b>AZEVEDO, Rafael Avila de</b>	
A última lição .....	303
<b>MONJARDINO, Alvaro</b>	
O fenómeno português: uma abordagem à História de Portugal ...	247
<b>MONJARDINO, Alvaro</b>	
A experiência dos Açores: um sistema de governo regional .....	269
<b>MONJARDINO, Alvaro</b>	
De quem é o Castelo de S. João Baptista? .....	289

## ASSUNTOS

### Artigos

O Conde de Suberra, Rafael Avila de Azevedo .....	5
O fenómeno português: uma abordagem à História de Portugal, Alvaro Monjardino .....	247
A experiência dos Açores: um sistema de governo regional, Alvaro Monjardino .....	269
De quem é o Castelo de S. João Baptista?, Alvaro Monjardino ...	289
A última lição, Rafael Avila de Azevedo .....	303

### Vida do Instituto

Relatório e actas das reuniões no ano de 1981 .....	319
<b>Publicações recebidas .....</b>	<b>331</b>

1. The first part of the document is a letter from the author to the editor, dated 10/10/1998. The letter discusses the author's interest in the journal and the possibility of publishing a paper. The author mentions that they have a paper on the topic of "The Role of the State in the Development of the Economy" and that they would like to know if the journal is interested in it. The author also mentions that they have a number of references and that they would like to know if the journal is interested in them.

2. The second part of the document is a letter from the editor to the author, dated 11/10/1998. The editor thanks the author for their letter and for their interest in the journal. The editor mentions that they will look at the author's paper and references and will get back to the author as soon as possible. The editor also mentions that they are interested in the author's work and that they would like to see the author's paper.

3. The third part of the document is a letter from the author to the editor, dated 12/10/1998. The author thanks the editor for their letter and for their interest in the author's work. The author mentions that they are happy to hear that the editor is interested in their paper and that they will get back to the author as soon as possible. The author also mentions that they are happy to hear that the editor is interested in their work and that they would like to see the author's paper.

4. The fourth part of the document is a letter from the editor to the author, dated 13/10/1998. The editor thanks the author for their letter and for their interest in the journal. The editor mentions that they will look at the author's paper and references and will get back to the author as soon as possible. The editor also mentions that they are interested in the author's work and that they would like to see the author's paper.

Este volume, que é o trigésimo nono número do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir nas oficinas da «União Gráfica An-grense» em Agosto de mil, nove-centos e oitenta e dois.

